



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**A CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA PERCEPÇÃO DE
JORNALISTAS DA EBC: POTENCIALIDADES E LIMITES**

Lívia Dias Moreira Duarte

**Brasília
– 2019 –**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Lívia Dias Moreira Duarte

**A CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA PERCEPÇÃO DE
JORNALISTAS DA EBC: POTENCIALIDADES E LIMITES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Políticas de Comunicação e de Cultura

Orientação: Prof. Dra. Nelia del Bianco

Brasília

- 2019

Lívia Dias Moreira Duarte

A construção da comunicação pública na percepção de jornalistas da EBC: potencialidades e limites

Brasília (DF). Julho de 2019

Dissertação avaliada pela seguinte banca examinadora

Prof. Dra. Nelia Rodrigues Del Bianco
Universidade de Brasília
Presidente

Prof. Dr. Danilo Rothberg
Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho
Membro

Prof. Dr. Alexandre Schirmer Kieling
Universidade Católica de Brasília
Membro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Esch
Universidade de Brasília
Suplente

*Aos trabalhadores da EBC.
Em especial aos que não perderam a capacidade de sonhar fazer comunicação pública. Aos
que se esforçam diariamente para realizá-la.*

AGRADECIMENTOS

É preciso registrar minha gratidão pela existência da universidade pública, gratuita, laica, espaço acolhedor da nossa vontade de saber e que nos permite expandir horizontes na convivência com colegas e professores. É ainda, sem dúvida, um privilégio ocupar este espaço. É com este sentimento que busquei concluir a Pós-Graduação, e espero que este trabalho possa contribuir com o campo de pesquisa e, por fim, com a sociedade brasileira. A universidade será sempre, para mim, espaço a ser defendido para que muitos e muitas outras possam ocupá-lo no futuro. É com muito orgulho que fui a primeira pessoa na minha família formada na universidade pública. E é com este mesmo sentimento de gratidão pelo surgimento de novas oportunidades que termino mais esta etapa. Apesar das angústias que me acompanharam ao longo desse último passo em minha trajetória acadêmica, registro que foi um prazer diário caminhar pela Universidade de Brasília, notando aqui o lugar diverso, vivo e vibrante que tantas vezes o resto da cidade, por sua forma tão excludente, não consegue ser.

Fica então meu agradecimento aos mestres dessa universidade, especialmente aos do PPGCOM na linha de Políticas de Comunicação e de Cultura. Nominalmente, gostaria de citar os professores Fernando Paulino, pelas sugestões importantes no momento da qualificação do trabalho, a professora Dácia Ibiapina, pelo incentivo e bom humor de sempre, e as professoras Elen Geraldine e Janara Sousa, pela acolhida generosa, capaz de transcender até mesmo os dilemas da pesquisa e abarcar outras esferas da vida da gente. Ao professor Carlos Eduardo Esch, que orientou a pesquisa por dois anos, devo agradecer não apenas por esse trabalho, mas pela infinita paciência com que tratou dos meus conflitos com o Programa e da minha tristeza frente ao esfacelamento, bem diante dos meus olhos sempre marejados, do meu objeto de pesquisa, que também era meu ambiente de trabalho. Por fim, à professora Nélia del Bianco, que além das contribuições na banca de qualificação, assumiu a orientação durante o prazo de reformulação da pesquisa e ajudou a aproveitar ao máximo os intensos últimos três meses. A senhora abriu janelas fundamentais para que eu pudesse enxergar, finalmente, caminhos rumo à conclusão. Muito obrigada.

Ao professor Alexandre Kieling, da Universidade Católica de Brasília, que fez aportes importantes, permitindo melhorar os instrumentos de análise apresentados, agradeço por eles e por seu retorno à avaliação da pesquisa. Agradeço também ao professor Danilo Rothberg, da Unesp, cujo trabalho me permitiu novo olhar sobre a prática do jornalismo numa empresa pública. Agora, ao participar da avaliação, oferece mais um ponto de vista sobre as questões tratadas aqui. Registro minha gratidão a todos os meus professores, desde a graduação na UFF

e antes. Obrigada a cada um que me ajuda a refletir criticamente sobre a profissão que resolvi abraçar. E entre os que ajudam a pensar sobre o jornalismo que se faz e que se sonha fazer, incluo os jornalistas e outros trabalhadores da EBC, com quem compartilhei os últimos anos nas dores e delícias do cotidiano da redação.

Vários colegas da Pós-Graduação deveriam ser mencionados nominalmente, mas não vou me arriscar muito com esquecimentos. Agradeço por cada cafezinho que tomamos por aí, motivadores de muitas novas ideias. De todo modo, faço questão de mencionar algumas das mulheres maravilhosas que cruzaram meu caminho no período: Elisa Salim, Carol Marra, Helen Lopes e Lizely Borges, sou muito grata pelo exemplo de vocês e pelo incentivo para que não desistisse. Lembro também das queridas Camila Machado e Flávia Quirino, que além de tudo fizeram-se companhias indispensáveis para tantos dias que, apesar das pressões, tornaram-se tão agradáveis na linda biblioteca da UnB. Agradecimentos especiais a Gisele Pimenta, pela escuta e leitura atenta. Que o fim dessa jornada não abra espaço para desencontros entre nós.

Aos amigos de sempre, e aos novos amigos que Brasília e a EBC me deram, valeu a força, vocês são demais! João Paulo Malerba e a Joana Barros, muito bom poder contar com vocês desde a seleção e desde antes. Obrigada por compartilharem também comigo o que aprenderam e o que ensinam nessa vida. Cada minuto de conversa vai sendo gravado na minha cabeça e em meu coração.

Obrigada também aos meus pais, que tanto lutaram para me dar condições de ocupar espaços nos quais jamais puderam estar. E à minha irmã, companheira de todas as horas, mesmo à distância. Aos meus avós também, um beijão. Suas trajetórias me inspiram e servem de exemplo. Que saudades sinto de vocês. Certeza que suas orações e melhores pensamentos me valeram aqui. E sempre me valem.

Agradeço demais, por fim, ao meu companheiro João Pedro, este grande amigo que descobri na EBC e que não me deixou desistir da dissertação (ou de mim), sendo ouvinte de angústias, leitor incansável e comentarista de última hora. Você merece tudo que quiser. E eu te amo.

RESUMO

Esta pesquisa trata da percepção de um grupo de jornalistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) sobre potencialidades e limites de seu trabalho, tendo em vista os princípios e objetivos da EBC previstos em Lei (BRASIL, 2008) e as melhores práticas de radiodifusão reconhecidas internacionalmente (UNESCO, 2001). Compreendemos que a percepção (MERLEAU-PONTY, 1999) se dá a partir da relação de cada sujeito com outros e com o mundo. Nesse caso, são fatores influentes o difícil processo de montagem e o atual desmonte da EBC, bem como sua origem em instituições de comunicação estatal e educativa. Delas a EBC recebeu parte de seus trabalhadores, forjados nas respectivas culturas institucionais. A percepção sobre a empresa é marcada também pela realidade da radiodifusão no país, historicamente concentrada e com foco comercial, com pouca tradição pública. Por fim, ao pertencerem ao campo jornalístico (BOURDIEU, 1997, 2010), espaço estruturado, com diversas forças e relações que envolvem lutas para transformar esse espaço, os jornalistas criam um *habitus* (BOURDIEU, 1997, 2010) profissional que lhes faz ver, avaliar e construir a realidade (BERGER e LUCKMANN, 2011) com o olhar próprio da tribo jornalística (TRAQUINA, 2018a). A construção do *habitus* passa pela formação acadêmica e vivência em redações. São experiências relacionadas ao modo como as notícias são produzidas (TRAQUINA, 2018; WOLF, 2008), e que impõem práticas e formatos que não necessariamente dialogam com as finalidades da comunicação pública. Considerado esse cenário, questionamos se houve condições dos jornalistas da EBC modificarem seu *habitus*, ou seja, um princípio gerador e regulador das práticas cotidianas, para a realização dos princípios e objetivos da empresa, e se esta estabeleceu cultura institucional própria sobre os ecos de suas antecessoras. Realizamos investigação qualitativa (FLICK, 2009) baseada em entrevistas semiestruturadas com 16 trabalhadores. Nossa reflexão se baseia na discussão teórica aqui exposta e em técnicas da análise temática de conteúdo (BARDIN, 1977). As conclusões revelam que o grupo de jornalistas, de modo geral, dialoga com o debate sobre a comunicação pública, intenciona colaborar, por meio do seu trabalho, para a construção da cidadania e valoriza positivamente as estruturas de controle social. No entanto, os entrevistados indicam haver pouca homogeneidade no conjunto do corpo funcional, revelando rotinas inadequadas para produzir comunicação diferenciada conforme princípios da radiodifusão pública. Vivendo o desmonte, revelam a perda da relativa autonomia editorial frente aos governos e a incompletude da construção de um *habitus* estruturado a partir da missão da EBC. Deste modo, a pesquisa avalia que a boa gestão de pessoal, e, neste caso

especificamente de jornalistas, por realizaram a atividade-fim da empresa, é central para a execução desta política de comunicação pública.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Radiodifusão Pública; jornalistas; EBC

ABSTRACT

This research investigates the perception of a group of journalists from Empresa Brasil de Comunicação (EBC) about potentialities and limits of their work, in view of the principles and objectives of the EBC, as established by law (BRASIL, 2008) and as the best practices on public broadcasting internationally recognized (UNESCO, 2001). This research understands that perception (MERLEAU-PONTY, 1999) is based on the relation of each subject to others and to the world. In this case, the difficult process of its establishment and the current dismantling process of EBC, as well as its origin from state and educational communication organizations are factors that influence this analysis. From these previous institutions, EBC received part of its workers, forged in their respective institutional cultures. The perception about the company is also marked by the reality of the media system in the country, historically concentrated and commercially focused, lacking public tradition. Finally, as they belong to the journalistic field (BOURDIEU, 1997, 2010), a structured space with diverse forces acting and where struggles take place, the journalists construct a professional *habitus* (BOURDIEU, 1997, 2010) with which they evaluate and construct reality (BERGER and LUCKMANN, 2011) from this “tribe's” own perspective (TRAQUINA, 2018a). The construction of the *habitus* is associated to the academic background and professional experience, which relate to the way news is produced (TRAQUINA, 2018; WOLF, 2008), and impose practices and formats that do not necessarily dialogue with the purposes of public communication. Considering this scenario, we questioned if there were conditions that permitted EBC journalists change their *habitus*, that is, a generative and regulating principle of daily practices, for the realization of the company's principles and objectives, and if it was or not established its own institutional culture over the echoes of its predecessors. We performed qualitative research (FLICK, 2009) based on semi-structured interviews with 16 workers. Our reflection is based on the theoretical discussion presented here and on the techniques of content analysis (BARDIN, 1977). The conclusions reveal that the journalists interviewed for this research are in general interested in the debate about public communication, intend to collaborate with their work for the construction of citizenship and value positively the structures of social control. However, they show that there is little homogeneity in the functional body, indicating inadequate routines to produce differentiated communication according to the principles of public broadcasting. Living the dismantle of the company, they reveal the loss of relative editorial autonomy vis-à-vis governments and the incompleteness of building a structured *habitus* from the EBC mission. In this way, we seek to demonstrate that the good management of human resources, and in this

case specifically journalists, since they are central to the activity of the company, is fundamental to the execution of this public communication policy.

Keywords: Public Communication; Public Broadcasting; journalists; EBC

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Veículos herdados pela EBC.....	34
Quadro 2 – Veículos mantidos pela EBC	43
Quadro 3 – Força de Trabalho da EBC	62
Quadro 4 – Variação de portarias editadas pela EBC (2013-2018).....	63
Quadro 5 – Síntese dos indicadores gerais de Recursos Humanos	67
Quadro 6 – Síntese de resultados dos PDVs da EBC.....	69
Quadro 7 – “Retrato” do corpo funcional da EBC em 2017/2018.....	73
Quadro 8 – Correspondência entre princípios: Unesco – EBC.....	88
Quadro 9 – Síntese de objetivos da pesquisa	89
Quadro 10 – Síntese de critérios de noticiabilidade.....	110
Quadro 11 – Síntese da distribuição dos jornalistas da EBC	130
Quadro 12 – Localização dos entrevistados na EBC	132
Quadro 13 – Dimensões da análise a partir do roteiro das entrevistas.....	136
Gráfico 1 – Experiência prévia à EBC com o que consideram comunicação pública (CP)..	144
Gráfico 2 – EBC e comunicação pública: sentimento demonstrado/ declarado.....	147
Gráfico 3 – Sente-se livre para sugerir pautas e enfoques?	153
Gráfico 4 – Sinto-me livre para propor, porém... ..	153
Gráfico 5 – Problemas elencados pelos trabalhadores	154
Gráfico 6 – Pautas, fontes e rotinas são pensadas para comunicação pública?.....	157
Gráfico 7 – Interferência política e censura de conteúdos que produz na EBC?	162
Gráfico 8 – Ideais e princípios da comunicação pública mencionados	167
Gráfico 9 – Relação entre Conselho Curador e cotidiano do entrevistado.....	171
Gráfico 10 – Percepções sobre a Ouvidoria da EBC.....	173
Gráfico 11 – Como percebe espaço de interlocução com cidadãos?.....	176
Gráfico 12 – É possível fazer comunicação pública na EBC?	177

LISTA DE SIGLAS

ABCCom	Associação Brasileira de Canais Comunitários
Abraço	Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ABTU	Associação Brasileira de TVs Universitárias
Abepec	Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
Abert	Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão
Acerp	Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto
Amarc	Associação Mundial de Rádios Comunitárias
Astral	Associação Brasileiras de Televisões e Rádios Legislativas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DEM	Partido Democratas
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBN	Empresa Brasileira de Notícias
Fistel	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FCBTVE	Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
JCP	Jornalista de Empresa de Comunicação Pública
MinC	Ministério da Cultura
MP	Medida Provisória
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PECS	Plano de Empregos, Carreiras e Salários
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
Radiobrás	Empresa Brasileira de Comunicação
RPTV	Rede Pública de Televisão
SJPDF	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
SJPRJ	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
TCU	Tribunal de Contas da União
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA EBC: ORIGENS, CONSOLIDAÇÃO E IMPASSES	25
1. Antecedentes	26
1.1 Herança educativa.....	26
1.2 Herança estatal.....	33
1.3 Gestação de um sistema público.....	34
2. Montagem da EBC	36
2.1 Desenvolvimento – primeiros anos (2007 – 2016).....	42
3. Desmonte – do ‘pré’-<i>impeachment</i> até dezembro de 2018	52
4. A constituição do corpo funcional da EBC	56
4.1 Indicadores gerenciais de Recursos Humanos.....	66
4.2 O corpo funcional da EBC em 2017/2018: um retrato	72
CAPÍTULO II – SOBRE QUE COMUNICAÇÃO DEVERIAM PENSAR OS JORNALISTAS QUE TRABALHAM NA EBC	77
1. Comunicação Pública	79
2. Radiodifusão pública	81
2.1 Princípios reconhecidos internacionalmente	84
CAPÍTULO III – ABORDAGEM TEÓRICA	89
1. O conceito filosófico de percepção	90
2. Da percepção a Construção Social da Realidade.....	94
3. A relação da percepção dos jornalistas da EBC com os conceitos de <i>habitus/campo</i>	99
4. Os jornalistas como tribo que produz notícia	104
5. Jornalismo cívico, público, cidadão: outro campo, outro <i>habitus</i>, outra tribo?	113
CAPÍTULO IV – CAMINHO METODOLÓGICO.....	123
2. Ferramentas e percurso de composição do <i>corpus</i> da pesquisa e de sua análise	128
2.1 Levantamentos bibliográficos.....	128
2.2 Convites e perfil dos entrevistados	129
2.3 Entrevistas semiestruturadas	133

2.3.1 Roteiro da entrevista	134
2.4 Análise Temática de Conteúdo	135
3. Limites e possibilidades da metodologia revelados durante a pesquisa.....	136
CAPÍTULO V – CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS DA EBC	141
1. A EBC como espaço de trabalho	142
1.1 Experiência prévia à EBC com o que consideram comunicação pública	142
1.2 Expectativa de fazer comunicação pública como determinante para trabalhar na EBC	144
1.3 Sentimentos declarados (ou demonstrados) com relação à EBC	145
1.4 Extra: Conflitos nas relações hierárquicas na EBC	147
2. O fazer dos jornalistas na EBC.....	151
2.1 Percepção sobre sugestão de pautas e enfoques.....	151
2.2 Percepção sobre relação entre pautas, fontes e rotinas do trabalho jornalístico e considerações sobre ser veículo de comunicação pública	153
2.3 A noção de comunicação pública na percepção dos jornalistas.....	158
2.4 O debate e a formação para fazer comunicação pública na EBC	160
2.5 Percebe interferência política e censura de informação	161
3. Percepção e perspectivas sobre comunicação pública na EBC.....	164
3.2 Relação entre Conselho Curador e cotidiano do entrevistado	169
3.3 Relação entre Ouvidoria e cotidiano do entrevistado	171
3.4 Espaço de diálogo e interação com cidadãos	173
3.5 É possível fazer comunicação pública na EBC?.....	176
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
APÊNDICE – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	203
Entrevista 1.....	203
Entrevista 2.....	210
Entrevista 3.....	214
Entrevista 4.....	223
Entrevista 5.....	228
Entrevista 6.....	233

Entrevista 7	239
Entrevista 8	248
Entrevista 9	252
Entrevista 10	256
Entrevista 11	260
Entrevista 12	265
Entrevista 13	265
Entrevista 14	269
Entrevista 15	272
Entrevista 16	275

INTRODUÇÃO

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma empresa pública, vinculada desde janeiro de 2019 à Secretaria de Governo da Presidência da República. Tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública, inclusive por meio da articulação de uma rede de veículos, próprios ou não, em âmbito nacional. O ingresso da autora desta pesquisa na Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB), em 2017, levou a uma aproximação de trabalhos e debates sobre a EBC na Academia. Naquele período, uma crise aguda abatia-se sobre a empresa. A estrutura desenhada pela Lei 11.652/2008 para garantir a autonomia da EBC com relação às intervenções em sua linha editorial, o Conselho Curador, foi extinta. Foi uma das consequências da Medida Provisória 744/2016, uma das primeiras ações do governo do presidente Michel Temer, editada logo depois de confirmado o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A MP pode ser considerada o primeiro ato concreto do Governo Federal que responde aos ataques de forças políticas de direita e dos veículos de comunicação comerciais que defendem o fechamento da empresa. Desde a fundação, os críticos da EBC questionam a pertinência e legitimidade de sua existência financiada pelo Tesouro Federal e que, segundo eles, nunca teria dado retorno esperado, a considerar meramente os índices de audiência.

Como jornalista que ingressou na EBC em 2015, por meio de concurso, vivia o temor, assim como muitos dos colegas, pelo fim da empresa com caráter público. Observava, também, a partir da minha atuação como trabalhadora na Gerência Executiva de Conteúdos e Serviços, que é um setor não comprometido com a realização da comunicação pública, que as preocupações internas com a crise pareciam heterogêneas. Relacionavam-se com aspectos que vão desde a perda do emprego ao desmonte do projeto de comunicação pública no país. Foi a partir desta observação que surgiram algumas questões de partida para esta investigação: que compreensão havia sobre a ideia de comunicação pública por parte dos trabalhadores? Ela era geral, relativamente homogênea, ou dependia de uma série de fatores, como tempo de casa e relação com outros veículos ao longo de cada carreira? Será que os trabalhadores se percebiam responsáveis pela prestação de um serviço à população? Seria possível fazer comunicação pública caso este não fosse um conceito apreendido por quem deve fazê-la no dia a dia?

A presente pesquisa foi desenhada a partir dessas questões e, portanto, guarda relação com minha própria percepção como jornalista da empresa, que fui até dezembro de 2018, quando me desliguei voluntariamente. A expectativa, no primeiro momento, era realizar entrevistas com trabalhadores dos mais diversos setores. Além de jornalistas, que ocupam boa

parte dos postos de atividade-fim, pensava ser relevante refletir sobre como o conjunto de trabalhadores encarava a missão da empresa: administradores, advogados, arquivistas, gestores de recursos humanos, publicitários, técnicos de manutenção e operações, entre tantas outras ocupações. Esta expectativa de escuta ampliada se ancorava na convicção de que todos são importantes para a execução dos processos.

Apesar de manter a convicção sobre a importância das diversas ocupações, entendi, ao desenhar a pesquisa, que se mostrava improdutivo e inviável a ampliação do escopo da amostra a todo o universo de trabalhadores da EBC. Além de questões como disponibilidade de tempo e recursos para uma pesquisa desse tipo, e da complexidade da estrutura dos cargos e ocupações da empresa, os jornalistas eram mais facilmente mapeáveis. Sobretudo, compreendi que a atuação desses profissionais poderia ser considerada representativa dos limites da independência da EBC e da sua capacidade de fazer comunicação pública. O jornalismo poderia ser tomado como um índice do caminhar da empresa rumo a sua constituição como pública: questões como a independência editorial (ou a falta dela) devem ser caras aos jornalistas em qualquer empresa, pelo ideal profissional. No caso da EBC, a expectativa de independência tem, na verdade, obrigação legal: impõe-se autonomia dos governos (BRASIL, 2008, art. 2^a, VIII) e autonomia do mercado que, espera-se, esteja garantida pelo veto à veiculação de anúncios de produtos ou serviços (BRASIL, 2008, art. 11^o, VII). Assim, apesar de assinalar a importância do conjunto da programação para que a empresa atinja seus objetivos legais, ficava claro que o jornalismo, e os jornalistas, poderiam dar um bom indicativo em termos de percepção da realidade da comunicação pública na EBC.

Soma-se que, a partir de pesquisas sobre os jornalistas profissionais, passo a considerar que é possível esperar que tenham comportamento semelhante entre si, um *habitus* (BOURDIEU, 1997, 2010) compartilhado, o que é útil para pesquisas empíricas na medida em que as características do *habitus* são observáveis e ajudam a entender o funcionamento de certo setor da sociedade (WACQUANT, 2007). Além disso, o “ser jornalista” implica um modo próprio de ver e construir o mundo e de comportar-se diante dele – estes profissionais formam uma tribo (TRAQUINA, 2018a) unida pelo fazer das notícias.

Tendo como base essa compreensão a respeito do universo dos jornalistas e considerando um entendimento sobre as finalidades da EBC a partir das disposições legais e das melhores práticas estabelecidas internacionalmente neste campo (Unesco, 2001), a presente pesquisa propõe compreender potencialidades e limites da comunicação pública a partir da análise da percepção de um grupo de jornalistas profissionais que trabalham na empresa.

Ao mobilizar o conceito de percepção (MERLEAU-PONTY, 1999), valoriza-se a relação de cada sujeito com outros e com o mundo como uma forma de construir conhecimento e compreender a realidade. Desta forma, busco entender os jornalistas trabalhadores da EBC como sujeitos que são modificados e modificam o ambiente em que empregam sua força de trabalho e que se relacionam com este espaço de várias maneiras: por exemplo, a partir de elementos da história de cada um, da empresa e da comunicação não comercial no Brasil; da organização hierárquica da empresa e das relações entre as pessoas; e das expectativas de cada um deles e da realidade dada.

Esses diversos aspectos foram abordados nas entrevistas semiestruturadas realizadas para captar a percepção dos jornalistas com relação a seu espaço de trabalho. Três convites à participação na pesquisa foram enviados por e-mail a 321 profissionais enquadrados como Jornalistas de Empresa de Comunicação Pública (JCP), categoria que reúne jornalistas, repórteres cinematográficos e fotógrafos da EBC. O grupo convidado excluía quem ocupava cargos de chefia em junho de 2018 (data escolhida aleatoriamente para formar a amostra), bem como os profissionais que atuavam em área da EBC que não tem missão de realizar comunicação pública (Gerência Executiva de Conteúdos e Serviços). Concentramos os convites nas três maiores praças: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Vinte e nove jornalistas se dispuseram a participar e foram realizadas 16 entrevistas, presencialmente, na capital federal, ou por telefone, no caso das outras cidades.

A partir da escuta dos profissionais, passo então a observar se os relatos dialogam com os princípios e objetivos que regem a existência da EBC, nos termos da Lei que permitiu sua fundação e das características internacionalmente estabelecidas pela Unesco (2001), tidas como exemplares para o funcionamento adequado da radiodifusão pública: universalidade, pluralidade, diferenciação e independência. Com isso, verificamos se e em que medida as necessidades para a realização de uma comunicação pública puderam ser introjetadas na práxis deste grupo de jornalistas.

A relevância da pesquisa se dá, justamente, pela promoção do debate sobre o estado da arte da comunicação pública realizada na EBC a partir da perspectiva de seus jornalistas, entendidos aqui, reitero, como sujeitos que devem colaborar diretamente para atingir a missão da empresa. É pertinente, também, por fazer uma avaliação da EBC desde o processo de formação do seu quadro de funcionários, com o que é possível refletir sobre sua diversidade. Busco, ainda, compreender se em alguma medida o *habitus* de jornalistas da EBC foi sendo modificado, de modo a adequar-se às rotinas e necessidades de um fazer voltado para a

comunicação pública. É uma questão com especial sentido se consideradas as diversas origens dos profissionais – boa parte, herança da Radiobrás, que trouxeram consigo uma cultura profissional ligada à comunicação estatal, enquanto outros foram contratados para trabalhar com comunicação pública, por meio de concurso da EBC. No conjunto, brasileiros inseridos num contexto em que falta uma cultura de comunicação pública, e que foram formados como jornalistas nas universidades e nas redações, que, no caso do Brasil, são majoritariamente de veículos comerciais, com finalidade de lucro. Trata-se de aspectos que não foram abordados por estudos anteriores deste campo (DINIZ, 2013; BORGES, 2018; PIERANTI, 2017; 2018; VALENTE, 2009; GUERREIRO, 2016) e que se apresentam como chave para compreensão dos limites e potencialidades de realização da empresa. A pesquisa pode ser útil, ainda, na medida em sinaliza como a boa gestão de pessoas, e especificamente dos jornalistas, por trabalharem diretamente com a atividade-fim da empresa, é central para a execução da política pública de comunicação a partir das práticas informativas que estes profissionais desempenham.

A apresentação do estudo está dividida em cinco capítulos. No primeiro, exponho uma breve história da EBC, organizada em três fases. Uma é anterior à fundação da empresa e trata da herança recebida em termos de comunicação educativa e estatal – herança que, segundo o entendimento aqui exposto, relaciona-se ao patrimônio e aos aparatos, aos veículos de comunicação e à cultura institucional, esta última por meio dos trabalhadores (DINIZ, 2013; PENG, 2014; PIMENTEL 2009). O processo prévio à criação da empresa foi marcado por intensos debates em busca de caminhos para fortalecer a comunicação pública – e especialmente a televisão pública (MILANEZ, 2007; CARMONA, 2003; BUCCI, 2008). Essas mobilizações envolveram segmentos da sociedade civil; representantes de diversas entidades e emissoras do campo público como, por exemplo, a TVE do Rio de Janeiro e a Radiobrás; e setores do governo, notadamente o agora extinto Ministério da Cultura. Depois, passamos ao período de montagem da EBC (2007-2016), com início marcado pela edição da Medida Provisória 398/2007, que permitiu a sua criação. Avanço descrevendo brevemente o processo de tramitação do texto pelo Legislativo e os anos seguintes à provação, observando o caminho para um amadurecimento, ao menos parcial, do caráter público, sempre permeado por disputas, descontinuidades e algumas conquistas. Em seguida, descrevo o começo do período de desmonte (2016-2018). O marco temporal de início desta etapa da história da empresa é a edição da MP 744/2016 que, como vimos, determinou, entre outras medidas, a destituição do Conselho Curador, órgão responsável pelo controle social da linha editorial da EBC. Ainda neste primeiro capítulo, trato, em visão histórica e panorâmica, da EBC como espaço de trabalho. Revelo dados

a respeito de seu corpo funcional e indicadores gerais apresentados pela empresa em relatórios anuais, especialmente no que tange à gestão de pessoal. Neste ponto, busco refletir a partir da lógica de montagem e desmonte, ressaltando efeitos de tais processos sobre os trabalhadores.

No segundo capítulo são confrontados os aspectos conceituais da comunicação pública (BRANDÃO, 2012; DUARTE, 2012; MONTEIRO, 2012) e da radiodifusão pública (DEL BIANCO E CURADO, 2014; VALENTE, 2009), e alguns entendimentos sobre os espaços que os veículos de radiodifusão geridos por uma empresa de comunicação pública passam a ocupar diante da missão de complementar a radiodifusão estatal e privada, conforme prevê o Artigo 223 da Constituição (LIMA 2015b; RAMOS, 2012). Exponho, ainda, os princípios reconhecidos internacionalmente como norteadores para as atividades de radiodifusão pública e suas relações com o contexto brasileiro (UNESCO, 2001; MENDELL, 2011; MENDELL E SALOMON, 2011). A partir destes conceitos, busco apresentar o que estamos tratando, e o que nossos entrevistados estão tratando, por comunicação pública.

Na sequência, é apresentada a abordagem teórica que colabora com a interpretação das entrevistas realizadas com o grupo de 16 jornalistas da EBC. No terceiro capítulo, reflito mais detidamente sobre o conceito de percepção e sua relação com a construção social da realidade (BERGER E LUCKMANN, 2011), que sustenta a proposição de que o que percebem os jornalistas se relaciona com o que constroem na EBC. Também adoto os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu (1997, 2010) para amparar a leitura da EBC e deste grupo profissional que atua como *tribo* que produz notícia (TRAQUINA, 2018a). Ao tratar dos jornalistas como uma *tribo*, o autor destaca comportamento semelhante no grupo e modo de ver o mundo por uma lente própria daqueles que passaram pelos processos de aprendizagem da profissão. Ao compreender o campo jornalístico e suas peculiaridades, na comparação com outros campos, passo a questionar se no caso dos veículos públicos a atividade deveria ser baseada em outras práticas, outro *habitus* e, se por fim, se não devíamos falar de outro campo. Por isso apresento dois tipos de experiências nomeadas como de “jornalismo público”. De um lado estão as derivadas de um movimento de fins dos anos 1980 nos Estados Unidos, o *civic journalism* (BORGES, 2009; ROTHBERG, 2011; FELTRIN, 2018), traduzido ao português como jornalismo público, e de outro, a experiência do jornalismo público da BBC (ROTHBERG, 2011), empresa reconhecida como referência internacional de boas práticas em radiodifusão pública.

O quarto capítulo contém descrição do caminho metodológico adotado, o que inclui um breve debate sobre as vantagens e desvantagens, diante do contexto histórico que vive a EBC,

da adoção de entrevistas (POUPART, 2012) na composição do *corpus* a ser analisado. Reflito sobre meu lugar de pesquisadora especialmente porque, neste caso, trata-se do lugar de alguém que fala com pares e tem laços de familiaridade com o ambiente pesquisado, o que traz certo benefício na construção de confiança e acesso a documentos e, por outro lado, a dificuldade do movimento de estranhar o que é próximo (VELHO, 2003; 2004). Nesta seção descrevo ainda os procedimentos e ferramentas adotados para o desenvolvimento da pesquisa, como o porquê da adoção da análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977). Neste ponto, estão as explicações sobre a realização das entrevistas semiestruturadas, desde a organização do questionário ao recorte do convite aos entrevistados.

No último capítulo, analiso as entrevistas à luz dos conceitos de comunicação e radiodifusão pública e da abordagem teórica a partir de três grandes conjuntos de categorias: a EBC como espaço de trabalho; o fazer dos jornalistas na EBC e a percepção e as perspectivas dos jornalistas da EBC sobre a comunicação pública realizada por eles nessa empresa.

Ao longo do trajeto que resulta na presente dissertação, foi uma companheira constante a questão do lugar da subjetividade da pesquisadora, em contraposição à tentativa de afastamento em busca de objetividade na análise. A adoção, em diversas partes do trabalho, da primeira pessoa do singular, deve apresentar-se ao leitor como um posicionamento. Além da introdução, a opção se aplica ao quarto capítulo, que trata dos caminhos metodológicos escolhidos; ao quinto, que reúne minha análise do material, e à conclusão. A primeira pessoa do singular também surge em breves trechos dos demais capítulos, sempre com o mesmo objetivo de refletir posicionamento e análise própria. Apesar da quebra da recomendação clássica dos trabalhos científicos, no sentido de manter uma redação de estilo não apenas formal, mas também impessoal, acredito que esta é a forma mais transparente de evidenciar este tensionamento entre subjetividade e objetividade. Esta conduta deixa clara minha presença na pesquisa, na EBC e no campo jornalístico em debate. Deste modo, também pretendo dar o máximo de consequência à adoção do conceito de percepção. Afinal, se os outros jornalistas percebem, também percebo eu, pesquisadora. Assim, ao mesmo tempo, busco o distanciamento necessário para realizar inferências e tirar conclusões consequentes com a análise dos dados coletados e à luz dos conceitos que garantem amparo teórico no trabalho, e também admito analisar observando de certo ponto de vista e a partir de meu contexto no mundo. Ao analisar e para analisar, também percebo. E quem percebe, ensina Merleau-Ponty (1999), o faz a partir de um corpo e, por conseguinte, compreendo, o faz a partir da primeira pessoa do singular.

As dificuldades que se desdobraram para a realização do trabalho não são pequenas. Passam pelo contexto de desmonte da EBC e pelas reverberações do momento político tenso vivido pelo país e dentro da empresa, com disputas ainda mais agudas em virtude do período eleitoral e de seus resultados, com acirramento de ameaças contra a empresa e seu caráter público. As dificuldades incluem, também, novas exigências que tentavam controlar a realização de pesquisas na empresa por seus trabalhadores; a complexidade de compor uma amostra que pudesse ser representativa da diversidade interna à EBC e o próprio envolvimento da pesquisadora com seu objeto de pesquisa diante desse cenário. Foi nesse clima que as entrevistas foram realizadas. Apesar de tudo isso, acredito que a escuta dos jornalistas cumpriu o objetivo de ajudar a apresentar um olhar renovado sobre o que se fez, o que se faz e o que é possível fazer em termos de política pública de comunicação na EBC.

Entre as principais conclusões obtidas com base na percepção deste grupo de entrevistados está a de que, de modo geral, os profissionais dialogam com o debate sobre a comunicação pública e valorizam positivamente o que entendem por sua realização. Valorizam, também, as estruturas de controle social e a colaboração delas – e especialmente do Conselho Curador destituído – na defesa da autonomia da linha editorial da empresa. Nas entrevistas, os profissionais destacam o ideal de colaboração para construção da cidadania no Brasil como razão para trabalhar com comunicação pública. Essa é a amálgama que mais os une em torno de um claro posicionamento de defesa da EBC. Apesar de a amostra ter sido composta por um grupo bastante homogêneo, os depoimentos apontam para a existência de um corpo funcional heterogêneo. Este dado indica que mesmo após mais de dez anos de funcionamento como empresa de comunicação pública, a EBC não foi capaz de promover, de forma completa, a construção de um *habitus* em seus jornalistas estruturado a partir dos princípios e objetivo que norteiam sua missão, conforme expresso na Lei que a criou (BRASIL, 2008). Estes depoimentos dão conta de que as rotinas seguem inadequadas para produzir uma comunicação alinhada com os princípios e objetivos da radiodifusão pública, e indicam que os processos produtivos pioraram depois da dissolução do Conselho Curador. Vivendo o desmonte, os trabalhadores revelam ainda perda da relativa autonomia editorial frente aos governos. Assim, busco demonstrar que a ênfase em uma boa gestão de pessoas, e especificamente dos jornalistas, por realizarem a atividade-fim da empresa, é central para a execução dessa política de comunicação pública.

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA EBC: ORIGENS, CONSOLIDACÃO E IMPASSES

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é a primeira a ser criada no país com o objetivo de prestar serviço público de radiodifusão com princípios e missão que se aproximam do conceito de radiodifusão pública definido pela Unesco (2001). Apesar da novidade da iniciativa, a EBC herda práticas e rotinas, ou seja, culturas organizacionais, da Empresa Brasileira de Comunicação, a Radiobrás, e dos veículos educativos que eram administrados pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp) – além de patrimônio e estruturas, atribuições, responsabilidades e corpo funcional. Em pouco mais de dez anos, trilhou caminho irregular e hoje vive expectativa de futuro incerto no governo do presidente Jair Bolsonaro.

Ao longo deste capítulo são destacados aspectos sobre como a EBC lidou com a herança educativa e estatal recebida junto com os bens das empresas que a antecederam, e o caminho que levou à sua implantação, desenvolvimento e processo de desmonte. Ao descrever a trajetória da empresa, mostro como se deram os fluxos de entrada, permanência e saída de trabalhadores. Apesar dos anos de convivência com profissionais da Acerp, que anteriormente prestavam serviço aos canais educativos, a incorporação efetiva é restrita ao corpo funcional da Radiobrás, formado por empregados públicos. Ao mesmo tempo em que incorpora essa herança, a empresa vive a emergência da criação de um novo corpo de trabalhadores a partir da realização de concursos públicos para a EBC.

A história da Empresa Brasil de Comunicação é influenciada por essas heranças e também pelo lugar ocupado pelos veículos de comunicação sem finalidade de lucro em toda a trajetória da comunicação eletrônica no país. Nos termos de Ângela Carrato Diniz (2013), em sua tese sobre a história da TV Pública brasileira, a EBC ocupa espaço entre os perdedores numa história que é construída a partir da ótica dos vencedores: as emissoras comerciais. A memória, os silenciamentos e os esquecimentos no contar da história dos veículos não-comerciais impactam na construção do real. No caso da história dos veículos de comunicação do campo público, relacionam-se, segundo a autora, com seu o horizonte de futuro.

Com isso, a constituição da EBC se dá num espaço de disputa, cujos antecedentes se aprofundam como consequência do patrimonialismo e clientelismo¹ que dão forma ao Estado

¹ Patrimonialismo é uma característica atribuída aos Estados quando a separação entre os interesses públicos e os interesses privados não são claras. O sociólogo Antônio Cândido, no prefácio a Raízes do Brasil, identifica Sérgio Buarque de Holanda como o primeiro autor brasileiro a usar os conceitos de “patrimonialismo” e “burocracia”, devidos a Max Weber. Holanda conecta a existência destas características no Estado brasileiro às nossas raízes

brasileiro. Eles conformam relações sociais, inclusive nos espaços de trabalho e, nas comunicações, se materializam pelo poder dos veículos privados, concentrados de modo nacional e regional, e vinculados aos poderes políticos e econômicos. Todos esses elementos perpassam a história da radiodifusão no país e deles derivam (e permanecem) características que geram desconhecimento e desvalorização do campo não comercial no seio da sociedade. Elementos influentes no cenário de instabilidade que sempre rondou a EBC.

Para reconstruir essa história, realizei uma revisão de bibliografia por pesquisas acadêmicas; consultei reportagens e documentos produzidos pelo Conselho Curador, pelos trabalhadores e suas entidades representativas; e explorei colocações da própria EBC por meio dos seus Relatórios de Gestão relativos a dez anos de atividades: 2008 a 2017. O objetivo foi buscar uma pequena amostra dos esforços empreendidos – com maior ou menor sucesso – para seu crescimento e consolidação. As informações sobre a expansão do alcance, a relevância e as atividades de cada um dos veículos da EBC não constituem o centro da presente pesquisa e, por isso, não há aqui qualquer pretensão de esgotar esses temas. A menção deles tem o objetivo de revelar que é possível construir a história da EBC como *contra-história* – uma história que não corresponde àquela que vem sendo contada pelos ‘vencedores’ do sistema de radiodifusão no Brasil (LOSURDO, 2006, apud DINIZ, 2013). Assim, a história/contra-história apresentada a seguir parte de dados, fatos e ações, relações sociais e políticas, que foram tornando a EBC concreta, mas organizadas a partir do olhar de quem a defende e critica com o objetivo de aprimorar e, até mesmo, dar força ao projeto da comunicação pública na EBC.

1. Antecedentes

1.1 Herança educativa

A produção de comunicação não comercial a partir da construção de um sistema cuja finalidade é educativa datam dos primórdios da radiodifusão do Brasil, com os esforços de

Ibéricas. Recorre a estes conceitos para delinear a ideia do "homem cordial", cuja mentalidade é descrita como individualista, sem estruturar ordem coletiva, relutante face à lei. Para o autor, que escreve em 1936, graças ao patrimonialismo e ao individualismo, a democracia no Brasil “sempre foi um lamentável mal-entendido”. (HOLANDA, 1994, p.192) Sua expectativa era do rompimento com as raízes Ibéricas graças a superação da ordem rural pela urbana – cujo marco temporal para ele era a abolição da escravidão. Para Holanda, o rompimento se dava pela crença na modernidade, que tem entre seus resultados a transgressão da ordem doméstica pelo Estado, quando o indivíduo se fazia cidadão. O conceito de clientelismo se relaciona ao de patrimonialismo na medida em que também tem a ver com a relação estabelecida entre atores públicos (muitas vezes parte do Estado) e privados. Estes agentes se associam para que os privados sejam beneficiados pelos bens públicos e os entes no poder lá permaneçam. Patrimonialismo e clientelismo apontam para deformações na atuação do Estado e na democracia. Cf. HOLANDA, 2014; CARVALHO, 1997.

Edgard Roquette-Pinto e outros pioneiros. A criação desses veículos não parte de uma política de Estado bem estruturada, mas da iniciativa de intelectuais e cientistas (FRADKIN, 2007), assim como, posteriormente, de interesses mais ou menos republicanos que afloraram em todo o território nacional. É como se explica que, hoje, as emissoras de rádio e TV educativas estejam descentralizadas: parte sob controle do governo federal, como as vinculadas a universidades públicas; outra parte submetida aos governos nas esferas estadual e municipal; e um terceiro conjunto gerido por fundações privadas sem fins de lucro. Frequentemente com pouca ou nenhuma independência financeira e editorial. As de âmbito estadual, aliás, mais realizam uma comunicação estatal ou de governo, ou atenta à conveniência do dono, do que se revelam propriamente intencionadas a colaborar com a construção da cidadania e da democracia.

A primeira emissora de rádio brasileira nasceu educativa. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi criada em 1923, e era diretamente ligada à Academia Brasileira de Ciências. O caráter da emissora, uma demanda de seu fundador, Roquette-Pinto, era educativo e cultural, e sua manutenção era realizada a partir da contribuição dos sócios. Posteriormente, foi doada ao Ministério da Educação e Saúde, dando origem a Rádio MEC AM, uma das emissoras da EBC no Rio de Janeiro. Em 2018, completou 95 anos no ar com o lançamento de um selo comemorativo. (AGÊNCIA BRASIL, 2018a)

A legislação sobre radiodifusão, em geral, segue a reboque dos acontecimentos desde os primeiros marcos legais, ainda na década de 30². Esses decretos, assinados quase uma década depois da instalação das emissoras pioneiras, já conformavam o cenário da radiodifusão no Brasil: “de um lado, público, educativo e sustentado pelo Estado ou por fundações; e do outro, privado, comercial e majoritário em quantidade de emissoras e ouvintes” (FERRARETTO, 2007, p.103).

O regulamento do Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), aprovado em 1943, mostra que, para os pioneiros, o rádio educativo poderia ser qualquer um, mesmo o comercial, desde que a programação não fosse “deseducativa”. As emissoras administradas pelo Estado deveriam ser “instrutivas” (PIMENTEL, 2006, p. 38). Concepção semelhante funda os canais de TV educativa. Às educativas caberia o papel de fazer frente à lacuna de mão de obra qualificada em tempos de urbanização e industrialização crescente, ofertando cursos e palestras.

2 O decreto 20.047/1931 é o primeiro no qual o termo *radiodifusão* aparece em um texto legal. Por meio dele, o governo estabeleceu-se como poder concessório de outorgas e previu a criação de uma “rede nacional” sob seu controle por meio do ministério da Educação e Saúde Pública. Já o decreto 21.111/1932 criou, a Hora do Brasil (origem da atual Voz do Brasil) e sua veiculação obrigatória. E estabeleceu a regulamentação da publicidade na radiodifusão, tornando os veículos em empreendimentos comerciais.

Ao longo do desenvolvimento da radiodifusão brasileira, o que se observou foi a centralidade das emissoras comerciais por sua rápida expansão, especialmente após a liberação da veiculação de publicidade em 1932. O fortalecimento do sistema comercial influenciou no desenvolvimento do sistema educativo. Os episódios narrados a seguir sobre a criação de emissoras de TV educativa são reveladores de preferências.

Milanez (2007) reproduz trechos de depoimento de Tude de Souza, membro da comissão chefiada por Roquette-Pinto e que realizou os estudos para implementação de uma TV educativa no Rio de Janeiro, à edição de 19/12/1960 da revista PN – Publicidade e Negócios. A manchete daquela edição era *O escândalo da TV educativa no Brasil*. Conforme a autora, a implementação da emissora foi frustrada por questões políticas no âmbito municipal. O prefeito da capital foi exonerado em 1952 e o sucessor não teve interesse em manter o projeto. Tude de Souza declarou que a Prefeitura do Rio perdeu US\$ 70 mil que já haviam sido empenhados como primeira parcela do valor dos equipamentos que seriam importados para implantação do canal. O projeto brasileiro não foi executado e acabou arquivado pela empresa norte-americana que havia vendido os equipamentos. O documento é descrito como exemplar, tendo servido como modelo para diversas emissoras educativas posteriormente implantadas nos EUA e em outros países. A outorga do canal 2, que abrigaria a emissora, já havia sido distribuída pelo presidente Getúlio Vargas para a iniciativa, em 1952. Mais tarde, em 1957, o presidente Juscelino Kubitschek decretou a caducidade das concessões atribuídas por Vargas. O Grupo Excelsior ficou com o canal 2 (Cf. MILANEZ, 2007, p. 11-26).

Outro caso emblemático é o da emissora de TV pretendida pela Rádio Nacional. Segundo Milanez (2007), a outorga já estava assegurada pelo mesmo decreto de Vargas, de 1952. Contudo, conforme relata Diniz (2013), depois do suicídio de Vargas, o projeto foi arquivado. Diante da onda de otimismo ensejada pela chegada ao poder do presidente Juscelino Kubitschek, os diretores da Rádio Nacional buscaram retomar o projeto. Segundo a autora, diante da viabilidade técnica e econômica, e de sinalizações positivas por parte do governo federal, a instalação da nova TV que ocuparia o Canal 4 no Rio de Janeiro era dada como certa pelos dirigentes da emissora, e os equipamentos necessários à instalação foram importados. "Em poucos meses, eles chegaram ao Rio de Janeiro, mas, para surpresa dos funcionários, não ficaram lá." (DINIZ, 2013, p. 141) Conforme as memórias do ator e escritor Mário Lago (1977), citadas por Diniz, a negação da emissora da Nacional no Rio de Janeiro foi a resposta de Kubitschek à oposição declarada do empresário Assis Chateaubriand, dono do maior grupo de mídia do país à época, os Diários Associados, que ameaçava jogar toda sua rede de rádio, imprensa e televisão contra o governo. O canal 4 do Rio, que seria destinado à emissora estatal,

acabou concedido, em 1957, a Roberto Marinho – o dono da Globo ainda não era visto como uma ameaça por Chateaubriand. A TV Nacional entrou no ar, em Brasília, no dia da inauguração da Capital, 21 de abril de 1960.

Esse episódio revela, portanto, as complexas relações entre privado e estatal/público no Brasil³ (com frequente prejuízo do último) estabelecidas desde o início do processo de concessão de outorgas para transmissão de sons e imagens. Para Diniz,

Chateaubriand encarnava o que havia de mais atrasado, o que resistia a abrir mão de privilégios, o que tentava ignorar a mudança, mesmo uma mudança lenta como a experimentada pela sociedade brasileira de então. (...) Em se tratando de TVs educativas ou TVs em bases não comerciais, esse atraso pode ser calculado em números: 15 anos. Tempo em que atuou contra a TV sonhada por Roquette-Pinto e, depois, pela emissora planejada pela Rádio Nacional. Roquette-Pinto, Fernando Tude de Souza, Renato Murce e Victor Costa, os quatro principais trabalhadores em prol destas emissoras, encarnavam o compromisso com o novo. Mesmo partindo de um pressuposto “iluminista” ao enfatizarem o papel educativo dos meios de comunicação, visavam a ruptura com uma sociedade baseada em privilégios e apostavam no desenvolvimento social a partir do trabalho e das oportunidades que fossem oferecidas a todas as pessoas (2013, p.144-5).

A primeira TV educativa do país foi fundada em 1968 no Recife, a TV Universitária de Pernambuco, seguida por várias outras. Já a primeira iniciativa sob responsabilidade do governo federal não foi a criação de uma emissora de TV, mas de um centro de produção de teleaulas, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE/MEC)⁴. A Fundação foi o embrião da TVE do Rio de Janeiro⁵ (MILANEZ, 2007), que décadas depois seria incorporada à EBC.

No que diz respeito às políticas federais para o setor, destaca-se que, em 1965, o Ministério da Educação requereu 98 canais para TVs educativas, que jamais viriam a ser efetivamente ocupados. Dois anos depois, em pleno regime militar, o decreto 236/1967 modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações no sentido de restringir a função dos canais educativos à divulgação de programas educacionais como aulas, conferências e debates.

³ Enquanto isso, na mesma época, a British Broadcasting Corporation (a BBC, corporação britânica cujo modelo de serviço público de radiodifusão é referência internacional) se consolidava o Reino Unido do pós-Guerra. Da mesma forma, na França e em diversos outros países, a TV era construída com caráter público. O modelo norte-americano, comercial, era a exceção e as sucessivas opções do estado brasileiro em favor do sistema privado nos aproximariam deste. Contudo, há diferenças cruciais, como a limitação de propriedade cruzada nos EUA. Ou seja, tanto em nível nacional como regional o mesmo proprietário não pode controlar diferentes veículos de comunicação (jornal, revista, rádio, etc.) num mesmo mercado. Isso porque, diferente do nosso quadro, apesar da ênfase na comunicação comercial, a legislação reflete, lá nos EUA, preocupação sobre a influência negativa da concentração dos meios na formação da opinião pública e, em consequência, na democracia. Cf. LIMA, 2015a e INTERVOZES (org.), 2019.

⁴ O centro produzia conteúdo educativo a ser distribuído para as emissoras educativas e também para as comerciais. Para se ter ideia do crescimento da iniciativa e da insistência de seus criadores, no princípio, em 1967, o projeto foi tocado por um grupo de cerca de dez pessoas, nem todas recebendo salários, numa sala cedida pelo professor Gilson Amado, um dos idealizadores do projeto. Em seis anos, quando a FCBTVE/MEC finalmente recebeu outorga, já tinha se tornado uma grande produtora, com mais de 400 funcionários. Cf. MILANEZ, 2007.

⁵ Também nomeada na literatura da área com TVE Brasil e TVE Rio ou TVE RJ e criada pelo o Decreto 71.634 de 16/08/1973.

Foi vedado qualquer tipo de propaganda e patrocínio, o que limitava os canais não apenas pelo orçamento, mas pela compreensão do que deveria ser um canal educativo.

Àquela altura, o modelo comercial e concentrado já estava em fase de consolidação por meio da formação de redes, especialmente as de TV⁶, voltadas para transmissão em grande escala e que se estruturam a partir de cabeças de rede⁷. Essa política dialogava com a necessidade de integração territorial, cara aos militares. Nas décadas de 1960 e 1970, não apenas a Globo, mas todas as principais emissoras comerciais passaram a transmitir em rede, movimento que seria aprimorado com a adesão do país ao Sistema Internacional de Satélites, o Intelsat⁸. À transmissão com satélites era necessário somar a montagem de redes locais, cuja instalação dependeria, pelo elevado valor a ser investido, de “arranjos políticos delicados” com os poderes locais – dado relevante para refletir sobre as ligações radiodifusão-política partidária: mais uma vez, o benefício das redes privadas iria implodir o espaço das não comerciais⁹ (GUERREIRO, 2016, p. 29). A autora mostra que esse arranjo possibilitou, também, o modelo de negócio do setor, cujos efeitos também atingem as emissoras não comerciais.

[o modelo de negócio] inclui as lógicas mercadológicas: propaganda, anúncios, apoio cultural, audiência. Seja a emissora pública ou privada, pelo fato dela incorporar ativos, sistemas de produção e ter objetivos que, de forma implícita, exigem a abrangência e o alcance do público, essa lógica permeia esse ambiente (GUERREIRO, 2016, p. 33).

Diante das diversas limitações que enfrentavam, as emissoras educativas de rádio e TV também buscaram articular-se por meio de redes. Segundo Guerreiro (2016) e Fradkin (2007), a iniciativa tinha diferenças na comparação com as comerciais quanto à organização. A intenção era veicular programas de todas as integrantes, sem repetir o modelo de cabeça de rede.

6 Há também as redes de rádio. Contudo, o caráter do veículo, mais ligado ao local do que as TVs, e os custos mais baixos relacionados a sua manutenção, faz com que as redes, no caso da transmissão de sons, sejam menos necessárias para o estabelecimento do rádio como um negócio na comparação com o caso da TV. Por isso nos concentramos em observar a formação destas.

7 As redes são formadas por uma “cabeça de rede”, que centraliza o sistema: as afiliadas se comprometem contratualmente a comportar-se de modo uniforme e sob coordenação da “cabeça”, sendo organizadas janelas definidas para inserção de programação local que perfazem cerca de 15% do tempo da programação. O sistema é potencializado em termos de alcance geográfico pelas Retransmissoras de Televisão (RTVs), que simplesmente repetem o sinal das afiliadas.

8 Lima e Rabelo de Araújo (2015) argumentam que a formação de redes nesse modelo é ilegal na medida em que o Decreto-Lei 236/1967, art.7, proíbe a formação de “cadeias e associações” que estabeleçam “direção ou orientação única”. Contudo, “Apesar de todas as evidências em contrário”, escrevem, “o MiniCom não considera as ‘redes’ formadas com filiação contratual de emissoras como ‘cadeias ou associações’” (p. 276).

9 Para não perdermos de vista os reflexos desta estrutura no presente, em 2019, 26 parlamentares do Congresso Nacional e um governador são formalmente vinculados a veículos de radiodifusão, prática inconstitucional, mas nem por isso extinta. É a ponta do iceberg não só por tratar-se do legislativo federal, mas porque é muito comum a prática de desligamento apenas aparente, por meio de “testas de ferro”. Cf. MIELKE, 2019.

Contudo, sempre foi patente a influência maior das emissoras do Rio de Janeiro e de São Paulo, por disporem de satélite e serem melhor estruturadas no âmbito econômico.

Nos anos 1990, marcados por políticas neoliberais, o MEC abriu mão de suas prerrogativas quanto à radiodifusão educativa, ficando todo o sistema de outorgas sob responsabilidade do Ministério das Comunicações. A Fundação Roquette-Pinto, que era parte do MEC e mantenedora da TVE RJ, foi transformada em Organização Social (OS), com o nome Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp). A intenção era reduzir gradativamente a participação do governo federal nos ingressos da empresa. Antes de ser transformada em OS, a Fundação Roquette-Pinto tinha orçamento de R\$ 80 milhões. O novo contrato firmado entre Acerp e Secom-PR era de R\$ 12 milhões. (MILANEZ, 2007, p. 167) Vivendo cenário de penúria econômica e instabilidade política, a TVE RJ perdeu parte de sua capacidade de influência política sobre as demais, abrindo espaço para o fortalecimento da TV Cultura de São Paulo - que para sobreviver aos cortes reformulou seu modelo de negócio, passando inclusive a veicular comerciais a partir de 1996. (DINIZ, 2013, p. 225). Na avaliação de Fradkin (2007), a criação de uma nova Rede de TVs Públicas, coordenada pela EBC, teria entre os objetivos garantir o protagonismo do Governo Federal em uma área que estava sob controle da TV Cultura, vinculada ao estado de São Paulo. Além da TVE RJ, a Acerp era composta pela TVE MA, e rádios MEC AM RJ, MEC FM RJ, MEC AM de Brasília. Em 2008, as emissoras foram incorporados à EBC.

Ainda na década de 90, estimulados pela promulgação da Constituição, os dirigentes de emissoras educativas se articularam novamente para tentar mudar a realidade de sempre, agora reforçada pelas políticas neoliberais da época: poucos recursos para investir, baixa audiência, perseguição das comerciais que “não perdiam oportunidade para desqualificá-las, sugerindo que não tinham nada a contribuir em se tratando do cenário televisivo brasileiro”. (DINIZ, 2013, p.192-3). Diante desse quadro, em 1998 fundaram a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) e, no ano seguinte, articularam sua rede. O estatuto da entidade deixa claro o objetivo de defender que as emissoras, fossem educativas ou estatais, comportassem-se como públicas. Seguem alguns dos princípios éticos defendidos pela Abepec:

1. Defesa da TV Pública em sua integridade, independência, mecanismos de gestão que garantam a viabilidade técnica e financeira da emissora para exercer com regularidade e eficiência sua função educativa, cultural e informativa a serviço do homem e da sociedade brasileira;
2. A defesa da TV Pública como fator de integração, inclusão social e canal de acesso à informação e à comunicação livre e igual para todos;
3. A defesa da pluralidade, da diversidade e direitos das minorias, se valorizando as culturas regionais e a identidade nacional;
4. Defesa do entretenimento saudável e enriquecedor, que demonstre respeito à inteligência e à sensibilidade do telespectador, sobretudo das crianças. Defesa dos direitos humanos e da informação como instrumento de cidadania;
5. Valorização dos programas como complemento à ação educadora

da escola e formadora da família e a condenação aos atos que incitem a sexualidade precoce na programação (PRINCÍPIOS ÉTICOS, 1998 apud DINIZ, 2013, p. 195).¹⁰

As iniciativas desenvolvidas no período para que as emissoras educativas vinculadas a governos estaduais se tornassem públicas incluíam a busca por independência mediante a reforma do *status* legal das entidades. Essas mudanças iam da procura por novos mecanismos de financiamento à criação de espaços democráticos internos, como conselhos curadores. Mas o apoio esperado nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ou prometido, ainda em campanha, para o governo do presidente Lula (2003-2011) jamais chegou no volume esperado. Ao contrário, o que houve foram dificuldades com os movimentos pela privatização e a distribuição de outorgas de educativas com fins políticos, no caso de FHC, e a paralisação de qualquer apoio diante de pressões que vieram com o “Mensalão” – apelido dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006, no governo petista.

De todo modo, foi da organização das TVs educativas que nasceu um movimento em prol do fortalecimento de emissoras com caráter público no Brasil. Em última instância, esse movimento desemboca na criação da EBC. Como atesta o trecho citado do estatuto da Abepec, a promoção de cidadania era o eixo central das emissoras sonhadas então. O registro do encontro O desafio da TV Pública, promovido pela TVE Rede Brasil (TVE Rio) em 2003, cujos resumos das 18 palestras foram compilados e publicados em livro homônimo, também mostra a construção do sentido de público capitaneado por essas empresas.

Estavam em debate modelos de gestão, fontes de financiamento e a importância da TV pública na promoção da cidadania e do desenvolvimento humano pelo entendimento de seu potencial como veículo de educação, cultura e informação. Na apresentação do conjunto de artigos, a então diretora-presidente da Acerp, Beth Carmona, escreve sobre TVs públicas como emissoras “feita(s) para o cidadão (e que) dialoga(m) com a sociedade civil” (CARMONA, 2003, p. 10). O debate promovido pela TVE Rede Brasil reuniu especialistas e dirigentes de TVs educativas e estatais brasileiras, membros do governo, além de representantes de emissoras públicas dos Estados Unidos (PBS), Reino Unido (BBC) e Alemanha (WDR). Os debatedores brasileiros trataram, sobretudo, do desafio de equacionar corretamente a viabilização de recursos (somando a necessidade imperiosa de investimento público a outros mecanismos de financiamento) e um desenho de conteúdo que tivesse consciência do mercado brasileiro e, ao

¹⁰ Buscamos no site da entidade o estatuto da época e o atual, reformulado em 2010, Cf. TELA VIVA, 2010. Infelizmente os documentos não estão disponíveis, Cf. ABEPEC, 2019.

mesmo tempo, garantisse programação “sintonizada com seus deveres de promover a dignidade dos cidadãos” (CARMONA, 2003, p. 12).

1.2 Herança estatal

O Brasil contou com emissoras estatais desde os primeiros anos da radiodifusão. A própria Rádio Nacional, que chegou a ser a maior emissora do país, é um exemplo: foi encampada em 1940 pelo governo de Getúlio Vargas na fase do Estado Novo, e era, portanto, estatal, apesar de, além dos recursos do Estado, captar publicidade (inclusive de empresas estrangeiras) como qualquer emissora comercial poderia fazer. Contudo, nessa pesquisa, trato por herança estatal da EBC iniciativas nesse campo a partir da fundação da Radiobrás.

A Radiobrás foi criada pela Lei 6.301/1975 e tinha como objetivo implantar e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal de forma centralizada. Nasceu sob o espírito da Doutrina de Segurança Nacional, que entendia as funções estratégicas do rádio e da TV para integração territorial, com ênfase no atendimento a regiões com baixa densidade demográfica e desinteressantes comercialmente. A Radiobrás chegou a contar com 42 emissoras, sendo duas não utilizadas. Em 1988, o governo federal decidiu pela venda ou doação da maioria delas. Sobraram cinco.

Em 1979, o governo criou a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), em substituição à Agência Nacional, agência de notícias governamental da Era Vargas. A EBN era responsável pelo programa A Voz do Brasil, transmitido obrigatoriamente por todas as emissoras de rádio do país, de segunda a sexta-feira. Também produzia noticiários sobre o governo, como boletins diários e entrevistas, que eram transmitidos por telex. Em 1988, o ex-presidente José Sarney extinguiu a EBN. Suas atividades ficaram sob responsabilidade da Agência Brasil, que era gerida pela Radiobrás, sendo posteriormente incorporada à EBC.

Nos anos 90, a Radiobrás passou por grave crise econômica e institucional e a ideia de liquidá-la ganhou corpo no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A virada veio com reequilíbrio das contas por meio da melhoria da gestão da empresa (BUCCI, 2008, p.97). A Radiobrás chega em 1998 lançando um novo canal, a TV NBR¹¹, e administrando também a

11 Esta passa a operar via cabo e satélite com abrangência nacional. Além de emissor, o canal torna-se distribuidor gratuito de matérias e imagens na íntegra de eventos do Poder Executivo Federal para redes de televisão nacionais e estrangeiras (PENG, 2003, p.23). Do ponto de vista legislativo, o campo público foi, de certo modo, beneficiado pela chamada Lei do Cabo (nº 8.977, 06/01/1995), que passou a obrigar o empacotamento de canais universitários, comunitários, educativo-culturais e outros operados pelos legislativos municipal ou estadual, pela Câmara, pelo Senado, e, a partir de 2002, também um canal do STF. Como se vê, a Lei do Cabo não prevê a transmissão do

TV Nacional, cinco rádios, uma agência de notícias, a Agência Brasil, e um serviço radiofônico via satélite (a Rede Nacional de Rádios, com a programação originária das rádios Nacional AM e FM). A empresa também liderava as cadeias obrigatórias do Executivo, Legislativo e Judiciário, e gerava a Voz do Brasil. Esse conjunto de veículos e atribuições também viria a ser incorporado posteriormente pela EBC.

Quadro 1 – Veículos herdados pela EBC¹²

Emissoras originalmente educativas	Veículos originalmente estatais
Rádios: - MEC AM do Rio de Janeiro - MEC FM do Rio de Janeiro	Rádios: - Nacional da Amazônia, em ondas curtas - Nacional AM de Brasília - Nacional FM de Brasília - Nacional do Brasil, em ondas curtas - Nacional AM do Rio de Janeiro
TVE Brasil (TVE RJ)	TV Nacional de Brasília
TVE Maranhão	Agência Brasil

Fonte: elaboração da autora.

1.3 Geração de um sistema público

As emissoras educativas buscavam, no início dos anos 2000, tornarem-se *públicas*. No caso da TVE RJ, Milanez (2007) sinaliza que o caminho neste sentido se deu na busca por uma nova roupagem para a programação. Foi nesse contexto que a emissora promoveu, em 2003, o mencionado seminário *O desafio da TV Pública*. Caminho semelhante era empreendido pelas emissoras da Radiobrás. Segundo seu diretor-presidente à época, Eugênio Bucci (2008), a empresa buscava dar à programação a visão de comunicação pública¹³. O propósito de Bucci era desvinculá-la do patrimonialismo e clientelismo estatal que marcaram a sua história e buscar maior objetividade e autonomia com relação aos poderes da República. Ele destacava que,

sinal de um canal do Executivo Federal, no caso, a TV NBR, ao contrário do que acontece com os demais poderes. A TV NBR passou a ser distribuída como canal educativo-cultural, apesar da resistência por parte de Secretarias de Educação e Cultura e de Governos Estaduais e Municipais (VALENTE, 2009, p. 275).

12 A Rede Nacional de Rádios e a NBR não foram exatamente incorporadas à EBC, na medida em que não atendem aos mesmos princípios e objetivos, contudo, foram realocadas na Diretoria de Serviços da EBC (posteriormente transformada em Gerência Executiva de Conteúdos e Serviços).

13 Em suas memórias do período como presidente da Radiobrás, Bucci (2008) diagnostica, a partir de 197 entrevistas realizadas com os funcionários, o que descreve como um ambiente sem confiança entre gestores e equipes, no qual gerentes chegavam a desconhecer as folhas de pagamento sob sua responsabilidade. A empresa não tinha, na avaliação da direção à época, coesão e rumo. A partir disso, são estabelecidas uma carta de valores bem como diretrizes e objetivos estratégicos, sob a seguinte missão: “Somos uma empresa pública de comunicação. Buscamos e veiculamos com objetividade informações sobre o Governo, Estado e Vida Nacional. Trabalhamos para universalizar o acesso à informação, direito fundamental para exercício da cidadania”. (p.102) Entre os valores, destaco pela importância dos empregados para realização da missão, “promover a felicidade no trabalho, criatividade e educação. Tendo o respeito como base, nossa ética concretiza-se na renovação cotidiana da credibilidade da Radiobrás junto à sociedade brasileira e aos funcionários da empresa”. (p.103)

sendo a Radiobrás uma empresa pública de direito privado, deveria estar vinculada e não subordinada a qualquer ministério.

No mesmo período, as emissoras não comerciais se engajavam nas disputas sobre o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T). O centro do debate era a escolha do melhor padrão tecnológico, e estava claro que chegar à resposta relacionava-se diretamente com a disputa de interesses de diversos setores. Entre eles, de um lado, entidades progressistas da sociedade civil¹⁴ e o Ministério da Cultura, que defendiam um modelo capaz de ampliar os agentes no setor e proporcionar mais possibilidades de interação e convergência com outras tecnologias. Outro grupo, de empresários da radiodifusão, buscaram a manutenção do *status quo*, o que foi efetivamente garantido com a adoção, em 2006, do chamado “padrão japonês” (ISDB), que tinha como característica marcante a garantia de transmissão em alta definição, em detrimento da multiprogramação¹⁵ (VALENTE, 2009, p. 118).

Apesar da derrota, o debate sobre a necessidade de resolver os problemas historicamente enfrentados pelas emissoras educativas/públicas seguiu na pauta. Organizado um diagnóstico sobre os problemas do *campo público*, como passaram a se denominar as emissoras não comerciais, seguiram em um debate que culminaria, em 2007, no I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado pela secretaria do audiovisual do Ministério da Cultura, num movimento que reuniu a Abepec, a Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU) e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), além da Radiobrás e de diversas outras entidades que lutam pela democratização da comunicação¹⁶.

14 As entidades da sociedade civil do campo progressista estavam organizadas na Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital. Para um breve registro sobre o lançamento da frente, Cf. MARINI, 2006.

15 A decisão do Governo Federal pela implantação do ISDB incluiu algumas inovações técnicas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros. As mudanças no sistema criado no Japão ampliaram a interatividade e a possibilidade de multiprogramação – que era indesejada pela ABERT, associação de TVs encabeçadas pela Rede Globo, porque ampliaria a concorrência por publicidade e pulverizaria a audiência. A possível utilização da multiprogramação pelas emissoras privadas é vista por alguns setores como ilegal, por caracterizar-se como a concessão de três ou mais novos canais para cada canal existente, cuja outorga teria que ser aprovada pelo Congresso Nacional. A Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital nº 01/2009, publicada pelo Ministério das Comunicações, em 11 de fevereiro de 2009, estabelece que o serviço de multiprogramação somente poderá ser realizada nos canais consignados a órgãos e entidades integrantes dos poderes da União. Portanto, apenas a TV Brasil (EBC), TV Justiça, TV Senado, TV Câmara, emissoras dos legislativos estaduais e municipais, TV Escola e Canal da Cidadania (do Ministério da Educação) podem se beneficiar da multiprogramação. As emissoras comerciais e mesmo as de programação de caráter educativo, como a TV Cultura de São Paulo, foram proibidas de usar o recurso. Posteriormente a multiprogramação foi permitida à TV Cultura de São Paulo em modo experimental e desde que sem exploração comercial. A multiprogramação é permitida até o limite de quatro canais. Cf. LEMOS DA SILVA, 2013.

16 Ramos (2012), ao tratar do processo de mobilização que incitaria a realização do Fórum de TVs Públicas registra que a mobilização dos anos 2000 é fruto de um processo crescente. Ainda nos anos 1990, um marco é o

Durante participação no Fórum, o ex-presidente Lula afirmou compromisso de criar uma TV pública federal, que, segundo ele, deveria atuar no vácuo de debates deixado pelas emissoras comerciais, ser um espaço para a discussão de ideias. Lula falou também da formação de uma nova rede de TVs, garantindo que “não será chapa-branca, não será refém da audiência” e se dará a partir da fusão das estruturas que estavam sob administração do governo federal (OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, 2007).

O resultado daqueles debates foi consolidado na Carta Brasília¹⁷, documento que defendia emissoras editorialmente independentes do mercado e dos governos, com valorização da produção independente e regionalizada. As entidades reunidas no I Fórum, signatárias da Carta, aplaudiram a iniciativa de criação do que seria a TV Brasil. Lê-se no documento: “o Campo Público de Televisão recebe positivamente a criação e inserção de uma TV Pública organizada pelo Governo Federal, a partir da fusão de duas instituições integrantes do campo público e promotoras do Fórum (Acerp e Radiobrás).” (OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, 2007) No encerramento do I Fórum, o então ministro da Cultura, Gilberto Gil, disse que a Carta serviria de baliza para as decisões que o governo deveria tomar a seguir.

2. Montagem da EBC

A EBC teve criação autorizada pela Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007. O texto encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos então ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo e da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins. Na mensagem em que encaminharam o texto da MP ao presidente da República, os ministros afirmaram que a criação de uma televisão pública de âmbito nacional ia ao encontro dos anseios da sociedade, e significava “o preenchimento de uma necessidade cultural que atualmente não é apropriada pelos sistemas estatal e privado de comunicação e que somente poderia ser ocupada por uma rede pública de comunicação” (ROUSSEFF, BERNARDO SILVA e MARTINS, 2007).

movimento pela legislação para radiodifusão comunitária. A Lei conquistada, em si, é problemática visto que, diante das disputas políticas em torno do tema, acabou por encapsular e restringir o raio de atuação das emissoras. Contudo, esse problema não esmaeceu a força do processo social que a originou, representado majoritariamente pela seção brasileira da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço). Outro marco é a Lei do Cabo, que possibilitou a inclusão de canais de acesso público na cabodifusão por força da Lei 8977/2005, originada de longo processo de debate com a sociedade.

¹⁷ Para relato sobre evento e íntegra da chamada Carta de Brasília, que firmou compromissos com relação a nova TV e rede públicas, Cf. I FÓRUM DE TVS PÚBLICAS, 2007.

Antes de concluída a tramitação da MP no Congresso Nacional, a criação da empresa foi efetivada por meio do Decreto nº 6.246, de 24 de outubro de 2007 – o que permitiu que a TV Brasil entrasse no ar em dezembro daquele ano. A MP desenhou a empresa pública de âmbito federal como sociedade anônima de capital fechado, sendo pelo menos 51% de suas ações de titularidade da União, e com função de produzir comunicação pública e formar uma Rede Nacional de Comunicação Pública. O texto previa que a EBC sucederia a Radiobrás, estatal responsável por veículos de radiodifusão e agência de notícias do Executivo Federal. Contudo, ao contrário da antecessora, a nova empresa deveria ter, necessariamente, autonomia do governo para definir produção, programação e distribuição de conteúdo. Apesar do caráter autônomo, o novo órgão foi vinculado à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR). Além da Radiobrás, a EBC incorporou o patrimônio administrado pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp) – organização social que produzia conteúdos e cuidava de toda a gestão de veículos de comunicação educativos do Executivo Federal, como por exemplo a TVE RJ.

A estrutura básica da administração da EBC (art. 12 e 13) segue o padrão da lei das sociedades anônimas: uma Diretoria Executiva, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração era formado por cinco integrantes nomeados pela Presidência da República. A Diretoria Executiva (art. 19) contava com um diretor-presidente e um diretor-geral, também nomeados pelo presidente da República, e até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Como se vê, apesar da autonomia, muitos cargos eram, desde o princípio, de nomeação realizada pelo chefe do Executivo Federal. Uma excepcionalidade administrativa, no caso da EBC, era contar ainda com um Conselho Curador para garantir a participação da sociedade, atendendo a princípios da empresa.

Os princípios estão enumerados no Artigo 2º da Lei da EBC. Alguns deles relacionam-se diretamente com obrigações já estabelecidas na Constituição para todas as empresas de radiodifusão. É o caso do inciso I, que ecoa o princípio da complementariedade entre sistemas público, privado e estatal, expresso no art. 223 da Constituição de 1988. Os incisos III, IV, V e VII referem-se a obrigações expressas no art. 221 da Carta Magna, que determina que a programação das rádios e TVs tenha finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; promova a cultura nacional, com estímulo à produção regional e à produção independente, e respeite valores éticos e sociais. Já os incisos VIII e IX da Lei da EBC tratam de algo que faz parte da natureza específica da radiodifusão pública, seu diferencial: a exigência de autonomia com relação aos governos relativamente aos conteúdos e garantia de participação

social na gestão – para o quê estava desde o início prevista a criação de um Conselho Curador que foi instituído com natureza consultiva e deliberativa. O Conselho Curador é o órgão responsável pela elaboração das diretrizes editoriais de trabalho da empresa. O colegiado tinha por função emitir relatórios, notas técnicas e pareceres para apoiar as decisões da direção, garantindo a influência da sociedade sobre elas. Era o único órgão capaz de destituir o diretor-presidente. O Conselho ainda realizava audiências e consultas públicas em diversas regiões do país para ampliar a participação e fazer com que fosse ativa e não apenas representativa. A Lei de Criação da EBC sofreu mudanças a partir da MP 744/2016. Entre as alterações, a MP determina a extinção do Conselho Curador.

Os objetivos da radiodifusão pública previstos na Lei da EBC, em seu artigo terceiro, como resumido nas ideias contidas no terceiro e nono incisos, são justificativas para a existência da empresa: veículos públicos são necessários para garantir a construção da cidadania e a consolidação da democracia ao desenvolver a consciência crítica do cidadão. Implica garantia de participação da sociedade, da promoção do direito à informação e à liberdade de expressão, estimulando também a universalização da prestação de serviços públicos.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi relatada pelo deputado Walter Pinheiro (PT-BA), que sugeriu modificações ao texto como a criação da Ouvidoria¹⁸ e a ampliação do Conselho Curador de 20 para 22 membros, sendo incluídos representantes da Câmara e do Senado. Àquela altura, o primeiro Conselho já havia sido nomeado pelo presidente Lula. O relator indicou que os conselheiros seguintes deveriam ser escolhidos por consulta pública, ampliando a independência.¹⁹ Outra inclusão foi a de parâmetros mínimos de exibição de conteúdos regionais e independentes na TV Pública. As demais mudanças diziam respeito ao financiamento da empresa, que deveria ser proveniente de várias fontes. Além de recursos do Tesouro e de fontes como a prestação de serviços de radiodifusão a entes públicos ou privados, a distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação, apoio cultural, publicidade institucional e distribuição de publicidade legal (forma de prestação de serviços), foi incluída na tramitação

18 A Ouvidoria foi pensada como canal direto do cidadão com a empresa. O ouvidor, nomeado pelo diretor-presidente da EBC, responderia por uma série de atribuições: desde consolidar relatórios bimestrais para o Conselho Curador até produzir boletins internos e programas semanais discutindo conteúdo de cada veículo da EBC, a partir da percepção dos usuários. Considerando-se o tamanho da empresa e o número de atribuições exigidas pelo cargo, foram criadas posteriormente Ouvidorias-adjuntas, com equipe e auxiliares, atuando sobre as demandas relativas aos diferentes veículos (PAULINO E SILVA, 2013).

19 O Conselho Curador era formado por 22 membros, sendo 15 representantes da sociedade civil escolhidos por meio de consulta pública, e quatro do Executivo Federal (Ministro da Secom-PR; Ministro da Cultura; Ministro da Educação e Ministro da Ciência e Tecnologia); um da Câmara dos Deputados; um do Senado; e um dos trabalhadores da EBC (BRASIL, 2008).

uma nova fonte de recursos a partir da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, decorrente da realocação de 10% dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), bem como a vedação às possibilidades de veiculação de propaganda comercial. A publicidade comercial sempre esteve proibida²⁰ (cf. LARSHER, 2008 e PIOVESAN E MACEDO, 2008).

As negociações sobre o texto se deram em meio a tensões entre governo e oposição, que prometia obstruir a pauta. O partido Democratas (DEM) questionou a constitucionalidade da MP ao Supremo Tribunal Federal (STF) e argumentava discordar do mérito, que haveria outras prioridades para os recursos e que era impossível evitar interferência política no canal.²¹ Do lado do governo, o argumento central para aprovação era a relevância para a consolidação da democracia. O relator afirmava que se a intenção fosse ter uma TV “chapa-branca”, bastava manter a estrutura da Radiobrás (cf. PIOVESAN e MACEDO, 2008).

O relatório de Pinheiro foi aprovado em 19 de fevereiro de 2008, por 336 votos a 103 e três abstenções, tendo destaques avaliados na semana seguinte. A única mudança substancial na última votação na Câmara foi a sede da empresa, que ficou em Brasília, permanecendo o Rio de Janeiro como principal local de produção (cf. PIOVESAN, 2008a; 2008b e OBSERVATORIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, 2008).

No Senado, o projeto de criação da EBC foi debatido em diversas comissões da Casa antes da MP ser efetivamente recebida e transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/08. A sociedade civil se articulava em atos pela defesa da pronta aprovação – justificável, entre outros motivos, pelo risco de a MP perder a validade. Ao cabo, a MP da EBC foi aprovada por votação simbólica (a oposição havia se retirado do plenário numa sessão tumultuada) na madrugada do dia 12 de março (cf. AGÊNCIA SENADO 2008a; 2008b; 2008c).

Em 8 de abril de 2008, findos debates e aprovação pelo Congresso, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Na sanção, o ex-presidente Lula vetou o artigo 31, que definia que as emissoras que detivessem os direitos de transmissão de eventos esportivos disputados por equipes representando o Brasil disponibilizassem para a EBC o sinal de transmissão quando decidissem não os exibir na TV aberta. O veto respondia ao acordo

20 A relação entre as formas de captação de recursos e a independência da empresa frente ao governo e ao mercado eram preocupações já expressas na mensagem em que os ministros submeteram a MP da EBC à análise do presidente Lula, na qual escreveram que as formas de financiamento permitidas, bem como as proibições, são modos de garantir que “a autonomia estará inserida na estrutura da empresa” (ROUSSEFF, BERNARDO SILVA e MARTINS, 2007).

21 O real motivo, no entanto, podia ser a disputa política do momento, relativa à corrupção por meio do uso de cartões corporativos. A oposição queria abrir uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso e, com a obstrução, garantir a presidência da comissão. (AGÊNCIA CÂMARA, 2008)

realizado pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para garantir a aprovação no Senado. A justificativa oficial enviada pela Presidência da República ao Senado para o veto é que a redação era imprecisa. Conforme reportagens publicadas à época, teria sido motivado por pressão dos detentores dos direitos sobre os jogos. Artigo publicado pelo site Congresso em Foco cita pedido da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) (cf. SARDINHA, 2008; MAZZA, 2008; OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, 2008b).

Quando a EBC tinha pouco mais de 4 anos, Ramos (2012), pesquisador da área e membro do Conselho Curador naquele período, realizou uma breve análise da Lei que fundou a EBC, especialmente no que diz respeito à estrutura da empresa e tendo como eixo a noção de autonomia. Na opinião dele, o resultado do debate em torno da criação da EBC tinha uma série de virtudes e alguns vícios importantes, que poderiam colocar em risco até mesmo a existência da empresa nos moldes imaginados – no que, sobretudo com a prova de mais alguns anos e solavancos políticos enfrentados pelo país, vemos que tinha razão.

Entre outros pontos, Ramos apontava um problema de origem: enquanto a Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura, junto com as entidades reunidas em torno do Fórum das TVs Públicas, defendia um modelo de televisão e rádios públicas diversificado e descentralizado, na Presidência da República, a ideia era outra: criar uma estrutura centralizada a partir da Radiobrás e da TVE RJ, como de fato foi feito.

Para a Presidência da República não havia necessariamente, como havia para o Ministério da Cultura, um *campo público* convergente de radiodifusão. Havia, sim, a oportunidade de se criar uma rede pública de radiodifusão em moldes mais centralizados, a partir de Brasília, diante do qual as emissoras representadas na ABEPEC, ABCCOM, ABTA e ASTRAL, além de AMARC Brasil e ABRAÇO²², eram, ainda que sem qualquer demérito político, entes periféricos (RAMOS, 2012, p. 10).

Para Ramos, o principal vício normativo na origem da EBC foi a vinculação à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 2008, art. 5). O órgão é responsável pela comunicação e pela publicidade de governo e por sua relação com a imprensa e outras instituições da mídia. A vinculação foi uma marca da ruptura com as demandas dos movimentos sociais na medida em que o interlocutor preferencial destes no governo não era a Secom-PR, mas o MinC.

22 Entidades relacionadas: Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC); Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM); Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA); Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL); Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil) e Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO).

Outro vício central, segundo Ramos, estava na área das competências, elencadas no Artigo 8º da Lei 11.652/ 2008. Além de implantar e operar emissoras e suas próprias redes de repetição e retransmissão; estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública para garantir a formação da Rede Nacional de Comunicação Pública; produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação; transmitir conteúdo regionalizado e independente²³ e promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, o artigo explicita o duplo caráter da empresa. Se de um lado trata de atuar para garantir os serviços de comunicação e radiodifusão pública, de outro segue com atribuições que eram da Radiobrás. Portanto mantém o caráter governamental ao prestar serviços ao Poder Executivo.

Nesse sentido, a EBC teria obrigação de fazer a transmissão de atos e matérias do Governo Federal, centro da programação da TV NBR²⁴, produzir e transmitir outros conteúdos contratados pela Secom-PR, o que ficava a cargo da Diretoria de Serviços²⁵, e distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada nos órgãos oficiais da União, entre outras atividades.

O fato de prestar serviços ao Governo Federal e, inclusive, exercer atividades que lhe fossem atribuídas pela Secom-PR (art. 8, VIII), com a intenção de lhe conferir possibilidades para fortalecer seu modelo de negócio, gerou, segundo a análise apresentada por Ramos (2012), uma proximidade política indevida, difícil de administrar internamente e com grande capacidade de gerar mal-entendidos externamente: “Parafraseando o conhecido aforismo

23 Conforme a mesma lei, conteúdo regional é o produzido num determinado estado da federação, com equipe técnica e artística composta majoritariamente por residentes locais. Conteúdo independente é o realizado por empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, sem qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico. Foram estabelecidos mínimos respectivos de 10% e 5% na programação semanal para conteúdos regionais e independentes. (BRASIL, 2008) O objetivo da medida é garantir a pluralidade do conteúdo e dinamizar a cadeia de produção audiovisual no país.

24 A TV NBR deixou de ser exibida com este nome em 09/04/2019. Com isso, atos da presidência e serviços que eram de responsabilidade da TV NBR, como transmitir ao vivo atos do presidente da República, passam a ser exibidos em um canal também nomeado TV Brasil. Nestes primeiros meses de mudança, o cidadão assiste a mesma programação em dois canais, sob as tarjas TV Brasil 1 e TV Brasil 2. Cf. SANTANA, 2019.

25 A Diretoria de Serviços era uma das seis diretorias que compunham a Diretoria Executiva da EBC, no primeiro organograma da empresa, e foi assumida por José Roberto Garcez, que imediatamente antes da criação da EBC era presidente da Radiobrás. Posteriormente, foi criada a Vice-presidência de Gestão e Relacionamentos, da qual passa a estar subordinada. De todo modo, os serviços seguiam como parte de uma diretoria. Em 2016, com a reestruturação promovida pela MP 744, os setores de serviços perdem o status de diretoria e passam a funcionar apenas como gerência, instância hierarquicamente inferior no organograma institucional. Todavia, do meu ponto de vista, o que a princípio pode parecer uma perda de poder representa, na realidade, uma maior oportunidade de mistura entre público e governamental, na medida em que deixa de existir até mesmo divisão institucional entre conteúdo público e governamental.

romano, à EBC não basta ser autônoma, tem que parecer autônoma.” (RAMOS, 2012, p. 19)

Em resumo,

Este é o vício maior, aqui analisado, que pode se constituir em uma ameaça futura à autonomia da EBC e, por consequência, ao seu existir como empresa prestadora de serviço público, não comercial, de rádio e televisão. O vício de, graças aos enunciados dúbios ou equivocados da lei de criação da EBC, sua autonomia depender menos da força inata do modelo institucional adotado e mais do arbítrio de quem eventualmente ocupe a Presidência da República e a sua Secretaria de Comunicação Social. A existência de um Conselho Curador é virtude inegável da Lei, mas ela é insuficiente para assegurar a autonomia política, administrativa e financeira da EBC (RAMOS, 2012, p. 21).

Após essa análise crítica do modelo institucional da EBC, Ramos sugere a realização de uma revisão da lei que criou a empresa, “sem as premências políticas conjunturais do passado e sem as disputas políticas e pessoais que marcaram esses quatro anos iniciais da EBC” (RAMOS, 2012, p. 23). Os ventos políticos mudaram de rumo e o tempo foi curto. As modificações que viriam a ser realizadas na EBC anos depois em nada dialogaram com as inquietudes de quem esperava tornar a empresa mais autônoma. Efetivamente, aceleraram em direção contrária.

2.1 Desenvolvimento – primeiros anos (2007 – 2016)

A constituição legal da EBC é condição para sua existência, mas apenas dá início a um longo processo para sua efetivação. Esse processo incluiu uma série de ações que vão desde o reconhecimento do estado dos bens herdados e das necessidades de renovação, até a criação dos regulamentos internos, o aprendizado sobre o melhor modo de funcionamento de estruturas de controle social (como Conselho Curador) e a aplicação de princípios da comunicação pública na gestão e construção de programação. Outra questão que precisou ser enfrentada foi a reorganização do corpo de funcionários.

Para entender o processo de composição é preciso olhar o que foi herdado. Os veículos de comunicação são a parcela do patrimônio com maior visibilidade pelo cidadão. Parte era originalmente canal educativo e passou a ser entendido como emissora pública. Esses eram geridos anteriormente pela Acerp. São eles: TVE RJ e TVE MA, que serviram como base para a criação da TV Brasil, e as rádios MEC AM RJ, MEC FM RJ e MEC AM de Brasília. Da estatal Radiobrás foram incorporadas a TV Brasil – *Canal Integración*, a Agência Brasil, e as rádios Nacional de Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões, todas reenquadradas como veículos públicos. A TV Nacional passou a compor a TV Brasil. A TV

NBR e a Voz do Brasil, entre outros, passam a ser geridos pela Diretoria de Serviços da EBC, com papel de fazer comunicação governamental.

Quadro 2 – Veículos mantidos pela EBC

Veículos mantidos pela EBC	Características
TV Brasil (criada)	TV pública, transformada em símbolo de toda a empresa desde a MP que permitiu a criação da EBC. Originada a partir das TVE-RJ, TVE-MA (administradas pela Acerp) e da TV Nacional de Brasília. Foi ao ar em 02/12/07 nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e São Luís. Criada para liderar a Rede Pública de Televisão.
Agência Brasil	Produz e divulga textos e fotos de distribuição gratuita, acessíveis pela internet e disponíveis para reprodução por veículos de todo o país. É herdeira da Agência Nacional, criada no governo Vargas, em 1937. Passou a ser chamada Agência Brasil em 1989, logo após a incorporação da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) pela Radiobrás. Na época, distribuía notícias do governo por telex. Em 1996, passa a distribuir conteúdo online.
Radioagência Nacional	Criada em 11/10/04 na Radiobrás, disponibiliza gratuitamente conteúdos radiofônicos produzidos pelas equipes da EBC e parceiros para rádios de todo o país.
Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro (1.130 KHz)	Fundada em 1936, foi a grande pioneira do Rádio Brasileiro. Transmite, hoje, música brasileira, informação, esportes e mantém programas de entretenimento. Era administrada pela Acerp.
Rádio Nacional AM de Brasília (980 KHz)	Primeira emissora de rádio de Brasília, criada em 1958, para apoio da construção da capital. Transmite notícias para o DF, durante o dia, e para todo o Brasil, durante a noite. Era administrada pela Radiobrás.
Nacional FM de Brasília (96,1 MHz)	Foco em música brasileira, do tradicional aos novos talentos, com destaque para os artistas da capital. Primeira FM do DF, entrou no ar em 1976. Era administrada pela Radiobrás.
Rádio MEC AM do Rio de Janeiro(800 KHz)	Primeira rádio do Brasil, fundada em 1923. Programação mescla música brasileira, os programas infanto-juvenis e notícias. Preza a interatividade com o ouvinte. Possui um dos mais importantes acervos do rádio no país, com quase 50 mil fitas. Estava sob responsabilidade da Acerp.
MEC FM do Rio de Janeiro (99,3 MHz)	Única emissora dedicada à música de concerto no Brasil. Programação tem janelas de jazz, choro e música instrumental. Criada em 10/05/83, é também herdeira da MEC AM. Estava sob responsabilidade da Acerp.
MEC AM de Brasília (800kHz)	Retransmite a programação da Rádio MEC FM do Rio. Estava sob responsabilidade da Acerp.

Rádio Nacional da Amazônia OC (11.780 KHz e 6.180 KHz)	Apelidada de “orelhão da Amazônia”, foi criada em 01/09/1977, para integração territorial. Transmite para a região amazônica, com cobertura de mais da metade do território nacional. Valoriza a diversidade cultural e os serviços. Divulga recados e promove o reencontro de familiares e amigos. Estava sob responsabilidade da Radiobrás.
Rádio Nacional AM do Alto Solimões (670 KHz) / Rádio Nacional FM do Alto Solimões (96.1 MHz)	Única emissora de rádio em Tabatinga, região da tríplice-fronteira com Colômbia e Peru. Foi criada para integração territorial. Programação é diversificada, com jornalismo, música, cultura local e prestação de serviços. Criada na Radiobrás em 2006.
<i>Canal Integración</i> ²⁶	Iniciativa dos Três Poderes, administrada pela Radiobrás antes da EBC, destinada a promoção da cultura brasileira no exterior. Sinal chegava a países da América do Sul e, posteriormente, outros continentes.
TV NBR ²⁷	Canal criado na TV a cabo e satélite fundado em 1998 para transmitir atos e divulgar ações e políticas públicas do Executivo pela Radiobrás. Não foi incorporada como canal da EBC, mas como serviço prestado à Secom-PR.
Voz do Brasil (Executivo)	Noticiário radiofônico de transmissão obrigatória por todas as emissoras de rádio do país. Extinta a Radiobrás, a EBC passou a fazer a produção e distribuição do programa em caráter de serviço prestado à Secom-PR.
Rede Nacional de Rádios	Fornece conteúdo jornalístico gratuito para emissoras de todo o Brasil, assim como de países vizinhos, por meio do mesmo sinal da Voz do Brasil, via satélite, e pela internet. Entre as publicações, estão pronunciamentos do presidente da República e de autoridades, o programa <i>A Voz do Brasil</i> , e conteúdos de parceiros como AGU, Embrapa e IBGE. Não é considerado veículo da EBC, mas serviço prestado à Secom-PR.
Clipping	Serviço de monitoramento e análise de mídia prestado à Secom-PR.
Publicidade Legal	Serviço de distribuição da publicidade legal de órgãos do Governo Federal por determinação legal e para os poderes Legislativo e Judiciário por competência operacional. Era de responsabilidade da Radiobrás e é hoje um serviço prestado pela EBC.

Fonte: elaboração da autora. (Cf. EBC, 2019 e COMITÊ FICA EBC, 2018)

26 O *Canal Integración* foi extinto em 2010, sendo substituído pela TV Brasil Internacional. Esta chegou a alcançar mais de 68 países por meio de transmissão por satélite. Os contratos foram cancelados – com justificativas que variam entre falta de verba e impossibilidade de comprovar o alcance do sinal. O canal migrou para plataforma web e depois desapareceu. Cf. CONSELHO CURADOR, 2017c e NAPOLITANO, 2017.

27 Os itens sombreados (linhas em cinza) na tabela dizem respeito aos serviços herdados da Radiobrás que passaram a ser prestados pela EBC. Portanto, não propriamente veículos herdados por ela no sentido de não terem como missão a realização de comunicação pública.

Uma marca do início do processo de montagem da EBC foram os esforços e investimentos para modernização tecnológica e da infraestrutura, ampliação da produção, aquisição de conteúdos de terceiros, criação e sustentação da Rede Nacional de Comunicação Pública, entre outros. O Relatório de Gestão de 2010 informa que nos três primeiros anos foram investidos cerca de R\$ 100 milhões por ano em equipamentos, beneficiando, segundo a empresa, todos os canais e serviços. Foram comprados transmissores, antenas, câmeras digitais, unidades móveis de televisão, equipamentos de centrais técnicas, iluminação e ilhas de edição. Nos dois primeiros anos foram registrados avanços na gestão, com elaboração do estatuto social, aprovação de regimento interno, plano de cargos e salários dos funcionários e outras regulações internas (EBC, 2011).

A TV Brasil entrou no ar no final de 2007, mas foi em 2008 que a empresa começou a caminhar, de fato, no sentido de criar uma identidade para a emissora. Foi estruturada a grade de programação, implementados dois novos noticiários diários e realizadas experiências de jornalismo participativo e presença dos estados nos telejornais, além da criação de novos programas, como o premiado Caminhos da Reportagem²⁸. Também nesse ano foram estruturadas a Agência Brasil no Rio de Janeiro e a nova sede da EBC em São Paulo.

Era o começo do processo de construção da rede pública, que tinha como um dos desafios a distribuição de sinal TV Brasil. A EBC detinha apenas três canais em capitais (Rio de Janeiro, São Luís e Brasília). Para reverter a situação foi necessário elaborar contratos de parcerias nos estados, associando-se a outras TVs não comerciais. A estratégia de parcerias para formação de rede enfrentava dificuldades como, por exemplo, o fato de que, muitas vezes, os canais eram controlados por governos de oposição ao governo federal.

A criação das estruturas determinadas pela Lei, sem a disponibilidade de mão de obra qualificada, era outro problema apontado pela diretoria nos primeiros anos. A Ouvidoria, por exemplo, foi instalada meses depois da criação da empresa, entre outros motivos, pela falta de pessoal para realizar o trabalho. No relato da ex-diretora-presidente Tereza Cruvinel, o sistema de encaminhamento de demandas do público precisou ser estruturado pelo primeiro ouvidor-geral da empresa, Laurindo Leal Filho (2008-2011), e foi aperfeiçoado posteriormente pela segunda ouvidora-geral, Regina Lima (2011-2013). Conforme Cruvinel, Lima encontrou um

28 No programa, que é desenvolvido por um núcleo específico, “jornalistas viajam pelo país e pelo mundo atrás de grandes histórias, trazendo ao telespectador uma visão diferente, instigante e complexa de cada um dos assuntos escolhidos”. O Caminhos já ganhou dezenas de prêmios, entre eles o último Vladimir Herzog (2018), um dos mais importantes do jornalismo brasileiro. Cf. EBC, 2019a.

modo mais compatível de apresentar as demandas do público tanto para o Conselho Curador, quanto para a diretoria, que vivia, conforme esse depoimento, “atribulada” rotina, permeada por “muita incompreensão” e “muito apedrejamento vindo de todos os lados”, inclusive da mídia comercial, que “não travou o debate honesto sobre o papel da TV Pública, preferindo chamá-la pejorativamente de ‘TV Lula’. Repetimos até à rouquidão que o papel da EBC está previsto no art. 223 da Constituição (...) Nunca vi um registro sobre isso na mídia privada” (CRUVINEL apud PAULINO E SILVA, 2013, p.35-36).

Laurindo Leal Filho, especialista em comunicação pública e primeiro ouvidor-geral da EBC, diz que depois da falta de universalização da transmissão, o segundo grande problema da empresa era “formar profissionais habilitados a produzir uma outra forma de comunicação, de rádio, de televisão e internet, de forma distinta daquela que é produzida nos meios comerciais” (apud PAULINO E SILVA, 2013, p. 46). Nos primeiros anos de existência, a EBC ambicionava ser referência nacional em comunicação pública, colaborando para o desenvolvimento da área em todo o território, para o quê o treinamento de colaboradores em comunicação pública seria fundamental.

O período foi marcado por conflitos evidentes relativos à estrutura da empresa. Uma das primeiras crises diz respeito ao “loteamento” de diretorias. Criada a EBC, os diretores foram indicados metade pelo MinC e metade pela Secom-PR, como reflexo da disputa entre os diversos setores do governo Lula que participaram dos debates para criação da empresa. Nesse enfrentamento, venceu o lado da Secom-PR, e o saldo foi a demissão dos diretores indicados pelo MinC (CRUVINEL apud PIERANTI, 2018). Posteriormente, outros conflitos se deram entre Cruvinel e os órgãos para controle social: a Ouvidoria e o Conselho Curador. A saída de Cruvinel, que não foi reconduzida para um segundo mandato no cargo, teria inclusive sido ensejada por conflitos com o Conselho, conforme ela afirmava. A presidente do Conselho, Ima Vieira, negou que o órgão tenha trabalhado para derrubar a gestora da empresa (SEVERINO, 2018, p.5). Além de Cruvinel, apenas dois diretores permaneceram no cargo até o fim da primeira gestão (PIERANTI, 2018, p. 146).

Em paralelo à estruturação interna, seguiam os esforços para ampliação da programação. O Relatório de Gestão de 2009 informa que naquele ano a TV Brasil veicularia mais de 6 mil horas de programação, somando programas próprios, coproduzidos e licenciados de terceiros. O jornalismo produziu e veiculou mais de 360 horas de conteúdos no período. Segundo a empresa, pesquisa de instituto privado constatou, no final de 2009, que a televisão pública era

conhecida por 34% dos brasileiros e assistida regularmente por 10% da população, dos quais 80% aprovam sua programação (EBC, 2010).

Segundo o Relatório de Gestão de 2010, a empresa lançou o novo veículo, a TV Brasil Internacional, em substituição ao *Canal Integración*, com objetivo de divulgar o Brasil e servir aos brasileiros que viviam no exterior. No final do mesmo ano, transmitia para 65 países – a maior parte na África, mas também na América Latina, além de Estados Unidos e Portugal (EBC, 2011, p. 15). No período, seguiam sendo empreendidos esforços para que a TV Brasil ampliasse o alcance, dentro do país, com a assinatura de contratos com 22 emissoras para a Rede Pública de Televisão. A medida assegurava a difusão de programas da TV Brasil em todo o território, bem como a exibição a nível nacional de produção regionalizada a partir da consolidação da rede (EBC, 2011, p. 28).

Segundo o Relatório de Gestão de 2011, que fechou o ciclo dos primeiros quatro anos da EBC, a Rede Nacional de Comunicação Pública alcançava mais de 1.700 municípios de 23 estados, além do Distrito Federal. A empresa realizou o primeiro concurso público para contratação de funcionários em 2011. Essa era uma tarefa urgente visto que o contrato de prestação de serviços com a Acerp precisava ser encerrado (EBC, 2012, p. 29). Concluiu, ainda, o processo de mudança de todos os setores da empresa em Brasília para um único espaço. O novo endereço, com mais de 17 mil m², foi reformado, ganhou novos estúdios e centrais técnicas, e promoveu a integração na maior praça da empresa.

Conforme o Relatório de Gestão da EBC de 2011, a empresa concluiu naquele ano seu Plano Estratégico para o período 2012-2022, definindo objetivos e metas. Entre elas, alcançar excelência na qualidade técnica, operacional e de conteúdos; aumentar, diversificar e fidelizar a audiência; fortalecer a marca EBC; digitalizar processos; garantir a formação de pessoal (EBC, 2012, p. 16). Nesse relatório, a empresa informa ter investido na divulgação da sua marca, destacando o caráter público, independente e plural dos canais. Foi produzida uma campanha publicitária para veiculação em revistas, jornais, banners na internet, painéis eletrônicos, entre outros. Registraram também os esforços para convencer jornais – é mencionada especificamente a Folha de S. Paulo – a publicarem a programação da TV Brasil (EBC, 2012, p. 73).

Os relatórios de gestão destacaram o crescimento da audiência média da TV Brasil. De 2012 para 2013, registrou-se o aumento de audiência em três capitais onde havia emissoras próprias com sinal analógico, com índices medidos pelo IBOPE. A média aritmética de crescimento da audiência nas praças, considerando os distintos pesos de São Paulo, Rio de

Janeiro e Distrito Federal para esta avaliação, foi de 28% (EBC, 2013a, p. 73). Contudo, com cinco anos no ar a TV pública não conseguia sair do “traço” de audiência, ou seja, não passou de zero, o que seguia rendendo críticas da mídia comercial e deslegitimando sua existência. Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo por ocasião do aniversário de 5 anos da TV Brasil, o diretor-presidente da EBC à época, Nelson Breve, admitiu a necessidade de aumentar a audiência, que nas palavras dele era “muito baixa” (PEREIRA JR., 2012)²⁹.

Em 2013, a EBC, segundo divulgado em seus relatórios, caminha na consolidação de sua posição como emissora pública. Cria o *Manual de Jornalismo* (2013) para nortear a atuação com foco permanente na produção de conteúdos de interesse do cidadão. O manual foi escrito a partir de processos internos e externos, incluindo professores de diversas universidades e consultores da Unesco, além de ter sido aberto espaço para recolher opiniões dos funcionários pela intranet da empresa (EBC, 2014, p. 73). No mesmo ano a EBC transmitiu a Série C do futebol brasileiro em suas emissoras de TV e Rádio, bem como na internet, especialmente nas redes sociais (EBC, 2014, p. 89). No período, fechou negociação do Acordo Coletivo de Trabalho depois de dois anos sem conceder aumento real de salários. O acordo foi realizado com pressão dos funcionários que fizeram greve de 16 dias (EBC, 2014, p. 72).

As pesquisas realizadas em 2014 mostravam que 32 milhões de pessoas assistiram à programação da TV Brasil na TV aberta, consideradas as seis principais capitais brasileiras. O Portal da EBC e os sites da TV Brasil e Rádios apresentaram audiência de 27,6 milhões de visitantes únicos (EBC 2015, p. 72).

O Conselho Curador decidiu realizar, em 2015, um balanço da atuação da empresa em seus oito anos, com a participação de setores da sociedade, universidades e funcionários. No documento com a síntese das discussões (CONSELHO CURADOR, 2015), a presença do Conselho é apontada como um dos pontos fortes da empresa, especialmente pela sua atuação em diálogo com a sociedade, por meio da realização de audiências públicas, e pela melhora do seu processo de seleção de conselheiros da sociedade civil, com consultas públicas cada vez mais participativas. Por outro lado, são questionados os conflitos com a diretoria; a timidez das formas de participação da sociedade nos espaços do colegiado; a ausência de mecanismos de

29 Na entrevista motivada pela comemoração do aniversário de 5 anos da TV Brasil, Breve comenta diversos “percalços” e “polêmicas” envolvendo a empresa, como acusações de censura e má gestão por parte de sua antecessora, Tereza Cruvinel, e o suposto favorecimento da produtora de Mônica Monteiro, namorada do ex-ministro Franklin Martins, numa licitação de R\$ 2,39 milhões para realizar a segunda temporada do programa *Nova África*. O texto inclui um infográfico intitulado “Cinco anos de polêmicas - veja os percalços de meia década de TV Brasil”. As novidades na programação não têm destaque aqui. Para acessá-las é preciso clicar em um link. Cf. PEREIRA JR., 2012.

diálogo entre o conselheiro e o segmento que ele representa; a falta de clareza nos critérios de triagem para a definição da lista de membros enviada à Presidência da República (CONSELHO CURADOR, 2015, p. 33).

O orçamento no primeiro ano de existência da EBC, 2008, superou os R\$ 323,7 milhões, variação de 107,3% com relação à Radiobrás no ano anterior, conforme levantamento realizado por Pieranti (2017) com base nas Leis Orçamentárias Anuais do período entre 2007 e 2016.³⁰ O investimento superou R\$ 100 milhões/ano no governo Lula – até 2010. Contudo, caiu na administração seguinte, chegando a diminuir 68% em 2012, primeiro orçamento preparado no governo Dilma, na comparação com o ano anterior. Os valores não estão atualizados ou corrigidos, o que sugere defasagem ainda maior (PIERANTI, 2017, p. 132). A consequência é o sucateamento e depreciação do patrimônio da empresa, além do agravamento dos problemas operacionais, que chegaram a acarretar impossibilidade de transmissão³¹.

Havia, ainda, no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (mas também antes), relatos de governismo expresso nos veículos públicos. A confusão conceitual que afetava a programação de forma prática ficava clara na fala do então ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Edinho Silva, que declarou, em reunião do Conselho Curador da EBC, que “não vê distinção entre a TV Brasil e a NBR [estatal]” (BARBOSA, 2016).

A interferência do Planalto na EBC também foi denunciada como prática de *portagiratória*, ou seja, indicação de gestores da EBC pela Secom-PR que foram, muitas vezes, ex-funcionários da Secretaria. Internamente, a prática foi apelidada como “cabidão”, e foi parte da pauta de uma greve de dez dias, parte da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho de 2015. Segundo as organizações sindicais, a greve mobilizou cerca de mil funcionários da empresa em novembro de 2015. No ano seguinte, entidades de classe e a Comissão de Empregados voltaram a cobrar, por meio de uma carta, medidas concretas da empresa e do governo para fortalecer a autonomia editorial e política na EBC. O documento foi apresentado ao Conselho Curador na reunião do dia 23 de fevereiro de 2016 pela representante dos empregados, Akemi Nitahara (SJPDF, 2016).

30 O autor não considera o orçamento que era destinado pelo governo à Acerp por meio de contratos.

31 O caso com maior repercussão foi o dos transmissores da Rádio Nacional da Amazônia. A emissora ficou meses fora do ar, mobilizando ouvintes que se ofereceram, inclusive, para fazer uma “vaquinha” a fim de ter o serviço de volta. Em 26 de setembro de 2017, uma reportagem da Agência Brasil informou que as transmissões estavam sendo reestabelecidas. (Cf. SAMPAIO, 2017; INTERVOZES, 2017; AGÊNCIA BRASIL, 2017b)

Além de ser uma face do clientelismo de governo, as denúncias por parte dos funcionários destacam que “a indicação de nomes para compor os quadros da empresa ocorre sem transparência, sem critérios claros quanto ao compromisso com a Comunicação Pública. E sem que haja diálogo com a sociedade e com os empregados do quadro efetivo” (SJPDF, 2016). É preciso mencionar que a insatisfação dos trabalhadores concursados com a contratação de pessoas de fora do quadro também tem relação com a ampliação da dificuldade para ascensão profissional deles.

A denúncia dá conta ainda de tentativas de ingerência da Secom-PR sobre a empresa. Elas se dariam pela indicação de integrantes do PT e de outros partidos para cargos, e também por meio da transmissão de jogos da série B do Campeonato Paulista de Futebol, que supostamente favoreceriam o então ministro-chefe da Secom-PR, Edinho Silva. A ingerência pode ter sido o estopim para a renúncia precoce de Américo Martins do cargo de diretor-presidente, meses depois de assumir. Martins deixou o cargo alegando motivos pessoais, mas o desligamento conjunto de outros dois diretores levantou suspeitas sobre suposta reação à intervenção do Planalto na EBC. (SJPDF, 2016 e SEVERINO, 2018, p. 7).

Ao longo dos anos seguiam os ataques dos opositores da empresa, especialmente da mídia comercial, que insistiam em deslegitimá-la perante a opinião pública. São exemplos a repetição do nome errado “Empresa Brasileira de Comunicação”, associando-a à extinta Radiobrás, estatal/governamental (cf. SCHÜLER, 2016; AZEVEDO, 2017; PORTINARI, 2018), ou a redução do conjunto da EBC à TV Brasil, estigmatizada com apelidos como “TV Traço” e “TV Lula” (cf. HOINEFF, 2014; CONSTANTINO, 2016).

Apesar das dificuldades, entre 2008 e 2015, a empresa seguiu ampliando público e investindo na qualificação da programação. No que diz respeito à temática negra, Silva (2017), que por um lado tece críticas sobre a falta de dispersão do tema ao longo do ano na programação da TV Brasil, de outro evidencia o crescimento de unidades de conteúdo ano a ano entre 2013 e 2015. Além disso, a empresa logrou – apesar do sucesso ainda questionável descrito por Guerreiro (2016) – a constituição de uma rede de radiodifusão, a Rede Pública de Televisão – RPTV. Os dados atualizados pelos trabalhadores (COMITÊ FICA EBC, 2018) mostram que a rede soma 661 emissoras, sendo quatro geradoras próprias e 36 parceiras. As retransmissoras, ou seja, repetidoras, somam cinco próprias e outras 616 parceiras. A rede torna a TV Brasil num elo importante para a manutenção das outras emissoras pelo país, como as TVs universitárias e educativas, que dispõem de poucos recursos para exibição de grades completas de programação própria. As parcerias beneficiam a EBC não apenas com a transmissão de seus

programas, mas com o envio materiais que são aproveitados na grade e telejornais da TV Brasil, valorizando o conteúdo regional, parte dos objetivos da empresa.

O esforço interno para construção do caráter público fica demonstrado inclusive pela valorização da produção audiovisual brasileira, com destaque para a exibição de longas-metragens nacionais. Em 2015, por exemplo, veiculou 120 filmes brasileiros, segundo a Agência Nacional de Cinema (Ancine). A Globo, segunda colocada, exibiu 87 filmes. (CORRÊA, COSTA, FILIPPO, 2016). A emissora também transmitia produções em média e curta-metragem, e incentivava a realização de novas obras como, por exemplo, os documentários da série DocTV e ficções pelo FicTV, a partir do lançamento de editais em parceria com o Ministério da Cultura e, em certos casos, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Além disso, a TV Brasil se destacou pela programação infantil que, em geral, foi retirada das grades da TV comercial depois que a publicidade dirigida às crianças foi proibida³² e o faturamento com o setor caiu. A quantidade e a qualidade da programação infantil na TV pública podem estar entre os fatores apontados como responsáveis pelo crescimento da emissora em termos de audiência, conforme medida pelo IBOPE. No final de 2018, a TV Brasil era a 11ª emissora mais vista do país, sendo a 7ª entre as TVs abertas. Foi a maior audiência registrada desde a fundação da emissora (AGÊNCIA BRASIL, 2018b).

Em relação à Agência Brasil, mais de 3 mil veículos reproduzem os conteúdos de texto e imagens diariamente. Existem ainda acordos com empresas privadas como a Elemidia, que possui mais de 10 mil painéis em elevadores, supermercados e shoppings, e também com a Euromidia, outra empresa especializada em *displays* eletrônicos que exibem informações. Essa para áreas externas. Em 2018, a Radioagência Nacional produzia, em média, mil matérias por mês em áudios gravados e acessados por mais de 7.500 cadastros de representantes de emissoras de rádio privadas, públicas e comunitárias de todas as regiões (COMITÊ FICA EBC, 2018).

Além da importância histórica da MEC AM, a emissora, assim como as demais rádios da EBC, cumpre importante papel de difusão cultural nas localidades onde atuam. A rádio Nacional da Amazônia e a do Alto Solimões se destacam pelo serviço prestado às populações isoladas, que em muitos locais só contam com essas emissoras, que chegam, inclusive, a ajudar

32 Em abril de 2014, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda, composto por entidades da sociedade civil e ministérios, aprovou a resolução que, na prática, proíbe a veiculação de propagandas voltadas para crianças. Para o Conanda, a publicidade infantil fere o que está previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor. Em 2017, a Associação Brasileira de Agências de Publicidade estimava redução de 5% de participação da publicidade infantil no mercado do setor (AGÊNCIA BRASIL, 2017a).

no reencontro de famílias com divulgação de recados. A rádio do Alto Solimões é também estratégica para o país sendo a única rádio de Tabatinga, tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru.

O reconhecimento ao trabalho da empresa também se dá pela quantidade significativa de prêmios recebidos. No jornalismo foram pelo menos 120 prêmios em 11 anos, incluindo os mais importantes do país: “10 Prêmios Vladimir Herzog, quatro Petrobras de Jornalismo, quatro MPT de Jornalismo e três prêmios do SEBRAE; além de 1º lugar no Tim Lopes, no Prêmio Geneton Moraes Neto, no Troféu Mulher Imprensa e no Prêmio Banco do Nordeste”, entre muitas outras premiações, inclusive internacionais e na área administrativa (COMITÊ FICA EBC, 2018).

3. Desmonte – do ‘pré’-*impeachment* até dezembro de 2018

O registro histórico apresentado mostra como a EBC teve dificuldades para ser realmente uma empresa autônoma. Considerando as ponderações de Ramos (2012), as fragilidades institucionais foram legadas por sua Lei de fundação. Observando as dificuldades econômicas, é notório que a EBC nunca conseguiu ser independente do Tesouro, seja pelas inconsistências do modelo de negócios, incapaz de permitir o aumento da arrecadação pela prestação de serviços, seja por jamais ter recebido os recursos do Fistel, que por Lei deveriam ser destinados à empresa. Apesar de tudo isso, a EBC trabalhava pelo amadurecimento de seu caráter público e dos órgãos que foram criados para garantir autonomia editorial, notadamente o Conselho Curador e a Ouvidoria.

A confusão (real ou proposital) sobre a identidade da empresa entre o público e o estatal/governamental, que foi permanentemente expressa pela imprensa, bem como nos questionamentos sobre a relevância do projeto frente ao que passam a ser considerados altos gastos³³, parece ter crescido em meio à crise econômica e política que atingiu o segundo governo Dilma Rousseff e ao acirramento político vivido no país. Mesmo antes de ser consolidado, o processo de *impeachment* já revelava dificuldades ainda maiores chegariam à

33 Reportagens e editoriais publicados nos veículos comerciais, assim como discursos de parlamentares, entre outras pessoas públicas, geralmente situados à direita do espectro político, fizeram parte do coro da ideia de gastos excessivos com a EBC. Chama atenção a falta de comparações críveis, por exemplo, com veículos semelhantes aqui ou no exterior, para compreendermos a amplitude dos gastos. A comparação com veículos públicos de outras 16 nações quanto aos gastos *per capita*, realizada por Pieranti (2018), leva a crer que a acusação pode ser equivocada. O Brasil tem gastos relativamente baixos com seu sistema de comunicação pública, mesmo quando comparado com países tão pobres quanto a Albânia, onde são investidos € 6,55 *per capita*, contra € 0,84 no caso brasileiro (p. 256-257).

EBC. Desencadeiam-se a partir desse ponto os eventos que denomino aqui como de desmonte da empresa, apropriando-me de um termo que vem sendo utilizado por órgãos sindicais, entidades do movimento pelo direito e democratização da comunicação e pelo próprio Conselho Curador extinto da EBC (FENAJ, 2017; SJPDF e COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2018; CONSELHO CURADOR, 2017b).

No dia 3 de maio de 2016, às vésperas de seu afastamento, Dilma nomeou o jornalista Ricardo Melo como diretor-presidente da EBC – o posto estava vago desde fevereiro, período em que a crise política se agravava. No dia 12 do mesmo mês, Dilma foi afastada da presidência da República para investigações e seu vice, Michel Temer, assumiu o cargo interinamente. Com menos de uma semana no poder, no dia 17, Melo, que tinha mandato até 2020, foi exonerado, e o jornalista Laerte Rimoli foi indicado para o posto. Melo recorreu ao STF argumentando que não poderia ser destituído do cargo, na medida em que a Lei que criou a EBC, em seu art. 19, estabelecia nomeação da diretoria-executiva pelo Presidente da República, e determinava que a destituição seria possível apenas nas hipóteses legais, ou se recebesse dois votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de 12 meses, emitidos com interstício mínimo de 30 dias entre ambos. A não-destituição visava evitar interferências pelo Chefe do Executivo federal na empresa. O STF garantiu a recondução de Melo ao cargo dias depois, mas por pouco tempo.

O *impeachment* de Dilma Rousseff foi confirmado pelo Senado em 31 de agosto de 2016. Em questão de horas, o presidente Michel Temer estava em um avião viajando à China. O governo não esperou seu retorno. Coube a seu substituto, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, assinar no dia 2 de setembro a Medida Provisória 744/2016, para “reestruturação” da EBC. Ela trata do fim dos principais mecanismos que visavam garantir sua independência. A partir daí, Melo foi definitivamente retirado do cargo na medida em que a liminar do STF perdia seu objeto: a MP permitiu livre nomeação e exoneração do diretor-presidente pelo presidente da República, a qualquer tempo. Assim, em 8 de setembro, Melo foi novamente destituído e substituído pelo jornalista Laerte Rimoli, que permaneceu no cargo até maio de 2018.³⁴

34 Rimoli alegou motivos pessoais para deixar o cargo, que foi assumido pelo então porta-Voz do presidente Michel Temer, o diplomata Alexandre Parola. O novo presidente da EBC já chegou com a saída prevista para dezembro, visto que Temer já o havia indicado ao posto de delegado permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra, Suíça. Mas saiu antes, em outubro de 2018, com exoneração à pedido. Em seu lugar, de forma interina, assumiu Luiz Antônio Ferreira, que naquele momento atuava como Diretor de Administração, Finanças e Pessoas da EBC. O diretor-presidente substituto foi funcionário da Radiobrás e da EBC por 39 anos. Ele se desligou no primeiro Programa de Demissão Voluntária de 2018, mas não saiu da empresa. Permaneceu no cargo nos primeiros meses do governo Bolsonaro.

A MP 744/2016, convertida na Lei 13.417/2017, além das mudanças quanto a destituição do diretor-presidente, avançou no esvaziamento do caráter público da empresa ao acabar com o Conselho Curador³⁵. O Conselho de Administração também passou a ter nova composição, com seis indicados pelo governo e um pelos empregados (antes, eram quatro do governo e um dos funcionários). Especialistas em Direito Constitucional, como o professor da PUC-SP Jesús Lora Alarcón, e a advogada Tatiana Stroppa, argumentaram que, a MP esvaziava a empresa de seu caráter público e, por isso, a medida seria inconstitucional ao causar o rompimento do princípio da complementariedade entre os sistemas público, privado e estatal exigido pela Carta de 1988. Alarcón e Stroppa questionaram ainda as razões para a edição da MP, que diz tratar de “garantir maior eficiência à gestão da EBC”, mas cujos mecanismos, segundo eles, na realidade nada têm a ver com gestão, mas com “[aniquilar] instrumentos legalmente criados e que lhe permitiam sua independência perante o governo” (ALARCÓN E STROPPA, 2016). A procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, pediu à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei. Na justificativa, a procuradora argumentou que a referida Lei abria espaço para “censura de natureza política, ideológica e artística” e para o silenciamento de vozes divergentes ao novo governo (DUPRAT, 2017).

Diversas entidades da sociedade civil se posicionaram contra a medida, como por exemplo a Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais (Abepec) e organizações pelo direito à comunicação como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a Artigo 19 e o Intervozes. O Conselho de Comunicação Social do Congresso, órgão auxiliar do Parlamento, emitiu parecer contrário à MP e os relatores para a Liberdade de Expressão da ONU e da OEA manifestaram preocupação. Mas não houve indícios de reação popular contra o desmonte³⁶.

35 No lugar do Conselho Curador foi criado um Comitê Editorial e de Programação, órgão consultivo (e não mais deliberativo), composto exclusivamente por pessoas com “notório saber” em comunicação social, o que retira a diversidade e pluralidade que era a marca do Conselho original. Além disso, o novo Comitê teria 11 membros, contra 22 do original, e não há pró-labore pela atividade dos conselheiros, sendo a EBC obrigada a arcar apenas com os custos de deslocamento e hospedagem em Brasília na realização de reuniões mensais. Em comparação com o Conselho, o novo comitê também perdia parte de sua importância administrativa na medida em que não tinha poder na demissão do diretor-executivo. As adições feitas à MP para garantir maior poder de decisão ao Comitê, por exemplo no que diz respeito à linha editorial da empresa, foram vetadas pelo presidente Michel Temer no ato da sanção. O Comitê ainda não foi instalado (cf. BRASIL, 2008; PEDUZZI, 2017).

36 Ao contrário, parecem crescentes a desconfiança e a divulgação de informações equivocadas sobre a EBC em fóruns e redes sociais na internet nos últimos anos. Pesquisa futura poderia melhor compreender a construção narrativa que amarra a empresa ao petismo, o que justificaria a sua destruição, conforme o projeto de governo eleito em outubro de 2018.

Outras medidas internas tomadas a partir do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff abalaram, de diversas formas, a necessária autonomia. A Comissão de Empregados da EBC e do Sindicato dos Jornalistas do DF denunciaram que a missão de “produzir comunicação pública” foi retirada do plano estratégico da empresa, sendo substituída por produzir “comunicação”. Além disso, o Conselho de Administração tentou mudar o perfil da Agência Brasil, que passaria a reproduzir apenas “notícias de Estado” (SJPDF, 2018).

Em 1º de setembro de 2017, um ano depois da medida legislativa que alterou a estrutura da empresa, o Conselho Curador destituído lançou nova nota pública em que elencava os efeitos da medida. Citavam relatórios da Ouvidoria que denunciavam “excesso de governismo” e “defesa incondicional das propostas do governo” nos veículos públicos. Os ex-conselheiros relataram “desrespeito ao telespectador e à sociedade” com a falta de informação sobre o desligamento do sinal analógico da TV aberta, que “levou a um aumento de 56% nos chamados recebidos pela Ouvidoria” (CONSELHO CURADOR, 2017b).

Diante do recrudescimento do clima político do país e da crescente polarização de forças políticas desde o pré-*impeachment*, e especialmente em 2018, ano de eleições presidenciais, a EBC se viu frequentemente ameaçada de fechamento e privatização – discurso que ganhou força na campanha eleitoral. A empresa, e mais especificamente a TV Brasil, emissora que desde a fundação foi associada ao petismo e marcada pelo apelido “TV Lula”, foi diretamente ameaçada de fechamento pelo candidato do PSDB, Geraldo Alckmin (BENÍCIO, 2018) e pelo então candidato do PSL, Jair Bolsonaro, que seria eleito. Em sua primeira entrevista pós-eleição, à TV Record, Bolsonaro confirmou a intenção acabar com a TV Pública e privatizá-la³⁷ sob a justificativa de ser cara demais e não dar retorno em audiência (SOUZA, 2018; RIBEIRO, 2018).

Do ponto de vista da presente pesquisa, o movimento mais concreto do desmonte da EBC depois da destituição do Conselho Curador tem relação com enxugamento do quadro. Foram realizados dois Programas de Demissão Voluntária (PDV) em 2018. Somados, os PDVs resultaram no desligamento de 353 pessoas, ou o equivalente a 14,2% dos trabalhadores (tomando como base comparativa outubro de 2017). Em ambos não houve previsão de substituição por meio de concurso público, visto que o objetivo anunciado era a readequação

37 Souza (2018) e Ribeiro (2018) são exemplos da repercussão da primeira entrevista do presidente-eleito Jair Bolsonaro, concedida à TV Record. Tratam-se de reportagens em sites de notícias sobre televisão. Repetem o que acompanhei na mídia em geral: dão “relato” do dito por Bolsonaro. Não apontam os dados errados informados por ele, como o orçamento da TV Brasil, que segundo Bolsonaro custava R\$ 1 bilhão, quando o valor não confere nem com o orçamento global da EBC. Ao invés de esclarecer o público sobre o real custo da empresa, no caso do relato de Ribeiro temos inclusive a palavra “prejuízo” caracterizando o montante supostamente investido na EBC.

da estrutura organizacional da EBC frente à crise orçamentária. Isso se daria a partir do redimensionamento da força de trabalho, com redução de custos da empresa.

Na próxima seção seguimos refletindo sobre a montagem e o desmonte da EBC, porém tendo como foco o papel legado aos trabalhadores. Essa análise é central para o desenvolvimento dessa pesquisa ao compreendermos que a percepção deles se relaciona com o espaço de trabalho que compartilham e constroem historicamente e, também, com o momento em que as entrevistas foram realizadas.

4. A constituição do corpo funcional da EBC

O objetivo dessa pesquisa é analisar os limites e potencialidades da realização da comunicação pública na EBC a partir da percepção de um grupo de jornalistas da empresa sobre o trabalho que realizam. Para isso, passo a descrever o processo de formação do corpo de profissionais dentro da EBC.

Os primeiros funcionários da EBC foram aqueles herdados junto com as estruturas incorporadas da Radiobrás e da Acerp, que geria diversos veículos educativos, como a TVE RJ. Os trabalhadores da Radiobrás seriam logo incorporados, visto que eram empregados públicos. Já os da Acerp não eram funcionários públicos, mas contratados por uma Organização Social, e deveriam ser substituídos por concursados na medida em que a prestação de serviços fosse sendo repactuada e finalmente extinta. Como apresentado anteriormente, já estava instalado um debate interno nessas empresas para transformar as emissoras estatais e educativas em públicas. O objetivo dos diretores da Radiobrás e da Acerp, à época, era produzir informação pública de qualidade, considerando direitos inscritos na Constituição de 1988, como o direito à informação e a receber dos veículos de radiodifusão uma programação em consonância com princípios e finalidades educativas, culturais e informativas. Em seu livro de memórias sobre o período em que foi presidente da Radiobrás no governo Lula, Bucci (2008) destaca suas iniciativas para tornar o jornalismo independente com relação ao governo. Elas incluíam, por exemplo, não esconder investigações de corrupção ou não aceitar que os jornalistas fossem questionados por autoridades interpeladas quanto ao exercício das atividades públicas. Segundo Bucci, a postura de sua gestão não significou mudanças definitivas de mentalidades, ou que a adesão ao seu projeto de comunicação pública pelos trabalhadores chegasse a ser abraçada de modo unânime e homogêneo. Para ele, no que diz respeito ao corpo funcional da empresa, as dificuldades passavam pelo que chamou de “impossível cultural”:

a impossibilidade [de tornar a empresa estatal em pública] estava na cultura, nos hábitos, nas práticas das ideias feitas. (...) de alicerce que desciam às profundezas do caráter nacional. O projeto ia contra a cultura do Estado, dos partidos, da Radiobrás e também de boa parte da esquerda. O bloqueio cultural era uma unanimidade que afirmava e reafirmava sem descanso: uma estatal com emissoras de radiodifusão existia para defender o governo e para preservar a imagem dos governantes. (BUCCI, 2008, p. 21)

Dessa fase pré-EBC, observa-se que as mudanças que vinham sendo implementadas na Radiobrás e TVE RJ não buscavam criar estruturas internas que ajudassem a dissipar interferências externas. Também não criavam mecanismos que garantissem a participação de diversos segmentos da sociedade no desenvolvimento de suas linhas editoriais, ou modos de perenizar os formatos que os diretores estariam tentando imprimir. Havia uma diferença importante entre o que se tentava fazer antes e a novidade da EBC: uma empresa com estruturas internas desenhadas para garantir participação do público e independência dos governos.

A preocupação de Bucci era menos relacionada à estrutura e mais à cultura dos trabalhadores da empresa, o que tornava ainda mais difícil crer nessa “unanimidade” de posicionamento relatada pelo autor (2008). É notório que veículos da Radiobrás, por exemplo a Nacional da Amazônia, cumpriam importante papel na garantia do direito à informação junto a populações isoladas no Norte do país, ou seja, prestavam um serviço que pouco tinha a ver com a defesa de governos ou governantes – mesmo que o fizesse em certos momentos. Assim, embora pareça um exagero a afirmação de Bucci no sentido de haver unanimidade de uma ideia segundo a qual a empresa teria o objetivo de defender o governo e os governantes, é possível perceber que a Radiobrás incorporada trazia valores da esfera governamental. Uma herança cultural que seguiu impactando as práticas da EBC.

Cabe apontar ainda que todos os processos de incorporação foram compulsórios, conflitivos, ou seja, os interesses pessoais dos trabalhadores em constituir uma nova empresa e atuar sob uma nova filosofia não foram abordados. Esse pode ser um fator gerador de parte dos conflitos e frustrações que permanecem no corpo funcional da empresa. A falta ou insuficiência de diálogo interno sobre a relevância das mudanças foi um problema que a simples existência de estruturas como o Conselho Curador e a Ouvidoria não conseguiriam responder. Não fazia parte do escopo de suas funções e, por óbvio, a presença de um representante dos funcionários no Conselho não garantia que o conjunto dos trabalhadores entendesse a importância desses órgãos e/ou se envolvesse com suas ações. Bucci (2008) classifica o processo de incorporação da EBN pela Radiobrás como “canibalismo corporativo” (p.89), que, segundo ele, ficou na memória dos trabalhadores como um trauma. Ele compara empresas a pessoas e famílias com caráter que se forma e deforma ao longo do tempo. Seria possível traçar um paralelo dos

“canibalismos” anteriores com a transformação da Radiobrás (e dos veículos geridos pela Acerp) em EBC: o processo não parece ter sido diferente.

Soma-se ainda a necessidade de refletir sobre os trabalhadores da EBC como parte da sociedade brasileira. A falta de debate público sério a respeito da comunicação no país (também um resultado dos oligopólios constituídos na radiodifusão, que preferem silenciar ou travar debates “pouco honestos” sobre o tema, para usar a expressão da ex-presidente da EBC, Tereza Cruvinel) e os ataques que desmerecem a legitimidade da EBC fazem crescer a desconfiança do público – incluído aí o público interno – quanto à pertinência de manter veículos de comunicação com recursos públicos. A condição fragmentada e desestruturada das emissoras educativas nos estados, tantas vezes fundadas em relações de clientelismo, também não colaborou para formar uma consciência das possibilidades reais dos meios de comunicação públicos.

A Lei da EBC (2008) define que o regime jurídico do pessoal é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectiva legislação complementar, e estabelece que os trabalhadores permanentes devem ser concursados, obedecendo a legislação relativa às empresas públicas. Ou seja, os trabalhadores não contam com a estabilidade dos servidores públicos estatutários. O primeiro concurso público da nova empresa foi realizado apenas em 2011 e o segundo em 2013. As contratações começaram em 2012, já na gestão do segundo diretor-presidente, Nelson Breve.

Em 2007, quando a empresa foi criada, reunia 2.572 funcionários. Desses, 1.110 prestavam serviço pela Acerp (TVE do Rio de Janeiro e Rádios MEC), 1.100 vinham da Radiobrás e o restante eram outros temporários (CONSELHO CURADOR, 2017c, p. 9). Os trabalhadores provenientes do quadro da Radiobrás incorporados à EBC tinham duas origens: parte ingressou por meio de concursos públicos realizados pela Radiobrás e a outra parcela foi contratada antes da Constituição de 1988 e, portanto, não prestou concurso, mas já havia sido incorporada à estatal. O dado sobre o número de trabalhadores disponíveis na origem da EBC (2.572) é interessante porque revela que o contingente não variou muito ao longo da história da empresa. Precisa ser valorizado porque, pelo fato de a Acerp ser uma prestadora de serviços, seus mais de 1 mil funcionários acabam invisibilizados, o que sugere erroneamente que a EBC “inchou” para o dobro de trabalhadores em 10 anos³⁸.

Relatos sobre os primeiros cinco anos da empresa dão conta de que a convivência entre os diversos grupos de funcionários (Radiobrás, Acerp e, posteriormente, concursados da EBC)

38 Para efeito de comparação, em outubro de 2017 a EBC contava com um total de 2.472.

era muitas vezes conflituosa. O que, em si, poderia gerar problemas de gestão. Por exemplo, os trabalhadores da Acerp queixavam-se de não poderem legalmente ser absorvidos para o quadro da nova empresa pública, de que não havia informação sobre saídas cabíveis e de trabalharem com a sensação de “um aviso prévio com validade de dois anos [primeiro prazo estipulado para o desligamento dos funcionários da Acerp, depois foi ampliado]”. As dificuldades impostas pela troca de pessoal “contaminava(m) a redação”, conforme denunciava o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ, 2012).

Além da falta de cultura do fazer “comunicação pública” e das diferenças culturais resultantes das origens diversas dos trabalhadores, a EBC vivia em dupla cadeia de comando:

(...) chefes da EBC não poderiam comandar diretamente equipes formadas majoritariamente por profissionais da Acerp. E essa situação ocorria em grande parte das unidades do Rio de Janeiro, como, por exemplo, nas áreas de jornalismo e de produção. Dependia-se, então, da boa vontade do coordenador ligado a Acerp (PIERANTI, 2008, p.147).

Apenas em 2012, primeiro ano de contratação de concursados, a EBC incorporou ao seu quadro cerca de 500 novos profissionais de diversas carreiras para substituir os contratos temporários, incluindo os da Acerp, gestora não apenas dos canais do Rio de Janeiro, como também apoiadora na estrutura da praça da EBC em São Paulo (EBC, 2013c, p. 18). O processo de substituição continuou com força semelhante em 2013, visto que em 31 de dezembro daquele ano, o contrato com a Acerp para prestação de serviços na área da radiodifusão foi extinto. Como resultado, segundo a Diretoria Executiva, no Plano de Trabalho de 2014,

[Em 2014], no lado dos recursos humanos, profissionais experientes e reconhecidos acabaram por ceder seu espaço aos concursados aprovados em 2011 e 2013. Ganhamos o ânimo dos novatos, mas perdemos a experiência de mais de 70 líderes de processos consolidados (EBC, 2014b, p.8).

Assim, a partir de 2014, os trabalhadores da EBC formaram um conjunto que reunia empregados do quadro permanente (funcionários enquadrados e concursados da Radiobrás e concursados da EBC), comissionados (livre provimento) e um grupo estatutário proveniente do Regime Jurídico Único, cuja origem está nos órgãos extintos pelo Ministério do Planejamento. Os terceirizados da Acerp foram todos substituídos.

Em 2014, a EBC ampliou seu quadro de comissionados: de 317 para 421³⁹, um aumento de 32,8%. Era grande a quantidade de funcionários sem vínculo com a administração ocupando

39 Segundo o mesmo relatório, a distribuição de funcionários ao final de 2014 se configurava da seguinte forma: “40,6% dos cargos comissionados eram exercidos por empregados do quadro, 8,6% por servidores oriundos de outros órgãos, totalizando 49% do quadro de pessoal com vínculo com a Administração Pública; 51% por profissionais de livre provimento. Quando considerados aqueles de média gerência, como Coordenadores, o percentual de cargos exercidos por empregados da EBC sobe para 63,8%” (EBC, 2015, p. 176).

cargos gerenciais (51% do total nessa situação, ou 36,2% considerando-se as baixas gerências), o que justifica a empresa se dizer preocupada em seguir com a renovação intensiva dos quadros e melhorar a capacitação para substituir esses trabalhadores por outros, concursados. A EBC argumentava que o novo quantitativo de comissionados era imprescindível para adequar a estrutura gerencial às metas do Plano Estratégico da EBC para o período 2013/2022 e, entre outros pontos, destacava que as contratações permitiriam a adaptação da EBC ao fim do Contrato de Gestão da Acerp.

O aumento de funcionários de fora do quadro fez crescer as animosidades internas. A já referida denúncia sobre a prática do “cabidão” pelos partidos que compunham o governo petista é da mesma época. O grande número de comissionados e o alto valor de seus salários, bem como os diversos privilégios destinados a eles – por exemplo, auxílio-moradia, motorista e vagas de estacionamento cobertas e exclusivas em prédio privado, custeadas pela EBC – foram tema, inclusive, da pauta da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em 2015. Os empregados exigiram que 70% dos cargos comissionados fossem ocupados por funcionários do quadro da EBC. Depois de dez dias de greve, essa e outras reivindicações foram aprovadas (SJPDF, 2015). O Relatório de Gestão 2014 (EBC, 2015) explica que o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) já determinava que 70% dos cargos comissionados da Empresa deviam ser ocupados por empregados concursados (p.186).

Vale mencionar que a falta de um Plano de Carreira (na EBC chamado de Plano de Empregos, Carreiras e Salários - Pecs) que garantisse melhorias nos salários dos trabalhadores em geral, bem como transparência e disciplina na concessão de benefícios, também foi um problema que acabou valorizando os espaços de chefia entre os concursados, no sentido de que não há modos de ascensão na carreira por mérito.

A própria EBC admite os problemas riscos gerenciais causados pela defasagem do Plano de Empregos, Carreiras e Salários da EBC, aprovado ainda em 2009. Segundo a empresa, o Pecs desatualizado

desfavorece a premiação da meritocracia, além de deixar a Empresa vulnerável a passivos trabalhistas e, conseqüentemente, ocasiona grande parte dos riscos identificados na gestão de pessoas. (...) a implantação de um novo Plano de Carreiras e Remunerações visa corrigir as distorções que hoje dificultam a atração e retenção de talentos, e não permite a ascensão por uma trajetória técnica, apenas administrativa (EBC, 2015, p. 183).

Na avaliação da EBC, outro risco criado pela falta de um plano de carreira foi a dificuldade de retenção de talentos na empresa, bem como a utilização de cargos de gestão para desempenhar funções técnicas. Isso se dava por conta da inexistência de tais gratificações, o que, na análise da própria EBC: “acarreta um risco para a estrutura e para o eficaz

desenvolvimento das funções gerenciais” (EBC, 2015, p. 183)⁴⁰. Outro problema eram os acúmulos de função, também geradores de passivos trabalhistas.

O conjunto de questões relacionadas à falta de um Plano de Empregos, Carreiras e Salários foi apontado nos Relatórios de Gestão enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 2014, 2015, 2016 e 2017. No primeiro ano, o relatório apontava que havia a expectativa de finalmente aprovar um novo plano no exercício seguinte. Em 2015, a EBC relatava estar debatendo o novo Pecs com representantes dos funcionários. No ano seguinte, adverte que, para sua aprovação, faltava orçamento que garantisse a implantação. Em 2017, não volta a falar do problema orçamentário, mas deixa claro que a questão persiste.

A entrada de funcionários sem concurso público poderia ter sido minorada com a contratação de concursados (ou aumento da velocidade nesse processo), visto que, segundo a EBC,

o limite de pessoal aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais –DEST, conforme Portaria nº 3, de 6 de fevereiro de 2012 foi de 2.529 empregados. Em 2014 o quantitativo de pessoal da EBC contabilizou 2.359 empregados e mais 213 servidores provenientes do Ministério do Planejamento (não contabilizados para fins de cumprimento do limite de pessoal da EBC), totalizando assim 2.572 empregados. Desta forma, registra-se 170 vagas em aberto, que poderão ser preenchidas por meio do cadastro de reserva dos concursos públicos vigentes, bem como pela realização de novo concurso público (EBC 2015, p. 175-6)⁴¹.

Contudo, diante do agravamento da crise econômica, no final de 2015 o governo decretou o congelamento dos quadros nas empresas públicas. No caso da EBC, um dos resultados foi a proibição de alcançar o número de funcionários autorizado pelo Dest. Naquele momento a EBC tinha 2.593 funcionários, mas parte deles era vinculada ao Ministério do

40 Resta mencionar que já em 2012 os trabalhadores exigiam durante a negociação de seu Acordo Coletivo de Trabalho a elaboração de um novo plano de Carreira, o que foi acordado com a empresa, mas não realizado por ela. Meses depois daquelas negociações, os sindicatos ajuizaram ação contra a EBC que não havia, sequer, apresentado cronograma para resolver o problema. As entidades representativas dos funcionários editaram uma nota sobre imobilidade da empresa diante da necessidade de debater o Pecs (SJPDF, SINDICATO DOS RADIALISTAS DF, COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2012). De acordo com a Comissão de Empregados da EBC, o novo Pecs deveria garantir remuneração adequada, permitir que as pessoas tenham mobilidade dentro das carreiras e estabelecer critérios objetivos para a evolução funcional, acabando com as gratificações dadas sem critério e instituindo as gratificações para as funções de maior complexidade (SJPRJ, 2012).

41 Opto por utilizar aqui o número apresentado pela EBC em seu relatório anual. Contudo, há um quadro do mesmo relatório (Quadro 42 – Força de Trabalho da EBC, p. 174) que apresenta discrepância de dados. Em 31/12/2014, a EBC alegava, no referido quadro, ter 2572 trabalhadores, sendo 213 não contabilizados por serem vinculados ao Ministério do Planejamento. Portanto, considerando-se que o limite imposto pela Dest era de 2529 funcionários, a EBC poderia ainda contratar 178 pessoas. De todo modo, argumento de que era possível contratar pessoas concursadas para não inflar o número de comissionados de fora do quadro segue válido. O que permanece impossível de se afirmar tendo por base os relatórios de gestão é se havia, entre concursados, pessoas com as habilidades gerenciais necessárias.

Planejamento. Não fosse a proibição a EBC ainda poderia contratar 121 trabalhadores concursados (EBC, 2016, p. 113)⁴².

O quadro a seguir sistematiza os dados absolutos dos funcionários contratados, com base na contabilidade do dia 31 de dezembro de cada ano, e de empregados efetivos da empresa na mesma data, ou seja, concursados ou enquadrados⁴³. O início da série em 2011 teve o objetivo de marcar a diferença com o primeiro ano de contratação de funcionários concursados para a EBC, 2012. A segunda coluna evidencia o crescimento do número de funcionários efetivos devido à substituição de trabalhadores da Acerp a partir de 2012 e à redução do número desses profissionais a partir de dezembro de 2015, quando novas contratações foram congeladas, e a perda de mão de obra da casa (por morte, aposentadoria ou demissão) fica evidente.

Quadro 3 – Força de Trabalho da EBC

Força de Trabalho da EBC		
Ano	Total de empregados	Empregados efetivos da EBC
2011	1.801	1.081 ⁴⁴
2012	1.867	1.442
2013	2.232	1.883
2014	2.564	2.055
2015	2.593	2.172
2016	2.467	2.134
2017	2.419	2.089

Fonte: elaboração da autora com dados de Relatórios de Gestão (2011-2017)

O ano do *impeachment*, 2016, também foi conturbado para o quadro de trabalhadores da EBC. Houve intensa troca de postos de comando na sequência da queda do diretor-presidente Ricardo Melo. O número de portarias publicadas naquele ano em comparação com anteriores ajuda a revelar o cenário (Quadro 4). No primeiro mês depois da destituição do diretor-

42 Considero a mesma lógica de cálculo apresentada na nota anterior para concluir que, em 2015, a empresa teve 121 postos de trabalho “congelados”. Os dados disponíveis nos Relatórios de Gestão não permitem afirmar, mas é possível que a EBC estivesse fazendo um movimento de demissão de funcionários sem vínculo com o serviço público (portanto, comissionados) para substituição por trabalhadores concursados. No Relatório de Gestão de 2014, a empresa registra ter em seu quadro 237 trabalhadores sem vínculo. Em 2015, eram 178, portanto, 59 a menos. Em 2016, caiu pra 120, ou seja, menos 50 na comparação com o ano anterior.

43 Até o Relatório de Gestão 2014 (EBC, 2015), a empresa usa a nomenclatura “servidores de carreira vinculados ao órgão”. Acredito que a adequação se deva simplesmente ao *status* correto dos funcionários de empresas pública, empregados celetistas e não servidores estatutários.

44 O número é baixo porque refere-se apenas aos trabalhadores efetivamente incorporados pela EBC, ou seja, os da Radiobrás. A força de trabalho da Acerp fica aqui invisibilizada.

presidente foram publicadas 198 portarias, a maioria relacionada à dispensa ou realocação de trabalhadores. O discurso da direção de Laerte Rimoli, à época, era de que as medidas tomadas refletiam a intenção de acabar com os “cabides de empregos” de petistas, “desideologização” de chefias, etc. Internamente, viu-se crescente clima de perseguição e revanchismos à tona (CONSELHO CURADOR, 2017b). O número total de portarias publicadas em 2016 pela EBC também era bem superior ao geralmente observado: foram 1154 em 2016, número superior a 2013 e 2014, quando ainda estavam sendo realizadas contratações de concursos e a 2018, quando mais de 300 portarias foram publicadas por desligamento nos Programas de Desligamento Voluntários.

Quadro 4 – Variação de portarias editadas pela EBC (2013-2018)

Ano	Total de portarias editadas
2013	1027
2014	1029
2015	755
2016	1154
2017	610
2018	957

Fonte: elaboração da autora, com portarias publicadas anualmente pela EBC (2013-2018).

Não há dados sistematizados antes do *impeachment* que permitam apontar uma melhora ou piora do ambiente de trabalho pós-*impeachment*. Conforme descrito anteriormente, antes da queda da presidenta Dilma, os trabalhadores também denunciavam problemas como, por exemplo, as práticas de aparelhamento da empresa, e questionavam a falta de um Plano de Carreira que os valorizasse. Contudo, dados organizados posteriormente ao *impeachment* elencam dificuldades enfrentadas pelos funcionários no contexto do desmonte do caráter público da EBC.

O Conselho Curador extinto reuniu, por exemplo, em nota lançada em 2017, uma série de indícios do que parece ter sido um processo de crescente perseguição dos trabalhadores:

Nesse período [de um ano após a destituição do Conselho], o golpe veio a galope. Demissão de ocupantes de cargos, perseguição a trabalhadores e censura foram denunciadas pelas entidades representativas e pelos trabalhadores, como na carta aberta aprovada em assembleia em março. Mudança de repórteres setoristas de área de cobertura também foram alvo de crítica em junho. E, em agosto, o fim do projeto de regionalização da cobertura jornalística com a retirada, também à revelia, dos correspondentes nacionais.

As notícias chegam aos funcionários apenas por meio de portarias publicadas. Troca de chefias, mudanças de setores, retirada de cargos. Tudo é feito sem que os trabalhadores sejam ao menos informados das mudanças que os afetam diretamente. O clima interno é tão ruim que, só em 2017, já foram mais de 40 pedidos de demissão. Não há transparência nas concessões de licenças e cessão de empregados. Muitos que estavam cedidos foram obrigados a voltar para a EBC, contra a sua vontade, enquanto outros puderam manter suas funções fora da empresa (CONSELHO CURADOR, 2017b).

Por meio de questionário anônimo aplicado internamente, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e representantes dos funcionários da EBC também apuraram casos de censura ou “manifesto governismo”. Apesar da pressão interna para inibir a participação dos profissionais no levantamento, por meio de e-mails para minar adesão, conforme descrito no documento, a quantidade de denúncias é expressiva: em quatro semanas de apuração, foram recolhidos 61 relatos de casos ocorridos entre outubro de 2016 e julho de 2018, em todos os veículos. As datas de ocorrência não foram delimitadas como condição para denúncias. A maioria, 35, pertence à editoria de política com temas questionadores ao governo Temer. É reportado, ainda, que as justificativas das chefias⁴⁵ costumam girar em torno de falhas técnicas, falta de pessoal para realizar ou falta da versão do ‘outro lado’ (SJPDF e COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2018).

A deterioração do ambiente da empresa foi investigada pelo Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal (MPT-DF). Em 2017, o órgão encaminhou à EBC uma Notificação Recomendatória, requerendo adoção de medidas efetivas contra o assédio moral, como a realização de seminários, o estabelecimento de novas normas internas, a criação de meios de comunicação para recebimento de denúncias e a previsão de punição aos assediadores, com garantias de medidas protetivas e reparatórias às vítimas. A Empresa não atendeu às recomendações, recusou-se a assinar o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pela procuradora, e informou que tinha o intuito de solucionar os problemas sem a necessidade do ajuizamento de Ação Civil Pública. Diante disso, em 2018, uma ação contra a empresa foi ajuizada. Segundo a procuradora,

a empresa é um pacote completo de assédio moral: de humilhações públicas à exposição e hostilidade por escrito e em instrumento de comunicação contra trabalhadores; (...) práticas de isolamento, de simular incompetência, de abuso do poder diretivo e disciplinar; (...) discriminação e perseguição por diferença política, ideológica ou apenas pela manifestação de recusa em cumprir tarefa que viole a ética profissional”, explica a procuradora Renata Coelho (MPT-DF, 2018).

Outro dado que ajuda a compor o panorama da época é o aparente aumento nos adoecimentos causados por questões ligadas ao ambiente de trabalho. Em 2018, *O Estado de S.*

45 Como exemplo, lembro que diversos veículos comerciais, como *O Globo*, *Portal Metrôpoles* e *Revista Fórum*, repercutiram o vazamento de e-mails de gerentes da EBC à redação no qual diziam que a cobertura relativa ao assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista devia perder espaço por estar “repetitiva” ou ainda pois “a cobertura de homenagens à vereadora só servia para dar palanque ao PSOL” quando, na realidade, esta era a notícia com mais destaque em diversos veículos no Brasil e no exterior. Segundo as reportagens, a direção da EBC informou que desconhecia a orientação, que ela contraria o comando editorial da empresa e que os responsáveis seriam advertidos (MEROLA, 2018; LONGO, 2018; COSTA, 2018).

Paulo denunciou suposta “farra de atestados médicos” de funcionários da EBC (MATAIS, 2018). Segundo as notas publicadas na Coluna do Estadão, nos seis meses anteriores a EBC recebeu 2.845 atestados médicos e pedidos de afastamento, média de 16 por dia. O jornal destacava que o número era maior do que o de funcionários (2.307), e que os trabalhadores tinham direito, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, a até 5 dias de atestado para acompanhar familiares em consultas – o direito conquistado pelos trabalhadores é, nesse contexto, apresentado como regalia.

Diante da denúncia, a EBC respondeu que contrataria perícia para investigar a validade dos atestados e uma empresa para homologá-los (o controle de atestados na EBC é feito por departamento médico próprio). Afirmou, ainda, que as horas de trabalho vinham sendo controladas por meio de ponto eletrônico desde 2017. Já a Comissão de Empregados da EBC respondeu às acusações do Estadão com dados levantados via a Lei de Acesso à Informação, que demonstram, segundo a comissão, uma tendência de adoecimento mental entre os trabalhadores da empresa: “Em 2014 e 2015 foram 169 e 162 atestados, respectivamente. Em 2016 o número começa a aumentar: 219 licenças médicas. Em 2017 foram 252 atestados”. (COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2018)

Ainda de acordo com a comissão, a preocupação com o adoecimento já vinha sendo pautada, tendo sido tema, inclusive, de reunião com o então diretor-presidente da empresa, Alexandre Parola, no mês anterior.

Ao contrário do que tenta fazer crer a coluna, o crescente número de atestados pode ser atribuído à precarização das condições para o exercício da profissão, como o crescimento dos casos de assédio moral, perseguições, excesso de trabalho motivado por falta de pessoal, censura e insegurança quanto ao futuro da EBC (COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2018).

Os trabalhares e trabalhadoras da EBC declararam, na mesma nota, serem favoráveis a auditorias nos atestados, inclusive por poderem comprovar que as ausências seriam diretamente relacionadas às condições insalubres de trabalho – também ponderam que 16 atestados por dia em uma empresa com mais de 2 mil funcionários pode ser um número razoável. Faltava, portanto, um ponto de comparação para afirmar haver excessos. Até maio de 2019 o resultado da perícia não havia sido divulgado pela EBC.

Foi neste cenário – de congelamento de quadro de funcionários, dificuldades orçamentárias e assédio – que a EBC abriu seu primeiro Programa de Demissão Voluntária (PDV), no final de 2017. O PDV foi concluído no início de 2018, com a adesão de 96 funcionários do quadro permanente. As condições de adesão, publicadas em dezembro de 2017, exigiam um mínimo de dez anos de exercício na empresa – ou seja, restringia o PDV a

trabalhadores pré-EBC, contratados antes de 2007. A exceção eram os aposentados pelo INSS, cuja adesão independia do tempo de vínculo empregatício com a empresa. A EBC ofereceu um incentivo financeiro no valor de 24 salários mensais do funcionário (limitado a R\$ 9.800,00/mês) e as verbas indenizatórias devidas, além de incentivos sociais, como o pagamento de reembolso de plano de saúde proporcional ao período de 12 meses e contribuição da EBC com o custeio do seu plano de previdência complementar (EBCPrev), pelo mesmo período. Os estudos de viabilidade apontaram público elegível de 554 empregados do quadro permanente da Empresa, ou seja, a adesão correspondeu a menos de 20% do público potencial.

O segundo PDV aconteceu noutra contexto: soma-se às questões apontadas anteriormente, o fato de ter sido aberto depois das eleições e das ameaças de fechamento da empresa por parte de Jair Bolsonaro já como presidente eleito. As características de elegibilidade também foram diferentes. Todos os empregados do quadro da empresa puderam aderir, independentemente de idade ou tempo de casa. Os benefícios oferecidos pela empresa eram os mesmos, mas relativamente mais compensatórios para quem tinha pouco tempo de EBC. O prazo entre divulgação das condições e desligamento era de cerca de um mês. Como resultado, 257 funcionários aderiram.

4.1 Indicadores gerenciais de Recursos Humanos

Para ter uma visão do funcionamento da gestão de Recursos Humanos pela EBC ao longo de sua história, observamos a seção relativa ao tema em seus Relatórios de Gestão, anualmente encaminhados aos órgãos de controle, entre 2009 e 2017. De 2012 em diante observamos que os relatórios passam a ter mais informações sobre os funcionários da empresa, com quadros sistematizando dados relacionados a situações que reduzem a força de trabalho, estrutura de cargos, faixa etária e nível de escolaridade. No mesmo documento (EBC, 2013), a empresa informa estar desenvolvendo “vários índices” para gerenciar seu pessoal (mas na realidade apresentam apenas os mesmos três índices até o último relatório publicado⁴⁶, referente ao ano de 2017). Apenas a partir de 2014 a EBC passa a apresentar, além de quadros, análises da evolução dos trabalhadores e distribuição dos funcionários na empresa. Os relatórios passam a contar também com os riscos relacionados à gestão de pessoal, a maioria, como já

46 Até 17 maio de 2019.

mencionado, relativos a problemas no Plano de Empregos, Carreiras e Salários da EBC, aprovado ainda em 2009 e jamais revisto⁴⁷.

Os índices apresentados pela EBC contêm três indicadores: acidentes e doenças de trabalho, educação continuada e rotatividade. A evolução pode ser analisada no quadro seguinte, onde estão sistematizados os dados divulgados pela empresa. Todas as informações estão baseadas no quantitativo total da força de trabalho da EBC no ano correspondente.

Quadro 5 – Síntese dos indicadores gerais de Recursos Humanos

indicador	meta	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Acidentes/ doenças ⁴⁸	= ou < 0,50%		0,40% ⁴⁹	0,60%	0,80%	0,34%	0,40%	0,64%
Rotatividade (<i>turnover</i>)	= ou < 15%		3,29%	5,40%	7,35%	4%	3,72%	0,48%
Educação Continuada ⁵⁰	= ou > 20h/ano/empregado	8h	20,1h	18,47h	19,11h	16,79h	9,70h	23,08h

Fonte: elaboração da autora a partir de Relatórios de Gestão da EBC (2011-2017)⁵¹

O índice sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais é medido por meio do número de aberturas de Comunicações de Acidente do Trabalho (CAT) em virtude de acidentes laborais e doenças ocupacionais. Nesse caso, a empresa é obrigada a fazer a comunicação ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). No caso de afastamentos por doenças mentais, cujo número de atestados aumentou pós-2016 na EBC (COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC, 2018), contudo, essas comunicações podem ou não ser feitas. Isso acontece porque a relação causal com situações laborais não é tão facilmente estabelecida. Outro problema no índice, para efeito dessa pesquisa, é que ele inclui os acidentes em trajetos casa-trabalho, que via de regra não poderiam ser evitados pela empresa. A EBC justifica que o índice esteve acima do limite em 2014 (era 0,50% em 2013, e foi de 0,80% no ano seguinte), por exemplo, porque cresceu o número de acidentes em trajetos. A empresa não informa em seus relatórios as razões para o aumento dos índices nos anos de 2013 (0,60%) e 2017 (0,64%). A EBC afirma em alguns

47 Até dezembro de 2018.

48 Soma acidentes e doenças típicas de trabalho ou por trajeto.

49 A partir de 2014, a EBC adota cálculo Ministério do Trabalho/Caged e Dieese. Pudemos retroagir a 2012 porque a EBC os apresenta em série histórica.

50 Algumas justificativas para variação do índice: entre 2012-2014 a EBC contabilizou as atividades de boas-vindas aos concursados como educação corporativa, o que eleva o índice. A grande queda em 2016 refletiria os cortes de recursos e baixa adesão dos funcionários aos cursos à distância oferecidos. O índice teria melhorado no ano seguinte graças a parcerias para cursos externos gratuitos e oferecimento de instrução em idiomas mediados pelos próprios trabalhadores.

51 Foram consultados os Relatórios de Gestão entre 2009-2017, mas considerados dados apenas a partir de 2011 por questão de inconsistência nas séries apresentadas pelos relatórios anteriores.

relatórios que “desenvolve anualmente, na sede e nas unidades regionais, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – SIPAT, conforme preconizado pela Norma Regulamentadora nº 5 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE” (EBC, 2017, p. 81). Contudo, não há informações sobre as medidas preventivas tomadas a partir da avaliação das comunicações, apesar de este ser o objetivo do uso desse índice.

Já o índice de rotatividade (*turnover*) diz respeito ao número de desligamentos e admissões registrados no ano. Seu uso, por si só, é relevante porque denota uma preocupação da empresa com eventuais perdas geradas pela rotatividade em seu quadro de funcionários. O indicador tem por objetivo medir o percentual dos trabalhadores substituídos em relação ao estoque vigente, para que a Empresa possa ter equilíbrio entre a manutenção das pessoas e a captação de novas, e para que possa atrair, desenvolver, potencializar e preservar funcionários que criem valor para a empresa. A preocupação da EBC com uma rotatividade adequada fica expressa no Relatório de Gestão 2016 (EBC, 2017), quando reflete sobre o risco de não ter mais à disposição um cadastro de reserva de trabalhadores para contratação, devido ao vencimento dos concursos de 2011 e 2013. Segundo a empresa, a falta de capacidade de contratar poderia levar à perda de qualidade, desvio e acúmulo de função, e mais gastos com horas extras e riscos de passivos trabalhistas. O relatório expressa, ainda, necessidade de concurso público no caso de aprovação do PDV que já estava em estudo – ou seja, os analistas da EBC preocupavam-se com a realização de um PDV cuja função primária fosse o enxugamento de gastos, como de fato se fez, devido aos riscos da perda de funcionários experientes para o futuro da EBC.

Diante disso é possível dizer que a EBC promoveu o desmonte de seu corpo funcional ao realizar PDVs, concretizados em 2018, sem previsão de novos concursos. E um olhar mais próximo dos resultados alcançados pode revelar com maior precisão a pouca racionalidade em termos de gestão de recursos humanos. A diferença central entre o primeiro e o segundo PDV está na abrangência: o PDV de fins 2017 teve a virtude de buscar cortes entre os salários mais altos da empresa, uma vez que era direcionado a empregados com mais tempo de casa, bem como aposentados – apesar de não ter modificado a estrutura de diretorias, cargos e funções, onde estão grandes gastos com a folha.

A EBC divulgou que o segundo PDV representou uma economia estimada de R\$ 42,6 milhões por ano, cerca de 10% da folha de pagamento. Resultado que, somado ao primeiro programa de desligamento, equivaleria a uma redução de R\$ 67 milhões por ano, cerca de 14% da folha de pagamento (FELTRIN, R., 2018). Portanto, o primeiro PDV teria gerado economia de R\$ 24,4 milhões por ano. Apesar de o segundo programa ter gerado economia maior em

termos absolutos, calculando-se uma média pela quantidade de adesões é possível concluir que no segundo processo a empresa economizou menos por funcionário desligado, perdendo mais força de trabalho. A economia anual gerada, em média, por cada funcionário que deixou a empresa no primeiro PDV foi de R\$ 254,2 mil, enquanto que em relação ao segundo PDV, a economia por funcionário é menor, de R\$ 165,8 mil.

Quadro 6 – Síntese de resultados dos PDVs da EBC

	Funcionários desligados	Economia absoluta/ ano	Economia média per capita/ ano
1º PDV (concluído em jan.18)	96	R\$ 24,4 mi	R\$ 254,2 mil
2º PDV (concluído em dez.18)	257	R\$ 42,6 mi	R\$ 165,8 mil

Fonte: elaboração da autora (Cf. FELTRIN, 2018a)

Uma das razões pelas quais o segundo PDV, de novembro-dezembro de 2018, garantiu número maior de adesões (257) pode ser⁵² a não restrição da adesão em função do tempo de casa, o que ampliou o público potencial. Com o formato do segundo PDV, a empresa abriu mão de funcionários mais jovens – ou seja, com mais tempo de trabalho pela frente –, e com menos tempo de casa. Além de ser a parte do corpo funcional com menores salários, é aquela que passou a fazer parte da empresa quando ela já tinha o formato de empresa pública, com as missões e objetivos atinentes.

Quanto à racionalidade da gestão de recursos, adicionamos que nada impediria que em ambos os PDVs ótimos profissionais se desligassem, enquanto outros não tão dedicados ou identificados com a comunicação pública permanecessem, o que também poderia significar perda de qualidade e eficiência. A única previsão para evitar apagamento de setores era a obrigação de transferência de conhecimento a outro funcionário, antes do desligamento, nos casos em que o trabalhador declarasse ser o único a dominar certa atividade. Como revelam os diagnósticos dos Relatórios de Gestão, a empresa compartilhava essas preocupações, apontando contradição entre a consciência do risco e a tomada de decisão, e reforçando a percepção de que os PDVs, especialmente o segundo, concretizava caminho de desmonte da empresa *por dentro*.

52 Outras hipóteses que podem ser somadas – mas demandariam pesquisa posterior para sua confirmação ou rechaço – como o aparente aumento nos muitos casos de assédio moral e adoecimento no trabalho e o crescimento das tensões relativas ao fim da empresa ou demissões em massa, que seriam muito negativas para funcionários com pouco tempo de casa e poucos recursos a receber do FGTS.

O terceiro indicador gerencial de recursos humanos é o da educação continuada. A “formação dos talentos” está entre as competências da EBC: “V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos” (BRASIL, 2008, Art. 8). A falta de tradição na área, mesmo no que diz respeito a disciplinas para formação básica dos jornalistas brasileiros, seria um fator motivador para o desenvolvimento dos trabalhadores a partir da educação, na medida em que a empresa deve desenvolver nova linguagem e formatos considerando a realização de uma comunicação pública. O plano estratégico 2012-2022 enfatizava a necessidade de formação do quadro de funcionários.

Apesar disso, a apresentação dos dados sobre educação corporativa revela irregularidade na manutenção dessa política do ponto de vista quantitativo – as quedas são justificadas com cortes nos orçamentos e baixa adesão à estratégia de cursos à distância, utilizada para tentar contornar o problema dos custos. Há pouca informação qualitativa nos relatórios consultados: mencionam o oferecimento de cursos de idiomas e bolsas para pós-graduação, mas as ênfases em termos de áreas não ficam claras. Os primeiros relatórios (2009-2011) apresentavam distinção entre formação para área-meio e área-fim; posteriormente, o dado não foi mais apresentado. Observações como “cabe esclarecer que os eventos ocorridos em 2014, tais como Copa do Mundo e Eleições, interferiram diretamente na execução das ações de capacitação planejadas, principalmente das áreas de rádio e jornalismo” (EBC, 2015) podem apontar para dificuldades específicas da formação dos jornalistas, graças às rotinas de trabalho deles.

A EBC tinha grandes ambições no campo da educação. Isso pode ser demonstrado pelo plano de criar a Escola Nacional de Comunicação Pública, destinada ao corpo funcional, mas não apenas para ele. O objetivo, conforme primeiro projeto, de 2011, era fortalecer o campo público da comunicação no país. O projeto nunca foi concretizado.

Borges (2018) analisou limites e potencialidades dos projetos de cooperação internacional para formação dos quadros institucionais dedicados às políticas públicas e estatais de comunicação na Secom-PR e na EBC. Um dos exemplos era a escola da EBC, que contava com cooperação da Unesco. Segundo essa pesquisa, uma das justificativas para o projeto de cooperação era o diagnóstico de dirigentes da EBC de que “a área que mais requer esforço de qualificação e alinhamento de seus profissionais é exatamente a definição – conceitual e operacional – do que venha a ser seu campo de atuação” (BORGES, 2018, p. 77). A ex-ouvidora da EBC Joseti Marques foi coordenadora do projeto e mudou seu escopo no período 2013-2016, tornando o projeto de escola em Centro de Pesquisa, pois, conforme afirmou em entrevista,

mesmo a EBC não saberia o que era comunicação pública e, portanto, não teria muito a ensinar (BORGES, 2018, p.81).

A pesquisa de Borges registrou a realização de diversas ações nessa área, como o estabelecimento de parcerias com universidades e mapeamento de trabalhadores com formação na área da comunicação e radiodifusão pública, bem como a formação de uma rede interna de multiplicadores de conhecimento e o desenvolvimento de uma plataforma de ensino à distância. Mas o projeto acabou engavetado. Borges (2018) concluiu, com base em dados e entrevistas com trabalhadores, que, no caso da EBC, o acesso aos cursos (de modo geral, e não apenas relacionado à escola) era considerado restrito conforme a condição do funcionário dentro da empresa. Por exemplo, muitos sequer ficavam sabendo da realização dos cursos, sendo a participação direcionada àqueles com papéis de representação nas diversas estruturas da empresa, como conselheiros e representantes de seus pares. Segundo esse estudo, os entrevistados revelaram ter formado a noção de comunicação pública com base em construção pessoal, em alguns casos relacionada a militâncias políticas ou experiências na Academia, além da “tentativa e erro” cotidiana, e da apropriação da legislação e de documentos como o Manual de Jornalismo da EBC. Os trabalhadores também relatavam na pesquisa em questão que consideram de pouca ou nenhuma relevância para seu trabalho os programas de formação realizados na própria empresa. Consideravam, também, que o debate sobre “comunicação pública e governamental”, e sua afirmação dentro da empresa era bastante restrita. Revelam, ainda, que os cursos oferecidos davam ênfase a questões técnicas, tecnológicas, administrativas. Não há dados sistêmicos a esse respeito nos Relatórios de Gestão consultados, mas alguns comentários e avaliações permitem inferir conclusão semelhante.

Em 2015, o Conselho Curador realizou um seminário de balanço das atividades e funcionamento das estruturas da EBC em seus oito anos de existência, com a participação de especialistas, pesquisadores, representantes da academia e trabalhadores. A necessidade de formação do corpo funcional da EBC estava entre as deficiências diagnosticadas. De acordo com o documento produzido a partir das discussões, havia falta de capacitação e desenvolvimento do corpo funcional na comunicação pública e gestão, e baixa colaboração dos gestores em liberar empregados para eventos e capacitação. Nesse sentido, o texto sugeria a implementação de processos de formação dos quadros dentro da empresa, “com treinamento constante e cotidiano dos profissionais”. Destacava, ainda, a necessidade de a EBC valorizar seu quadro de trabalhadores, inclusive criando ambiente institucional que permitisse o desenvolvimento de suas potencialidades (CONSELHO CURADOR, 2015).

Diante do exposto, seria possível dizer que as ações de capacitação do corpo funcional podem ser avaliadas como distantes das necessidades dos funcionários e insuficientes para provocar mudanças de mentalidades na empresa quanto ao debate sobre comunicação pública –, apesar de a EBC ter estado, na maior parte dos anos, perto da meta estabelecida para a educação corporative em termos de horas/*per capita*.

4.2 O corpo funcional da EBC em 2017/2018: um retrato

Para completar o levantamento sobre o ambiente no qual estavam inseridos os jornalistas da EBC no momento da realização das entrevistas, dados obtidos junto à Gerência Executiva de Gestão de Pessoas da EBC com informações sobre a distribuição de cargos, origens e lotações dos trabalhadores, ajudam a revelar um retrato do quadro de funcionários em 2017/2018 (Quadro 7). Foram incluídos dados mais recentes para uma visão mínima sobre o que acontece no início de 2019, depois da saída de funcionários no último PDV⁵³. Com o segundo Plano de Desligamento Voluntário, a EBC terminou o mês de janeiro de 2019 com 1.992 funcionários. Desse total, 386 eram profissionais do cargo Jornalista de Empresa de Comunicação Pública (JCP), composto por jornalistas, fotógrafos e repórteres cinematográficos.

Os dados que constam do quadro possibilitam uma visão geral da empresa a partir de uma espécie de retrato da situação de seus funcionários no período de realização desta pesquisa. Permitem observar questões como a convivência entre diferentes gerações de funcionários; distribuição de praças e chefias, bem como de jornalistas entre a ‘parte pública’ e a prestadora de serviços da empresa.

53 Fizemos uma solicitação por dados junto à Gerência de Pessoas, conforme fazíamos antes, mas foi negado visto que a pesquisadora não é mais funcionária da empresa. Como a solicitação pelo Sistema de Atendimento da Ouvidoria podia demorar, lançamos mão de dados mínimos por meio de acesso de colegas à intranet da EBC, onde estão estes dados aqui apresentados sobre 2019.

Quadro 7 – “Retrato” do corpo funcional da EBC em 2017/2018

Quem faz a EBC?	em outubro de 2017	em junho de 2018	em janeiro 2019
Concursados + enquadrados	2095	1977	
Trabalhadores de fora do quadro (como cedidos e em cargo de função) ⁵⁴	346	331	
Total de funcionários	2472	2308	1992
Funcionários em funções e comissões			
Comissionados do quadro	268	266	
Comissionados de fora do quadro da EBC	140	132	
Função	7	7	
Total Comissionados + Função	415	398 + 7 = 405	
Distribuição por tempo de admissão			
Egressos da Radiobrás	660	588	
Egressos EBN	153	123	
Total egressos	813	711	
Concursos 2011 / 2013	1285	1266	
Distribuição por praças			
RJ	576	552	
SP	187	180	
DF	1542	1415	
MA	150	149	
Outras praças	17	10	
Cargo “JCP”: jornalistas, fotojornalistas e repórteres cinematográficos			
JCP	464	438	386
JCP Serviços	83	77	
JCP dedicados à CP	381	361	
JCP sem comissão, dedicado à CP, praças consideradas na pesquisa	331	321	

Fonte: elaboração própria a partir de dados dos Quadros de Lotação de Pessoal da EBC.⁵⁵

A leitura dos dados revela que a maioria dos funcionários da EBC foi admitida a partir dos concursos realizados depois da criação da empresa – portanto já contratados para uma

54 Não são contabilizados os trabalhadores terceirizados, como os responsáveis pela limpeza e das empresas que prestam serviços de transporte.

55 O material utilizado para formular esta tabela foi apresentado como organizado pela EBC, que alegou usar sempre a mesma metodologia, o que permitiria comparações. No entanto, observa-se algumas pequenas discrepâncias que não invalidam o quadro, mas precisam ser informadas: 1) Há 3 cargos vagos nas tabelas de 2017 e 2018 que foram eliminados. 2) A tabela de 2017 sinalizava um grupo de 31 trabalhadores aposentados por invalidez. O mesmo grupo estava ausente na tabela de 2018. Foram eliminados para permitir melhor comparação. 3) Nota-se uma entrada estranha na tabela de 2018 na comparação com 2017: um funcionária com data de admissão em 1933. Na tabela anterior ela teria sido admitida em 2012. Foi mantida discrepância por entender que não será significativa no conjunto. Estamos apurando a informação correta. 4) Vale mencionar que a atual Gerência Executiva de Conteúdos e Serviços está sob tutela da Diretoria-Geral em ambas tabelas. No passado, a Gerência foi uma Diretoria, tendo, portanto mais poder e autonomia com relação ao resto da estrutura – e também estando mais separada do restante da EBC.

empresa que tinha expressa a finalidade de prestar o serviço público de radiodifusão. Em junho de 2018, tinha 54,8% dos trabalhadores que ingressaram a partir dos concursos realizados no período da EBC, 30,8% egressos da Radiobrás e EBN, e 14,4% de fora do quadro permanente.

Quanto à distribuição nas praças, Brasília tinha, em junho de 2018, quase três vezes mais funcionários que a segunda maior praça, o Rio de Janeiro. O dado pode refletir o peso dos setores relacionados à administração da empresa na composição do quadro de funcionários. Já os profissionais das praças de São Paulo e São Luís, somados, representavam, à época, menos de 15% de todo o corpo funcional. A distribuição entre as praças não parece ter variações significativas entre os períodos analisados, exceto no que diz respeito às “outras praças”. Uma das razões para a redução de 17 para 10⁵⁶ nessa situação foi o encerramento do Programa de Correspondentes Jornalísticos da Agência Brasil.⁵⁷

Em junho de 2018, a EBC somava 405 pessoas com cargos em comissão ou funções. Vale lembrar que a falta de um Plano de Carreira na empresa, segundo os Relatórios de Gestão, faz com que certos funcionários recebam comissões e funções mesmo não exercendo cargos de gestão na prática. Não fosse isso, o cálculo a seguir seria mais que mero exercício matemático: em junho de 2018 havia uma pessoa em posição de chefia para cada quase cinco comandados (4,69). Com relação aos cargos comissionados/função, também observamos a proporção entre trabalhadores do quadro e de fora do quadro: em junho de 2018, funcionários concursados ocupavam 65,7% dos cargos em comissão, contra 34,3% dos cargos ocupados por pessoas de fora do quadro. A empresa seguia, portanto, fora da proporção 70%-30%, há muito desejada pelos trabalhadores do quadro e pactuada com a empresa.

Os dados revelam ainda que os profissionais alocados no cargo Jornalista de Empresa de Comunicação Pública (JCP), eram 438 em junho de 2018, o que corresponde a 19% do corpo funcional da empresa. No entanto, esse quantitativo inclui os funcionários que atuavam na Gerência Executiva de Conteúdos e Serviços – ou seja, como já mencionamos, estes desempenham funções cujo fim não é produzir comunicação pública, mas prestar serviços,

56 Há contradições de dados visto que todas as portarias foram emitidas no mesmo dia de agosto, mas duas das mudanças de praça estavam e duas não estavam registradas no quadro naquele mês. Há ainda uma quinta correspondente jornalística, que não fazia parte do PSI e pediu a remoção.

57 Este programa de correspondentes foi realizado por meio de Processo Interno de Seleção, um modo mais transparente de escolher os empregados que ocupariam os postos – e que leva em consideração o interesse do trabalhador e da empresa. Os correspondentes selecionados por meio do PSI ficavam nas cidades do Recife-PE, Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS e Salvador-BA, sendo responsáveis também por cobertura regional. A seleção foi destinada a produção de material para a Agência Brasil, mas era comum que também colaborassem com o rádiojornalismo. Lançado em 2015, e com a permanência de quatro correspondentes prorrogada por mais 2 anos em janeiro de 2016, o programa foi interrompido abruptamente em agosto de 2017. Os trabalhadores foram chamados de volta imediatamente as suas praças de origem.

frequentemente à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que contrata a EBC para tal. São exemplos os jornalistas que fazem o *clipping* na Gerência de Monitoramento e Análise de Mídias e os jornalistas que trabalham na TV NBR e na produção da Voz do Brasil, entre outras atividades. O número de profissionais de cargo JCP dedicados efetivamente à comunicação pública era, portanto, ainda menor: somava 361, no mesmo período, ou seja, 15,5% do total dos funcionários.

Também foi feito um breve levantamento sobre a remuneração dos empregados da EBC, considerando-se que a falta de um Plano de Carreira é uma fonte de conflito. A média salarial é de R\$ 5.525,52. O valor reflete o fato da maioria ter ingressado depois de 2012 e da progressão na carreira se dar principalmente por tempo de permanência (COMITÊ FICA EBC, 2018, p. 15). Mas os quadros de remuneração mostram que há disparidades entre profissionais com a mesma função, e também grande distância salarial entre cargos. Isso não é devido somente à progressão na carreira por tempo de casa, mas também por enquadramentos da passagem Radiobrás – EBC. A título de exemplo: um jornalista contratado em 1988, com duas horas de prorrogação de jornada (e sem cargo em comissão), recebia uma remuneração básica bruta de R\$ 19.892,64 em janeiro de 2019. Sob as mesmas condições, um jornalista contratado em 2014, depois do primeiro concurso da EBC, recebia a remuneração básica bruta de R\$ 7.741,41. Um técnico administrativo admitido em 2015 recebe a remuneração básica bruta de R\$ 2.790,00 (EBC, 2019a). Já o salário do diretor presidente, sem benefícios, é de R\$ 26.958,95 (EBC, 2019b).

CAPÍTULO II – SOBRE QUE COMUNICAÇÃO DEVERIAM PENSAR OS JORNALISTAS QUE TRABALHAM NA EBC

O cenário apresentado no primeiro capítulo sugere que a Empresa Brasil de Comunicação é um ambiente de trabalho com focos de conflito permanentes e diversos ao longo do tempo. A gestão de pessoas não parece valorizar o potencial e os desejos individuais. E há evidências de que não logrou, mesmo depois de dez anos, a integração de um corpo funcional com diversas origens, de modo a orientar sua atuação para o alinhamento com a finalidade e objetivos da empresa. Este contexto sugere um problema que merece investigação: teria havido condições para que os jornalistas da EBC, profissionais diretamente implicados com a atividade-fim da empresa, modificassem as práticas cotidianas introjetadas ao longo de sua formação e carreira para a consecução dos princípios e objetivos da EBC, como empresa de comunicação pública? Seria possível fazer comunicação pública, caso esse não tenha se tornado um conceito dominado por quem deve fazê-la no dia a dia?

Como visto, há dificuldade dos governos, e da sociedade brasileira de um modo geral, compreenderem a relevância da comunicação pública e elevá-la à prioridade e direito, e essa dificuldade dialoga estreitamente com o modo de regulação da mídia no Brasil e a história de privilégio dos veículos privados sobre os demais. Ao mesmo tempo, os recursos do Tesouro, mesmo quando fluem corretamente, se não complementados com outras formas de geração de receitas, podem fazer crescer a desconfiança relativa à possibilidade de independência da empresa com relação ao governo. Nesse contexto, fica ainda mais evidente um debate enviesado sobre o “custo” da EBC, e suas consequências. Do ponto de vista dessa pesquisa, elas se refletem sobre o corpo funcional no sentido da instabilidade da empresa e das ameaças de fechamento e cortes de mão de obra. Mas não só.

É evidente que as guinadas políticas e econômicas vivenciadas pelo país nos últimos anos impactam a administração, o financiamento e também as mentalidades na EBC – choques que, na sua diversidade, também ampliam as dificuldades no espaço de trabalho. Consequentemente, influenciam a percepção dos jornalistas (e as possibilidades reais) sobre o fazer comunicação pública. É aqui que se insere esta investigação: na avaliação da percepção de jornalistas a respeito dos problemas, dilemas e oportunidades da comunicação pública que fazem na EBC. O diálogo com esse grupo de trabalhadores é especialmente pertinente na medida em que eles estão diretamente implicados na realização da finalidade da empresa.

Nesse sentido, ressalta-se que as agências – Brasil e Radioagência – são movidas exclusivamente a jornalismo, as rádios contam com noticiários e boletins de notícias, nos formatos local e de rede. E a TV Brasil apresentava, em 2017, mais de quatro horas diárias de jornalismo de segunda a sexta-feira (EBC, 2018). No entanto, para além do tempo que ocupa, o jornalismo é valorizado nas grades de emissoras (dentro e fora da EBC) por seu valor de face: é identificado como atividade que demanda responsabilidade social⁵⁸ e promove o desenvolvimento da sociedade e da democracia. Assim, pode ser encarado, inclusive, como um termômetro do compromisso do veículo com a sociedade na medida em que cumpre, ou não, com pressupostos esperados, como demonstrar independência na busca pela verdade dos fatos.

Para entender as percepções, a construção do sentido de público e os princípios e objetivos da existência que norteiam a EBC, é necessário compreender conceitos da comunicação pública e da radiodifusão pública no Brasil, bem como os princípios que têm norteado as melhores práticas nessa área em âmbito internacional. Tais conceitos são inerentes ao campo de estudos em que esta pesquisa está inserida, e é neles que os princípios, objetivos e finalidade da EBC, previstos na Lei 11.652/ 2008, foram inspirados. É importante ressaltar que a MP 744/2016 (convertida na Lei nº 13.417/2017) modificou a Lei que criou a EBC, mas não promoveu alterações significativas nos princípios e objetivos do serviço de radiodifusão pública brasileiro, do qual a EBC é parte⁵⁹.

58 Há mais de 75 anos, em 1942, os empresários da mídia norte-americana encomendaram relatório presidido pelo reitor na universidade de Chicago, Robert M. Hutchins, com o "objetivo formal de definir as funções da mídia na sociedade moderna" (LIMA, 2009). Este movimento é gerador da "teoria da responsabilidade social da imprensa", cujo documento da conhecida Comissão Hutchins foi batizado como *A free and responsible press* (Uma imprensa livre e responsável). Esperava-se que a partir de uma anunciada adesão a princípios como o pluralismo de ideias e o profissionalismo na atividade jornalística, o público ficaria convencido de que a liberdade de expressão deles (um direito individual) poderia ser garantida por empresas de comunicação, cada vez mais oligopolizadas. Lima (2009) esclarece que o conceito de responsabilidade social tem origem anterior, e que no caso da sua aplicação à mídia, "aceita que a mídia deve servir ao sistema econômico e buscar a obtenção do lucro, mas subordina essas funções à promoção do processo democrático e a informação do público ('o público tem o direito de saber')". Fato é que as respostas que a *Hutchins Commission* indicou que fossem dadas pelos meios de comunicação para diminuir as críticas do público foram transmutadas, nos EUA, nos princípios do que se considera "bom jornalismo": objetividade, exatidão, isenção, diversidade de opiniões, interesse público. Esses princípios foram trazidos para o Brasil e estão registrados de manuais de jornalismo. Seus traços podem ser vistos também no Manual de Jornalismo da EBC (2013). Cf. LIMA, 2009; FOLHA DE S. PAULO, 2001; EBC, 2013.

59 No art. 2º da Lei da EBC, que trata dos princípios da prestação de serviços de radiodifusão pública, as modificações advindas da Lei nº 13.417/2017 estão na inclusão de dois incisos: "X - atualização e modernização tecnológica dos equipamentos de produção e transmissão;" e "XI - formação e capacitação continuadas de mão de obra, de forma a garantir a excelência na produção da programação veiculada." A previsão de capacitação de mão de obra para fazer comunicação pública estava explícita anteriormente (e segue figurando) como uma competência que cabe a empresa (art. 8º, inciso V). Já no art. 3º, que trata dos objetivos da EBC, inciso IX, foi modificada a redação do Parágrafo Único que dizia "É vedada qualquer forma de proselitismo na programação", sem modificação substancial, e incluído um segundo parágrafo. Assim, os parágrafos do art. 3º, inciso IX, tem a seguinte redação atualmente: "§ 1º É vedada qualquer forma de proselitismo na programação das emissoras públicas de radiodifusão." e "§ 2º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta veicularão informações constantes da base de dados

1. Comunicação Pública

Brandão (2012), Duarte (2012), e Monteiro (2012) entendem que o conceito de comunicação pública no Brasil abarca múltiplos ângulos e aspectos, tais como: quem a desenvolve; quais as suas especificidades; quais os seus objetivos; etc. Para Brandão (2012) é possível fazer comunicação pública no setor público, em organizações do terceiro setor e até mesmo empresas privadas, desde que tenham o objetivo final de servir ao interesse público. Divulgação científica ou comunicação rural (de cunho extensionista), campanhas de saúde, comunicação comunitária e alternativa, comunicação de Estado, desde que destinada ao interesse público e não ao *marketing* de governo, podem ser consideradas como pertencentes ao campo da comunicação pública (BRANDÃO, 2012). Para a autora, comunicação pública é “um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (p. 9).

Parte importante do debate sobre comunicação pública no Brasil é influenciada pela obra do francês Pierre Zémor (1995), traduzido e resumido por Brandão. Para Zémor (1995), em geral, comunicação pública é realizada por instituições públicas. Ele aproxima o conceito ao de comunicação estatal, no sentido da prestação de serviço pelo Estado, diferenciando-a, então, da comunicação de governo, ou política, que guarda, por aqui, historicamente um caráter personalista⁶⁰. Autores como Brandão (2012), Monteiro (2012) e Duarte (2012) apoiam-se nessa abordagem ao definir a comunicação pública pelo que ela não é: comunicação de governo. A questão da autonomia não está posta nesse caso, visto que a comunicação pública vem sendo conceituada no campo da comunicação organizacional. Na definição do francês, comunicação pública é feita no “espírito público” e tem por finalidade desenvolver e garantir acesso aos serviços públicos. Entre aspectos relevantes está o diálogo – não por acaso, Zémor pontua como exemplo de espaço de comunicação pública os balcões de atendimento de órgãos públicos.

Monteiro (2012) destaca aspectos semelhantes ao buscar singularidades da comunicação pública e localizá-la como “instrumento da construção da cidadania” (p. 40). Duarte (2012)

do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos de que trata a Lei no 12.127, de 17 de dezembro de 2009, incluindo fotografias de pessoas desaparecidas, diariamente, por no mínimo um minuto, no período compreendido entre dezoito e vinte e duas horas.” (cf. BRASIL, 2008 e BRASIL, 2017)

⁶⁰ Bucci (2012; 2008) não cita Zemor, mas descreve seu trabalho à frente da Radiobrás elevando o mesmo princípio, a cidadania, como o centro da transformação do que era estatal em comunicação pública: “[a Radiobrás no mandato dele] foi direcionada para realizar uma comunicação a serviço da cidadania, não mais para a promoção da boa imagem de governantes, o que, segundo modelos originados nos tempos da ditadura militar, muitas vezes resultava em notícias distorcidas e na sonegação de informações. Com isso, com esse novo modelo, foi se tornando apartidária” (2012, p.195).

segue no mesmo sentido: compromisso em privilegiar o interesse público, foco no cidadão, tratamento da comunicação como processo amplo, relativo ao ato de informar. O autor nota particular interesse pelo tema vindo de certo grupo de comunicadores que atua nos Três Poderes, e pondera que o interesse deles converge sobre o desejo de realizar “uma prática da comunicação social voltada para o ‘interesse público’ e o ‘fortalecimento da cidadania’” (p. 60). Justifica que comunicação pública passou a ser tema central de ações coletivas e debates entre servidores, especialmente os recém-admitidos por concurso público nos anos 2000, refletindo o engajamento que se caracterizava, para o autor, como “movimento”. Da mesma época é a tradução e resumo da obra de Zemor (1995) por Brandão (2012). Assim, a expressão relaciona-se com um *ethos*, ou seja, uma postura profissional afinada com a intenção de usar a comunicação em prol do interesse coletivo. Para ele,

Comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável (DUARTE, 2012, p. 61).

No setor público, a transparência é elevada a conceito chave na realização da comunicação pública. Duarte entende que a comunicação pública também pode ser realizada pelo setor privado, desde que haja compromisso institucional com a cidadania. Para ele, a comunicação pública é o caminho natural do terceiro setor.

Os autores citados admitem que a comunicação pública seja realizada por entes privados e do terceiro setor. Sempre frisam que, nesses casos, não deve ser confundida com *marketing* da própria entidade – em caso de confusão, não é mais comunicação pública. Afinal, a comunicação pública deve se pautar pelo interesse público, com o objetivo de construir cidadania. Esse modo de conceituar parece controverso, na medida em que *interesse público* pode ser conceito bastante movediço e genérico, quando se considera que a sociedade não é formada por um único interesse, mas por muitos, em conflito. Diante disso: a qual dos muitos públicos possíveis deveria a comunicação pública servir? Os autores não apontam.

Por outro lado, Brandão (2012), por exemplo, relaciona o crescimento do interesse pela ideia de comunicação pública e pelo uso da expressão ao que chama de “sonho quixotesco” presente em diversos países da América Latina, e emergente no Brasil, principalmente desde os intensos debates em torno de Constituição de 1988.

Defendo que esta adoção entusiasmada [da comunicação pública] acontece porque o novo conceito responde a um ideal utópico alimentado e buscado pelo pensamento comunicacional, não só no Brasil, mas também em toda a América Latina (...) A comunicação pública ecoa hoje alguns dos ideais de uma comunicação libertadora e fruto de uma visão humanística da sociedade. (BRANDÃO, 2012, p.21)

A autora insere no mesmo conjunto de preocupações os debates em torno da Nova Ordem Mundial da Informação (Nomic), que tomaram corpo no Relatório McBride, lançado como livro pela Unesco em 1980. O relatório afirmava que para garantir democracia seria preciso estabelecer sistemas de comunicação capazes de fazer com que todos os países participassem do fluxo mundial de informação de forma equânime (LARA, 2012). Rechaçado pela diplomacia americana no contexto do fim da Guerra Fria, o relatório acabou sendo adotado por instituições como a Igreja Católica, que no Brasil e na América Latina teve papel importante ao incentivar práticas alternativas de comunicação voltadas para a autonomia dos cidadãos. A ideia de “dar voz a quem não tem voz” parte daí, e segue cultivada nos *slogans* dos movimentos pela democratização da comunicação no Brasil até hoje. Ao citar a relação com o Relatório McBride, Brandão faz pensar que o interesse público perseguido por quem deseja praticar comunicação pública pode estar relacionado a um certo público de “excluídos” – ou daqueles para quem a cidadania – no sentido do gozo dos direitos e não apenas dos deveres perante o Estado – precisa ser construída.

2. Radiodifusão pública

Quando tratamos de radiodifusão, falamos da transmissão de sons e imagens por meio de ondas eletromagnéticas. Sendo um bem limitado, o espectro eletromagnético foi requisitado como público pelo Estado. Por isso é o Estado que desde 1931 concede licenças para a prestação desse serviço público a empresas privadas e também para entes públicos e associações sem fins de lucro, entre outros. Portanto, a regulação é necessária para disciplinar o acesso a um bem limitado (as frequências), mas tem reverberações políticas e econômicas: seu objetivo é (ou deveria ser) garantir acesso plural, representativo, garantindo o direito à comunicação.

No Brasil, desde as primeiras legislações da década de 1930, passando pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, foi estabelecido um modelo de exploração de serviço de radiodifusão formado, predominantemente, por empresas privadas e sustentado por publicidade – e, em boa medida, publicidade paga pelo Estado. Esse modelo gera e sustenta a grande concentração em termos de propriedade, e um quadro no qual o Estado brasileiro beneficia – e torna-se, de certa maneira, refém – (d)os concessionários privados de radiodifusão. Os benefícios (ou privilégios) aos concessionários de radiodifusão, donos de empresas com fins comerciais, aparecem na legislação de forma explícita ou pela omissão. São exemplos: 1. As regras assimétricas com relação a outros prestadores de serviços públicos. Só os radiodifusores ganharam a garantia constitucional de cancelamento das concessões apenas por decisão

judicial. Caso contrário, têm renovação automática; 2. o Estado é fiador das empresas via publicidade ao basear-se nos chamados “critérios técnicos” para distribuir recursos. Quer dizer que há privilégio ao critério de audiência, no qual ganham as comerciais, em detrimento de outras considerações para medir a melhor eficiência da distribuição de anúncios, como a pluralidade; 3. O Estado omite-se ao não coibir, por exemplo, que parlamentares sejam donos de rádio e TVs, apesar da prática ser ilegal (LIMA, 2015a). Há também entes estatais e/ou sem fins de lucro envolvidos na prestação de serviços de radiodifusão desde o princípio. Contudo, como explicamos com mais detalhe no primeiro capítulo, os veículos não comerciais são minoritários em termos de recursos e influência.

O termo radiodifusão pública aparece pela primeira vez em um texto legal no Brasil apenas na Constituição de 1988. Segundo Lima (2015b), que acompanhou a confecção da Carta não só como pesquisador, mas também na condição de Consultor do Senado Federal, o princípio da complementariedade, expresso no Art. 223, foi incluído pelo relator, senador Artur da Távola, com o objetivo de democratizar a distribuição de outorgas. Diz o texto Constitucional, Art. 223: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988). Távola teria buscado aplicar na comunicação um debate que havia presenciado na educação. Havia escolas privadas comerciais, com finalidade de lucro, e escolas privadas da igreja, por exemplo, que teriam caráter diferente das primeiras e também não podiam ser alocadas, obviamente, no conjunto das estatais. Vem daí a ideia de instituições públicas que não são necessariamente estatais. Foi como explicou o próprio Artur da Távola em reunião da Subcomissão de Rádio e Televisão da Comissão de Educação do Senado, em 9 de setembro de 1999:

...essa ideia da instituição pública que não é necessariamente estatal, desde que sem fins lucrativos, desde que comunitária, desde que filantrópica. Isso na época foi combatido, não foi aceito nem pela esquerda e nem pela direita [...] a ideia de um público que represente não apenas o estado, mas o que houver de possivelmente organizado na chamada sociedade. Eu tinha em mente que havíamos criado essa figura de entidade pública ao lado de entidades estatal e privada e parece-me importante criá-la também dentro da comunicação. (LIMA, 2015b, p. 189-190)

Segundo a interpretação de Lima (2015b), a noção de complementariedade foi criada como um caminho para enfrentamento da concentração do setor – e, atacando tão frontalmente o poderio dos interesses dos radiodifusores comerciais, me parece difícil que um dia chegue a ser regulamentada. O Artigo 223 da Constituição de 1988 cria, de modo implícito, um sistema de radiodifusão dividido em três: público, privado e estatal. A regulamentação poderia dizer, por exemplo, qual a fatia justa para cada um desses setores (seguindo, por exemplo, o modelo

adotado pela *Ley de Medios* da Argentina⁶¹), ou qual o caráter da complementariedade. Apesar da incompletude em termos legais e das polêmicas em torno das definições do que é cada ente do sistema, o princípio da complementariedade fundamenta a existência da EBC como representante de um sistema público em nível federal, de caráter complementar aos demais.

Valente (2009) define que a regulação da radiodifusão no Brasil se dá por “complementariedade marginal”, devido ao papel secundário legado aos veículos não comerciais. Para ele, apesar das limitações objetivas à uma concorrência real com as emissoras comerciais – por exemplo, devido ao modelo de financiamento e às dificuldades de distribuição do sinal –, a EBC e a TV Brasil constituem um capítulo novo na história da complementariedade no Brasil por representarem a intenção de um projeto de caráter nacional que tenha capacidade de articular em rede as demais emissoras públicas (estaduais, educativas). Aliás, ressalta Valente, mais que coordenar uma rede, a EBC tem institucionalmente a competência de conduzir a implementação do sistema público de radiodifusão previsto na Constituição. (VALENTE, 2009, p. 190). Cabe dizer que o trabalho de Valente é um esforço de leitura da EBC e da TV Brasil a partir de seu caráter institucional, e não por seus princípios e objetivos em termos de *ethos*. A pesquisa apresenta o início do período de montagem da empresa.

Outra leitura nesse sentido é oferecida por Ramos (2012). Ele defende que o dispositivo da complementariedade dos sistemas na radiodifusão se refere a serviços que são sempre prestados em regime público – muitas vezes, mediante outorga de concessão e permissão do Estado para a iniciativa privada, e com finalidades comerciais. Assim, o regime não pode ser privado, apenas público. E a complementariedade possível é apenas “aparente”. Na avaliação do pesquisador, o dispositivo é um efeito da ruptura entre público e estatal pelos constituintes. O público seria “normativamente indefinido, mais próximo do privado do que do estatal, e um estatal que, ao se confundir com o governamental, perdeu a sua indissociável dimensão republicana” (RAMOS, 2012, p. 4).

Como consequência, segundo o autor,

61 A *Ley de Medios* foi promulgada na Argentina em 2009 e passou a ser considerada um marco paradigmático por encarnar muitas das demandas da sociedade civil organizada do continente para restringir o poder dos oligopólios privados de radiodifusão que se espalham por diversos países. A legislação argentina toma providências também “para apoiar meios alternativos e comunitários e descentralizar os canais de veiculação; incentivar a produção audiovisual independente; garantir maior equidade nos acessos ao conhecimento e às tecnologias; e promover a geração e a distribuição de conteúdos regionais e locais sem fins comerciais”, como resume Moraes (2013). Lá, diferente daqui, no entanto, não se divide o sistema entre privado, estatal e “público”, mas entre privado, estatal e “privado-não comercial”, que deve receber recursos públicos, na expectativa de que o estado financie a pluralidade de vozes, mas de modo nenhum deve ser vinculado ao Estado. Cf. MORAES, 2013 e LARA, 2012.

o que diferencia a TV Brasil, emissora de televisão da EBC, da TV Globo, por exemplo, não é a determinação constitucional de sua complementaridade; uma seria **‘pública’** e a outra **‘privada’**. Ambas são emissoras prestadoras de um mesmo serviço público, embora com formas empresariais e de financiamento diferentes, e, principalmente, com propostas muito diferentes de programação. (...) O que deve ser a marca distintiva da EBC e suas emissoras de rádio e televisão não é, pois, seu caráter público em oposição ao privado, mas, sim, seu caráter estatal, porque nascida das prerrogativas da União, por iniciativa do Poder Executivo. Logo, estatal, sim; pública, por consequência. Mas, jamais governamental, como, aliás, está expresso no Inciso VIII e IX, do Artigo 2º da Lei, que afirmam a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal e asseguram a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão (RAMOS, 2012, p. 17).

Em todas essas concepções, o central é ressaltar a exigência de independência frente aos governos (e também ao mercado) – especialmente no que diz respeito à linha editorial. Para exigir independência, é central a participação da sociedade organizada na gestão da empresa, resguardando os interesses e necessidades dos cidadãos, o que diferenciaria a radiodifusão feita pela EBC da executada por empresas privadas e estatais/governamentais.

2.1 Princípios reconhecidos internacionalmente

Tratamos nesta seção especialmente dos princípios formulados com apoio da Unesco para radiodifusão pública. Vale lembrar que os problemas gerados por sistemas de comunicação demasiadamente concentrados entraram no debate da instituição nos anos 1970-80, com a chamada Nova Ordem Mundial da Informação. As recomendações do Relatório McBride para suprimir barreiras à comunicação, garantir liberdade de imprensa, livre circulação de ideias e pessoas, liberdade aos jornalistas e fim dos monopólios mostraram a força de países “em desenvolvimento” naquele momento dos debates internacionais (também no contexto da crise do petróleo), mas suas diretrizes – que se estendem a todas as nações – não foram tiradas do papel por força dos países do capitalismo central. Estados Unidos e Grã-Bretanha chegaram, inclusive, a sair da Unesco em meados dos anos 1980, deixando a instituição à míngua. Com a retomada do tema da comunicação pela Unesco, já nos anos 2000, passa-se a adotar a perspectiva da melhoria das legislações locais, em detrimento do debate de uma regulação do fluxo mundial de informação.

Para Mendell e Salomon (2011), ambos especialistas em regulação dos meios de comunicação e consultores da Unesco, as leis sobre radiodifusão devem caminhar em paralelo com a necessidade de proteção da liberdade de expressão, pedra angular da garantia da democracia. Nessa perspectiva, sempre que o livre fluxo de informações e ideias não for permitido, outros direitos humanos, assim como a própria democracia, estarão em perigo. Isto porque os mecanismos participativos dependem do livre fluxo de informações e ideias, uma

vez que o engajamento dos cidadãos somente ocorre quando a sociedade está informada e tem meios para expressar-se. Segundo os autores, as restrições aos meios de comunicação devem estar previstas em lei de modo transparente, seguindo padrões de clareza e acessibilidade, e as legislações devem ser criadas de modo independente, com o objetivo de limitar a influência de certos grupos políticos.

Em estudo comparativo das possibilidades da radiodifusão pública a partir de oito exemplos representativos no mundo, Mendell (2011)⁶² busca aspectos que aproximam as experiências e legitimam as empresas analisadas. O principal é a vinculação do veículo à garantia do direito à liberdade de expressão, seguido pelos princípios da democracia e da igualdade. Outras características fundamentais são o pluralismo e a diversidade, para o quê é fundamental garantir mecanismos de independência editorial relativa aos governos e aos partidos políticos no poder⁶³; financiamento público⁶⁴ e uso de novas tecnologias. Segundo Mendell (2011), esses aspectos devem ser aplicados para melhor atender a diversidade do público e proliferar a distribuição de conteúdo. Os veículos de radiodifusão pública devem colaborar também com o desenvolvimento tecnológico. O autor trata, portanto, do caráter institucional das emissoras, assim como dos objetivos éticos de sua existência.

O documento *Comunicação Pública: Por quê? Como?* (UNESCO, 2001), de apenas 20 páginas, sintetiza a atuação da Unesco nesse campo. Ele se pretende um guia para orientar os governos, especialmente os dos “países subdesenvolvidos”, sobre como implantar e desenvolver as melhores práticas relativas ao tema. Os princípios da Unesco estão expressos na Lei que permitiu a criação da EBC. Em resumo,

62 São comparados os modelos dos seguintes países: Japão, Tailândia, África do Sul, Austrália, França, Reino Unido e Polônia. O livro foi publicado no Brasil apenas em 2011, em parceria da Unesco com a EBC, mas a primeira edição, em inglês, é de 2000. Não é abordado qualquer exemplo da América Latina porque, segundo Mendell, os serviços do gênero são [ou eram à época da pesquisa] embrionários na região. O autor observa semelhanças e diferenças nos seguintes aspectos principais: a) serviços prestados, por exemplo, quais e quantas emissoras operam em dado território; b) mandato, ou seja, a missão estabelecida legalmente para cada entidade; c) a estrutura de governança, quer dizer, se há conselhos e diretorias e se o modo como são nomeados e organizados espelham maior ou menor independência com relação aos governos; d) financiamento como revelador do grau de independência possível – não apenas dos governos, mas também do modelo comercial (MENDELL, 2011).

63 “A independência editorial é frequentemente promovida pela garantia de uma clara separação entre o órgão diretor, como responsabilidade geral pela organização, e os gerentes e editores, que são responsáveis pelo trabalho diário e pela tomada de decisões editoriais”. (MENDELL, 2011, p.16)

64 O autor argumenta para a centralidade do orçamento público para o bom funcionamento destes veículos assegurando que, não fosse necessário, não haveria necessidade destas emissoras – mercado e regulação eficiente supririam sua falta. Escreve que orçamentos e pagamentos devem garantir a continuidade das atividades das emissoras, com planejamento de longo prazo. Observa que quantidades moderadas e controladas de publicidade comercial podem ser benéficas para evitar manipulação estatal, mas que é preciso, também, evitar as pressões do mercado. A fonte de recursos considerada melhor por Mendell é a da taxa paga pelos telespectadores, mas há uma série de senões a sua instituição, especialmente nos países onde tais serviços não são tradicionais porque aumentam a pressão do público contra a instalação dos veículos, o que também não é desejado (MENDELL, 2011).

universalidade, diversidade e independência permanecem hoje, como ontem, metas essenciais para a Radiodifusão Pública. A estes três princípios devemos adicionar o quarto, particularmente importante quando o radiodifusor público existe lado a lado com os radiodifusores comerciais: a diferenciação. (UNESCO, 2001, p. 11)

A *diferenciação* entre atores da radiodifusão, segundo a entidade, se dá ao menos de três maneiras: com a exploração de novos gêneros, foco em nichos da audiência (mesmo que seja recomendado, também, não perder o contato com o todo) e nos temas abordados.

Para Lara (2012), apesar de sujeita a críticas, na medida em que ignora especificidades políticas, jurídicas, econômicas e sociais locais, esta nova forma de atuação da Unesco – a de estimular legislações nacionais – foi central para a retomada do debate sobre regulação da comunicação em diversos países, como no caso dos latino-americanos.

Del Bianco e Curado (2014) produziram análise de 81 artigos disponíveis na biblioteca do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina⁶⁵, originados de diferentes universidades brasileiras, entre 2001 a 2013, sobre a definição de radiodifusão pública no Brasil pelos pesquisadores do país. Segundo o levantamento, os artigos basicamente aproximam *público de não comercial* – o que nos remete à construção de um “campo público” de TV, que reunia experiências não comerciais de diversos tipos, iniciativa da sociedade civil em diálogo com o governo que impulsionou o debate e ajudou a gerar o ambiente político ideal para a criação da EBC. De acordo com as pesquisadoras, todos os trabalhos analisados utilizam de interpretação semelhante à de Valente (2009), aqui apresentada: “companhia estatal com uma estrutura institucional que lhe garanta autonomia de gestão e financeira” (p. 94). Temos, mais uma vez, autonomia/independência como centrais para a realização da comunicação pública.

As pesquisadoras observam que, além disso, “o conceito de radiodifusão pública não se limita à sua origem administrativa. O fator de relevância é identificar se as emissoras atendem às demandas educativas, culturais e informativas da sociedade” (DEL BIANCO E CURADO, 2014, p. 6). Elas informam ainda que é possível constatar que os pesquisadores buscam analisar se as emissoras atuam conforme esses princípios e também por aqueles delineados pela Unesco (2001). Com base nesses princípios, os trabalhos analisados costumam concluir que não há emissoras públicas no país.

Para esta pesquisa, sendo o documento da Unesco um norteador de *princípios*, parece bastante claro que nem sempre os padrões propostos nele serão alcançados – percepção que parece, inclusive, estar considerada no próprio documento. O texto deixa claro que esse ideal precisa ser perseguido, mas que seria difícil, ou até ingênuo, supor que pode ser completamente

65 Cf. <http://www.observatorioradiodifusao.net.br/>

alcançado em qualquer contexto. Mesmo a britânica BBC, o caso mais reverenciado no mundo, não espera de si total independência, mas lança mão de mecanismos para manter “um braço de segurança” (UNESCO, 2001). Outras afirmações no mesmo sentido: “Radiodifusores públicos devem providenciar informação que permita aos ouvintes acessar a informação para formar a ideia mais justa possível dos eventos; se não objetiva, a informação deveria ser ao menos imparcial” (UNESCO, 2001, p. 16, tradução nossa) e “O objetivo é fazer a relação entre público, radiodifusor e governo tão transparente quanto possível e desencorajar qualquer tentativa de interferência por parte do governo” (UNESCO, 2001, p. 22, tradução nossa)^{66 67}. Nesse sentido, não soa justo dizer, por exemplo, que não temos emissoras públicas no Brasil pois não alcançamos o disposto no documento. Avaliação desse tipo poderia ser feita, talvez, em caso de concluir que não há, nem mesmo, a busca por alcançar tais princípios.

No quadro a seguir há uma síntese da correspondência entre alguns dos princípios de funcionamento da EBC, elencados no art. 2º da Lei de criação da empresa, e também algumas de suas competências, com as características recomendadas pela Unesco.

66 Original: “Public broadcasters must provide information enabling listeners to form the fairest possible idea of events; if not objective, the information should at least be unbiased.” (p.16) “The goal is to make the relationship between public broadcasting and government as transparent as possible and discourage any attempt by government to interfere.” (p. 22)

67 Original: “Public broadcasters must provide information enabling listeners to form the fairest possible idea of events; if not objective, the information should at least be unbiased.” (p.16) “The goal is to make the relationship between public broadcasting and government as transparent as possible and discourage any attempt by government to interfere.” (p. 22)

Quadro 8 – Correspondência entre princípios: Unesco – EBC

UNESCO	PRINCÍPIOS DA EBC ⁶⁸ (art. 2º)	COMPETÊNCIAS DA EBC (art. 8º)
Universalidade	II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;	I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal; II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços; III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;
Diversidade	III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família; VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;	IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;
Independência	VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.	VIII - exercer outras atividades afins, (que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) ⁶⁹ ou pelo Conselho Curador da EBC; e (Revogado pela Medida Provisória nº 744, de 2016 / posterior Lei nº 13.417, de 2017 por conta da extinção do Conselho Curador)
Diferenciação	I - complementariedade entre os sistemas privado, público e estatal;	

Fonte: elaboração da autora.

68 A numeração é a original dos incisos na Lei 11.652/ 2008.

69 No art.8, os incisos VI e VIII acabam por afastar a EBC de seu ideal de autonomia ao lhe outorgar obrigações tais como a “transmissão de atos e matérias do Governo Federal”, como visto em Ramos (2012).

CAPÍTULO III – ABORDAGEM TEÓRICA

Esta pesquisa busca compreender potencialidades e limites da comunicação pública tomando por base um ponto de vista que ainda não foi abordado neste campo: a percepção de um grupo de jornalistas da EBC sobre o trabalho que realizam. Isso se deve à compreensão de que esses atores têm conhecimento prático sobre como os conceitos de comunicação e radiodifusão pública são operados no cotidiano da empresa. No quadro 9, a seguir, estão sintetizados os principais objetivos que nortearam essa pesquisa.

Quadro 9 – Síntese de objetivos da pesquisa

A minha pesquisa se propõe a...	Considerando a construção e compreensão de sentido sobre as finalidades da EBC, examinar a percepção de um grupo dos seus jornalistas sobre potencialidades e limites da comunicação pública a partir do trabalho que realizam na empresa.
Para...	Observar se dialogam com os princípios e objetivos que regem a existência da EBC, bem como com as características internacionalmente estabelecidas como exemplares para o setor.
Com a finalidade de ...	Verificar em que medida as necessidades e desafios da realização de uma comunicação pública puderam ser introjetadas na práxis dos jornalistas.
O que irá permitir...	Demonstrar que a boa gestão de pessoas, e especificamente dos jornalistas por trabalharem diretamente com a atividade fim da empresa, é central para a execução da política pública de comunicação a partir das práticas informativas que desempenham.

Fonte: elaboração da autora.

Para lograr esses objetivos, no capítulo anterior foi abordado o debate conceitual sobre comunicação e radiodifusão pública no Brasil, e os princípios que são aceitos no mundo como referências nessa área. Eles influenciam, inclusive, a legislação que rege a atuação da EBC.

A seguir, será apresentada a ancoragem teórica que permitiu melhor compreensão do sentido e valor do saber dos jornalistas na construção da EBC, um saber construído a partir das práticas deles dentro e fora da empresa. Para isso, é adotado o conceito de percepção a partir da fenomenologia (MERLEAU-PONTY, 1999), ressaltando como perceber é um modo de conhecer, e destacando que o perceber se faz a partir do ponto de vista de cada indivíduo (o corpo próprio no mundo), incluídas suas relações com demais sujeitos, com o passado, com as expectativas de futuro. Com o conceito da realidade socialmente construída, passo do plano individual (onde está o ato de perceber) para o processo coletivo, a socialização – que inclui diversas fases, inclusive aquelas que conformam o agir de profissionais (BERGER E LUCKMANN, 2011). A partir do par de conceitos interdependentes de Bourdieu (1983, 1997, 2000), campo e *habitus*, trato da relação entre o indivíduo e a sociedade, esta última

compreendida como um espaço estruturado por campos e seus polos de poder econômico e ideológico.

O plano teórico inclui uma abordagem sobre as idiossincrasias dos jornalistas, que fazem e são feitos no espaço do campo jornalístico. Com isso, foi possível compreender que os entrevistados fazem parte de uma tribo interpretativa transnacional (TRAQUINA, 2018a), que tem um modo próprio de ver o mundo e de agir sobre ele, guiada pela produção da notícia. Essa abordagem leva a refletir sobre o jornalismo da empresa pública a partir das práticas dos seus jornalistas.

Diante de especificidades que podem vir a legitimar a existência do serviço público de radiodifusão praticado pela EBC é explorada a possibilidade de haver um “jornalismo público” – que poderia indicar, inclusive, um *habitus* e um campo novos.

1. O conceito filosófico de percepção

Ao adotar como objeto de pesquisa o que dizem os jornalistas da EBC sobre o sentido, significado e aplicabilidade dos conceitos de radiodifusão e comunicação pública em seu trabalho cotidiano, parto do pressuposto que esse grupo de trabalhadores detém conhecimento advindo de sua experiência e ação. A percepção que cada um constrói sobre sua ação no mundo expressa esse tipo específico de conhecimento, que resulta da relação não só com a profissão e o mundo em geral, mas com o espaço particular em que atua profissionalmente. Vem daí a necessidade de olhar para esse conhecimento a partir da contribuição da Filosofia sobre a ideia de percepção.

Marilena Chauí (2014) mostra que, do ponto de vista da história da Epistemologia e da Filosofia, desde os gregos a questão do conhecimento é uma preocupação (polêmica) na Epistemologia. Mas apenas na filosofia moderna, ou seja, a partir do século XVII, passa a ser considerada uma disciplina. Trata, afinal, de questões como: seria possível chegar à verdade apenas por meio do raciocínio e da intuição intelectual ou as relações dos humanos com o mundo exterior teriam também um papel na construção do conhecimento? E que papel seria esse? Perguntas desse tipo visam levar a compreender a capacidade humana de conhecer, o que pode passar, também, pelas relações que estabelecemos com o mundo, como o percebemos e como nos percebemos.

As respostas com relação às teorias do conhecimento são múltiplas e, ainda segundo Chauí, podem ser resumidas em três abordagens sobre a percepção: a empirista, em que a percepção é a única fonte de conhecimento; a racionalista, para a qual a percepção não é uma

fonte de conhecimento confiável por depender das condições de quem percebe e por poder levar à ilusão e, por fim, a teoria fenomenológica, na qual

a percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento humano, tendo uma estrutura diferente da do conhecimento intelectual, que opera com/a partir de ideias. Ou seja, a percepção não é o reservatório de onde sairão as ideias (como para o empirista), nem é uma ideia confusa e inadequada que deve ser corrigida pelo pensamento (como para o intelectualista), pois ela é diferente de uma ideia ou de um pensamento (CHAUÍ, 2014, p. 177).

O filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), que desenvolve a fenomenologia a partir dos trabalhos de Edmund Husserl (1859-1938), fundador da Escola da Fenomenologia, procura explicar porque e como nos constituímos, e ao conhecimento, a partir de nossa relação com o mundo. Para ele, todo o conhecimento parte do fato de que o ser humano tem um corpo que está no mundo: “O homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 6). O sujeito experimenta ativamente o mundo, bem como aos demais sujeitos e a si próprio a partir de seu corpo – do corpo-próprio – e é nessa condição individual da experiência que o conhecimento vai se constituir. Apesar de tratar dos temas a partir de dicotomias (corpo/alma, sujeito/objeto, sentimento/ideia), Merleau-Ponty defende que o conhecimento construído a partir da percepção não se dá numa confrontação de pares, mas pelas relações. As coisas estão no mundo – sujeitos e objetos – e se constituem conforme se relacionam. A partir da crítica à tradição cartesiana, o filósofo francês procura reatar as dicotomias por meio da construção de relações dialéticas para, assim, explicar o modo como conhecemos.

A tradição cartesiana habituou-se a desprender-nos do objeto: a atitude reflexiva purifica simultaneamente a noção comum do corpo e a da alma, definindo o corpo como uma soma de partes sem interior, e a alma como um ser inteiramente presente a si mesmo, sem distância. (...) o objeto é objeto do começo ao fim. A consciência é consciência do começo ao fim. Há dois sentidos e apenas dois sentidos na palavra existir: existe-se como coisa ou existe-se como consciência. A experiência do corpo próprio, ao contrário, revela-nos um modo de existência ambíguo. Se tento pensá-lo como um conjunto de processos em terceira pessoa – “visão”, “motricidade”, “sexualidade” – percebo que essas “funções” não podem estar ligadas entre si e ao mundo exterior por relações de causalidade, todas elas estão confusamente retomadas e implicadas em um drama único. (...) Portanto, sou meu corpo, exatamente na medida em que tenho um saber adquirido e, reciprocamente, meu corpo é como um sujeito natural, como um esboço provisório de meu ser total. Assim, a experiência do corpo próprio opõe-se ao movimento reflexivo que destaca o objeto do sujeito e o sujeito do objeto, e que nos dá apenas o pensamento do corpo ou o corpo em ideia, e não a experiência do corpo ou o corpo em realidade (MERLEAU-PONTY, 1999, p.268-9).

Ao abraçar a compreensão do ato de conhecer por meio da experiência da percepção, considera-se a série de relações que se estabelecem para a construção do conhecimento relativo à EBC nesta pesquisa: jornalista da EBC-EBC; jornalista da EBC-jornalista da EBC; jornalista da EBC-pesquisadora; pesquisadora-EBC; etc. Além do entendimento de que o corpo tem existência espacial e tudo que se percebe relaciona-se com o ponto de vista do corpo, Merleau-

Ponty constata que a existência do corpo é temporal e, portanto, o ambiente histórico vivido (ou recuperado por mediação) também é constituinte da construção do conhecimento. Assim, devemos observar e descrever o fenômeno – o quê e o modo como os jornalistas percebem seu fazer da comunicação pública –, incluindo todos os fatores que se relacionam e formam o conjunto em que está inscrito o fenômeno.

Por fim, o fato de o corpo no mundo ser temporal agrega à presente pesquisa o entendimento de que o dizer dos jornalistas da EBC tem relação direta com o fato de terem essa profissão, ou seja, detêm um modo particular de ver o mundo, relacionado aos códigos e rotinas da profissão, o que lhes permite atuar em um campo muito específico – o campo jornalístico (BOURDIEU, 1997, 2010) - como uma tribo interpretativa transnacional (TRAQUINA, 2018a). O modo como se relacionam com a dimensão histórica da vida na empresa – a construção da memória nos diversos lugares ocupados por eles naquele espaço, por exemplo a praça, a editoria, o veículo onde trabalharam – também impacta na percepção dos jornalistas. Além disso, suas respostas têm a marca do presente (no caso, o momento em que conversamos), tanto no que diz respeito às histórias pessoais quanto ao momento político que atravessava o país, com as incertezas relativas ao destino da empresa e, conseqüentemente, de seus postos de trabalho. Nas palavras de Merleau-Ponty:

(...) se, por exemplo a consciência que tenho agora de meu passado me parece recobrir exatamente aquilo que ele foi, este passado que pretendo reapreender ele mesmo não é o passado em pessoa, é meu passado tal como o vejo agora e talvez eu o tenha alterado. Igualmente, no futuro talvez não reconhecerei o presente que vivo. Assim, a síntese dos horizontes é apenas uma síntese presuntiva, ela só opera com certeza e com precisão na circunvizinhança imediata do objeto (1999, p. 107).

Segundo Chauí (2014), na tradição filosófica os intelectualistas não compreendem haver diferença entre objeto percebido e objeto pensado. Assim, “tendo como modelo do conhecimento as ideias, consideraram a percepção uma forma menor, inferior e confusa de conhecimento” (CHAUÍ, 2014, p. 178). Contudo, ao compreender o que é um objeto percebido (na fenomenologia) passamos a entender que “o mundo percebido é qualitativo, significativo, estruturado e estamos nele como sujeitos ativos” (CHAUÍ, 2014, p. 175), e a admitir a “ilusão” como “uma forma especial de erro: a ilusão, causada pela confusão entre várias percepções e várias ideias, levando-nos a tomar uma coisa por outra (...) mas que também pode ser causada pelas condições do nosso corpo e do objeto” (CHAUÍ, 2014, p. 177). Adiante, contudo, a filósofa é mais taxativa: na fenomenologia não existe ilusão, o que há são percepções diferentes conforme a posição do corpo em cada momento, já que o que é percebido é observável e não

se pode observar de uma única vez todos os ângulos de um objeto (isso é algo que somos capazes de construir apenas em termos de ideia).

Nesse sentido, ela resgata de Merleau-Ponty uma imagem exemplar e esclarecedora: uma piscina ladrilhada, cheia de água e cercada por um bosque não é nem a soma de estímulos de cores, sons, texturas (como diriam os empiristas), nem as qualidades sensíveis (como líquido, reflexos, etc) de uma realidade distorcida (as árvores podem ser vistas na água, mas não estão ali, diriam os intelectualistas). Para a fenomenologia, a piscina-ladrilhada-cheia-de-água-cercada-por-um-bosque é exatamente isso que se apresenta de forma estruturada. E não há ilusão: por exemplo, o fato dos ladrilhos aparentemente se mexerem devido ao movimento da água é o que se pode observar na cena.

O filósofo Plínio Junqueira Smith (2014), ao tratar sobre o que chama de “conceito comum de percepção”, e sobre a existência ou não de uma relação de causa e efeito entre sujeito e objeto na percepção, também ajuda a fugir da ideia de que a percepção seria apenas algo subjetivo.

Reduzir a percepção à sensação ou à experiência, como parecem fazer alguns filósofos, acaba por não nos fazer entender o que é a percepção, nem o papel que ela pode ter no conhecimento; menos ainda entender de que modo a percepção pode contribuir de maneira racional para guiar as nossas crenças (p. 115).

Assim, é possível inferir não haver erro no que se percebe, mas uma realidade que tem relação com a vivência do sujeito (personalidade, história, afetividade, desejos e paixões) na sociedade em que vive (que dá valor e função às coisas e instituições), o que inclui as expectativas construídas. Portanto, perceber é estar no mundo e gerar interpretações dele – afetivas, qualitativas, valorativas. A construção é por partes e é com outros. E a noção de valor relaciona-se à ideia de que a percepção, boa ou má, sobre uma instituição, passa pela adequação ou não do serviço prestado às necessidades e às expectativas dos indivíduos. Assim, será bom se estiver de acordo com as expectativas e pior na medida que se afasta delas.

No caso desta pesquisa, a percepção dos jornalistas, entendidos aqui como sujeitos do conhecimento, sobre o mundo, mais especificamente, no caso, o pedaço do mundo que é a EBC. A percepção deles é moldada pelo lugar que ocupam na empresa – praça, tempo de casa, função – bem como pelo lugar que a empresa ocupa em sua vivência mais ampla – se sempre quis trabalhar com isso ou nunca confiou nessa proposta, se contribuiu para realizar suas expectativas de carreira, seus sonhos, etc. Assim, é necessário entender a relação entre a percepção e as expectativas dos jornalistas, bem como em que medida estas expectativas se relacionam aos princípios, objetivos e finalidade da EBC, assim como princípios e objetivos

que devem ser perseguidos pelas empresas de radiodifusão pública, conforme preconizado pela Unesco (2011).

Ao mesmo tempo, a pesquisa precisa incluir em sua análise a percepção da pesquisadora sobre a empresa e o campo como um dado – especialmente considerando que trabalhou como jornalista na EBC – assim como deve levar em consideração sua percepção relativa aos trabalhadores entrevistados (e, até, sobre os jornalistas da EBC que não foram entrevistados e com os quais se relacionou).

Assim, a EBC se transforma em uma espécie de *piscina-ladrihada-cheia-de-água-cercada-por-um-bosque*, que é permeada por relações de poder que também definem quanta água, quantas árvores, etc fazem parte do contexto. Esta piscina que é a EBC é considerada aqui nas dimensões afetivas, qualitativas e valorativas percebidas por seus trabalhadores.

2. Da percepção a Construção Social da Realidade

Para analisar a EBC a partir da percepção, como propõe a abordagem fenomenológica, é relevante dialogar com a concepção de que a realidade é socialmente construída. Assim, damos um salto na direção de construções intersubjetivas e processos de objetivação que se dão em dinâmicas coletivas.

Os sociólogos Peter L. Berger e Thomas Luckmann (2011) tratam, a partir da Sociologia do Conhecimento, do fazer da realidade pela sociedade. Falam de *nova Sociologia do Conhecimento* porque contrapõe-se a outra, dos anos 1920, constituída na Alemanha em contexto histórico bastante específico (a crise pós-primeira Guerra) e que diz respeito a história dos conhecimentos e dos pensadores. Para eles, a realidade está entendida como os fatos da vida, fenômenos que acontecem independentemente da nossa vontade e a sociedade é o espaço de interação entre indivíduos (há, portanto, diferentes sociedades). Eles defendem que essa nova Sociologia do Conhecimento deve se preocupar com todo o conhecimento produzido (inclusive o senso comum) e não apenas o conhecimento teórico, o que criticam como “intelectualismo” (p. 29). Sendo assim:

a Sociologia do Conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens “conhecem” como “realidade” em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o “conhecimento” do senso comum, e não as “ideias”, deve ser o foco central da Sociologia do Conhecimento. É precisamente este “conhecimento” que constituiu o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 29).

Para refletir sobre os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana, Berger e Luckmann apoiam-se na obra do filósofo e sociólogo Alfred Schutz (1899-1959), que também

desenvolveu uma sociologia do conhecimento tendo a fenomenologia por base. Para eles, os fundamentos do conhecimento cotidiano estão nas relações que se estabelecem entre sujeito(s) e mundo. Entendem que “estar em sociedade significa **participar** da dialética da sociedade” (BERGER e LUCKMANN, 2011, p. 167, grifo meu). Os processos de exteriorização, objetivação e interiorização acontecem de modo simultâneo em cada indivíduo e no coletivo da sociedade (comparável à relação dialética do corpo/mente/espço na fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty).

Nessa perspectiva, valoriza-se o conhecimento cotidiano, entendendo que “o senso comum contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana” (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 37). E que é a partir deste tipo de conhecimento (e não puramente do proveniente de ideias, abstrações) que se constrói a realidade. Para os autores, o conhecimento do cotidiano está diretamente relacionado com o que o sujeito considera real, e a partir dele são construídas, de fato, as estruturas que sustentam o real. A realidade cotidiana seria organizada a partir de esquemas tipificadores (por exemplo, fulano é francês, negro, homem, bom, etc) que determinam como construímos relações face a face. Em resumo, essas tipificações são contínuas e tornam-se mais complexas ao passarmos de relações face a face para outras mais distantes, mediadas, etc. Qualquer dessas relações intersubjetivas só é possível na medida em que compartilhamos de linguagem, que é o instrumento de objetivação, ou seja, o que torna a dimensão subjetiva de uma pessoa acessível por outros sujeitos. “A linguagem é capaz de ‘tornar presente’ uma grande variedade de objetos que estão espacial, temporal e socialmente ausentes do ‘aqui e agora’.” (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 58)

Os processos de objetivação e tipificação resultam na (e da) construção de conhecimento que se dá ao longo da história, de geração em geração, e vai estabelecendo instituições, como são chamados os padrões compartilhados de ações cotidianas nas diversas esferas da vida social. Toda a construção feita por Berger e Luckmann repousa na ideia de que os seres humanos são animais que precisam se desenvolver em sociedade, são o que são por viverem em coletivos, e porque sem essa inter-relação nem mesmo sobreviveríamos aos primeiros meses de vida fora do útero. Os limites biológicos humanos, então, nos tornariam muito diferentes conforme a sociedade em que fomos acolhidos ao nascer. Por outro lado, gera efeitos comuns, como o fato de que, para garantir a aprendizagem de geração para geração, é fundamental criar mecanismos de legitimação do conhecimento socialmente construído, ou seja, qualidades para que um ato,

um processo ou uma ideologia passem a ser aceitáveis e mesmo considerados necessários numa dada sociedade.

O desenvolvimento da institucionalização se dá a partir da socialização, ou seja, da interação entre indivíduos⁷⁰. Berger e Luckmann dividem os processos de socialização em dois: socialização primária e secundária. Mas é possível pensar em várias etapas de socialização, talvez incontáveis, visto que a socialização secundária por eles descrita carece de estabilidade e é progressiva, realiza-se ao longo da vida do sujeito e por ir fazendo-se, jamais estará completa.

A chamada socialização primária é realizada na infância, e, por meio dela, o sujeito aprende a ser sujeito, aprende a linguagem de sua sociedade e suas estruturas, aprende a fazer parte da sociedade em que está inserido e a participar dela. A socialização primária é bastante determinada pela estrutura social objetiva em que nasceu, como a família, com certa origem étnica, classe social, etc. Contudo, não será integralmente imposta, na medida em que permanecem as idiossincrasias individuais, que dependem, por exemplo, de outros membros da sociedade, fora da família, com quem o sujeito vai aprender a significar o espaço que habita. Aos poucos, as crianças passam a conhecer um mundo básico e a não só identificarem-se com os que as cercam, mas com o “outro generalizado”, ou seja, com toda a sociedade e seus valores.

A formação na consciência do outro generalizado marca uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua. A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 173).

Berger e Luckmann destacam ainda que, de modo geral, o aprendizado da socialização primária colabora para a manutenção das estruturas sociais, não é questionador do *status quo*. Uma das razões é a existência de fortes laços afetivos entre a criança e seus familiares. A institucionalização da vida e a constituição de mecanismos de legitimação, portanto, são importantes meios pelos quais as sociedades se estabilizam – e o *status quo* é mantido. A família, em si (em sociedades como a nossa, por exemplo), deve ser reconhecida como instituição primeira da vida. A objetivação reiterada ao longo da história de gerações chega ao ponto da reificação – quando o sujeito não percebe que ele fez o mundo e pode modificá-lo. A ordem social (segundo dados etnológicos e sociológicos, Cf. BERGER e LUCKMANN, 2011,

70 As teorias de Berger e Luckmann sobre os processos de socialização, conforme explicam, se apoiam no trabalho do filósofo norte-americano George Mead (1863-1931), que contribuiu com a sociologia e a psicologia social no desenvolvimento de um campo que mais tarde seria conhecido como interacionismo simbólico: abordagem que ressalta a importância do indivíduo na construção de símbolos durante as interações entre indivíduos.

p. 120) é apreendida pelos indivíduos já de modo reificado desde a primeira socialização. Contudo, nem mesmo os processos de socialização primária são definitivos – inclusive porque nem sempre os processos de socialização são completos, há interações diversas, etc.

A “socialização secundária é a interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições” (p. 178). É determinada, então, pela divisão do trabalho e distribuição social do conhecimento, entendido aqui como conhecimento especializado. A aquisição da linguagem, fundamental para o trabalho de socialização primária, segue na(s) socialização(ões) posterior(es) na medida em que é necessário novo vocabulário, relacionado à especialização – os jargões profissionais são exemplos de códigos de grupo.

Os mundos apreendidos na socialização secundária são parciais e menos estáveis do que o da primeira socialização, conforme Berger e Luckmann. O processo de interiorização e exteriorização na segunda socialização também depende de alguns aspectos afetivos e normativos, além de um “aparelho legitimador”. A realidade da vida cotidiana mantém-se pelo fato de corporificar-se em rotinas. A criação de um hábito é considerada essência da institucionalização. A convivência, interação entre indivíduos, reafirma continuamente a estrutura básica do cotidiano, a realidade objetiva no geral e a identidade do sujeito. Essas confirmações são feitas a partir do apelo à emoção e também por opiniões cumulativas.

As transformações subjetivas relacionam-se tanto a condições conceituais quanto sociais. Um exemplo dado pelos autores torna a ideia mais clara: na conversão religiosa à dada igreja, fulano tem um êxtase religioso (algo da ordem conceitual), mas apenas torna-se realmente convertido mudando a rotina, o que evidencia a necessidade de nova interação social (não por acaso, escrevem, Jesus recomenda que se abandone pai e mãe para segui-lo).

A realidade é, então, socialmente definida a partir das diversas relações construídas pelos sujeitos. As definições são encarnadas, ou seja, indivíduos ou grupos servem como definidores da realidade.

O hábito [entendido como rotinas aprendidas e repetidas pelos indivíduos cumprindo seus papéis na sociedade] e a institucionalização limitam por si mesmos a flexibilidade das ações humanas. As instituições tendem a perdurar, a menos que se tornem ‘problemáticas’ (p. 152-3).

A complexificação do conhecimento na sociedade, e o surgimento de especialistas, faz com que passe a existir um grupo que determina como a vida deve ser – não sem conflitos. O confronto com universos simbólicos distintos implica um problema de poder, a saber, qual das definições da realidade em conflito ficará “fixada” na sociedade. “Quem tem a vara mais comprida tem maior probabilidade de impor suas definições da realidade” (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 143).

Os peritos em legitimação podem atuar como justificadores teóricos do *status quo*, mas podem aparecer também como ideólogos revolucionários. (...) [E por isso] a transformação social deve sempre ser compreendida como estando em ação dialética com a “história das ideias” (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 165-6).

Ao retomar a história da comunicação não comercial no Brasil, na linha que vai das emissoras educativas e estatais à EBC, é possível refletir brevemente sobre a sua constituição nos termos da teoria da Construção Social da Realidade. Os leitores, ouvintes e telespectadores dos veículos mais tarde herdados pela EBC, bem como os trabalhadores daquelas empresas, construíram, ao longo de gerações, percepção e conhecimento sobre as emissoras. Paralelamente, também foram construídos como sujeitos, de forma dialética com o mundo que habitam, e com mecanismos de legitimação mais ou menos maduros, que permitiam a existência e permanência dessas instituições de comunicação. A cada mudança institucional houve novas conformações sobre o que são as empresas, e a partir daí a necessidade de novos processos para sua legitimação. Do ponto de vista da Construção Social da Realidade, portanto, a soma das antigas instituições na EBC e sua legitimidade como produtora de comunicação pública não podem ocorrer de forma instantânea. A partir dessa matriz de pensamento, podemos dizer que era preciso tempo de aprendizado entre gerações para a construção e introjeção de novos valores – os da comunicação pública. Esse é mais um aspecto para compreensão das dificuldades ao longo da trajetória da empresa em sua montagem, período que é interrompido a partir do seu desmonte.

Assim como a percepção é afetada, segundo a leitura da fenomenologia, pelo lugar e pelo tempo do corpo no mundo; a construção da realidade também dependerá do espaço e do tempo que ocupam os sujeitos no mundo. Para Berger e Luckmann, como a descrição do processo de socialização primária já apontava, o conhecimento depende das experiências pessoais e também da área de atuação do sujeito. Esse elemento é o dos chamados “papéis sociais”, relevantes na Sociologia do Conhecimento pois a partir deles pode-se entender o funcionamento das instituições.

A análise dos papéis tem particular importância para a Sociologia do Conhecimento porque revela as mediações existentes entre os universos macroscópicos de significação, objetivados por uma sociedade, e os modos pelos quais estes universos são subjetivamente reais para os indivíduos. [Para isso precisamos indagar] os modos pelos quais o indivíduo, em sua atividade social total, se relaciona com a coletividade em questão. Esta pesquisa será necessariamente um exercício de análise de papéis (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 165-6).

No caso da presente pesquisa, cuja opção metodológica para captar a percepção dos funcionários da EBC foi de um recorte restritivo aos jornalistas, é relevante refletir sobre o lugar

que eles ocupam no mundo como grupo profissional. Para o sociólogo Pierre Bourdieu, (1930-2002) esse grupo é constituinte e constitui o “campo jornalístico”.

Em linhas gerais, um campo para Bourdieu é um espaço simbólico onde os indivíduos constroem a realidade em sua relação com o ambiente e entre sujeitos. Os campos têm polos de força, notadamente econômico e ideológico, que determinam a existência de relações desiguais em seu interior. Neles, ocorrem lutas para transformar ou conservar o campo de forças. Por meio da estrutura de um campo, os sujeitos constroem, determinam e legitimam representações e interesses compartilhados. Porque fazem parte de um campo, o campo jornalístico, os jornalistas (se) percebem, (se) tipificam e constroem a realidade: a própria, a daqueles que consomem seus produtos e também a realidade da empresa onde trabalham. Nas palavras de Bourdieu:

[Um] ‘campo’ [é] entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças. As análises as quais submeti campos tão diferentes como o campo artístico ou o campo religioso, o campo científico ou o campo dos partidos políticos, o campo das classes sociais ou o campo do poder, inspiravam-se na intenção de estabelecer as leis gerais dos universos sociais funcionando como campos. E também, claro, as condições econômicas e sociais que devem ser preenchidas para que um universo social possa funcionar como campo, por oposição, de um lado, aos simples agregados amorfos de elementos (indivíduos, instituições, etc.) simplesmente coexistentes e, de outro, aos aparelhos (ou instituições totais), mecanicamente submetidos a uma intenção central (BOURDIEU, 1983, p. 44-5).

Segundo Bourdieu (1983, 1997, 2010), o campo jornalístico, pelas características de seu funcionamento em termos de atração, repulsão e dependência dos polos econômicos e ideológicos dos demais campos, possui uma dinâmica específica no mundo.

3. A relação da percepção dos jornalistas da EBC com os conceitos de *habitus*/campo

A escolha dos jornalistas teve caráter bastante pragmático, tendo em vista dados e outras condições disponíveis para a realização da pesquisa, e acabou por influenciar positivamente todo o processo posterior, afinal, resulta a amostra ser composta por um grupo coeso, não apenas pela vinculação ao mesmo espaço de trabalho, mas por ser parte de um campo restrito e com características bastante próprias. Além disso, evidencia a necessidade de reflexão sobre as relações de poder quando se trata da construção social da realidade da EBC.

Na introdução da coletânea de textos *Sociologia*, de Bourdieu, o sociólogo Renato Ortiz (1983), organizador do livro, faz considerações sobre os três conceitos que assinala como centrais para compreender a lógica do pensamento de Bourdieu: 1) conhecimento praxiológico; 2) campo; 3) *habitus*. O primeiro dos conceitos é importante para esclarecer uma diferença do pensamento de Bourdieu com relação a outros explorados na presente pesquisa: percepção, a

partir da fenomenologia, e a Construção Social da Realidade, em Berger e Luckmann (2011). Bourdieu volta a um velho problema filosófico que também Merleau-Ponty e Berger e Luckmann anunciam querer enfrentar: romper a dicotomia entre sujeito e objeto.

Segundo Ortiz, “a praxiologia se distingue da abordagem fenomenológica na medida em que Bourdieu não pretende simplesmente rejeitar o conhecimento objetivista, mas conseguir, uma vez explicitados seus limites, ultrapassá-lo” (1983, p.13). O problema apontado por Bourdieu no objetivismo é que na medida em que os sujeitos constroem uma estrutura social, que está fora deles, temos a sociedade reificada – ou seja, destacada do humano, considerada coisa. Nas palavras de Ortiz, “ao reintroduzir o agente social negligenciado pelo objetivismo, (Bourdieu) não reproduz simplesmente os argumentos desenvolvidos pela escola fenomenológica, mas vai além deles, no sentido de sua superação” (1983, p. 13). A superação é resultado, na praxiologia de Bourdieu, da interação que acontece num campo estruturado simbolicamente. Ortiz comenta que, embora o trabalho de Bourdieu se aproxime também de escolas como o interacionismo simbólico (fonte em que bebem Berger e Luckmann), se distingue, mais uma vez, pela ênfase na questão do poder. Um exemplo:

Para Bourdieu, a comunicação se dá enquanto "interação social estruturada", isto é, os agentes da "fala" entram em comunicação num campo onde as posições sociais já se encontram objetivamente estruturadas. **O ouvinte** não é o "tu" que escuta o "outro" como elemento complementar da interação, mas **se defronta** com o "outro" numa relação de poder que reproduz a distribuição desigual de poderes agenciados ao nível da sociedade global (ORTIZ, 1983, p. 13, grifos meus).

Ainda segundo Ortiz,

o campo [para Bourdieu] se define como locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesse específicos que caracterizam a área em questão. Por exemplo, o campo da ciência se evidencia pelo embate em torno da autoridade científica. (1983, p. 19, grifos meus)

Ou seja, a ação dos sujeitos sofre uma série de condicionamentos pela circunstância de disputa de poder no campo em que estão inseridos. Um campo não é o resultado das ações individuais dos agentes, apesar de a interação ocorrer no campo diante de interesses individuais, relacionados, inclusive, com a necessidade de ampliar seu capital social para tornar-se mais influente, ter mais poder, dentro do campo. Sendo um lugar de dominantes e dominados, num campo os primeiros lançam mão do que podem para manter o *status quo*, utilizando especialmente processos de legitimação, enquanto os demais manifestam inconformismo para formar uma nova “crença” que substitua a anterior. Esse tipo de estratégia se desenvolve sem que se contestem fundamentalmente os princípios que regem a estruturação do campo - trata-se da luta pela troca de postos de poder, e não pela extinção das lógicas que norteiam o campo (ORTIZ, 1983, p. 23).

O jornalismo, para Bourdieu (1997), forma um campo com lógicas e regras particulares, cuja dinâmica tem grande influência sobre outros campos, como o da política. Segundo ele,

O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado de leitores e as do mercado de anunciantes (BOURDIEU, 1997, p. 102).

Portanto, o caráter comercial dos veículos é importante na formação de um campo jornalístico, como descrito pelo sociólogo – a existência de empresas públicas e estatais, não modifica o fato de que o jornalismo, desde a origem do campo com a emergência dos jornais no século XIX, relaciona-se com negócios privados, com maior ou menor regulação e restrições impostas pela atuação do Estado. O poder econômico pressiona todo o campo da comunicação – de maneiras diversas –, o que inclui empresas de radiodifusão públicas como a EBC (por exemplo, o campo econômico pressiona para que não sejam estruturadas em países como o Brasil, ou busca a quebra de monopólios da radiodifusão pública, como em vários países da Europa)⁷¹.

Um campo tem autonomia relativa com relação a outros, bem como os agentes dentro de um campo devem ter relativa autonomia em relação aos seus pares. Para Bourdieu (1997), a autonomia de um órgão de imprensa se mede pela origem de sua receita – quão rico é, quem o patrocina, se os recursos vêm apenas das empresas ou se o Estado também é anunciante, ou se financia os veículos diretamente via Tesouro, etc. Já a autonomia de um jornalista em particular depende de sua posição na empresa jornalística, como sua notoriedade, o quão querido é do público, a chance de ser demitido caso vá de encontro aos interesses da empresa, etc. bem como da posição da empresa com relação aos concorrentes.

Bourdieu também considera que a influência do campo jornalístico sobre os demais depende das relações com o polo de poder econômico dos campos (BOURDIEU, 1997, p. 104). O autor pondera que o reforço da influência do jornalismo nos demais campos tende a crescer conforme a fragilidade dos outros campos, no sentido de terem pouco capital específico em suas áreas, por exemplo, capital científico ou literário, etc. É como cresce, por exemplo, a importância de listas de *best-sellers*, publicadas pelos veículos jornalísticos, nas decisões do campo cultural.

71 O exemplo pode se estender de variadas maneiras e por vários tipos de veículos. No caso brasileiro e latino-americano, um exemplo são as rádios comunitárias e o *lobby* para que permaneçam pequenas e pobres, que funciona desde a instituição de legislações como a Lei 9612/1988 do Brasil, que basicamente inviabiliza a existência das emissoras, seja pela minguada de patrocínio ou pelas restrições à potência, até a criminalização das emissoras e dos radialistas, tanto por via de processos quanto pelas campanhas de deslegitimação do tipo ‘rádio comunitária derruba avião’. Estes são modos de marginalizar as práticas de comunicação e jornalismo desses emissores dentro do campo.

O pesquisador Nelson Traquina (2018a), ao investigar os jornalistas como um grupo com interesses determinados pela produção da notícia, o define como construção social realizada por esses profissionais e determinada por uma cultura profissional atrelada ao campo. Traquina traduz campo como um universo relativamente autônomo de relações sociais que implica a existência de um “prêmio” (no caso, a notícia) disputado por agentes sociais diversos e um grupo especializado em produzir esse prêmio, no caso, os jornalistas profissionais, que se colocam como autoridade no tema de construir notícias (diz-se que o jornalista conhece notícia pelo *faro*) (p.19).

Localizar como e quando o jornalismo passa a se constituir como um campo nos ajuda a compreender o terceiro conceito central no pensamento de Bourdieu, conforme indicado por Ortiz (1983): o *habitus*. O campo jornalístico passa a existir no século XIX com a emergência da imprensa como *mass media*, resultado do desenvolvimento do capitalismo e de uma série de consequências como a industrialização, a urbanização e a alfabetização.

As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço, o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados em um processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social (TRAQUINA, 2018a, p. 20).

Como dito, profissionalizar-se é um processo de socialização (secundária, retomando a teoria da Construção Social da Realidade, em Berger e Luckmann), e tem como resultado esperado um *status* de autonomia e autoridade com relação a outros grupos/campos. Para Bourdieu, o processo de socialização dos profissionais que vão compor um campo é a construção e introjeção do *habitus*, entendido como

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas adquiridos numa prática anterior (BOURDIEU 1972/1977 p. 261 apud WACQUANT, 2007, p.9).

O sociólogo Löic Wacquant (2007) defende que o *habitus* não é a réplica de uma estrutura social dentro de cada indivíduo, mas “gravações” em camadas construídas, de modo irregular, ao longo dos anos. Assim, o *habitus* ajuda a explicar porque pessoas de contextos diversos podem ter concepções de mundo parecidas e pessoas de mesma origem podem ter modos de ver o mundo diversos. Portanto, não é coerente e unificado. *Habitus* pode ter a ver com mudança, tanto quanto com estabilidade e perpetuação – dependerá também da posição do sujeito em seu campo.

A professora da Faculdade de Educação da USP Maria da Graça Jacintho Setton (2002) define o *habitus* como

um instrumento conceitual que me auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. (...) *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente (p. 61).

Ao analisar como a constituição do *habitus* passa, na sociedade contemporânea, também pela assimilação de conteúdos da mídia – assim como pela família e escola –, Setton lembra que, para Bourdieu, o *habitus* é durável no tempo (portanto, ajuda a perpetuar comportamentos na sociedade), mas não é eterno pois muda conforme o sujeito se relaciona com novas percepções do mundo em seu redor.

Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. (...) deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam (BOURDIEU, 1992, p. 101 apud SETTON, 2002, p. 63).

Não é demais frisar a relação de interdependência entre os conceitos de *habitus* e campo. Trata-se de uma relação dialética entre sujeito (*habitus* individual) e sociedade (estrutura do campo social em que está o sujeito). Assim, o conceito de *habitus* valoriza o sujeito como produto da história, como figura ativa que tanto introjeta a organização do campo social como o modifica, por suas ações. *Habitus* aponta para comportamentos relativamente (mas não obrigatoriamente) homogêneos graças a sua relação com o conceito de campo. Por exemplo, pessoas do campo jornalístico, como os trabalhadores que ouvimos na EBC, por compartilharem uma cultura profissional vivem situações semelhantes. Isto gera tendência a pensar e agir de modo semelhante individualmente. Vale sublinhar, de todo modo, que aqui falamos de tendência: retomando, inclusive, a noção de corpo em Merleau-Ponty (1999), é preciso não perder de vista que o sujeito está no mundo, relacionando-se com diversos campos e não apenas vivendo as influências daquele a que se filia como profissional. Também por isso, nem o campo nem o *habitus* estão estagnados: eles podem mudar na história. O problema é que a dinâmica de sua composição mútua campo/ *habitus* pode ser um componente a retardar mudanças possíveis.

Wacquant (2007) enumera uma série de pesquisas baseadas no *habitus* para mostrar que o conceito é útil para investigações empíricas: por serem observáveis, as características do *habitus* ajudam a entender o campo e, a partir dele, a sociedade.

para Bourdieu a noção [de *habitus*] é, em primeiro lugar e acima de tudo, um modo estenográfico de designar uma postura de investigação, ao apontar um caminho para escavar as categorias implícitas através das quais as pessoas montam continuamente o seu mundo vivido, que tem informado pesquisas empíricas em torno da constituição social de agentes competentes numa gama variada de quadros institucionais (WACQUANT, 2007, p. 14).

Um dos exemplos citados por Wacquant é de uma pesquisa realizada por ele mesmo na qual “dissecou a produção do nexo de competências, categorias e desejos incorporados que compõem o boxe profissional como um ofício corpóreo masculino no gueto negro americano”. A pesquisa mostrou que a construção desse *habitus* (e de seus esquemas cognitivos e motivacionais) acarretava, além do domínio da técnica por cada pugilista, “a inscrição coletiva na carne de uma ética ocupacional heroica no interior do microcosmo do ginásio de boxe” (2007, p. 15).

Seguindo essas lógicas para compreender as percepções dos jornalistas da EBC sobre a comunicação pública desenvolvida na empresa é preciso, portanto, compreender o *habitus* dos jornalistas e localizar os profissionais em seu campo, reconhecer que constroem o mundo social (o que inclui a EBC) de modo ativo por meio da incorporação de “modos de fazer” da sua profissão, bem como de outros processos de socialização – inclusive os do ambiente da formação de uma empresa pública de comunicação, com suas peculiaridades. Contudo, não devemos esquecer que esses mesmos jornalistas são também feitos pelo mundo real e pelas disputas de poder e ideológicas nos outros campos em que circulam, não dependendo as mudanças e estabilidades encontradas exclusivamente de vontades individuais. Bourdieu (2010) escreve em resposta à questão “porque é tão importante falar do campo jornalístico e não dos jornalistas?” que, abandonando a lógica da responsabilização individual, podemos por foco na “estrutura do campo jornalístico e os mecanismos que operam por dentro dele” (p. 42).

4. Os jornalistas como tribo que produz notícia

A formação do campo do jornalismo passa pela profissionalização, o que implica a formação de uma cultura profissional, ou ideologia profissional, ou “‘sistema de crenças’ através dos quais os praticantes dão sentido a sua experiência de trabalho” (TRAQUINA, 2018a, p. 22). A profissionalização é aspecto do *habitus*, resultado da socialização nos cursos de Comunicação Social e também da convivência cotidiana nas redações.

A pesquisa etnográfica da jornalista Isabel Travancas (1993) com 50 profissionais da imprensa carioca aponta que, para os integrantes desse campo, o sentido de seus “sistemas de crenças” (como diria Bourdieu) extrapola as fronteiras de sua experiência de trabalho, sendo uma marca identitária. Travancas realizou entrevistas e acompanhou os jornalistas no trabalho, em festas e em espaços de lazer. Segundo ela, muitos chegam a colocar-se no papel de “eleitos” que devotam a vida de modo distinto (e superior) ao de outros trabalhadores liberais. Sua

amostra foi dividida por gerações, entendendo que poderia haver diferenças nas respostas conforme o ponto da trajetória profissional do entrevistado. Mas os depoentes, tanto os mais velhos, quanto os recém-chegados ao campo, relatam que sua “identidade social é definida a partir do ser jornalista” (TRAVANCAS, 1993, p. 15). Travancas conclui que

O mundo dos jornalistas⁷² (...) é a um só tempo amplo e restrito. Amplo, na medida em que não se resume ao local de trabalho, colegas de profissão e família. A cidade, o país e, em muitas ocasiões, o próprio planeta fazem parte da vida de um jornalista, e de maneira marcante. Por outro lado, ele pode ser entendido como restrito na medida em que é a profissão, e tudo a ela ligado, que vai definir a função destes indivíduos na sociedade (1993, p. 101).

Travancas identifica, em resumo, que os jornalistas compartilham “ideologias individualistas”, “postura blasé diante fatos da vida” e a busca constante de alçar postos e notoriedade por meio da profissão, o que resulta em competição entre colegas e visão meritocrática do mundo. Ao mesmo tempo, desejam exercer a função de homem público, preocupado com o funcionamento da sociedade e o bem comum. Muitos entrevistados disseram que escolheram a profissão por acreditarem em seu papel na formação da cidadania por meio da informação, e em “seu poder de transformação da sociedade, de denúncia e crítica” (TRAVANCAS, 1993, p. 108). Ela defende que a carreira significa para os profissionais mais do que uma ocupação, mas um estilo de vida, do qual resultam certas visões específicas do mundo.

Os achados de Travancas estão longe do isolamento. Diversos outros pesquisadores (HYMES, 1980; ZELIZER; 1993; BOURDIEU, 1998 apud TRAQUINA, 2018a) afirmam que, por serem parte de um campo e compartilharem *habitus*, os jornalistas são uma “comunidade interpretativa”, ou seja, tem seu enquadramento de referência, ou, como diz Bourdieu, enxergam o mundo com “óculos próprios” (apud TRAQUINA, p. 25). Traquina não questiona essa interpretação, mas prefere dizer que os jornalistas fazem parte de uma tribo⁷³. O termo tem interessante uso metafórico relativo às características do grupo: aproxima da ideia do *bricoleur*

72 A pesquisadora usa o conceito de “mundo” tendo em vista o sentido sociológico de Howard Becker, ou seja, o mundo é a rede de relações e define a organização social dos jornalistas.

73 Traquina (2018a) apresenta pesquisa dividida em duas partes: em uma fez um levantamento a partir das notícias sobre o tema Aids em jornais de quatro países. Foram pesquisados *quality papers* de Brasil, Portugal, EUA, Espanha e também um jornal popular português, com o objetivo de compreender os valores que norteavam a publicação de notícias sobre o tema. Além disso, o autor se debruça sobre dados de uma pesquisa realizada com mais de 1,5 mil jornalistas de cinco países sobre como avaliam o valor-notícia e pressupostos da profissão. Pela coincidência no modo de ver os valores-notícia e dos itens que norteiam o trabalho destes profissionais, Traquina propõe que os jornalistas são um tribo – ou comunidade interpretativa – transnacional. Nas palavras dele: “O estudo comparativo de Patterson e Donsbach (1998, projeto MEDIA E DEMOCRACIA) fornece provas empíricas para a hipótese teórica de que jornalistas são uma comunidade interpretativa transnacional. Com base num inquérito representativo de cinco comunidades jornalísticas, é notável a partilha do mesmo “ethos” e conjunto de valores que fornecem um retrato claro de identidade jornalística. As cinco comunidades jornalísticas concordam na definição do papel de seu objeto central de esforço – as notícias – e as funções associadas às notícias com a democracia.” (p. 171)

de Lévi-Strauss, para referir-se aos adeptos do “faça-você-mesmo”, da preferência pela atividade “manual”; pela lógica do concreto; homens e mulheres “de ação”, marcados também pelo “anti-intelectualismo” que é, nas palavras de Bourdieu citado por Traquina, um “constrangimento cultural no mundo do jornalismo” (TRAQUINA, 2018a, p. 24).

No posfácio do livro *Sobre a Televisão* (1997), Bourdieu aponta que as críticas que recebeu de jornalistas pela palestra que originou essa publicação eram esperadas e, por si, seriam um exemplo da problemática que ele expõe. Em resumo, na palestra que foi exibida na TV pública francesa, o sociólogo se insurge contra a falta de espaço para o pensamento crítico na TV, argumentando ser um problema gerado pelos formatos disponíveis na programação. As críticas recebidas, para o autor, relacionam-se a comportamentos típicos dos jornalistas: transformação de argumentos em acusações, o privilégio do que é visível no mundo em detrimento do aprofundamento em estruturas e mecanismos que fazem com que o mundo seja o que é e, ainda, o interesse por (supostas) conclusões em detrimento dos caminhos argumentativos que levam até elas.

As características elencadas por Travancas e Bourdieu e descritas como parte da identidade profissional do jornalista são resultado da convivência dos sujeitos no campo, de ter um *habitus* introjetado. Por um lado, dizem respeito aos processos de legitimação da atuação profissional (e do campo). A legitimação do jornalista se dá em relação a legitimação de todo o campo. Um exemplo de fixação deste processo de legitimação é o lugar que ocupam os jornalistas em numerosas produções cinematográficas. No cinema, o jornalista é, muitas vezes, o herói da democracia, responsável por salvar o povo da cobiça e do mau-caratismo dos poderosos através de suas investigações, mesmo que lhes custe a vida, a felicidade, um grande amor. Assim, a dedicação ilimitada à profissão e a necessidade dela ficam justificadas pela adesão do jornalista ao lugar reservado à imprensa na Teoria Democrática. A imprensa deve garantir a livre circulação de ideias, garantindo aos cidadãos os instrumentos para participar do regime democrático. Assim, os jornalistas se constituem como elo entre opinião pública e instituições governantes (uma ideia que rejeita o fato de que o próprio jornalismo influencia na construção da opinião pública). Este elo, nesta construção, contudo, não pode ser neutro: deve desafiar o poder em defesa do cidadão (TRAQUINA, 2018a). Por outro lado, a identidade profissional é construída como resposta às constrições geradas pela rotina de produção das notícias, elemento central ao campo.

Segundo Traquina (2018a), a aparente dificuldade para uma definição do que é notícia pelos jornalistas é um resultado da ideologia do campo: “o jornalista relata, capta, reproduz ou

retransmite o acontecimento” (TRAQUINA, 2018a, p. 60). Apresenta-se, portanto, apenas como mediador.⁷⁴ Ao mesmo tempo, contraditoriamente, conhecer os processos de seleção de acontecimentos e produção de notícias é o que de mais básico um jornalista tem que fazer para merecer esse título.

Para que um fato possa vir a estampar o jornal do dia seguinte é preciso que tenha algumas características conhecidas pelo jornalista, mesmo que não enunciadas. Ser verdade – no sentido de ser algo que de fato aconteceu, que tem personagens reais, etc – pode ser a principal característica, e faz, inclusive, parte da base da legitimação do trabalho dos jornalistas. Outra característica central é a emergência do tempo: notícia é uma mercadoria altamente perecível, não apenas porque é preciso obedecer às rotinas de produção das redações, como porque tudo pode mudar rapidamente e há a noção de que os cidadãos precisam ter ciência do fato a tempo de tomar alguma medida cabível em resposta. Ou seja, também a pressa faz parte do panorama de legitimação da profissão. O tempo também determina a realização ou não do “furo” – a notícia em primeira mão, valorizada na competição entre veículos no mercado e entre jornalistas na busca por melhores posições e notoriedade em seu campo. Não por acaso, defende Traquina (2018), a velocidade torna-se em valor proeminente na cultura desses trabalhadores. Travancas (1993) chega a conclusão semelhante.

A chamada Teoria do Espelho (Traquina, 2018), uma das diversas tentativas de explicar porque as notícias são como são, está baseada justamente na ideologia da profissão, portanto, intimamente ligada à legitimidade do campo jornalístico. A teoria leva esse nome por entender que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Nela, o jornalista é apresentado como ator desinteressado, honesto e equilibrado, que corre atrás das informações e publica “doa a quem doer”. A objetividade⁷⁵, que ascende como importante valor da produção

74 Jornalistas da EBC entrevistados para esta pesquisa tem um comportamento diferente. Entendo que assumir que o trabalho do jornalista não é neutro faz parte da legitimação da comunicação pública – fosse neutro, não seriam necessários outros emissores.

75 A crise enfrentada pelo jornalismo no período relaciona-se com a descrença na noção de fato: a sociedade vivia o tempo da propaganda de guerra e o surgimento dos relações públicas, além da ascensão da psicologia que fazia duvidar da mente humana. Schudson (apud TRAQUINA, 2018) mostra que historicamente objetividade não nega o “subjetivismo” como inerente a produção jornalística. O que faz é criar mecanismos de controle para evitar perda da credibilidade. “Apesar de todas as críticas à objetividade, o jornalismo moderno está indiscutivelmente associado a uma noção de equidistância entre o profissional do campo jornalístico e os diversos agentes sociais, atuando com justiça, ouvindo as diversas perspectivas, mantendo a sua independência. Mesmo os proponentes do movimento de renovação do jornalismo norte-americano, o ‘jornalismo cívico’, que encara o valor de objetividade como um inimigo a abater, não encontram uma forma de o substituir e reconhecem que a noção de equidistância é vital para a credibilidade do jornalismo.” (ROSEN, 1993, 2000, apud TRAQUINA, 2018, p. 145) Voltaremos ao tema do jornalismo cívico no próximo tópico.

de notícias a partir das décadas de 1920-30 nos Estados Unidos, também passa a fazer parte dos valores legitimadores da profissão. Nas palavras de Traquina:

Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa. [Tais procedimentos servem para] assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho (2018, p. 140-1).

O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, fazem com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à Teoria do Espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que reproduzem o acontecimento na notícia. (2018, p. 151).

Os problemas explicativos da Teoria do Espelho começam, contudo, com a constatação de que o trabalho dos jornalistas é também uma tarefa de seleção e edição da “realidade”, afinal, a matéria prima das notícias – acontecimentos, fatos – é tendencialmente ilimitada e imprevisível, enquanto a quantidade de notícias necessária é finita e estável, como nos lembra o sociólogo italiano Mauro Wolf (2008). Portanto, os jornalistas não podem ser apenas mediadores. Além disso, a realidade precisa ser descontextualizada e recontextualizada no processo de produção da notícia, outra razão pela qual a realidade percebida via mídia não poderá – considerando-se a percepção como na fenomenologia – ser a mesma que a percebida diretamente. O processo de recontextualização dos fatos em notícia (o modo como serão contadas, ou “empacotadas”, para usar um jargão cada vez mais comum) também tende a levar em conta a imagem que o jornalista tem do seu público – que é absolutamente difusa e pouco informada (WOLF, 2008).

A transformação da matéria-prima *acontecimento* no produto *notícia* é um processo de seleção e organização a partir dos chamados critérios de noticiabilidade. “Não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre os outros; mas os critérios de noticiabilidade existem, duradouros ao longo dos séculos.” (TRAQUINA, 2018a, p. 93) Além disso, “notícias são marcadas em diferentes sociedades democráticas por similitudes significativas devido aos valores-notícia partilhados que são parte importante da cultura jornalística” (TRAQUINA, 2018a, p. 25). Todos esses processos estão incorporados nos jornalistas pela construção do *habitus*.

Uma forma de apresentar os critérios de noticiabilidade é por meio da organização em valores de seleção e construção. Os valores de seleção, para Wolf, estão divididos em “critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia” e “critérios contextuais” – que estão ligados ao contexto

da produção da notícia e não ao fato em si (2008a, p. 75). Já os critérios de construção dizem respeito ao que deve ser realçado e omitido na apresentação do material. Apresentamos a seguir (Quadro 10) uma síntese de critérios de noticiabilidade. Há outros critérios e formas de apresentação, mas os apresentados por Traquina (2018a) já são suficientes para ajudar a refletir sobre 1) atrás do quê correm os jornalistas – ou seja, o que pode virar notícia?; 2) veículos com objetivos diferentes deveriam ter critérios diferentes de noticiabilidade? e 3) se a construção de outros critérios de noticiabilidade deveriam resultar em (ou ser resultado de) novos *habitus* e novas culturas profissionais, o que poderia derivar, inclusive, em novos formatos de noticiário.

Quadro 10 – Síntese de critérios de noticiabilidade

VALORES-NOTÍCIA DE SELEÇÃO		VALORES-NOTÍCIA DE CONSTRUÇÃO
Critérios substantivos	Critérios contextuais	
<ul style="list-style-type: none"> • Morte • Notoriedade (do personagem) • Proximidade (em termos geográficos e culturais) • Relevância (p/ a vida do público) • Novidade • Tempo (atualidade; efeméride como gancho ou retomada de um assunto) • Notabilidade (acontecimentos são mais valorizados do que problemáticas – cabem melhor nos espaços do jornalismo). Entre os registros de notabilidade: quantas pessoas envolve, a presença de personalidades, inversão da normalidade, falha (acidentes; excesso / escassez). • Inesperado “<i>what a story!</i>”, enorme acontecimento que subverte rotinas • Conflito e controvérsia (violência física ou simbólica, especialmente se inesperada, como entre políticos) • Infração / crime quando violentos, insólitos, escândalos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade (a cobertura é fácil de fazer? Há meios financeiros, tempo, etc? Tenho boas fontes disponíveis?) • Equilíbrio (se já foi publicado há pouco pode perder valor) • Visualidade (fotos? Vídeos?) • Concorrência (veículos procuram não deixar de dar as mesmas informações que os concorrentes ao mesmo tempo em que lutam pelo “furo”.) • Dia noticioso (Molotch e Lester, 1974) – notícia cabe ou não conforme o conjunto de fatos do dia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação (clichês, estereótipos e ideias simples são preferíveis a ambiguidade) • Amplificação • Relevância (para a vida das pessoas) • Personalização (ter personagem) • Consonância: inserção da novidade em contexto já conhecido.

Fonte: elaboração da autora, com base em Traquina, 2018a.

A partir desses critérios, firmou-se uma cultura sobre como formatar as notícias. Não podem ser nem excessivas e nem insuficientes para a configuração desejada. Para que um fato possa ser notícia de TV, por exemplo, serão necessárias imagens. Precisam ser geradas por fatos que possam ser registrados, o jornalista precisa chegar a tempo de “pegar” o acontecimento, é preciso ter as fontes certas e disponíveis para dar as informações corretas a tempo de a notícia ir ao ar, etc. Esses e outros condicionamentos, ou amarras, fazem com que a produção de notícias determinem e sejam determinadas pelas rotinas dos jornalistas de modo “estrito e vinculador” (WOLF, 2008). Entendemos, então, que valores-notícia colaboram para a construção do mundo dos jornalistas, seu *habitus*, e que as rotinas geram uma espécie de

engrenagem que move as redações a partir de restrições – de tempo e condições materiais disponíveis.

A imposição de controles administrativos e pragmáticos para que o ato de noticiar seja transformado numa rotina (e a própria existência de uma rotina) são, portanto, fatores geradores de perda de autonomia pelos jornalistas em seu campo de atuação. A partir dos anos 1970⁷⁶, as teorias que buscam explicar o funcionamento do universo das notícias ganham novas preocupações: deixam de centrar-se nos canais e passam a questionar sobre a relação jornalistas/empresas de mídia/sociedade. Em resumo, passamos a compreender que

é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *media* noticiosos que devem “refletir” essa realidade, porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. (...) a linguagem neutra é impossível (...) os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico (Altheide, 1976), as limitações orçamentais (Epstein, 1973), a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (Tuchman, 1978) (TRAQUINA, 2018, p. 170).

Estudos realizados a partir de abordagem etnometodológica nas redações (Tuchman, 1978) mostraram a centralidade das dinâmicas de redação nos processos de produção das notícias. A própria organização da redação das empresas jornalísticas, bem como as editorias existentes em cada veículo, tornam-se moldes para seleção dos acontecimentos que serão transformados em notícias.

Portanto os jornalistas conhecem (mesmo que sem se deter em explicações científicas a respeito) o que é notícia e quais os critérios de seleção, produção e edição de materiais porque tudo isso é parte do *habitus* que adquiriram ao longo de sua formação e vida profissional. Além disso, o compartilhamento de um *habitus* tão específico transforma os jornalistas numa tribo interpretativa que vê o mundo e as notícias com “óculos” específicos. No entanto, sua autonomia com relação a produção de notícias é relativa: tanto pelas já sublinhadas constrições do mercado e da política sobre seu campo, quanto pela natureza pouco objetiva dos critérios que definem a fabricação de seu produto, a notícia. Nesses casos, contra o caos de opiniões são criadas hierarquias nos espaços de trabalho e um controle rígido de rotinas:

Para prevenir o caos, a aplicação dos critérios relativos às notícias requer consenso entre os jornalistas e, sobretudo, uma organização hierárquica em que aqueles com mais poder possam impor sua opinião sobre os critérios relevantes para uma determinada notícia” (Gans, 1979, p. 82 apud Wolf, 2008, p. 204).

⁷⁶ Motivadas pelo pensamento de Gramsci sobre ideologia; a natureza problemática da linguagem na escola semiótica francesa (Barthes) e a escola culturalista britânica (Hall et. al.), Cf. TRAQUINA, 2018.

Por meio de manuais de jornalismo elaborados pelos veículos de comunicação é possível captar os valores-notícia e critérios de noticiabilidade de determinada empresa – porque por meio do manual elas os anunciam, bem como a seus valores. A EBC registra em seu manual (desde o título) a busca da verdade, nomeada como “valor soberano” e norte de toda a produção jornalística. Segundo o documento,

A EBC considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e abrangidos pelos seus critérios de cobertura (EBC, 2013, p.21).

A expressão "são transferidas" esconde o processo de seleção e edição, que começa com a definição do que seja uma "informação relevante", o que passa por saber sobre para quem, para qual público, dado tema interessaria. Além disso, voltando aos critérios de noticiabilidade, a seleção tem em conta as constrições que surgem no processo de transformar acontecimento em notícia: formato da redação, tempo e dinheiro disponível para fazer, etc. Colocando-se assim, a EBC esconde a deformação própria do processo de transformação do fato em notícia gerada pelas rotinas. Curiosamente, assumir esse fato poderia colaborar com a própria legitimação de sua existência – também é na impossibilidade de neutralidade no processo de construção da informação que se apoia a noção de que é preciso imprensa plural, com financiamentos diversos, etc. Ao evitar fazê-lo, busca localizar-se no campo do jornalismo a partir dos mesmos valores de legitimação, notadamente a busca pela verdade, dos demais veículos.

Apesar de apresentar-se sob mesmo valor soberano que concorrentes, por meio de seu Manual de Jornalismo, a EBC procura se diferenciar priorizando temas e enfoques que seriam ignorados pelos demais, valorizando a voz e o olhar do cidadão. O manual não aborda o problema prático da disponibilidade dessas fontes diferenciadas quando há imposição de tempos e rotinas semelhantes aos dos demais veículos de comunicação. Desse modo, é como se essas fontes não fossem procuradas pelos demais veículos apenas por um certo descaso, ignorando-se o problema gerado por formatos e rotinas do conteúdo jornalístico.

O manual também enfatiza que os profissionais da casa devem evitar “automatismo” e “comportamentos rotineiros” (EBC, 2013, p.45) em prol de garantir elementos que subsidiem o discernimento e senso crítico do cidadão. A falta de contexto da notícia, que pela abordagem apresentada aqui pode ser considerada um fruto natural do estabelecimento de certas rotinas e critérios de noticiabilidade, parece poder ser aplacada – segundo o mesmo manual – com a boa vontade dos profissionais e, especialmente, no final da construção do material, pelo destacado papel que confere aos editores. A etapa da edição, considerada ponto de convergência dos

esforços de produção, é especialmente exortada a sair da rotina. Os trechos destacados a seguir são exemplares da concepção da empresa em termos de critérios de noticiabilidade:

[a EBC] deve tratar dos fatos relativos à vida nacional e internacional relevantes para a sociedade e fazer suas escolhas de acordo com os compromissos e obrigações estabelecidos em seus documentos fundadores, a partir da Constituição. Ao se constituir em alternativa para o cidadão, dedica atenção aos fatos habitualmente ausentes na mídia. Quanto aos fatos de cobertura comum aos veículos privados e estatais, a EBC procura acrescentar enfoques diferenciados e/ou complementares (EBC, 2013, p. 27, grifo meu).

Na sua relação com a sociedade, o jornalismo da **EBC** se submete ao interesse público e mantém vivas duas linhas de interação: o foco no cidadão – que tradicionalmente orienta a escolha e o tratamento das matérias - e o foco do cidadão. Esses vetores influenciam, impactam e definem o conteúdo do jornalismo da **EBC** (EBC, 2013, p. 27-8 grifo meu).

[os editores devem] rejeitar o automatismo das edições convencionais e fazer escolhas de acordo com os interesses do cidadão. Sem desprezar ou conflitar interesses legítimos de segmentos específicos, o editor adota o interesse do cidadão como o principal na hierarquia de uma matéria (EBC, 2013, p.45).

A partir dos conceitos abordados na presente pesquisa, é possível problematizar sobre caminhos para que a EBC tenha um jornalismo com resultado diferente e alternativo ao padrão do campo – como exige seu Manual de Jornalismo (EBC, 2013). Considerando a noção de *habitus*, e que os jornalistas veem o mundo a partir de uma determinada ótica, é de se perguntar se não seria necessário modificar seus “óculos”, *habitus*, e mesmo o formato geral do jornalismo da EBC para chegar a resultados diversos. Para isso, inclusive, seriam necessárias ações da esfera da gestão da empresa, considerando-se a dinâmica de poder inerente ao campo jornalístico.

5. Jornalismo cívico, público, cidadão: outro campo, outro *habitus*, outra tribo?

Diante das questões que surgiram sobre que jornalismo então deve ser feito na empresa de comunicação pública, realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre jornalisismos que se apresentam como novas práticas. Seriam novas por serem voltadas para o cidadão e o desenvolvimento da cidadania, o que é esperado também no caso do jornalismo da EBC.

Machado e Moreira (2005), por exemplo, analisam respostas de 52 jornalistas⁷⁷ sobre suas perspectivas com relação ao que chamam de “jornalismo público” – cuja própria expressão já mostra a tensão jornalismo-mercado, ou jornalismo-poder, que faz parte da configuração do

⁷⁷ A amostra é composta de integrantes da Rede Brasileira de Comunicação Pública, o que, creio, pode significar que os respondentes, além de interessados na pesquisa, têm algum interesse em debates e trocas de informação sobre o tema comunicação pública. Não representa necessariamente, portanto, o conjunto dos jornalistas públicos conforme a concepção das autoras.

campo. Os entrevistados trabalhavam em assessorias de imprensa de órgãos públicos e em veículos públicos de comunicação. Aqui, cabe uma menção sobre que veículos seriam esses, o que diz muito sobre como a confusão conceitual com relação aos veículos pode invadir o debate sobre outro tipo de jornalismo. A Agência Brasil é mencionada como exemplo de veículo público. À época, era parte da Radiobrás. Apesar de a Radiobrás de então buscar constituir-se de modo mais independente com relação ao governo, pode ser entendida como estatal ou de governo.

As autoras definem comunicação pública como toda aquela “de interesse público” e não apenas a feita pelo Estado (MACHADO E MOREIRA, 2005, p. 117) – por exemplo, quando um veículo comercial publica uma reportagem para conscientização com relação ao trânsito estaria prestando um serviço público por meio de comunicação pública. Apesar disso, a possibilidade do descolamento do polo de poder econômico e a expectativa de que o bem comum da sociedade é perseguido a partir dos seus governantes (apud MARTINS FILHO, 2005) acabam apontando para uma ligação mais forte entre comunicação pública e a feita pelo Estado⁷⁸. Além disso, os entrevistados aparentemente se restringem aos que trabalham para o Estado, inclusive em funções de assessoria de imprensa, que apesar de no Brasil ser realizada por jornalistas, tem nas atividades (e mentalidades) lógicas das relações públicas.

Apesar da diversidade de perspectivas, é possível afirmar que o papel que o jornalista público se atribui é marcado por servir à população, realizar um trabalho de interesse público, servir à instituição em que trabalha e atingir os objetivos estabelecidos pela direção do órgão. (...) de modo geral, identificam-se com o interesse público e demonstram preocupação em cumprir seu papel na promoção do direito dos cidadãos à informação (MACHADO E MOREIRA, 2005, p. 122-3).

Outras abordagens do jornalismo público incluem um movimento criado no final dos anos 1980 nos Estados Unidos, o *civic journalism*. Aparentemente, inclusive, a dificuldade de tradução do termo *civic*, conforme sua acepção nos Estados Unidos, pode ter gerado certa confusão diante da expectativa de que um jornalismo público é diferente do convencional/privado por ser desenvolvido em uma empresa pública, com recursos públicos e sob direção direta ou indireta dos cidadãos – por exemplo, por meio da adoção de conselhos para neutralizar pressões vindas do Estado – e/ou em contraposição ao realizado por empresas privadas. Contudo, o jornalismo público/*civic journalism* foi desenvolvido no âmbito de empresas privadas cujo objetivo era reverter as quedas nas vendas, resultantes, de acordo com

78 Entendo que as pesquisadoras aproximam então este “jornalismo público” que estão pesquisando, ao conceito de Comunicação Pública abordado por autores como Brandão (2006, 2012). Refere-se a um fazer comunicativo que tem como Norte o interesse público e a construção da cidadania. Tratamos em detalhe deste assunto no segundo capítulo desta pesquisa.

os diagnósticos da ocasião, da crescente desconfiança do público em relação à mídia. (FELTRIN, 2018; BORGES, 2009)

O *civic journalism* toma como missão formar o público de modo mais direto, inclusive via diálogo face a face, e não apenas a partir dos conteúdos que produz. Assim, uma de suas consequências seria a criação de uma nova relação com o leitor o que, em última instância, resultaria no surgimento de uma nova teoria da credibilidade. Pesquisadores como Feltrin (2018) e Borges (2009) convergem na opinião de que o *civic journalism* buscava, ao invés do afastamento do lema da objetividade (tendo um profissional neutro no horizonte), um novo compromisso com a qualidade de vida da comunidade. Em suma,

A noção jornalística do movimento emerge, sobretudo, das suas práticas, direcionadas para a auscultação dos cidadãos e para a promoção do debate e da deliberação públicas, visando: 1) reportar os problemas de principal preocupação para os cidadãos (ao focar assuntos de política substantiva em vez de acontecimentos isolados); 2) cobrir esses acontecimentos a partir das perspectivas dos cidadãos (incluindo mais cidadãos, nomeadamente mulheres e minorias, como fontes de informação) e 3) envolver os cidadãos em esforços para resolver os problemas (disponibilizando informação mobilizadora acerca de como podem envolver-se nos assuntos comunitários locais) (HAAS, 2007, p. 67 apud BORGES, 2009, p. 100).

Estão entre as premissas do *civic journalism* colocar o jornalista como ativista e parceiro das comunidades e entender que o público é central no estabelecimento e definição das pautas. Feltrin (2018) defende esse jornalismo público por entender que suas premissas colaboram para o fortalecimento da cidadania e da democracia, e para que o jornalista cumpra seu papel na sociedade. O autor admite que a notícia é uma mercadoria e que a empresa jornalística tem como objetivo principal ampliar lucros, ignorando as implicações reais desses fatos no cotidiano de pressões enfrentadas pelos trabalhadores (FELTRIN, 2018, p. 202)⁷⁹.

A pesquisadora portuguesa Susana Borges (2009) também parte da experiência norte-americana para tratar do que chama de “primeira fase” do *civic journalism*. Na avaliação dela, nessa etapa do *civic journalism* as empresas jornalísticas conseguiram aproximar-se de seus públicos, mas não foram capazes de unir o cidadão com os governos para, de fato, contribuir

79 Segundo Feltrin (2018), o jornalismo público estaria dando seus primeiros passos no Brasil a partir do jornalismo regional – faz a afirmação ao dar destaque a duas pesquisas sobre jornais regionais / locais que concluem que estes veículos colaboram para as comunidades ao estarem mais próximos delas, contextualizando melhor os fatos para aquelas realidades. Ele acredita que medidas como contratar um *ombudsman* – usa o exemplo da Folha de São Paulo, que o fez ainda em 1989 – seria um passo no caminho do jornalismo público ao (supostamente) abrir diálogo com o público, o que orientaria coberturas a partir desta escuta. Ao desconsiderar os constrangimentos dos polos do campo Feltrin deixa de ponderar que, apesar da coluna do *ombudsman* ampliar a crítica ao conteúdo produzido pelo próprio jornal e de fato estimular algum debate com o público, os efeitos da medida podem ser demasiado limitados e não representam, de fato, compromisso com a cidadania. Pode, inclusive, ampliar a credibilidade e os lucros sem transformações reais com relação a compromissos públicos. O problema central, de todo modo, me parece ser a tentativa de deslocar para o contexto brasileiro um modelo de jornalismo (o *civic journalism*) que cabe na sociedade norte-americana, organizada de modo bastante comunitário, a partir do envolvimento pessoal dos cidadãos na vida pública, sendo bastante diverso do nosso modo de organização – e, assim, possivelmente, não cabendo para uma explicação do que se vive aqui.

com a construção da cidadania. Uma de suas críticas ao *civic journalism* é que, ao reportar os problemas dos cidadãos, os jornalistas seguiram abordando as questões de modo personalista e mantendo, em consequência, a representação dos cidadãos como meras vítimas e marginalizados e não como sujeitos capazes de modificar seus destinos. Na esteira desse problema estaria que nesse jornalismo público as corporações e os jornalistas têm tanto poder quanto no que não é *civic journalism*.

Para ela, as possibilidades geradas pelo desenvolvimento da tecnologia poderiam resultar numa “segunda fase”, melhorada pelo uso de ferramentas de comunicação via internet⁸⁰, que ampliaram as possibilidades de diálogo público-veículos de mídia e o número de mídias, e permitiram a emergência do chamado “jornalismo cidadão” – no qual o público constrói a notícia que será exibida. Borges destaca, entre os desafios de uma nova fase do jornalismo público, a necessidade de sobrevivência material (para que as empresas sigam interessadas) e a afirmação de um modelo novo para o exercício da profissão – no qual o jornalista não é o centro de todas as decisões editoriais. Daí a expectativa de mudanças relacionadas com as possibilidades abertas pela internet:

Do ponto de vista das rotinas profissionais, nas quais o movimento concentrou os seus esforços reformistas, os desafios mais imediatos passam pela sua capacidade de disponibilizar canais de participação aos cidadãos, dentro e fora da Internet, e pela criação de ligações entre os públicos online e os públicos da sociedade civil, orientando-os para uma efetiva inclusão na esfera mediática, a partir da qual possam exercer influência sobre o poder político (BORGES, 2009, p. 110).

Outros desafios, segundo a pesquisadora, passam pela inclusão do debate em currículos universitários e por garantir bases políticas e econômicas adequadas a sua sobrevivência – de onde é possível observar certo diálogo com a suposição de que é preciso novo *habitus* e novo posicionamento no campo (se não outro campo), para que esse modo de fazer possa permanecer.

Danilo Rothberg (2011) também analisa o conceito de jornalismo público a partir do *civic journalism*, mas vai além ao realizar aproximações possíveis e refletir sobre as diferenças com relação a outro “jornalismo público”, o realizado pela empresa pública de radiodifusão britânica, a BBC. Rothberg afirma que a junção dos termos “jornalismo” e “público” não forma redundância – ou seja, defende que o jornalismo não é necessariamente público: “os termos precisam, de fato, ser conectados por meio de **iniciativas concretas**, uma vez que eles não têm

80 A recente onda das Fake News nos obrigam a repensar o lugar da internet e do cidadão comum na construção da notícia e refletir a respeito do lugar que ocupa – e deveria ocupar – o jornalista profissional na apuração, checagem e divulgação de informações que tenham compromisso com fatos. Assim, passados dez anos da publicação do referido artigo, é possível que esteja, de certa forma, desatualizado.

entre si a afinidade natural que muitos gostariam de ver.” (2011, p. 5, grifo meu) Nesse sentido, tanto a experiência do *civic journalism* como a da BBC representariam iniciativas concretas.

Um dos fatores que afastam Rothberg da perspectiva de que “todo jornalismo é público” é que a prestação de serviço de comunicação pública por empresas privadas, apesar dos mecanismos de legitimação do jornalismo, é limitada (mesmo no *civic journalism*) pela necessidade de gerar lucros, inerente à atividade comercial. Decorre daí a defesa que o autor faz da complementariedade de sistemas e da pluralidade de veículos, ou seja, o reconhecimento da importância da mídia privada. Ao mesmo tempo, Rothberg adverte que em um cenário de histórica e crescente concentração da propriedade dos meios, como é o caso brasileiro, é essencial garantir a diversidade de vozes na democracia, por meio de *pluralidade externa*, quer dizer, da existência de uma variedade de veículos com tipos diversos de propriedades. É possível fazer leitura semelhante lançando mão da noção de campo em Bourdieu – que implica dizer que proprietários diferentes sofreram pressões diferentes no campo.

Rothberg parte da compreensão de que as crises e o “descrédito” do jornalismo – que motivaram o nascimento do *civic journalism* – são resultado da falta de transparência sobre como a atividade é desenvolvida e de uma decorrente desconexão com o público. Ele pondera que “não podem ser ignoradas as críticas que apontam falhas viscerais dessa atividade” (2011, p. 5).

No caso do *civic journalism*, o autor destaca, entre outros aspectos positivos, o caráter questionador das práticas do jornalismo tradicional, “ao menos na medida em que elas se apoiam sobre o modelo adversarial de relacionamento entre jornalistas e políticos e sobre a ideia de *news values* como domínio exclusivo dos profissionais da área” (2011, p. 159). Rothberg pontua, também como positiva, a rejeição do distanciamento do jornalista (sua representação como agente neutro capaz de atingir a objetividade) e a valorização dos cidadãos e de suas perspectivas, e não apenas das fontes oficiais, como predominante no jornalismo convencional.

Por outro lado, para Rothberg pesa negativamente sobre o *civic journalism*, entre outros pontos, que este modelo/formato cumpra papel conservador na medida em que os jornalistas seguem dominando processos, o que ficaria provado pela falta de investimentos em formas de controle como conselhos e órgãos oficiais de acompanhamento de resultados. Assim, os mecanismos de compartilhamento do poder podem redundar em aparência e não serem autênticos. Além disso, o *civic journalism* é questionado por valorizar demais a experiência e as expectativas das classes médias, descritas como, em geral, mal informadas e preconceituosas,

o que torna a abordagem dos conflitos em questões temporárias e não estruturais (PAULY, 1999 apud ROTHBERG, 2011)⁸¹. O terceiro ponto a ser mencionado é o risco de despolitização da agenda jornalística (GLASSER, 2000 apud ROTHBERG, 2011).⁸² Os autores avaliam que o jornalista público estaria construindo agendas baseadas numa ideia falsa de que a comunidade teria um grau maior de clareza e integridade que os mesmos jornalistas para compor a pauta de debates, de que a comunidade poderia ser neutra, escamoteando, mais uma vez, o aspecto conflituoso da vida social. Postura, aliás, que tira do jornalista e da empresa jornalística a responsabilidade pelos processos de agendamento e enfoque dos assuntos. Assim,

Ao invés de empenhar-se na politização necessária ao jornalismo como expressão social, o movimento apela para uma noção etérea e romântica de comunidade, que provavelmente nunca existiu. A solução mais adequada, ilumina o autor [Glasser, 2000] seria justamente o esclarecimento da agenda: cada veículo deveria deixar claro seu sistema de crenças políticas e opções editoriais, para que as pessoas possam saber as razões pelas quais determinados fatos e assuntos receberam mais atenção que outros (ROTHBERG, 2011, p. 173).

acima de tudo, ao negar à imprensa a autoridade para ajustar sua própria agenda, o jornalismo público priva a imprensa da oportunidade – e diminui a importância de sua obrigação – de colocar à vista, de maneira clara e convincente, sua política (GLASSER, 2000, p. 685 apud ROTHBERG, 2011, p. 174).

Portanto, as críticas não são diretamente à promoção de debates e à busca por inserir o público na produção da notícia, mas aos métodos, bem como à centralidade deles, que não necessariamente tornam mais transparentes os processos de construção da notícia e seus consequentes (e inevitáveis) efeitos de distorção da realidade.

Já no caso do jornalismo público da BBC, os mecanismos para gerar pluralidade são o centro da estratégia para diferenciar-se das comerciais e cumprir seus propósitos. É relevante explorar o trabalho de Rothberg sobre o jornalismo público da BBC nessa pesquisa na medida em que a BBC, empresa com longa tradição na radiodifusão pública, é tida em todo mundo, e no Brasil, particularmente, como um exemplo ou fonte de inspiração.

Em resumo, de volta ao trabalho de Rothberg, a importância da pluralidade para a BBC vem do entendimento de que não há um interesse público monopolizado, mas diversos grupos e setores sociais, com diferentes interesses, que merecem ser considerados pela mídia pública.

81 Pauly (1999 apud ROTHBERG, 2011) destaca que na história da imprensa norte-americana os movimentos que de fato ampliaram cidadania foram rotulados de forma negativa pelos jornais e apenas garantiram visibilidade (reduzida) lançando seus próprios veículos. Para ele, os meios fingiam-se mais democráticos para defender mais e melhor os interesses da elite. Assim, mudanças reais não são mera questão de consenso e civilidade, como os veículos da experiência do *civic journalism* dizem querer construir.

102 *Agenda-setting* é uma das teorias da comunicação, surgida nos anos 1970, como resultado de preocupação com os efeitos da mídia no longo prazo. A hipótese é de que a mídia não trabalha para persuadir o usuário diretamente, mas lhe indica quais os temas a serem debatidos e como devem ser debatidos a partir da apresentação dos temas, argumentos, problemas publicados (considerados a agenda da mídia), bem como pelo processo de hierarquização da importância com que estes elementos são dispostos na ordem do dia (WOLF, 2008).

Como se vê, trata-se de entendimento bastante diverso do que a EBC tenta implementar, visto que, por aqui, a ideia de um foco no e do cidadão, como preconizado pelo Manual de Jornalismo (2013), parece indicar caminho diverso da busca da diversidade como princípio.

Na BBC, a busca por equilíbrio entre informação e interpretações é outro valor essencial que se relaciona não apenas com a necessidade de ampliar as vozes, mas também com o que chamam de “imparcialidade devida”. Trata-se de um princípio estabelecido em documentos que regem a atuação da empresa e garantem seu compromisso institucional com a “engenharia jornalística” necessária para “equilibrar as versões e explorar os conflitos entre elas, enfocando devidamente os limites dos consensos e o alcance dos dissensos” (ROTHBERG, 2011, p. 82). Por meio do conceito, a BBC procura gerar uma relação de transparência com seus públicos expondo o que pode oferecer em termos de imparcialidade, ou seja, expõe os limites para a neutralidade em sua atuação.

Os aspectos norteadores do jornalismo público da BBC dizem respeito à independência; acurácia como valor mais importante que a velocidade; relevância para o cidadão; contextualização; proibição de dizer o que a empresa pensa sobre políticas públicas, à exceção das de radiodifusão. Dos jornalistas, espera-se que realizem eventuais “julgamentos profissionais”, ou seja, a partir de sua formação e da informação que puderam reunir, e nunca a partir de pontos de vista pessoais. Buscar anunciar claramente os interesses das fontes de informação, bem como a diversidade de interesses entre elas, é fundamental, não apenas para a pluralidade, como também para a imparcialidade devida.

Rothberg apresenta a pluralidade no sentido proposto pela BBC como evolução do princípio da objetividade.⁸³ Ou seja: faz-se necessária a adoção de uma “epistemologia do ponto de vista” que “usa a natureza socialmente situada das diversas pretensões de saber como base para a maximização da objetividade” (DURHAM, 1998, p. 127 apud ROTHBERG, 2011, p. 90). A proposta, então, não é eliminar vieses, mas reconhecê-los e incorporá-los – trata-se, portanto, de fazer mais que ampliar a pluralidade, mas também comprová-la e tirar dela a sua riqueza ao explorar a diversidade e incentivar a transparência dos lugares de fala do jornalista

83 Este viés da pluralidade acaba por questionar uma pedra-fundamental do jornalismo desde os anos 1930, a noção de objetividade, que advém da expectativa construída ainda no século XIX sobre a possibilidade de separar fatos e opiniões, resultando na neutralidade. As críticas ao conceito de objetividade passam pela natureza polissêmica da linguagem (que impossibilita neutralidade), bem como o dado de que os pontos de partida de uma pauta são escolhas editoriais. Para Durham (1998, apud ROTHBERG, 2011) a crítica à objetividade acaba por redundar no equívoco de que se cada ideia não é neutra, basta dar um mesmo espaço à diversos pontos de vista, como se fossem perspectivas com mesmo estatuto de verdade (o que no limite poderia resultar dar voz a quem acredita que a Terra é plana). O pluralismo aqui proposto combate esta possibilidade. Assim, a verdade ainda é referência válida, mas não no sentido de busca de uma verdade universal, mas no entendimento de que tudo que é noticiado aconteceu (não se inventam personagens e lugares, por exemplo).

e das fontes abordadas. A clareza sobre a necessidade de transparência seria uma diferença importante frente ao *civic journalism*.

As conclusões de Rothberg⁸⁴ são resultado também da análise de reportagens publicadas em dois programas noturnos dos canais BBC1 e BBC2. O autor demonstra que o bom funcionamento desse jornalismo público passa por toda a estruturação da programação, ou seja, o efeito da pluralidade de assuntos e abordagens é alcançado ao longo das grades e não apenas em um programa ou fragmento. Além disso, tempo é fundamental: as reportagens analisadas por ele têm cerca de 8 minutos para um dos programas e cerca de 20 minutos no outro noticiário – algo impensável no Brasil, onde os noticiários são feitos, em geral, de reportagens bem mais curtas, inclusive na EBC. As exceções, no caso da TV Brasil, são os especiais, que podem chegar a uma hora, incluindo comerciais. Além disso, na BBC a noção de pluralidade relaciona-se com a imagem que se tem de seu telespectador: a base é respeitar sua inteligência e vê-lo como portador do direito civil da liberdade de informação. Admite-se, ainda, o aprofundamento dos temas, mesmo que nem todos os compreendam imediatamente: admite-se que seu telespectador entende de modo compartilhado com outros, ou seja, que as pessoas também se informam entre si. Portanto, a postura editorial é totalmente diferente da noção de que o “telespectador médio” pode ser comparável com o personagem Homer Simpson⁸⁵.

Rothberg destaca ainda que a BBC procura dar o que o cidadão precisa, tendo em vista o sistema democrático, fortalecendo temas importantes para a construção da cidadania e a vida em sociedade⁸⁶. Por isso, valorizam-se os enquadramentos temáticos em contraposição ao dos conflitos ou jogos, permitindo compreensão mais global dos assuntos e enfatizando as dimensões participativa e deliberativa da democracia, em detrimento das dimensões da competição e do procedimento.

Rothberg não aborda, nessa pesquisa, a cultura dos jornalistas no Reino Unido, nem as rotinas das redações da BBC. Apesar disso, as informações apresentadas sobre os formatos e preocupações com as grades permitem imaginar haver, na relação formato-rotina, dinâmicas

84 O livro foi compilado a partir da pesquisa de pós-doutorado de Rothberg na Open-University, na Inglaterra, em 2006-2007.

85 Em 2005, durante visita de alunos e professores da USP à redação do Jornal Nacional, o editor-chefe William Bonner, disse que a imagem do expectador médio do noticiário televisivo com maior audiência no país era de um Homer Simpson, personagem de um desenho animado norte-americano que age de modo idiota, assiste TV compulsivamente e orgulha-se por nunca ter lido um livro. O fato se notabilizou por artigo crítico do prof. Laurindo Lalo Filho, que recebeu resposta de Bonner: Homer seria uma imagem para referir-se ao didatismo que julga necessário para a atração da Rede Globo. Cf. LEAL FILHO, 2005; FOLHA DE S. PAULO, 2005.

86 Como no exemplo publicado por Rothberg, de reportagens sobre migrantes chegando ao Reino Unido em maior número do que o esperado pelas autoridades. Nelas, os repórteres aprofundam questões que mostram como o multiculturalismo é importante para o desenvolvimento econômico e social do país. Dessa forma, a cobertura caminha na contramão da xenofobia.

bastante distintas das encontradas nas redações brasileiras em geral – ou na EBC, particularmente –, o que pode significar o desenvolvimento de outra cultura profissional, outro *habitus*, que suscitariam necessariamente mudanças em todo o campo (BOURDIEU, 1997).

Um último apontamento do autor, com o qual vale a pena dialogar aqui, é o entendimento de que o jornalismo no Brasil, de modo geral, reflete a tradição autoritária e clientelista das relações sociais. Assim temos, por exemplo, em vez de confronto de ideias, conflitos baseados na desqualificação de visões divergentes. A preferência pelo enfoque do conflito passa, também, pela cobertura a partir de atuações pessoais e não processos políticos. Sendo uma cobertura que poderia ser considerada de mais fácil realização, um dos efeitos – que do meu ponto de vista pode ser também causa – seria a necessidade de menor formação do jornalista. O clientelismo como componente cultural do jornalista profissional também favoreceria relações diretas e pessoais, e não institucionais, com as fontes de informação poderosas. Também colaboraria para o enfraquecimento da base profissional, visto que “o relacionamento orgânico entre jornalistas e empresários da mídia mina a solidariedade entre os profissionais” (ROTHBERG, 2011, p. 35). Entre as diversas consequências dessas relações, estaria o enfraquecimento da ética profissional e mesmo da autonomia do campo, facilitando o aceite da ideia de que os interesses da empresa (ou do Estado, mesmo no caso de uma empresa que se quer pública) não podem ser contrariados, inclusive às custas da cidadania.

O Manual de Jornalismo da EBC (2013) – que aliás foi realizado por uma pluralidade de pessoas, inclusive jornalistas da casa, e não somente pela direção da empresa ou mesmo apenas pelo Conselho Curador – não fala em “jornalismo público”, mas diz que “seu” jornalismo é comprometido com o cidadão, tem o cidadão como foco, o cidadão está em primeiro lugar. As abordagens que trouxemos não nos parecem suficientes para afirmar que é preciso formar um outro *habitus* e um outro campo distinto do campo do jornalismo para que um jornalismo público com as características propostas em lei aconteça. Contudo, servem de exemplo – especialmente o caso da BBC – de que os pilares do jornalismo comumente realizado precisam ser questionados e possivelmente modificados na direção de práticas realmente comprometidas com a pluralidade, a transparência e o fortalecimento da cidadania.

A seguir, são descritas as escolhas metodológicas, suas vantagens e desvantagens na prática. Elas foram pensadas para formar um *corpus* que permitisse captar a percepção de jornalistas da EBC considerando o contexto em que estão inseridos – que inclui a história da EBC e a noção de um retrato do momento de conflito em que a pesquisa foi realizada –, bem

como a posição da pesquisadora, também trabalhadora da empresa durante a maior parte desse percurso de investigação, assim como o ambiente assediado em que o trabalho foi realizado.

CAPÍTULO IV – CAMINHO METODOLÓGICO

A escolha do caminho metodológico pelo pesquisador depende do próprio problema de pesquisa, bem como de escolhas diante das possibilidades (inclusive temporais e materiais) que se colocam ao longo da travessia de investigação. Nesta pesquisa, diante da intenção de refletir sobre conhecimento e práticas de um grupo de trabalhadores da EBC, optei por instrumentos das pesquisas qualitativas, que, mais das vezes, como explica Uwe Flick (2009) em seu manual prático, enfatizam o material empírico e a diversidade das variáveis do cotidiano. Nas pesquisas qualitativas, “as inter-relações são descritas no contexto concreto do caso e explicadas em relação a este” (FLICK, 2009, p. 24), e os mecanismos para interpretação colocam-se como chave para solução das questões apresentadas: “A pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p. 37).

Demo (1995) elenca as pesquisas qualitativas entre as metodologias que chama “alternativas”. Estas, para ele, têm “resultados práticos discutíveis”, mas são essenciais para enfrentar “não só o cansaço das metodologias tradicionais, como sobretudo a busca persistente de caminhos novos diante de uma realidade que é sempre nova” (p. 229). Entre as condições para realização de análises qualitativas, o autor destaca o enfrentamento do problema da captação de dados, que passa pela convivência, vivência e, como último estágio, “identificação ideológica prática, através da qual se assume como próprio o projeto político da comunidade” (p. 243). Para ele, na pesquisa qualitativa há envolvimento mais íntimo entre o pesquisador e o objeto, que é apreendido a partir de dados dialogados, ou seja, é produto do processo de discussão.

Na presente pesquisa, parti da compreensão de que há dificuldade para se entender o que é comunicação pública na sociedade brasileira, e que, apesar de formarem um público teoricamente especializado, os jornalistas da EBC possivelmente também têm alguma dificuldade (ao menos inicial) de expressar o que é comunicação pública. A partir daí, questiono sobre a permeabilidade dos princípios e objetivos da radiodifusão pública expressos na Lei da EBC entre seus funcionários ou grupos de funcionários. E como, em caso de falta de permeabilidade, seria possível realizar a finalidade da empresa. Queria, ainda, saber quais as limitações dos atores e da instituição na relação com seus funcionários para atingir os propósitos da comunicação pública. Por conta destas questões, entendi que seria preciso consultar os próprios trabalhadores, motivo pelo qual recorreremos a realização de entrevistas

semiestruturadas. A opção permitiu liberdade de adaptação do roteiro de entrevista conforme a disponibilidade e o interesse demonstrado pelos entrevistados, sem abrir mão da direção da conversa nos temas caros à pesquisa.

Poupart (2012) trata dos argumentos que justificam as entrevistas e de problemas gerados pelo uso do recurso numa pesquisa qualitativa. São reflexões importantes aqui, pois esse é o principal item na composição do *corpus* de análise. Do ponto de vista epistemológico, Poupart pondera que as justificativas para a escolha dependem da postura teórica do pesquisador. Na presente pesquisa, como exposto, a realização de entrevistas relaciona-se com a intenção de avaliar realidades sociais a partir da percepção dos atores sociais, compreendendo que, por meio desse recurso, o entrevistado confere sentido às suas ações e ao mundo. A opção pela entrevista também traz a noção subjacente de que as ações, ou o resultado das ações – por exemplo, uma análise dos conteúdos produzidos pelos trabalhadores da EBC –, não seriam capazes de falar por si quanto ao percurso que gera aqueles efeitos.

Outra questão epistemológica que se impõe, conforme Poupart, diz respeito ao nível de reconhecimento que deve ser legado ao saber do entrevistado. Quer dizer: como resolver a equação saber leigo versus saber científico? Algumas correntes de pensamento, como a dos pós-positivistas, afirmam que a realidade é diferente do modo como os atores sociais a interpretam.

O fato de que os atores sejam diretamente implicados nessas realidades não é, em si, uma garantia da exatidão de suas interpretações. Bem ao contrário, isso pode obstacularizar os verdadeiros determinantes de suas condutas. Nesse sentido, o conhecimento científico é superior às explicações originárias dos atores, pelo fato de que ainda que ele mesmo continue sendo uma construção da realidade, ele é, todavia, o resultado de um esforço sistemático da parte do pesquisador para romper com os pressupostos do senso comum e com aqueles da ciência estabelecida, e também para elaborar interpretações que se baseiam em construções teóricas submetidas não apenas à crítica, mas igualmente à prova de verificação empírica (POUPART, 2012, p. 219).

Em suma, a partir de Poupart, para os pós-estruturalistas e pós-modernistas, tudo são histórias: o que dizem os entrevistados, o que escrevem os entrevistadores sobre o resultado de suas pesquisas – sendo estas, versões das primeiras. Mas para os pós-modernistas, além disso, os relatórios de pesquisa devem expor as múltiplas vozes como diálogo, entendendo a pesquisa como construção mútua e valorizando, inclusive, a necessidade de “harmonizar” (POUPART, 2012, p. 221) as interpretações de atores e pesquisadores.

Nesta pesquisa, me posiciono pela valorização do saber construído na prática pelos entrevistados e entendo que é fundamental registrar e analisar os diversos pontos de vista – inclusive os meus, como pesquisadora. Esta iniciativa tem a expectativa de melhor compreender as percepções expostas como parte da construção do saber sobre a comunicação pública feita

na EBC. Dito isso, parece-me que a ideia de “harmonizar”, em vez de questionar as respostas, afastaria a pesquisa de um caminho que permita construir saber, considerando, de fato, suas múltiplas fontes: o que apreendemos diretamente nas entrevistas e também os novos sentidos que podemos desvendar a partir da análise do que ouvimos em confrontação com as abordagens teóricas escolhidas.

Ao analisar o sentido ético-político da escolha pela realização de entrevistas, Poupart (2012) alerta que o uso delas para denunciar preconceitos a partir de uma visão “de dentro” e para valorizar e dar a palavra aos agentes sociais, como propõem correntes feministas e críticas, não se concretiza por si. Abandonar a “falsa neutralidade da ciência positiva” (p. 221) não seria uma questão de método, mas de posição do pesquisador. Considero esta uma questão importante porque implica refletir sobre meu lugar como pesquisadora que se propõe a investigar sobre seu próprio campo e espaço de trabalho – e que precisa perguntar-se (e não se inibir) diante de opiniões diferentes daquelas apresentadas pelos entrevistados. Segundo Poupart, para dar conta dessas dificuldades, alguns pesquisadores preferem evitar os grupos pelos quais têm simpatia e restringem-se àqueles que fazem parte dos grupos de poder, considerados “responsáveis” por situações de opressão. No caso desta pesquisa, tomo caminho oposto, limitando-me a ouvir quem não exercia cargos de chefia no período de realização das entrevistas. Esta posição valoriza as vozes menos ouvidas, porém importantes no desenrolar das rotinas da redação e também na tomada cotidiana de decisões. Quanto à possibilidade de discordâncias e polêmicas com relação aos pares, eram esperadas desde o início da pesquisa e creio serem positivas no sentido da construção de conhecimento sobre a situação da empresa e de seus trabalhadores.

Nesse sentido, interessa dialogar com questões propostas pela Antropologia sobre a investigação do ambiente familiar ao pesquisador – mesmo que nossa opção não tenha sido pela etnografia ou outros métodos caros a esta área do conhecimento. Velho (2003, 2004), por exemplo, propõe esta reflexão baseada na experiência dele em pesquisar seu próprio bairro e o edifício em que residia. O autor observa que a Antropologia é uma ciência historicamente ligada ao desenvolvimento de técnicas para pesquisa qualitativa – como a etnografia –, e explica que as mudanças na investigação antropológica, especialmente a partir dos anos 1970, com estudos cada vez mais numerosos sobre os centros urbanos e outros espaços de socialização frequentados pelos mesmos pesquisadores, recomendam o movimento de *estranhar o familiar*.

Velho (2003) argumenta que o *estranhamento* é possível, entre outras razões, por uma característica própria de sociedades complexas: o multipertencimento dos indivíduos. Os

sujeitos não estão ligados a um único círculo social, o que faz crescer as contradições e ambiguidades entre os indivíduos, muitas vezes não reveladas. Além disso, Velho observa que as distâncias iniciais entre pesquisador e objeto se apresentam como maiores ou menores conforme o espaço de atuação e de origem do pesquisador. No caso desta pesquisa, faço parte do mesmo campo jornalístico e compartilhava com os entrevistados o ambiente da mesma empresa, ora pesquisada – embora não trabalhasse no lado “público” da EBC, como minhas fontes.

Para Da Matta (apud VELHO, 2004, por comunicação pessoal), o não-estranhamento, ou até o fato de não haver choques culturais frequentes nas metrópoles, relaciona-se ao desenvolvimento de estereótipos e mecanismos de hierarquização para reconhecer os demais. Para Velho (2004), isso se dá a partir da dimensão do poder e da dominação. O fato dos sujeitos darem “nome e lugar” aos demais indivíduos a partir desses mapas sociais, no entanto,

não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder “pôr-se no lugar do outro” (VELHO, 2004, p. 127).

O fato de naturalmente construir um mapa social não significa que o pesquisador saiba como as relações de hierarquia e poder funcionam, o que ajuda a justificar a curiosidade sobre o próprio ambiente de trabalho e também a opção por entrevistas. O antropólogo também enumera algumas vantagens de se investigar o familiar, como a constante revisão científica por pares e mesmo, em certas situações, o questionamento pelos próprios indivíduos investigados, bem como a possibilidade de revisão pelo autor. Velho reafirma a compreensão de que a “realidade” (familiar ou exótica) é filtrada pelo ponto de vista do observador. Ao contrário de proclamar a “falência do rigor científico no estudo da sociedade”, incentiva a percebê-lo como “objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (p. 129). Em suma, escreve,

acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico, mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela apresentada por nossos mapas e códigos básicos, nacionais e de classe, através dos quais fomos socializados. O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações (VELHO, 2004, p. 131-2).

Diante da “arte de entrevistar” – como frequentemente é caracterizado o ato de entrevistar nas ciências sociais e também no jornalismo –, ao longo do tempo foram desenvolvidos princípios e estratégias a serem adotados para melhor fazer falar. Poupart (2012) diz preferir não se posicionar sobre esses princípios e sua legitimidade. Porém, em diversos

momentos usa a palavra “encenação”, que tem uma carga de significado negativa, para referir-se a detalhes como, por exemplo, a roupa supostamente adequada para um entrevistador, estratégia algumas vezes utilizada para diminuir a aparência das diferenças sociais. Questiona, ainda, o limite entre efeitos positivos ou falseadores da atuação do entrevistador para garantir a colaboração dos entrevistados, por exemplo, prometendo anonimato. A questão é que tais atitudes para melhor fazer falar (por mais bem-intencionadas) não deixam de ser tentativas de falsear uma situação em que um dos polos – o do entrevistador – tem mais poder do que o outro, o do informante. Em outros casos, relacionam-se ainda à tentativa de forjar uma naturalidade que não é própria da situação. Portanto, tais estratégias revelam seus paradoxos:

primeiramente, o da elaboração de um instrumento que, no plano técnico, pretende-se o mais rigoroso e o mais "científico" possível, mas que, ao mesmo tempo, busca reproduzir, do melhor modo, as condições das trocas "naturais" e "espontâneas". Paradoxo também de um instrumento que, para além das técnicas de conduta de entrevista utilizadas, aposta tanto nos fatos quanto nas "competências sociais" do entrevistador, no sentido fenomenológico do termo, tais como a capacidade de estabelecer relações (...) para favorecer a colaboração dos entrevistados, e de se adaptar às diversas imposições e ao caráter instável da situação de entrevista (POUPART, 2012, p. 233).

A “encenação” para entrevista, no entanto, não deve ser totalmente alheia aos entrevistados quando são jornalistas. Guardadas as diferenças entre entrevistas jornalísticas e para pesquisa acadêmica, as fontes escutadas aqui são, elas mesmas, profissionais da entrevista, o que deve pressupor certo preparo para viver esta situação e algum nível de reflexão sobre as relações – inclusive de interesse – que se estabelecem entre entrevistador e entrevistado.

Poupart (2012) elenca três tipos de “vieses”, como ele chama os fatos capazes de perverter entrevistas de algum modo. Resumidamente, o primeiro diz respeito ao que chama “encenação”. Seus efeitos práticos, na realidade, são considerados difíceis de serem mensurados. A segunda questão diz respeito à polêmica sobre vantagens ou desvantagens da proximidade entre pesquisador e entrevistados. Se, por um lado, fazer parte do mesmo grupo pode facilitar a compreensão dos investigados, por outro, torna mais difícil que o pesquisador tome a distância necessária para avaliar os dados recolhidos, conforme abordei com apoio das reflexões de Velho (2003). Poupart (2012) agrega que as atitudes e relações do entrevistador têm reflexos nas respostas que obterá, ou seja, “a estratégia de argumentação do entrevistado pode ser forjada tanto em função do entrevistador, como de terceiras pessoas, imaginadas ou reais” (POUPART, 2012, p. 237). O terceiro tipo de viés relaciona-se ao contexto da pesquisa e possíveis repercussões – positivas ou negativas – das respostas para a vida dos entrevistados e para os resultados obtidos pelo pesquisador.

Argumento que esses parecem ser problemas maiores para quem espera coletar *um discurso verdadeiro*, no sentido de encontrar nas entrevistas um espelho do real. Como Poupart

mesmo explica, contra estas perspectivas está a renovação de posicionamentos dos pesquisadores, que a partir de 1970-80 deixam de lado o anseio de criar um ambiente “de laboratório”, pretensamente controlado, para o desenvolvimento de pesquisas sociais qualitativas. Poupart recomenda evitar cair em mitos sobre o método. Diante disso, a solução para os fatos identificados como capazes de perverter entrevistas e suas análises é negar a possibilidade de espontaneidade na situação da entrevista e localizar atores (entrevistador e entrevistados) em seus contextos durante todo o processo. Outro mito a ser evitado é o da não-diretividade: não é possível neutralidade em entrevistas, sejam elas mais ou menos dirigidas.

Por abraçar os conceitos de análise adotados nesta pesquisa, tais como a percepção (MERLEAU-PONTY, 1999; CHAUI, 2014) e a Construção Social da Realidade (BERGER E LUCKMANN, 2011), entendemos a entrevista como discurso socialmente construído pelos sujeitos em relação entre si e com o contexto histórico e atual, bem como com as perspectivas de futuro que vivem. Pelo mesmo motivo, afirmamos que as entrevistas não podem ser compreendidas fora de seu contexto. Ao tomar as condições de produção do discurso em consideração no procedimento de pesquisa e análise de dados, incluindo o modo como o pesquisador produz seu discurso por meio do relatório de pesquisa, protegemos o procedimento e revelamos que as conclusões não derivam de mera experiência de atores, mas de processo de reflexão a partir das experiências narradas.

2. Ferramentas e percurso de composição do *corpus* da pesquisa e de sua análise

2.1 Levantamentos bibliográficos

O levantamento de documentos e bibliografia sobre a EBC, bem como a respeito das empresas que a antecederam, foi importante para criarmos um panorama atual e histórico do lugar do objeto em análise. Utilizamos, além de pesquisas realizadas anteriormente sobre o tema, os Relatórios de Gestão (documento enviado pela EBC para o TCU e outros órgãos de controle, de todos os anos entre 2009 e 2017), notas emitidas por representações de trabalhadores, entidades da sociedade civil e o Conselho Curador da EBC (inclusive depois de destituído) e reportagens de diversos veículos de imprensa. Também foram consultados os Planos de Trabalho enviados pela Direção Executiva da EBC ao Conselho Curador entre 2010 a 2016, mas esses não continham informações relevantes no que diz respeito aos trabalhadores, que foi o foco que orientou a leitura desse tipo de documento.

A partir desses materiais encontramos os referenciais necessários para estruturar um roteiro para as entrevistas semiestruturadas e algumas chaves de interpretação para as respostas

obtidas a partir das questões realizadas com os trabalhadores da EBC. Outras chaves de interpretação são resultado da abordagem teórica do trabalho, de onde advém os conceitos de análise, o que exigiu levantamento de bibliografia específica.

2.2 Convites e perfil dos entrevistados

Compreender a composição do corpo de funcionários da EBC foi um dos nossos primeiros desafios nesta pesquisa. A partir de contatos com a Gerência Executiva de Gestão de Pessoas da empresa, em setembro de 2017, encaminhamos uma série de questões e aprendemos que havia na intranet da EBC, área virtual de acesso restrito aos funcionários, o chamado Quadro de Lotação de Pessoal (QLP), que é atualizado mensalmente. Não há quadro semelhante em áreas do site da empresa na internet, que pudessem ser acessadas por qualquer cidadão. O quadro tem uma série de informações⁸⁷, mas essas não são disponibilizadas de modo facilmente manipulável ou autoexplicativo. Diante disso, foi necessário contar com a colaboração dos trabalhadores da Gerência de Pessoal, que facilitaram acesso a outros formatos de arquivo e explicaram o funcionamento do cadastro. Posteriormente, repetimos a solicitação para atualizações relativas ao primeiro PDV de 2018. Já em 2019, refizemos o pedido para consolidar os dados a partir das mudanças do PDV de dezembro de 2018. Como a pesquisadora também se desligou da empresa, deixando de ser funcionária, a informação foi negada pelas vias utilizadas até então⁸⁸.

Nas etapas iniciais de construção desta pesquisa, nossa intenção era conversar com trabalhadores de todas as áreas da EBC, do administrativo aos técnicos e profissionais de comunicação, compreendendo que todos e todas constroem e são construídos pela empresa, todas e todos são relevantes para que ela cumpra com seus princípios e objetivos. Como resultado da dificuldade de organizá-los por categorias a partir dos dados disponibilizados, e também por conta dos necessários recortes diante da realidade da pesquisa, optamos, por fim, a limitar-nos aos jornalistas. Isto combinava com o entendimento de que formam o grupo mais

87 Itens dos Quadros de Lotação de Pessoal (QLP) divulgados na intranet da EBC: matrícula, nome, praça, cargo, atividade, lotação (sigla), lotação por extenso. Os quadros são atualizados mensalmente. No item “atividade” temos categorias cuja atividade exata não fica clara. São exemplos: programador, assessor, contabilidade, jornalismo. Com a colaboração do RH conseguimos incrementar o quadro com mais um item, a data de admissão de cada funcionário – permitindo saber a localização de cada um na linha do tempo antes e depois da fundação da EBC.

88 Conforme informamos anteriormente, alguns dados mais básicos foram levantados com colaboração de um colega da empresa que nos conseguiu um quadro disponibilizado na intranet.

diretamente imbricado na execução da comunicação pública e mais fácil de localizar⁸⁹ diante do material de que dispúnhamos.

Outra decisão na composição da amostra foi olhar para o corpo de funcionários concursados excluindo os que ocupavam cargos de chefia no momento da pesquisa. Nossa pretensão era mapear também as tensões e resistências no interior da empresa, que possivelmente seriam menos expostas pelos ocupantes de cargos de chefia, na medida em que costumam ser escolhidos também a partir de certa afinidade de concepção e adesão à visão da diretoria em exercício. Por fim, decidimos excluir todos os jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos que estavam, no momento da composição da amostra, lotados no setor determinado para Serviços. Lá, os trabalhadores não têm qualquer obrigação com a comunicação pública, os veículos inclusive não são considerados como “da EBC”. Esta decisão também favorecia na tomada de alguma distância por parte da pesquisadora, na medida em que no período em que fui funcionária da EBC sempre trabalhei na Gerência Executiva de Conteúdos e Serviços. Restringimos também aos trabalhadores das três maiores praças (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo), excluindo, assim, correspondentes internacionais e pessoal do Maranhão. A seleção de entrevistados e entrevistadas foi feita com base no Quadro de Lotação de Pessoal de junho de 2018.

Quadro 11 – Síntese da distribuição dos jornalistas da EBC

Localização dos jornalistas, repórteres cinematográficos e fotógrafos no quadro de funcionários da EBC	Qnt.
JCP Lotados na Diretoria de Serviços	77
JCP dedicados à Comissão Pública	361
JCP TOTAL	438
JCP dedicado à Comunicação Pública e sem Cargo em Comissão	331
JCP sem Cargo em Comissão, dedicado à Comunicação Pública, lotados nas praças consideradas na pesquisa (composição da amostra)	321

Fonte: elaboração própria. (com dados do QLP – junho 2018)

Enviei três mensagens com convite para participação na pesquisa para 321 e-mails a partir de conta de e-mail criada para esta finalidade. Esclareci sobre o propósito da entrevista e garanti anonimato dos participantes, inclusive com a supressão de trechos das entrevistas que pudessem identificá-los, o que se mostrou uma decisão importante para a adesão à pesquisa por causa do medo de represálias expresso pelos funcionários. Destinei convites a todos e todas que se encaixassem nos critérios mencionados, reflexo da preocupação em não entrevistar

⁸⁹ Cabe mencionar que a EBC tem trabalhadores formados em jornalismo que não estão enquadrados neste cargo (JCP) e, portanto, ficaram de fora da amostra.

exclusivamente pessoas próximas/amigas da entrevistadora, apesar de isto também ter acontecido⁹⁰. Recebi 29 aceites. Sistematizadas as respostas, percebi que a maioria dos interessados sempre foi funcionária da EBC, não veio das empresas que a antecederam. Seis foram contratados por meio de concurso da Radiobrás, mas já na época em que esta era presidida por Eugênio Bucci, quando o debate sobre comunicação pública já existia na empresa. Apenas um dos jornalistas interessados em participar da entrevista foi contratado anteriormente a esse período⁹¹.

Realizei 16 entrevistas que foram marcadas a partir de setembro e efetuadas em outubro e na primeira quinzena de novembro de 2018, com alguma dificuldade devido ao período eleitoral e pós-eleitoral, que naturalmente gera aumento de demanda de trabalho para os jornalistas. Na época, também verificamos o acirramento de tensões na sociedade, com embates pessoais, e por meio da internet, entre pessoas identificadas à esquerda e à direita do espectro político, “petistas” e “anti-petistas”, etc. As tensões também fizeram parte daqueles dias na EBC, com debates acalorados pessoalmente (testemunhei algumas discussões nos corredores de Brasília) e também em grupos que reúnem trabalhadores de todas as praças na internet. Nesse contexto, várias entrevistas foram marcadas, desmarcadas e remarcadas diversas vezes por conta dos compromissos de entrevistados e entrevistadora. Descartamos retomar os contatos para realizar mais entrevistas passado o período, por perceber certo esgotamento/repetição nas falas e por notarmos, posteriormente, que a expectativa de captar percepções relacionava-se com o respeito de certo cenário. O contexto da EBC certamente mudou depois do período eleitoral, não apenas com a reafirmação de ameaças de fechamento pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, mas também pelo surgimento de nova onda de acirramento dos ânimos internamente, motivada agora pela disputa sobre qual a postura a ser adotada pelos trabalhadores e por seus representantes (sindicais e em órgãos internos) com o objetivo de realizar ações para tentar proteger a empresa⁹². Ademais, foi lançado edital e realizado mais um

90 Tenho relação pessoal de amizade (próxima ou não) com cinco dos 16 entrevistados.

91 A entrevista foi marcada e desmarcada diversas vezes, infelizmente não foi efetivada.

92 Na sequência da eleição, um grupo de trabalhadores de todas as praças buscou mobilizar seus pares para realizar uma campanha em defesa da EBC. Ao final, cerca de 50 pessoas formaram o Comitê Fica EBC e se reuniram em grupos de trabalho para elaborar materiais e também articular conversas para esclarecer a relevância da empresa a parlamentares dos diversos partidos, especialmente os que seriam base do governo eleito. Também foram feitas conversas com entidades e pessoas que pudessem influenciar contrariamente a posição de fechamento, notas de apoio, etc. Como base para este trabalho organizaram o Dossiê EBC: em defesa da comunicação pública, informativo sobre a empresa, Cf. COMITÊ FICA EBC, 2018. Também inauguraram página para apoios no Facebook (<https://bit.ly/2JCcPQh>) e similares, em outras redes sociais na internet. Por outro lado – e em dinâmica menos coletivista e transparente – funcionários individualmente também tomaram a frente de realizar conversas pela permanência da EBC com futuros membros do governo. Por trabalhar na EBC na época, diria que essas últimas, apesar da falta de transparência, também contavam com apoio interno de certos grupos. Essa divisão dos trabalhadores no momento de defender a empresa reflete as diversas visões de mundo que encontramos por ali: de

PDV pela EBC no período novembro-dezembro de 2018, o que representou, como argumentamos, por seu formato e contexto, uma ação concreta no sentido do desmonte da empresa.

Falamos com trabalhadores do Rio de Janeiro e São Paulo por telefone, tendo áudios gravados por aplicativo⁹³ e transcritos. As entrevistas realizadas em Brasília foram feitas pessoalmente, gravadas em áudio e transcritas. No caso das entrevistas presenciais, foram majoritariamente realizadas em espaços públicos próximos à EBC, como cafés e praças de alimentação. Uma das entrevistas foi realizada a pedido do entrevistado nas dependências da empresa (o que eu evitava fazer para não criar maior exposição). Também realizei uma entrevista na casa do entrevistado e uma na Universidade de Brasília, atendendo a conveniência deles.

Entre os entrevistados temos representantes das principais praças e de todos os veículos da EBC, incluindo jornalistas, fotojornalistas e cinegrafistas. A maioria passou por diversos veículos ao longo de sua permanência na EBC e fala, além da experiência atual, de comparação com vivências anteriores. Apenas três dos trabalhadores estiveram sempre no mesmo veículo, mas dois experimentaram mudanças de praça e função. Quatro entrevistados atuaram na Diretoria de Serviços anteriormente. Com isso, exceto na questão geracional/tempo de casa, conseguimos abordar uma amostra bastante variada.

Quadro 12 – Localização dos entrevistados na EBC⁹⁴

TEMPO DE CASA	Contratados Pré-EBC / Radiobrás	3	TOTAL: 16
	Contratados pela EBC / concurso 2011	13	
PRAÇA	Brasília	8	TOTAL: 16
	Rio de Janeiro	6	
	São Paulo	2	
VEÍCULO	Radiojornalismo	4	TOTAL: 16
	TV Brasil	7	
	Agência Brasil	4	
	WEB	1	

Fonte: elaboração da autora.

modo geral, podemos dizer que o primeiro grupo defendia a EBC como empresa de comunicação pública e em sua integridade em termos de veículos. O segundo, aparentemente, queria que seguisse existindo, evitando-se, prioritariamente, impacto sobre os empregos. O caráter da empresa, os veículos mantidos, etc, não pareciam estar no primeiro plano dos debates.

93 Houve um problema técnico irreversível em uma das entrevistas teve um problema na gravação, portanto as íntegras das transcrições valem apenas para 15 das entrevistas realizadas.

94 Evitei realizar uma relação entre praça e veículo para não expor os entrevistados.

2.3 Entrevistas semiestruturadas

Para a organização de um roteiro de perguntas, considerei a EBC como “herdeira” de modos de fazer comunicação educativa e estatal, e também da forma como historicamente o sistema de comunicação foi organizado no Brasil – oligopolizado e com vantagens ao setor privado. Também importam as características da amostra do corpo funcional e temas que relacionam a percepção sobre o fazer da comunicação pública e os princípios e objetivos da EBC expostos na sua Lei de criação (BRASIL, 2008) e em documento da Unesco (2001), que elencam parâmetros de melhores práticas a partir da experiência internacional.

Foram estruturados três grandes blocos de questões. O primeiro é mais geral e localiza o funcionário na empresa do ponto de vista de funções desempenhadas no momento da entrevista, sem perder de vista seu histórico na EBC⁹⁵.

No segundo bloco estão organizadas questões que partem do cotidiano de cada trabalhador na produção das notícias na EBC. Elas ajudam a revelar a percepção dos jornalistas sobre a EBC e a comunicação pública que se pode realizar na empresa a partir da prática e, por conseguinte, do *habitus* dos jornalistas. Ao elaborar o roteiro de questões, a preocupação foi com a importância da prática e da sobreposição dela às questões teóricas no cotidiano dos profissionais. Isso fica explícito nesse bloco. Por exemplo, esperava que soubessem melhor o que é ou deveria ser notícia a partir de sua prática ao fazê-las, ou por comparações com veículos comerciais e governamentais, do que pela enunciação de conceitos e critérios de noticiabilidade.

No último grupo de perguntas, segui parte das sugestões de Flick (2009) na montagem de roteiros para entrevistas semiestruturadas e busquei sínteses dos temas de interesse explorados pelos entrevistados. A intenção foi extrair aqui, de modo mais direto, opiniões sobre características principais e possibilidades de construção da comunicação ou da radiodifusão pública na EBC.

Considerando um grupo de entrevistados que produz conteúdo jornalístico, também foram pensadas questões que poderiam ser respondidas integralmente (ou quase integralmente) por todos e todas. As maiores variações ocorreram nas conversas com cinegrafistas e fotojornalistas, mas é importante perceber que a fragmentação dos processos de produção de notícias também tem efeito sobre as respostas. Por exemplo: ficou claro que um produtor ou pauteiro deve ter maior ascensão sobre as decisões de pauta (faz parte de sua função propor

95 A maior parte dessas informações foram suprimidas do Apêndice A, onde disponibilizo a transcrição das entrevistas, para manter os entrevistados anônimos. Seu uso foi apenas interno.

temas) do que um repórter cinematográfico. Por outro lado, as entrevistas também mostraram que há redações mais ou menos permeáveis às sugestões de todos. A seguir apresentamos o roteiro das entrevistas. Marcamos nos colchetes algumas das variações esperadas (mas nem todas as efetivamente realizadas).

2.3.1 Roteiro da entrevista

ITENS GERAIS

- nome
- praça
- data de admissão
- atividade atual
- principais anteriores [já ocupou cargos de chefia?]
- experiências anteriores à EBC que considere mais relevantes na sua prática profissional
- Por que trabalhar no serviço público? Foi uma escolha deliberada, um sonho, ou a realidade do mercado impeliu a este lugar?

ROTINA DE TRABALHO

- 1- De onde vêm as pautas? Você se sente livre para sugerir temas e enfoques?
- 2- Como são selecionadas as fontes de informação no cotidiano da sua redação? [Há fontes habituais, quais são mais valorizadas?]
- 3- Texto e edição dos materiais privilegiam/ seguem rotinas específicas considerando tratar-se de um veículo público?
- 4- Você avalia que rotinas, fontes, edição aqui na EBC sejam distintas do que se vê no cotidiano de um veículo de radiodifusão comercial ou estatal? De que maneira? [O resultado é diferente? Deveria ser?]
- 5- Você acha que as rotinas de trabalho na empresa são suficientemente colaborativas? Como? Por quê?
- 6- Já viveu interferência política no seu trabalho ou no do veículo em que atuava? De que maneira? Em que momentos?
- 7- O trabalho da Ouvidoria influencia seu cotidiano aqui na EBC?
- 8- Acha que seu cotidiano mudou com a extinção do Conselho Curador?

- 9- Há outros mecanismos que estimulem a participação do público? A Ouvidoria e o conselho eram eficientes e suficientes para garantir influência dos cidadãos no veículo em que você trabalha?
- 10- O manual de jornalismo da EBC fala em “jornalismo cidadão”. Quem são os ouvintes/telespectadores? Eles influenciam o dia-a-dia do seu trabalho? [você pensa neles quando produz? Como?]

QUESTÕES SÍNTESE

- 11- Quais as principais características da radiodifusão pública pra você?
- 12- Que elementos te levam a essas conclusões? Universidade, colegas de trabalho, educação corporativa, é uma discussão corrente na empresa, tem uma orientação neste sentido?
- 13- É possível fazer radiodifusão pública na EBC? Você considera que fazemos? Em que medida? O que falta?

2.4 Análise Temática de Conteúdo

O conteúdo transcrito das entrevistas é a parte principal do *corpus* da presente pesquisa. O desafio que se impõe é interpretar este material. Para tal, elegemos a análise temática de conteúdo como técnica que nos auxilia a compreender o material coletado e articulá-lo com o aporte teórico que elegemos como conceitos de análise. Conforme descrito por Bardin (1977), este é um

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de emissão/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p.42).

A autora explica ainda que “a leitura efetuada pelo analista de conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura ‘à letra’, mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano” (1977, p. 41). Afasta-se, portanto, da análise do discurso, pois não busca uma estrutura por trás dos enunciados.

Bardin elabora a análise de conteúdo como um processo em três etapas. A primeira, descritiva, é abordada como espécie de pré-análise que oferece uma série de unidades de significação que emergem das entrevistas. Nessa pesquisa, o roteiro de questões já oferecia de antemão – o que foi efetivado com os conteúdos adquiridos – três grandes dimensões de análise:

1) a EBC como espaço de trabalho; 2) o fazer dos jornalistas na EBC e 3) percepção e perspectivas sobre comunicação pública entre jornalistas da EBC.

Quadro 13 – Dimensões da análise a partir do roteiro das entrevistas

Dimensões da análise	Questões que emergem da proposição de questões da entrevista
A EBC COMO ESPAÇO DE TRABALHO	-História de cada trabalhador na empresa - Condição como empregado público - Experiências como chefia e com as chefias - Mostra-se pessoalmente realizado (ou não)?
O FAZER DOS JORNALISTAS NA EBC	-Prática/dia-a-dia -Limites/censuras/dificuldades e desafios/ adequação de práticas à comunicação pública -Horizontes/perspectivas - Influência política / negação da independência
PERCEPÇÃO E PERSPECTIVAS SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA ENTRE JORNALISTAS DA EBC	-Definições de comunicação pública -Comparação público/estatal/privado - Relação do Conselho Curador com o dia a dia da produção da comunicação pública - Relação da Ouvidoria com o dia a dia da produção da comunicação pública - Relações institucionais com o cidadão (relação com o público) - Consequências da perda do Conselho Curador para o cotidiano de trabalho dos jornalistas

Fonte: elaboração própria.

A partir dessas dimensões de análise e das unidades de significação percebidas na primeira leitura (leitura flutuante) das respostas, criei uma série de categorias temáticas. Realizei, então, novas leituras do material, organizando de modo mais objetivo as opiniões obtidas em relação com as categorias definidas. As etapas seguintes aprofundam a leitura do material, criando as conexões possíveis entre abordagens teóricas e dados coletados.

A decomposição do material transcrito em unidades de sentido e sua organização em temas e categorias temáticas colaboram no caminhar da superfície (do que nos dizem os trabalhadores) ao diálogo entre as percepções deles, inclusive com considerações sobre maior ou menor homogeneidade entre falas. A recomposição do material a partir de uma organização por categorias de análise à luz do corpo teórico aqui abordado colabora com uma interpretação que também dialoga com o passado (o que levou a isso?), abrindo janelas ao futuro (que consequência tal enunciado poderá ter?).

3. Limites e possibilidades da metodologia revelados durante a pesquisa

No decorrer da realização da pesquisa compreendi as vantagens e desvantagens das opções metodológicas realizadas. Muitas delas já foram enunciadas, porém, nesta seção as

retomamos e as expomos de forma mais sistemática com o intuito de, ao ampliar a transparência quanto aos procedimentos, tornar mais claro o que o material poderá nos oferecer em termos de análise.

Em primeiro lugar, entendo que a escolha por entrevistas semiestruturadas como método de composição do *corpus* do trabalho se mostrou, apesar de alguns transtornos operacionais, o mais adequado para o ambiente da EBC. Acredito que seria difícil obter o engajamento da empresa para desenvolver um trabalho de cunho etnográfico, ou outro método que exigisse a presença da pesquisadora nas redações. E isto também poderia gerar constrangimentos para mim – como trabalhadora da empresa naquele momento – e para os informantes. A respeito das dificuldades de movimento dentro da empresa, é ilustrativo registrar que em dezembro de 2017 o Conselho de Administração da EBC determinou que os trabalhadores deveriam pedir autorização, por via própria, para realizarem qualquer pesquisa sobre a EBC. Busquei a autorização para evitar represálias contra mim e contra qualquer pessoa envolvida na pesquisa.

O processo de obtenção da permissão para seguir com a pesquisa durou meses de desgaste⁹⁶, visto que não estava claro, nem mesmo dentro da EBC, que setor deveria dar a autorização. Ainda mais para uma pesquisa que sequer relacionava-se a um departamento determinado. Além de atrasar o cronograma do trabalho⁹⁷, a norma refletiu a imposição de controle crescente dentro da empresa sobre os funcionários – pode, também, vir a ser um mecanismo que cerceia a liberdade de expressão dos trabalhadores (a norma inclui qualquer publicação, como artigos jornalísticos e análises) e representa um desincentivo à reflexão de seus trabalhadores sobre o papel que a empresa vem desempenhando na sociedade brasileira.

Por outro lado, ser empregada da EBC ao longo da maior parte do desenvolvimento da pesquisa trouxe algumas vantagens. Tive acesso facilitado aos Quadros de Lotação de Pessoal e colaboração para compreendê-los enquanto fazia parte do mesmo quadro. Além disso, ao

96 A exigência de pedido de autorização de pesquisa pelos funcionários da EBC está prevista no Código de Conduta (item 4.3, inciso XIV, do Código de Conduta e Integridade da EBC, Deliberação CONSAD nº 39, de 14/12/2017). As primeiras consultas informais para localizar na EBC o departamento responsável pela autorização foram feitas em abril de 2018. Diante da falta de respostas concretas, consegui que, em junho, o setor responsável pela Educação Corporativa recebesse e criasse um modo de encaminhar minha demanda. Entreguei à empresa uma carta minha e uma do PPGCom/UNB solicitando a permissão para prosseguimento da pesquisa. O departamento de Educação Corporativa da EBC criou um documento no sistema de solicitações da intranet e pediu que eu refizesse o pedido por meio deste canal, em julho, assinando, ainda, um termo de autorização de uso da pesquisa pela EBC. A autorização para que eu prosseguisse com a pesquisa me foi dada apenas no final de outubro de 2018, mediante reiterados pedidos meus junto à coordenação da Educação Corporativa, que insistiu pela autorização na Diretoria Geral. Foi necessária interferência do gerente do meu setor – que era o de Serviços, portanto, nada tinha a ver com a pesquisa que vinha sendo realizada.

97 Evitei o máximo possível seguir com a pesquisa sem atender as normas por temor de represálias futuras. Contudo, diante da dificuldade para obter autorização, realizei várias das entrevistas ainda sem a autorização.

menos um dos entrevistados buscou referência com colegas sobre a pesquisadora para aceitar o convite – não sei se outros entrevistados tiveram postura semelhante, apenas esse a enunciou. Em vários momentos das entrevistas informações foram dadas em *off*. A confiança também foi estabelecida pelo fato de sermos parte do “mesmo grupo”. Como funcionária, nunca fiz parte de qualquer representação e não era figura amplamente conhecida em espaços como as assembleias de trabalhadores. Também nunca deixei de participar, ainda que discretamente, de mobilizações e greves, o que pode me identificar com certo conjunto de funcionários. O mesmo vale pela simples presença em alguns grupos de *Whatsapp* de trabalhadores e trabalhadoras preocupados com a permanência da empresa e com o desenvolvimento de seu caráter público e autônomo. Além do acesso a certas informações cotidianas que não são públicas (por tomar parte desses espaços virtuais), “ser nativa” do ambiente estudado me permite *insights* que podem ser inacessíveis à distância.

A própria ideia da pesquisa relaciona-se à familiaridade do ambiente: nasce da inquietação com a pluralidade de opiniões dentro da empresa (que chegaram a mim em diferentes momentos). Por exemplo, sobre a possibilidade ou não de ser autônoma e não-governamental, a possibilidade ou não de produzir conteúdos diferenciados por conta de uma suposta falta crônica de autonomia, etc. Assim, ao mesmo tempo em que o cotidiano da EBC não é parte da pesquisa no sentido estrito, ou seja, por meio de sua exploração e análise rigorosa, ele faz parte dela quando acaba por inspirar o roteiro de questões (que tem o cotidiano dos jornalistas como centro de sua constituição) e quando admito ser, como minhas fontes, uma participante direta (mesmo que distante, estando na NBR) da construção da empresa.

O modo como fiz os convites para as entrevistas tinha a intenção de alcançar um quadro amplo e plural de depoimentos. O resultado não permitiu responder às expectativas completamente, pois apenas aderiram pessoas com perfil próximo ao meu no que diz respeito a “importarem-se” com o caráter público da empresa. Essa é uma afirmação possível na medida em que, como jornalista da EBC, eu acompanhava em certa medida a organização dos trabalhadores, pessoal e virtualmente. É possível que convites mais diretos (por exemplo, determinados por sorteios e realizados por telefonemas, e não via e-mails, naturalmente mais impessoais) tivessem legado uma amostra mais diversa em termos de compreensão da empresa, especialmente em seu caráter histórico e em sua multiplicidade geracional - talvez nossa maior deficiência neste aspecto -, com possibilidade de coleta de mais opiniões de quem foi parte da Radiobrás e da EBN. Por outro lado, a vontade de colaborar por parte do entrevistado é uma barreira real difícil de transpor em qualquer hipótese.

Uma leitura geral do material deixa clara a impossibilidade de generalizar pontos de vista. Não apenas pela natureza do conceito de percepção explorado, ou por essa ser uma amostra muito pequena frente ao quadro total de trabalhadores, mas pelo perfil relativamente uníssono da amostra – como disse, está composta majoritariamente por pessoal que demonstra internamente importar-se com o caráter público da empresa. Ao mesmo tempo, é inegável que os depoimentos trazem muitas pistas sobre o funcionamento da EBC, inclusive na medida em que os trabalhadores falam também da atuação diversa dos seus pares, complicações advindas das escolhas de chefias, etc. Além do mais, os entrevistados apontam que cada constatação se relaciona com o lugar de onde falam e em que tempo: por exemplo, uma pessoa que trabalha na TV como repórter em Brasília terá uma experiência distinta daquela vivida por quem ocupa o mesmo cargo no Rio de Janeiro, pois a estrutura da empresa permite possibilidades diferentes e tem limites distintos para cada um desses profissionais. Além disso, ao contar sobre suas experiências, os empregados também se referem às diferentes posições ocupadas antes – o que não significa que aquele modo de ser tenha se mantido no tempo. Quando falamos de praças, veículos, tempo de casa distintos e de memória, a complexidade aumenta consideravelmente no que diz respeito a comparações e aproximações. Sendo assim, consideramos fundamental entender os apontamentos que compõe o próximo capítulo como pontos de vista ora convergentes, ora divergentes, que indicam potencialidades e limites da comunicação pública na EBC.

Adotamos uma série de cuidados na pesquisa com o objetivo de lidar com o temor de perseguições por parte dos trabalhadores. Primeiro, os depoentes não foram identificados no ambiente da empresa, por exemplo, evitando a realização de entrevistas em suas dependências e jamais mencionando identidades de entrevistados. No que tange à divulgação, silenciemos trechos que possam identificar o depoente. Conhecendo a estrutura, sei que, ao descrever uma situação vivida por um trabalhador na cobertura de determinado evento é relativamente fácil a identificação entre os pares. Talvez por esse risco, apesar da construção de laços de confiança entre nós, é comum no material que o entrevistado traga algo que passou com outros, ou exemplos genéricos, em vez de exemplos mais pessoais. Na realidade, na maioria das conversas foi preciso pedir exemplos de experiência pessoal e reafirmar que seriam mantidos em *off*.

A seguir, apresento finalmente a análise temática do conteúdo, que nos informa sobre a percepção dos jornalistas. Tratamos então da experiência deles nesse espaço de trabalho, sobre a prática do jornalismo nessa empresa de comunicação pública e sobre as perspectivas deles com relação aos limites e possibilidades de fazer comunicação pública na EBC.

CAPÍTULO V – CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS DA EBC

Os elementos apresentados até aqui procuram revelar, entre outras coisas, que do ponto de vista desta pesquisa o fazer da comunicação pública na EBC não ocorre por mero efeito da aprovação dos princípios e objetivos elencados em sua Lei de fundação (BRASIL, 2008). O fazer da comunicação pública na empresa se dá a partir da condição de disputas de poder de polos ideológicos e políticos de seu campo com relação a outros. E, nesses limites e em relação com eles, se faz pelo trabalho cotidiano de seus profissionais. Neste capítulo, analisamos as percepções dos nossos entrevistados, que são baseadas em experiências, com relação aos limites e possibilidades de fazer comunicação pública na Empresa Brasil de Comunicação. Como dito anteriormente, trata-se de uma amostra reduzida considerando o tamanho da empresa e que o objetivo é realizar uma análise qualitativa das falas dos profissionais. Foi realizada contagem de presenças – e registro de ausências – de temas com o objetivo de dar alguma dimensão sobre prevalência de aparecimento dos temas, mas a intenção não é dar valor estatístico visto que esse não é o propósito da amostra. Do mesmo modo, os gráficos têm o objetivo de ilustrar a presença de opiniões e revela com mais detalhe as diversas categorias por meio das quais realizamos a análise temática.

Para evitar generalizações falseadoras, retomo resumidamente que a interpretação parte do conceito filosófico de Percepção (MERLEAU-PONTY, 1999), segundo o qual o percebido se constitui na relação de cada sujeito com os demais e com o lugar que ocupam no mundo (no caso, especialmente o lugar que ocupam na EBC), num dado contexto. Essa ligação individual caminha na direção de algo feito em coletivo, a Construção Social da Realidade (BERGER E LUCKMANN, 2011) – que inclui a comunicação pública e a própria empresa, com seus limites e potencialidades. Conforme também abordei, as entrevistas têm a marca do contexto. Quando foram realizadas, era grande a instabilidade que rondava a empresa e, conseqüentemente, os próprios postos de trabalho: de um lado porque nos últimos anos a EBC vive o que chamo de desmonte, caracterizado pela extinção dos mecanismos desenhados para garantir autonomia e controle social. E de outro, pelas ameaças de fechamento da empresa por candidatos durante as eleições presidenciais e pelo então presidente eleito, Jair Bolsonaro.

A apresentação do capítulo está organizada a partir das principais dimensões de análise: 1. A EBC como espaço de trabalho; 2. O fazer dos jornalistas na EBC e 3. Percepção e perspectivas da comunicação pública na EBC. Para cada dimensão de análise foi organizado um conjunto de categorias temáticas (seus subitens). E para cada uma dessas, conforme a

pertinência do caso, proponho diálogos com os diversos elementos trazidos ao longo da pesquisa para iluminar o entendimento e possibilitar a interpretação do que dizem os entrevistados.

Trato dos princípios e objetivos da EBC (BRASIL, 2008) e das quatro características reconhecidas internacionalmente como essenciais para boas práticas: pluralidade, universalidade, diferenciação e autonomia (UNESCO, 2001). Abordo também outros conceitos de análise, como a pertença dos profissionais a um campo (BOURDIEU, 1997), o jornalístico, que tem suas peculiaridades. Escrevo sobre a relação do *habitus* (BOURDIEU, 1997) profissional com este campo e com a comunicação pública. E sobre a composição deste *habitus* por um olhar próprio da tribo jornalística (TRAQUINA, 2018a), que se faz pela formação acadêmica e vivência nas redações, local de formação de práticas, formatos e hierarquias (TRAQUINA, 2018; WOLF, 2008) com impactos sobre o resultado do trabalho diário e, portanto, da práxis da comunicação pública realizada por estes jornalistas na EBC.

1. A EBC como espaço de trabalho

1.1 Experiência prévia à EBC com o que consideram comunicação pública

A maioria dos jornalistas entrevistados (11/15) disse ter vivido alguma experiência prévia à EBC com comunicação pública, ou ter conhecimento sobre o assunto antes de trabalhar na empresa. Mas o que chamam comunicação pública? Parece-me que cabe, na compreensão destes atores sociais, uma perspectiva ampla, que dialoga com uma corrente teórica que se destaca na literatura especializada no Brasil. Conforme tratado previamente, autores como Brandão (2012), Duarte (2012) e Monteiro (2012) tentam construir o conceito de comunicação pública a partir de uma perspectiva organizacional. Nele, órgãos muito distintos (de assessorias de imprensa à rádios e TVs) podem fazer comunicação pública, desde que intencionados em colaborar com a construção da cidadania. Percebi que os entrevistados têm, a partir de sua prática, visão semelhante. A maior diferença talvez diga respeito à propriedade dos órgãos. Todas as instituições citadas como parte das experiências dos entrevistados com comunicação pública são geridas por órgãos públicos, seja em nível federal ou estadual. Já na perspectiva teórica aqui apresentada, até empresas privadas podem fazer comunicação pública, desde que mantenham sobretudo compromisso com o interesse público.

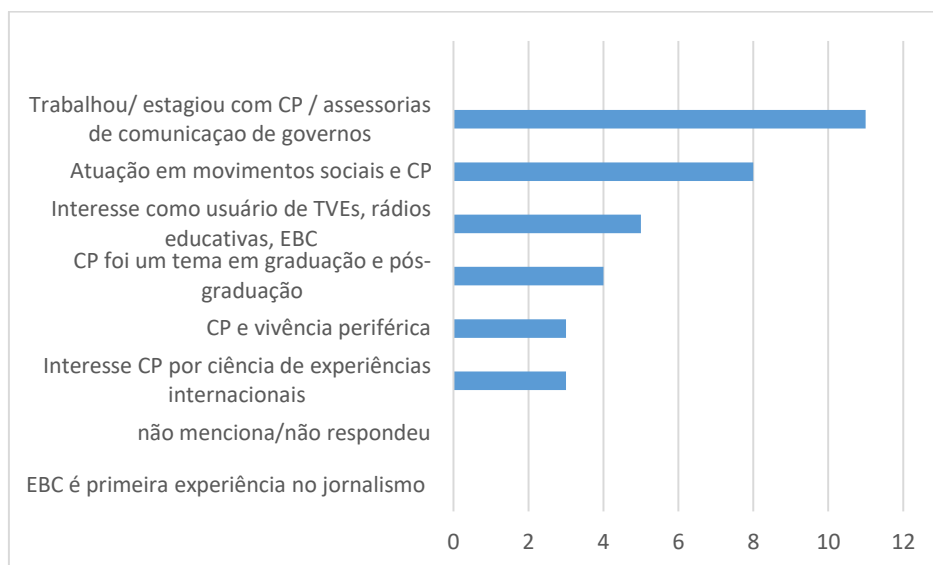
Chama atenção que mais de metade dos entrevistados (8) disse que ter tido alguma atuação junto a movimentos sociais conta como experiência com comunicação pública anterior

à entrada na EBC. Um terço (5) mencionou ter acompanhado como usuário as rádios e TVs educativas estaduais, e três lembraram de experiências internacionais na área da comunicação pública entre as motivações de interesse pela EBC e pela comunicação pública como tema. Apenas quatro disseram que o interesse foi despertado nas universidades, seja na graduação ou na pós-graduação (contabilizados aqui as experiências prévias à EBC; outros entrevistados mencionaram ter buscado por conta própria cursos de pós-graduação na área, já como membros da empresa).

Os entrevistados foram perguntados diretamente sobre experiências prévias *como trabalhadores*. As respostas relativas à formação como jornalista na academia e estímulos para refletir sobre comunicação pública (como usuários, como curiosos, como militantes) surgiram espontaneamente ou em outros momentos da conversa. Perguntei a todos sobre experiências como jornalistas que não se relacionam com experiências no campo público. Todos (15)⁹⁸ trabalharam no mercado de comunicação privada, com e/ou sem fins de lucro, antes de fazerem parte da EBC. Nesta categoria incluímos experiências em redações, assessorias de imprensa e outros. Alguns eventualmente ainda trabalham para iniciativas deste tipo como *freelancers*.

Essa diversidade de vivências parece relevante para avaliar o quadro de trabalhadores, na medida em que processos de ressocialização (BERGER e LUCKMANN, 2011) e a construção de um *habitus* (BOURDIEU, 1997, 2010) adequado à prática do jornalismo incluem, mas não necessariamente se restringem, ao aprendizado proveniente de cursos de graduação e vivências nas redações. Também chama atenção que espontaneamente três entrevistados tenham dito que sua origem social periférica é um fator decisivo para o seu interesse pela comunicação pública e por esta prática profissional, entendida como incentivadora da cidadania e da democracia.

98 Realizamos 16 entrevistas, mas como tivemos problemas com o áudio de uma delas, a não ser que explicitado o contrário, estamos considerando o conteúdo de 15 entrevistas como o conjunto completo analisado.

Gráfico 1 – Experiência prévia à EBC com o que consideram comunicação pública (CP)

Fonte: elaboração própria.

1.2 Expectativa de fazer comunicação pública como determinante para trabalhar na EBC

A maioria (12) dos entrevistados alegou ter prestado o concurso para EBC – ou Radiobrás – por querer trabalhar com comunicação pública. Ou seja, como visto na seção anterior, a maior parte disse que já tinha alguma noção e interesse sobre este tema antes de fazer parte da empresa. Nesse grupo (12), incluí um entrevistado que foi contratado ainda na Radiobrás e explicou que acompanhava os debates tanto sobre mudanças internas na empresa estatal, quanto a respeito do surgimento da EBC. As respostas foram computadas aqui diante de afirmações categóricas. No entanto, vários entrevistados deixam entrever pelo conjunto das respostas que sentem dominar melhor o tema a partir do cotidiano na EBC. Portanto, pode-se inferir que, antes da EBC, buscavam espaço para fazer uma comunicação de algum modo diferente da realizada pelos veículos hegemônicos, no caso brasileiro, os veículos privados com fins de lucro.

Dois entrevistados declararam ter se interessado pelo tema na Radiobrás (foram contratados no período em que Eugênio Bucci era presidente). Apesar das limitações da amostra em termos da antiguidade dos entrevistados, são colocações como as desses jornalistas que fazem crer que as mudanças vividas pela Radiobrás naquele período foram sim capazes de produzir algumas modificações de mentalidade em seu corpo funcional, ao contrário do que o próprio Bucci (2008) afirma em seu livro de memórias.⁹⁹

⁹⁹ Conforme tratamos no primeiro capítulo, para Bucci (2008) era impossível transpor a cultura estatal/governamental que tomava conta da Radiobrás e também da mentalidade de seus funcionários. Ele tentou fazê-lo

Um dos entrevistados informou ter passado a conhecer este tema apenas depois de fazer parte do quadro da EBC.

Não encontrei entrevistados que tenham sido incorporados desde a Radiobrás ou a EBN e que relataram não se importar com o tema. Ou alguém que afirmasse que o fato de a empresa estar destinada a fazer comunicação pública não era relevante para trabalhar nela. Seguem trechos das entrevistas que são exemplos representativos dos perfis identificados:

Eu gostava já da ideia de fazer comunicação pública, mas tudo muito longe do perfil de funcionário público... Eu já tinha ideia do que eu queria [para minha carreira]. (...) A EBC foi criada depois, mas essa mentalidade de que deveríamos fazer comunicação pública já existia, especialmente na Agência Brasil, a cobertura já era muito mais do que [editorial] de poder. [Relata que já acompanhava os movimentos ao ser contratado no final do período de existência da Radiobrás.] (Entrevista 2).¹⁰⁰

[Pensava diante da oportunidade do concurso da EBC:] quero sair do controle editorial nocivo, político e comercial, com o qual eu convivi desde estagiária, passando de um jornal pra outro. Eu queria fugir desse controle danoso e de formatação, de linguagem também. E também queria fazer parte desse projeto. O que é comunicação pública? O que estamos construindo pro país? Isso me estimulava muito (Entrevista 3).

Eu passei a pensar nisso [comunicação pública] só trabalhando, pra ser sincero. Até então o modelo de radiodifusão, se era pública, se não era, não me preocupava. Até porque chamava pouca atenção. Com a criação e trabalhando na EBC é que eu passei a pensar nisso, né? (Entrevista 8)

Avalio que esses dados, pelas características da amostra, podem dizer mais sobre ela do que sobre a EBC. Ou seja: do meu ponto de vista, essas respostas ajudam a caracterizar a amostra como composta por jornalistas que revelam interesse pela comunicação pública e pela EBC como empresa com essa finalidade, princípios e objetivos.

1.3 Sentimentos declarados (ou demonstrados) com relação à EBC

Não perguntei sobre como os entrevistados se sentiam em relação à empresa. Apesar disso, conforme argumentei anteriormente, a ideia de captar percepções (MERLEAU-PONTY, 1999) dos trabalhadores implica compreender as avaliações deles em dimensão qualitativa, valorativa e afetiva. Neste sentido é especialmente caro registrar que emoções foram manifestas

e, conforme escreve: “O projeto ia contra a cultura do Estado, dos partidos, da Radiobrás e também de boa parte da esquerda. O bloqueio cultural era uma **unanimidade** que afirmava e reafirmava sem descanso: uma estatal com emissoras de radiodifusão existia para defender o governo e para preservar a imagem dos governantes”. (p. 21, grifo meu) O que nossos entrevistados afirmam é que na empresa havia, pelo menos de certa parte dos funcionários, disposição para mudança.

100 A supressão de trechos por nós está sinalizada por reticências em parênteses “(...)” e nossas inserções para completar contextos em colchetes: “[]”.

de forma espontânea. Percebi a presença e expressão delas, de forma muito clara, desde a primeira entrevista. Onze falaram de emoções, quase sempre de forma muito direta, nomeando sentimentos. Em certos casos, as emoções ficam claras também como resultado da narrativa.

Observo que frequentemente as expressões apresentam-se num par antagônico: frustração e orgulho. Ambas aparecem de forma mais ou menos direta em nove entrevistas. Aponto serem "quase" um par porque duas pessoas não expuseram ambas – ou seja, se sentiam frustradas, mas não orgulhosas ou orgulhosas, mas não frustradas. Relaciono a seguir alguns dos momentos em que a expressão de emoções surge de forma bastante direta:

Ficava muito ali no oficial mesmo, (...) o que é um pouco frustrante pra gente que vem, assim, num trajetória de tentar fazer um pouco além do nosso trabalho de comunicação, de jornalismo, levando os preceitos da comunicação pública (Entrevista 5).

Isso [a valorização do trabalho por meio da grande republicação por outras fontes] dá um ânimo pra gente (Entrevista 5).

Mas já sugeri sim muita coisa legal, já fiz muita coisa bacana, mais de fôlego, de especiais (Entrevista 5).

A ingerência de Brasília sobre os telejornais foi ficando cada vez maior, o que dá frustração grande... (Entrevista 9)

Fazemos [comunicação pública] sem dúvida, já fiz muito mais, mas fazemos ainda. Dá orgulho quando você vai num lugar [e registra] as pessoas que não têm a voz ouvida (...) professor em manifestação que diz que assiste [a TV Brasil], que bacana, isso dá orgulho (Entrevista 8).

Se pegar a programação da TV Brasil, eu assisto, me dá um certo orgulho. E me dá um certo orgulho de certas matérias que são veiculadas na Agência Brasil, na qualidade do conteúdo da apuração... (Entrevista 16)

Três entrevistados declararam sentirem-se desrespeitados como profissionais em algum momento da carreira na EBC. Os problemas incluem o modo como chefes abordaram questões sensíveis da profissão e casos de censura não claramente expressos – quando são usados argumentos considerados falaciosos para justificar a não publicação.

(...) a forma de abordagem das chefias em relação a mim não foi uma forma tipo "olha...[pode ser que haja um problema na sua apuração, vamos rever]", mas a partir da desconfiança do meu trabalho. E eu fiquei muito sentido, né? (Entrevista 6)

[relata experiência do Carnaval de 2017, quando profissionais foram avisados de que a expressão "Fora Temer", que estava em todos os lugares, não poderia aparecer] Eu me senti, tão, assim, desrespeitada! Parecia que era uma coisa que eu estava forçando! [inventando que os foliões falavam disso]. Um desrespeito à minha visão de jornalista e observadora... (Entrevista 3)

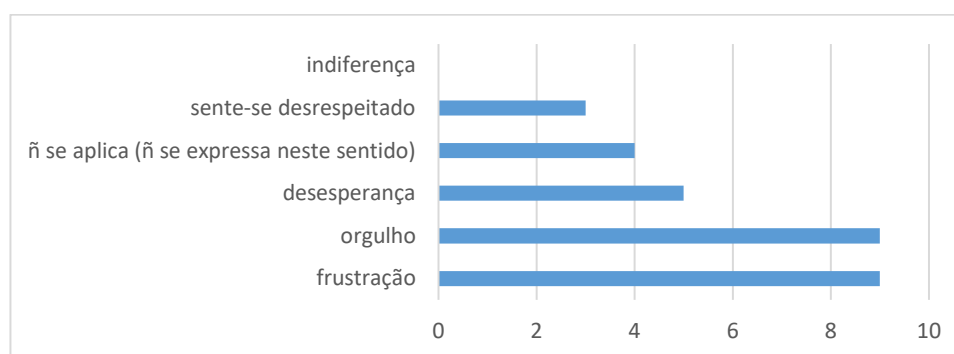
Cinco entrevistados transpareceram desesperança com relação à empresa. Isso possivelmente se relaciona com o momento em que as entrevistas foram realizadas: depois de mais de dois anos de um processo de desmonte e diante das promessas de fechamento pelo então presidente eleito Jair Bolsonaro. Uma das entrevistadas comentou sobre as dificuldades daquele momento:

A gente fez [comunicação pública], a gente tenta fazer, acho que cada vez com mais dificuldade, mas tem uma equipe muito aguerrida, muito qualificada, que briga por isso. Agora vai ser muito sofrido, o projeto da comunicação pública foi reprovado nas urnas, né? Eu acho que tem que avaliar o que fazer com isso. (Entrevista 10)

[na teoria, comunicação pública é o que está na Lei da EBC] ... mas na prática, com relação às chefias, as pautas que são trazidas pra gente... olha, é uma mistura de governismo com mídia privada. E isso é uma das coisas que me deixa muito triste [e me fez mudar de setor] (Entrevista 3)

Não detectei indiferença com relação à empresa ou à finalidade de fazer comunicação pública na EBC na fala de nenhum dos entrevistados, o que combina com o interesse deles em trabalhar na empresa por ter tal missão, conforme revelado na categoria anterior. Além disso, posso considerar como resposta lógica na medida em que este conjunto de profissionais demonstrou interesse de colaborar com pesquisa sobre o tema. Não consegui captar com clareza a disposição emocional de quatro entrevistados com relação à empresa.

Gráfico 2 – EBC e comunicação pública: sentimento demonstrado/ declarado



Fonte: elaboração própria.

1.4 Extra: Conflitos nas relações hierárquicas na EBC

A leitura do conjunto das entrevistas deixa claro que há relações hierárquicas bastante conflituosas na EBC. Apesar de não ter sido feito nenhum questionamento que provocasse esse tipo de reflexão, todos os entrevistados (15) falam de relações com os chefes. As questões sobre essas relações são feitas na linha de esclarecer o que quiseram dizer os entrevistados, mas não há provocação inicial. O modo heterogêneo com que o tema surge não permite a criação de categorias. Apesar disso, assinalo que esta é uma questão presente e, produtora de conflitos e geradora de dificuldades para o desempenho da comunicação pública. Com relação às chefias, ouvi poucos elogios a posições tomadas no sentido de garantir ações identificadas com o fazer da comunicação pública.

A partir da interpretação das respostas, constato que um foco evidente de conflito é a falta de legitimidade de alguns chefes na visão de seus subordinados. Isto transparece de

diversas maneiras: desde o diagnóstico da falta de técnica, até a percepção de que aderem às pressões do governo, caminhando na contramão da independência desejável, seja por alinhamento político, falta de compreensão e/ou interesse nos princípios e objetivos da empresa e da comunicação pública, ou, simplesmente, por certa falta de ética ou escrúpulos – no sentido de que se subordinam pela vantagem econômica do cargo. Os trechos a seguir são ilustrativos dessas avaliações:

comecei a descobrir que apesar de ser empresa pública, apesar do concurso que eu tinha prestado, o nível mínimo de chefia já era ocupado por pessoas que não eram concursadas e não tinham necessariamente vínculo político, com o governo que tava no poder, por exemplo. Minha chefia de produção e reportagem, que era a pessoa imediatamente acima de mim, era amiga de fulano e fulana e estava lá desde que a EBC foi institucionalizada enquanto EBC e não tinha a mínima identidade com aquilo que estava ali (Entrevista 1).

tenho amor pelos meus chefes de antes da EBC que me ensinaram tudo que eu sei de jornalismo. Eu morro de saudade de ter chefes que você pensa: “essa pessoa é foda e eu confio minha reportagem a ela de olhos fechados, ela vai saber o que fazer com isso, ela vai saber melhorar meu conteúdo, vai saber me orientar, ela vai me ensinar”. Eu acho que são chefes pra isso, nossos líderes servem pra isso e eu não tive isso na EBC. Ao contrário. Eu já me peguei ensinando várias vezes pra chefe o que não fazer (Entrevista 3, grifo meu).

Acho que quem não entendeu a vocação pública são os comissionados de fora do quadro. São as pessoas que precisam defender o seu emprego. Que não são de carreira. São as pessoas que não podem aprovar qualquer pauta. Que ganham salário exorbitante na comparação com o resto da empresa. O que a gente vê também são funcionários de carreira que assumiram chefias sendo cooptados pra esse comportamento porque, pela diferença salarial, você acaba entrando, jogando, tocando de acordo com a banda, pra não voltar a ter um salário baixo. Isso compromete a qualidade da comunicação pública (Entrevista 4).

Seria possível desconfiar que reclamações por parte de subordinados em relação aos chefes são a regra na maioria dos ambientes trabalho e, ainda mais, no campo jornalístico. Para dizê-lo, retomo Traquina (2018a), para quem os jornalistas são definidos como um grupo social com interesses voltados à produção das notícias, entendidas aqui como construção social atrelada a um campo (BOURDIEU, 1997, 2010). No campo jornalístico, os atores também se legitimam quando reconhecidos como independentes. Contudo, a autonomia possível nesse e em qualquer campo, conforme a definição de Bourdieu, é apenas relativa. E depende de jogos de poder internos e entre campos. Ter mais poder dentro de um campo traz vantagens diversas a um ator social (de dinheiro à *status* junto aos pares, por exemplo). Isso vale para uma empresa na relação com as demais ou para um jornalista na relação com os demais – e é, portanto, fato gerador de disputas e conflitos. Wolf (2008) escreve sobre a necessidade de hierarquia nas redações para garantir o funcionamento das rotinas necessárias à produção de notícias. Conforme o autor, é impositivo o alinhamento de critérios de noticiabilidade de dada empresa do campo jornalístico, e tal conformidade é garantida pela hierarquia – poder de uns sobre outros no campo.

No caso da EBC, diante da leitura das entrevistas, avalio que na visão desses subordinados o problema não está na falta de autonomia deles diante de seus chefes. Passa, na realidade, pela impossibilidade de concordar com os critérios de noticiabilidade que as chefias querem lhes impor, por entenderem que os critérios delas são viciados.

Hoje, duas semanas depois do primeiro turno, depois da eleição, eu já sou questionada abertamente [por chefes e editores] pra apresentar argumentos para sustentar matérias que parecem que são desfavoráveis, ou críticas, ao PSL, partido do Bolsonaro. (...) reportagem feita com dados abertos e editor me solicitou reconfirmar com assessoria da Câmara. Fiquei me perguntando: ou partem do princípio de que construo narrativas falsas, ou eles já viraram a chave de quem é “o patrão” agora. Então, como sou eu que estou contando, é claro que eu não acho que faço narrativas falsas (Entrevista 1).

O conjunto das entrevistas também permite entrever situações em que chefias podem ter sido incapazes de construir uma espécie de consenso com relação aos critérios de noticiabilidade adotados – sobressai a imposição. As discordâncias, portanto, geram conflitos que passam pela disputa de espaço e prestígio nesse campo, mas vão além. Majoritariamente os conflitos narrados relacionam-se com um descolamento/distanciamento dos entendimentos possíveis sobre o que a empresa deve ou deveria fazer.

Os jornalistas não questionam a existência de hierarquias nas redações, mas a falta de respeito de alguns de seus chefes pelas hierarquias da empresa: à Ouvidoria e ao Conselho Curador (enquanto existia). De modo geral, como será apresentado a seguir, o grupo de jornalistas ouvidos respeita a atuação de ambos os órgãos e advoga por sua existência e pleno funcionamento. Na percepção dos subordinados, seus chefes, em geral, não se importam ou não compreendem a relevância dos apontamentos feitos pelo Conselho e pela Ouvidoria. Por isso lidam com eles de modo apenas protocolar. Os entrevistados parecem crer que os chefes se interessam menos do que deveriam pelo tema da comunicação pública.

os últimos chefes na Diretoria de Jornalismo, vêm com uma cabeça muito de comunicação privada, é gente que vem do Globo, da CBN, e que chega sem preocupação muitas vezes de compreender. “Eu vim parar aqui, o que é isso aqui? O que é comunicação pública?” E isso traz uma dificuldade pra empresa quando quem está em cargos estratégicos, em chefia, não se preocupa em entender o que é. Só reproduz o que fez antes (Entrevista 14).

Curiosamente, os empregados entendem que a utilidade do Conselho Curador e da Ouvidoria passava por gerar “temor” nos chefes, o que, portanto, disciplinava e limitava sua atuação. Por serem protocolares, muitas respostas ao Conselho e à Ouvidoria não garantiriam mudanças estruturais no funcionamento da empresa na percepção dos trabalhadores.

Era um filtro para algumas pautas que poderiam ser politicamente viciadas. Hoje os chefes têm liberdade para direcionar as pautas como eles bem entenderem. O Conselho Curador servia como uma espécie de constrangimento para que algumas pautas fossem aprovadas, entende? (Entrevista 4)

Impactava [o trabalho da Ouvidoria sobre nossas rotinas] quando a chefia tinha uma questão com erro que chegava da Ouvidoria, era nesse sentido, mas não de corrigir o rumo do veículo. Era mertiolate, resolver uma matéria com dado errado, ou link quebrado, isso acontecia. Nada pra mudar paradigmas do que a gente estava fazendo. Mas, de 2016, que tinha Ouvidoria forte, pra cá, não sei se mudou, mas definhou, isso sim (Entrevista 7).

A opinião não é unânime e não diz respeito a todos os chefes: foram registrados – mesmo que em menor número – alguns elogios às chefias, que parecem confirmar, em termos de mérito, os problemas apontados pelas críticas. A expectativa é por chefes que “façam acontecer” a comunicação pública. Um exemplo:

Às vezes somos muito taxativos e parece que as chefias estavam aqui só pra sacanear, e não, muitas vezes tinha disposição de tocar como gestor e as coisas aconteciam, mas a estrutura é muito cruel, essa engenharia de como a EBC funciona, quem manda, os chefes, etc. (Entrevista 7)

Diante deste cenário, alguns entrevistados dizem buscar “brechas” ou “barganhas” contra os impedimentos e imposições da hierarquia das redações:

Mas o espaço tem, pra sugerir [pauta], [mas o resultado das sugestões] também depende um pouco do seu grau de negociação e de atender as demandas das chefias às vezes, tipo vou atender aqui porque quero sugerir uma pauta pra ver inteira no ar semana que vem (Entrevista 1).

as pautas muitas vêm engessadas [das chefias], mas a gente aproveita brechas [por exemplo ao buscar diversidade de fontes] para fazer respirar a comunicação pública da forma que a gente pode (Entrevista 4).

Eu via que na rádio havia temas difíceis. E mesmo assim colegas que conseguiam dar. Tinha também colegas que se sentiam tolidos (Entrevista 6).

A autonomia era uma barganha. Você tinha desde que fizesse o que não queria. A gente fazia tudo ao mesmo tempo, sobrecarga muito grande [pra fazer o que a gente queria e achava que devia sendo um setor de experimentação] (Entrevista 7).

Olha, cada vez menos [fazemos comunicação pública], mas ainda há espaço. A gente usa estratégias. Política dá muita polêmica, então a gente propõe algo [que não parece política, mas dá enfoque que nenhum outro veículo dá e já cumpre um papel...] (Entrevista 14)

Cabe ainda esclarecer que há hierarquias nas redações da EBC que não têm relação com os cargos de chefia e também são fontes de conflito. Dizem respeito, especialmente, aos postos de edição, que acabam tendo certo poder sobre o formato final dos conteúdos, apesar do editor não ser um chefe *strictu senso*. Os conflitos com editores também foram tratados por alguns dos entrevistados. Esses casos estarão descritos mais detalhadamente nos relatos sobre a questão da censura e da interferência política nos textos, porque, na prática, são questões que se relacionam ao trabalho de editores.

2. O fazer dos jornalistas na EBC

Entre as categorias temáticas, as que apresentamos a seguir sob o guarda-chuva da dimensão de análise “o fazer dos jornalistas da EBC” são as que comportam opiniões mais diferentes entre si. O questionário partia da prática cotidiana para focar mais diretamente em definições e percepções sobre comunicação pública e a execução dela na empresa. Assim, a prática não era o foco. De todo modo, ela emerge das respostas e contribui para a pesquisa também ao revelar a diversidade de posições ocupadas por jornalistas na empresa. A variedade de experiências contribui para a multiplicidade de percepções possíveis.

A dificuldade de generalização sobre as práticas na EBC deve levar em conta variáveis que ultrapassam a existência de praças e veículos diversos, chegando às peculiaridades de ocupações conforme atividade, função/posição: por exemplo, um repórter designado para cobertura local (cada vez menos valorizada com cortes nas grades de jornalismo) não deve sofrer tantas pressões quanto o responsável pela cobertura nacional numa mesma praça e veículo. E mesmo entre estes haverá diferenças: um setorista de temas diretamente identificados com política partidária, especialmente ações do poder Executivo, estaria sob maior pressão do que aquele que cobre temas que não estão diretamente identificados com políticas de governo, ou cuja criticidade é menor em termos de disputas de poder, como cultura e esportes. As distinções com relação as pressões externas relatadas pelos jornalistas revelam a dificuldade da EBC quanto à autonomia editorial.

2.1 Percepção sobre sugestão de pautas e enfoques

Apenas um dos entrevistados não tratou do tema liberdade para sugestão de pautas e enfoques. Quase metade (7) ressaltou que a liberdade depende do veículo – a comparação se baseia tanto na experiência própria quanto a partir da interlocução com colegas. Alguns trabalhadores (3) pontuaram que a liberdade (e sobretudo o incentivo) depende da posição do trabalhador: um pauteiro tem nas sugestões o porquê de seu trabalho. Já um cinegrafista raramente será consultado sobre a produção de pautas – o que pode ser considerado negativo, visto que esses profissionais estão sempre na rua e têm um olhar muito específico e aparentemente pouco valorizado. A exceção, segundo os relatos, seria o setor de programas especiais da TV Brasil, responsável pelo premiado Caminhos da Reportagem, onde o olhar deles e sua experiência profissional seria mais valorizada, desde a pauta até a edição dos conteúdos.

A maioria dos entrevistados (11) disse perceber liberdade e espaço para propor. Percebo, contudo, que há limites na liberdade atestada na medida em que metade (5/11) disse que frequentemente o resultado do desenvolvimento da pauta não corresponde à sugestão, ficando aquém da expectativa do proponente. Diante disso, não surpreende que um terço (5/15) tenha declarado sentir-se livre para sugerir, mas diz não sentir mais vontade de fazê-lo. Essas respostas vêm acompanhadas de ponderações relacionadas à história na empresa, com ênfase nas mudanças ocorridas no desmonte da EBC. Seleccionamos uma série de comentários ilustrativos desse conjunto de opiniões:

Espaço tem pra sugerir. Se a sua sugestão vai ser aceita ou se a sua reportagem vai continuar ela mesma ou virar um *alien* depois que você entregar é outra história (Entrevista 1).

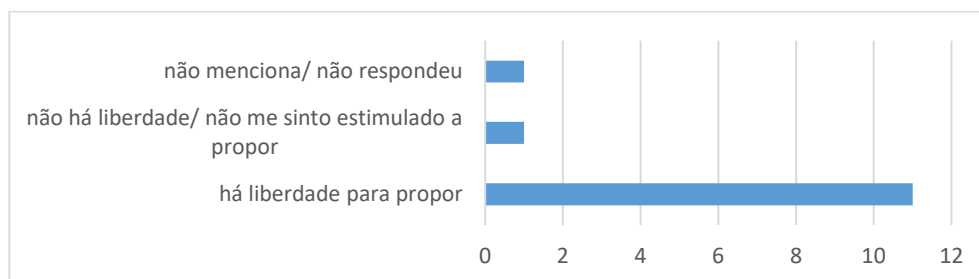
Sim, a gente pode sugerir qualquer tema, pauta também. Normalmente as pautas chegam depois de uma reunião de pauta e quando eu chego na redação elas já vem prontas e com encaminhamento (Entrevista 4).

Olha, atualmente a coisa anda mais complexa. Eu não tenho vontade de sugerir coisas. Já sugeri algumas coisas recentemente que não foram muito pra frente, né? A gente tá tendo um controle de pautas mais rígido, digamos assim. Não tá tendo muita liberdade de fazer matérias não (Entrevista 5).

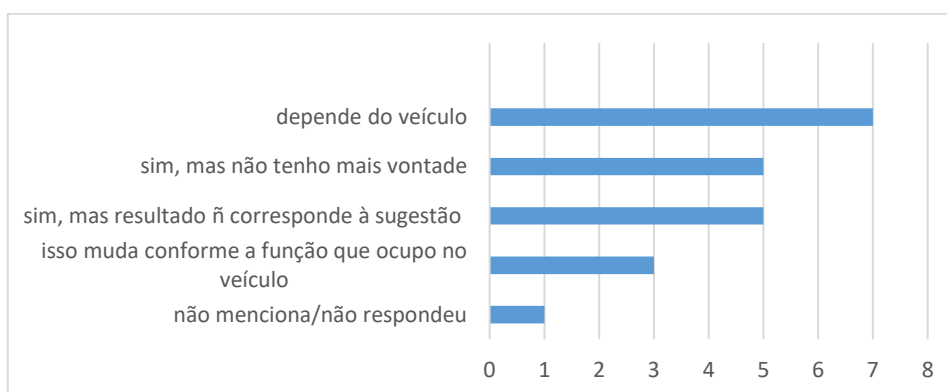
A pauta vem totalmente determinada, nossa participação infelizmente é ínfima, próxima a zero, mas pra você ter uma ideia vou fazer cinco anos de EBC e eu nunca participei de uma reunião de pauta (Entrevista 8).

Eu já me senti bem mais livre pra isso, logo que eu entrei, a gente sugeria muita coisa, a maioria era aprovada, a gente fazia coisas bem diferenciadas, dava pra fazer coisas mais trabalhadas porque o telejornal combinava com matérias de mais tempo, mais longas, o telejornal local nos permitia também matérias não necessariamente focadas em render rede. (...) Eu hoje em dia quase não sugiro pauta, não tem mais reunião diária de pauta, na última mudança estrutural perdemos totalmente a autonomia, estamos totalmente subordinados à Brasília (...), o que acontece é nossos chefes pegando as pautas e levando pra Brasília e fazendo uma coisa totalmente diferente [do sugerido] (Entrevista 9).

Na TV [a pauta] vinha muito pronta, mas é uma coisa que tem a ver com o veículo, é muito uma fábrica de fazer biscoito, a televisão. A participação nos processos é muito limitada. (...) Na rádio (...) muito factual [também por causa da estrutura da equipe], não dá pra fazer coisas muito aprofundadas. Mas tem outra questão, da [falta] estrutura de produção. As pessoas pautam de longe, a gente acaba tendo uma possibilidade para propor pauta, uma certa flexibilidade (Entrevista 10).

Gráfico 3 – Sente-se livre para sugerir pautas e enfoques?

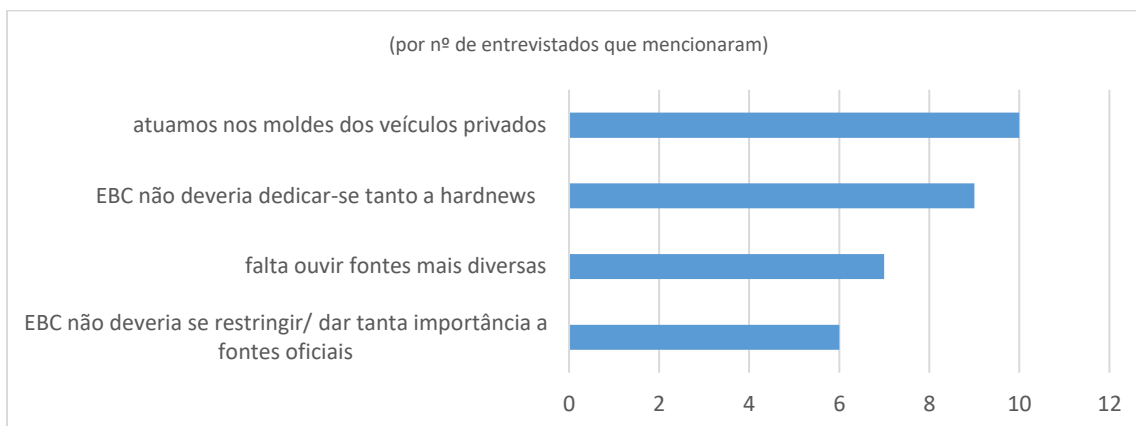
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 4 – Sinto-me livre para propor, porém...

Fonte: elaboração própria.

2.2 Percepção sobre relação entre pautas, fontes e rotinas do trabalho jornalístico e considerações sobre ser veículo de comunicação pública

A maioria (10) dos jornalistas entrevistados disse que percebia apenas excepcionalmente que as pautas, as fontes e as rotinas do trabalho jornalístico eram pensadas considerando-se a cobertura de um veículo de comunicação pública. Nessa resposta, e ao longo das entrevistas, os profissionais elencaram o que consideravam os principais deslizes da empresa, tendo em vista que a EBC faz a gestão de veículos de comunicação pública. A seguir enumero do mais ao menos citado, entre os itens que se repetem com maior frequência:

Gráfico 5 – Problemas elencados pelos trabalhadores

Fonte: elaboração própria.

Nesse ponto, retomo Rothberg (2011), que explica sobre a prática da BBC, conforme tratado anteriormente. Em resumo, o autor ressalta que os mecanismos para gerar pluralidade são o centro da estratégia para diferenciar-se das emissoras comerciais e para cumprir seus propósitos como empresa de radiodifusão pública. Para a rede de emissoras do Reino Unido, ainda segundo Rothberg, não há um interesse público monopolizado, mas diversos grupos e setores sociais com diferentes interesses que merecem ser considerados pela mídia pública. Para isso, é preciso tempo para que estejam representados – no caso britânico não se espera representação de grupos e pontos de vista em cada unidade de programação, como em uma só reportagem, mas uma construção do conjunto do conteúdo exibido.

Uma avaliação dos eventuais deslizes da EBC não é tema desta pesquisa. Por isso, não foram diretamente tratados nas entrevistas. Também não é parte do nosso escopo uma análise sobre os formatos da programação. Mas, a partir do diálogo com Rothberg (2011), entendo que esses poderiam ser caminhos importantes para compreender os limites e possibilidades do trabalho desempenhado pelos jornalistas na EBC. Ao acompanhar a programação de modo não-sistemático noto, assim como os entrevistados que, de modo geral, os veículos da EBC não parecem ter formatos diferentes daqueles observados em outros veículos privados, que são os mais “comuns” no país, e aos quais em geral o público brasileiro está habituado. A EBC contratou universidades para realizarem avaliações sistemáticas de seus conteúdos no passado e a questão do tempo das reportagens é abordada nas duas dessas pesquisas consultadas por mim. Na que se refere aos principais jornais da TV Brasil (Repórter Brasil Manhã e Noite e Repórter Visual) para o período 2010-2011, realizado pela equipe da professora Iluska Coutinho (2011), da UFJF, é possível depreender que o tempo médio é de 2'50, tanto para stand ups com entrevistas (cujo uso excessivo é criticado), quanto para outros materiais, como VTs.

Na comparação com o tempo de duração das reportagens da BBC analisadas por Rothberg (2011), o tempo para cada unidade, como uma reportagem, é, então, curto. As do Reino Unido (que ele analisou) tinham em média 8min ou 20min, conforme o programa em que eram exibidas. Na pesquisa sobre as rádios de Brasília para o período 2013-2015, coordenada pelos professores Fernando Paulino e Liziane Guazina (2015), da UNB, que avaliou 2.133 conteúdos, a conclusão é de forte tendência para a produção de conteúdos com curta duração. 51.14% da amostra era de peças com menos de um minuto de duração. Cf. COUTINHO, 2011 e GUAZINA E PAULINO, 2015. Consideradas as limitações impostas pelos formatos, parece escassa a possibilidade de ter rotinas distintas, bem como resultados distintos em termos de enfoques mais aprofundados e maior variedade de fontes, na comparação com os demais veículos, entendendo que para tal seria preciso tempo de produção e para exibição.

Minha percepção é também a de que a aversão dos entrevistados ao que chamam de “*hardnews*”, conforme o jargão profissional, relaciona-se à questão do tempo, na medida em que este tipo de conteúdo exige resposta imediata ao desenrolar dos fatos, inibindo, especialmente no caso de redações reduzidas, a chance de aprofundamento de conteúdos, o que incluiria a busca de fontes variadas. Ou seja, a crítica ao formato perfaz também uma crítica a algo próprio da cultura jornalística, descrito por Traquina (2018a), Travancas (1993) e outros autores¹⁰¹, conforme tratei anteriormente: a pressa em dar a notícia em primeira mão. Importante informar que utilizaremos o termo empregado pelos jornalistas com este sentido que eles dão, o do jargão profissional, tratando, então, como *hardnews* as notícias do dia a dia da política e da economia, que são veiculadas de forma rápida e sem maiores aprofundamentos.

101 Em "Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade", Sylvia Moretzsohn (2002) trata dos processos de produção da notícia submetidas à lógica do "tempo real" do mundo globalizado. A autora trata da contradição inerente à promessa de "dar a verdade em primeira mão", do aparente irracionalismo que toma conta do processo de produção noticiosa diante da crescente competição para chegar na frente da concorrência e dos efeitos da imposição do tempo real sobre a rotina dos jornalistas. A partir desse diagnóstico, procura apontar caminhos para um modo de produzir notícias que rompa com a lógica do fetiche da velocidade. Admitindo que sempre haverá a “hora do fechamento”, aponta que os caminhos para práticas novas no jornalismo podem partir da intenção de ser menos “mistificador” - também no sentido do abandono de outros mitos de sustentação da atividade, como a objetividade e imparcialidade. Moretzsohn sugere uma prática na qual a reportagem deixa claro o ponto de vista de sua enunciação e a de suas fontes, e sugere que o jornalismo precisaria ser “menos conclusivo, menos definitivo; precisaria expor as limitações do trabalho de apuração e aceitar a dúvida como componente deste trabalho. Não a dúvida sobre o fato objetivo – ‘a Alemanha invadiu a Bélgica em 1914’, mas sobre interpretações sacralizadas desse fato, sobre os consensos estabelecidos. Em suma, a dúvida que permite outras interpretações, que está na origem de toda possibilidade de transformação social.” (p.180) Ao final, aponta como resposta à questão sobre a existência de um mercado para um jornalismo como esse que, sim, possivelmente haveria mercado. Essa afirmação é possível diante das crescentes críticas a atividade jornalística já no período daquela pesquisa, realizada há duas décadas. Seria interessante refletir sobre tais argumentos no contexto do jornalismo produzido numa empresa pública hoje, especialmente diante dos depoimentos de seus jornalistas sobre a crescente imposição das rotinas aceleradas de coberturas baseadas em *hardnews*, sem tempo para aprofundamentos. Tal reflexão se faz especialmente interessante na medida em que, na empresa pública, está posta a perenidade dos fatos como matéria prima das notícias, mas não os desígnios do mercado.

Portanto, no contexto desse trabalho, *hardnews* não se contrapõe ao *softnews*, conteúdos de entretenimento, muitas vezes sobre a vida de pessoas famosas. Como utilizado pelos jornalistas da EBC, poderíamos dizer que *hardnews* está contraposto a reportagens aprofundadas. A opção por esse formato, o do *hardnews*, com o sentido de notícias rápidas, também ajudaria a empurrar a cobertura para o acompanhamento e abertura de espaços de fala das fontes oficiais, que, como nos explicam Traquina (2018) e Wolf (2008), costumam ter melhor estrutura para atender rapidamente aos tempos da imprensa. No caso da EBC, o uso sistemático – especialmente se protocolar – das fontes oficiais gera um risco duplo: não apenas de perda de qualidade do conteúdo como de deslegitimação dos veículos como “chapa-branca”, por demonstrar adesão ao governo de plantão. Uma das entrevistadas abordou o tema a partir do que criticou como uma “cultura” da mídia brasileira:

... é mais fácil, você ouve três pessoas, uma da oposição e uma do governo, que é um jornalismo declaratório que contamina toda a imprensa hoje. Sem aferições muito precisas, acho que é substancial [aqui na EBC esse] jornalismo declaratório. É uma cultura da empresa, uma orientação das chefias, que constroem a pauta afinal de contas. Mas também, em certa parte, é cultura dos funcionários, é o que a gente está acostumado na mídia e a gente não está estimulado a quebrar esses padrões, experimentar linguagem ou tema (Entrevista 3).

Nos termos de Bourdieu (2010) seria possível apontar aqui, portanto, uma manutenção de *habitus* construídos desde a formação dos jornalistas da EBC, muitas vezes feita pensando-se em rotinas de veículos comerciais.

Entre nossos entrevistados, oito mencionaram que a realidade vem piorando no período de desmonte da EBC. Ou seja, disseram que cada vez menos percebiam a preocupação com as especificidades dos veículos em termos da produção de comunicação pública.

[o jornalismo que produzimos na EBC] me parece cada vez mais parecido com as práticas diárias, com a correria do fechamento, de estar ali no quente da notícia, com pressa. Já tivemos momentos que possibilitaram uma contextualização um pouco maior. Isso se perdeu um pouco nos últimos dois anos (Entrevista 5).

... antes, tinha sempre alguém temeroso, mas sempre aceitava (pautas) desde que você desse os lados mais amplos, ouvisse o governo. Depois você percebe que passou a não ser dado a licença pra fazer. Muito ligado a manifestação, movimentos sociais, que a gente conseguia dar, passaram a não virarem pauta porque achavam que os atores não eram importantes. Você repercutir uma notícia com entidade da sociedade civil, alguma ação do governo, passou a ser menos praxe (Entrevista 6).

A escolha de pautas e fontes já houve diferenças grandes. A gente procurava muito as universidades, valorizar a diversidade, os temas eram muito de questões de cidadania, consciência crítica mesmo. Já foi muito diferenciado. Hoje em dia é diferente, mas não no sentido de ser comunicação pública, mas por aproximar-se de um chapa-branquismo mesmo (Entrevista 9).

Alguns trabalhadores ponderaram que, eventualmente, a preocupação com a comunicação pública seria deixada de lado institucionalmente, mas realizada pela insistência

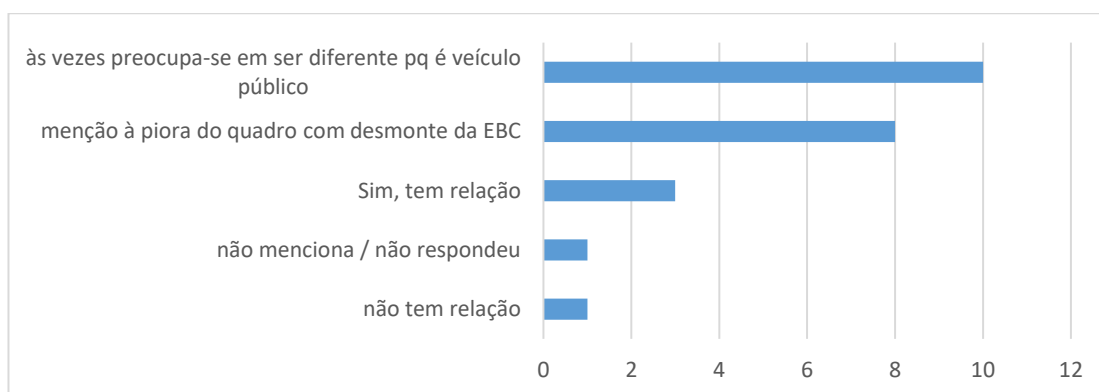
dos jornalistas. Em meio às relações conflituosas com as chefias, como dito, os jornalistas buscam “brechas” para atuar sem submeter-se tanto às hierarquias, agindo conforme consciência. Da mesma forma, alguns dizem lançar mão de negociações e barganhas com as chefias imediatas no sentido de garantir a realização, mesmo que parcial, do material em que acreditam.

Três jornalistas nos disseram que *sim*, pautas, fontes e rotinas do trabalho jornalístico são pensadas considerando-se a natureza pública do veículo. Mas não deixam claro de que forma. Contudo, dois desses profissionais também fizeram ponderações sobre problemas que afastariam a rotina de produção do fazer comunicação pública (o que soa como certa contradição): um criticou atuação como veículo privado, o outro diz que não deveria dedicar-se a ouvir tanto fontes oficiais e fazer *hardnews*. Assim, contabilizamos de acordo com suas respostas diretas, mas entendemos que talvez pudessem fazer parte do grupo majoritário, para quem “excepcionalmente” o conteúdo é pensado para veículos públicos.

Um dos entrevistados foi categórico ao dizer que não percebe a preocupação de ações diferenciadas considerando-se veículo de comunicação pública. Essa pessoa opinou que a EBC atua nos moldes de veículos privados, dedicando-se demasiadamente às notícias de consumo rápido e sem ouvir fontes diversas.

Um entrevistado não falou sobre o tema.

Gráfico 6 – Pautas, fontes e rotinas são pensadas para comunicação pública?



Fonte: elaboração própria

Um último registro quanto a diferença de pautas, fontes e rotinas considerando-se o caráter dos veículos diz respeito ao apelo ao sensacionalismo. Todos os profissionais que lidam

com imagem que entrevistamos¹⁰² fazem comentários semelhantes, apontando o que percebem como um importante diferencial dos veículos da EBC na comparação com os comerciais. Aqui esclareço que as nossas fontes estão evocando uma noção de jornalismo sensacionalista baseada no senso comum, vinculando o termo ao tipo de comunicação que é realizada pelos jornais e programas de rádio e TV populares, que usam e abusam de estratégias que amplificam sensações, por meio de exageiros, imagens violentas e até mentiras. Agrimani Sobrinho (1995) define o ingresso no terreno sensacionalista pela linguagem que "preconiza um envolvimento do sujeito com objeto. O sensacionalismo não admite distanciamento e explora o conteúdo emocional da notícia" (p. 152). A visão desses jornalistas da EBC pode ser interpretado num campo de compreensão do sensacionalismo que trás consigo certo preconceito com a mídia popular e uma noção elitista de cultura, conforme Amaral (2005) - e muitas vezes se esquece de que notícias sensacionalistas também são publicadas pela imprensa considerada como de referência, "sempre que há interesse do *publisher* em dar conotação 'emocional' a um acontecimento." (AGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 152) Assim, entendo que as fontes da presente pesquisa na EBC identificam como "sensacionalismo" a cobertura cotidiana dos casos de polícia em veículos e programas populares e afirmam que tal formato não faz parte de modo algum de seu trabalho na EBC, o que foi avaliado de forma positiva no sentido da realização da comunicação pública.

Ah, tem diferença que nós não fazemos, por exemplo, sensacionalismo, violência, né? Eu acho isso fundamental, superimportante. Enquanto tem emissoras que divulga muito sensacionalismo. Já EBC não tem nada disso (Entrevista 11).

Tem uma grande diferença. É como se fosse um viés mais humanizado das pautas. A gente não tem pernas pras coisas muito pontuais, notícias na linha do sensacionalismo, assassinatos, acidentes nas estradas, essas coisas (Entrevista 13).

2.3 A noção de comunicação pública na percepção dos jornalistas

Não havia uma pergunta que tratasse diretamente do modo como os entrevistados percebiam a relação do conjunto dos trabalhadores com a noção de comunicação pública. Apesar disso, e possivelmente por influência de conversa prévia com a pesquisadora a respeito, alguns entrevistados trataram de sua percepção sobre como a noção de comunicação pública mobiliza os colegas, inclusive em comparação entre grupos com mais ou menos tempo de casa. Neste sentido, vale retomar brevemente Poupart (2012) e suas ponderações sobre os vieses

102 Um deles não tem sido contabilizado na amostra pois teve o áudio da entrevista perdido, mas no momento da conversa fiz uma nota a respeito.

comuns na realização de entrevistas nas pesquisas qualitativas. Com isso, pontuo, para manter a desejável transparência que, sem dúvida, esta categoria é efeito das estratégias para entrevista: todos foram perguntados antes do início da entrevista se tinham alguma dúvida ou desejavam esclarecimentos sobre a pesquisa. O presente tópico é fruto da conversa com aqueles que quiseram maiores explicações.

Foi deste modo que quatro dos 15 entrevistados informaram perceber que a distribuição de saber e mesmo o interesse sobre fazer comunicação pública não é homogêneo no quadro de jornalistas da EBC. Alguns (3) destacaram que a questão geracional ainda é um problema no sentido de que os princípios e objetivos da comunicação pública e a ideia de produzir uma comunicação que guarde diferenças com relação ao padrão comercial, seriam, na opinião deles, menos aceitos entre os trabalhadores que vieram da Radiobrás e da EBN.

há exceções, claro. Mas acho que tem pessoas que estão na empresa há mais de 30 anos, antes da própria Constituição, a empresa dos militares, do regime. Parte desses colegas tem uma visão ainda muito chapa-branca do processo na empresa, assim. Uma pauta governamental. (...) Ao mesmo tempo tem uma galera que entrou na Radiobras, que teve três ou quatro concursos menores, que vivenciou um momento da Radiobras e que dizem "aquilo ali que a gente fazia, até a criação da EBC, era [comunicação pública] ... (Entrevista 6)

Pessoas mais velhas que eu e que faziam questão de dizer "EBN, EBN, EBN". E aí um dia eu tive que perguntar pra alguém se era um departamento que eu não conhecia. Aí me explicaram que era o nome da empresa anteriormente. (...) me deparei e me deparo até hoje com pessoas que dizem abertamente, [quando defendendo comunicação pública] "não, nosso patrão é o governo, a gente trabalha pro governo e a gente tem que dizer o que o governo quer", sabe? (Entrevista 1)

Um dos entrevistados também passa pelo tema geracional, mas noutro contexto, o da disputa de espaço. Segundo sua perspectiva, há uma diferença de *status* por tempo de casa que gera valorização dos mais antigos frente aos mais novos, com vantagens para os primeiros e na contramão de uma visão meritocrática que tomasse em consideração os esforços atuais.

O contexto da disputa de espaço também é parte da explicação sobre a necessidade de renovação de quadros, apontada por uma outra entrevistada:

[precisa] Renovar os quadros. Renovar a cultura da empresa porque tem muita coisa possível de ser feita com o que a gente tem hoje. (...) Existe muita raiva da gente pautar minoria dentro da empresa, fazer matéria sobre homossexuais, por exemplo. Existe homofobia real dentro da empresa, das pessoas mais antigas, conservadoras, mas também das novas. Mas existe um entendimento de: por que estamos falando disso? Por que essas pessoas não entraram na EBC pra fazer comunicação pública. Elas eram da mídia estatal, faziam comunicação de governo e numa época bem conservadora e principalmente esse pessoal que entrou antes de concurso... (...) Eu acho que nossa geração é diversa e entrou muita gente que defende, já veio com uma cabeça do que seja comunicação pública, já veio de movimento organizado de comunicação, isso pra mim é um ganho, as pessoas que defenderam a criação da EBC depois ocuparam legitimamente este espaço por meio de concurso impessoal. (...) [outra questão é que o concurso] jogou um monte de moleque lá dentro, pessoal novo com a cabeça totalmente diferente que vai dizer "o que você tá fazendo é errado, eu sei que você tá fazendo há 30 anos, mas vamos fazer de outro jeito completamente diferente". Daí as pessoas [da época da Radiobrás], num brio, se sentem o

quê? Inúteis, que são maus profissionais, que pararam no tempo, não sei. Acho que deve ter muito isso também, um sentimento de mágoa (Entrevista 3).

2.4 O debate e a formação para fazer comunicação pública na EBC

A formação continuada dos jornalistas da EBC sobre comunicação pública bem como os debates sobre o assunto no ambiente da empresa apareceram de forma relativamente espontânea como tema abordado por um terço das fontes, ou seja, cinco dos 15 jornalistas. Não havia no questionário uma pergunta específica nesse sentido, mas o ponto era elencado entre vários (como universidade, convivência com colegas na empresa, experiências prévias) na pergunta sobre quais fatores influenciavam o entrevistado a ter determinada percepção sobre o que é comunicação pública idealmente.

Nesse subgrupo, um dos jornalistas disse que o debate e a formação para a comunicação pública existem institucionalmente, apesar de serem limitados – essa pessoa lembra-se de ter participado de apenas uma atividade, em 2012. Tratava-se de processo realizado apenas no momento da incorporação dos trabalhadores que participaram dos concursos da EBC, o que o entrevistado em questão considera como insuficiente.

Os demais profissionais (4) criticaram a falta de espaços institucionais que aprofundassem o conhecimento sobre o tema e permitissem a reflexão coletiva – e direcionada pela empresa – sobre as práticas necessárias para que a comunicação pública fosse realizada no cotidiano. Esses quatro entrevistados apontaram que o dia a dia da redação proporciona debates sobre comunicação pública por iniciativa de colegas. Metade desses lembra, também, das assembleias de trabalhadores e outros espaços de organização como lugares em que os próprios empregados refletem sobre as possibilidades e limites de suas práticas, bem como sobre caminhos para melhorá-las, inclusive com demandas de soluções institucionais, por vezes relacionadas à educação corporativa. Ninguém diz que não existia, de forma alguma, debate e formação sobre comunicação pública na EBC. Nenhum deles menciona partir de chefes e gestores nas redações a iniciativa para o debate. Seguem trechos exemplares:

Dentro da EBC, tem muito pouco espaço formal pra discutir e pensar isso [comunicação pública] coletivamente, e como a gente tá num país que na prática comunicação pública em âmbito nacional, principalmente, porque tem as experiências estaduais, locais, a gente nunca teve, né. Mas essa falta de estudo deve ser unânime e a EBC devia ter esse espaço pra debater e entender o que é fazer comunicação pública, né? (Entrevista 9)

única e exclusivamente uma certa coerção, coerção não, esta palavra é ruim, mas uma certa influência moral dos colegas que trabalham comigo e que pesquisam ou tem essa noção. (...) não lembro de ter tido em nenhum momento algum estímulo da empresa pra pensar sobre comunicação pública. (Entrevista 1)

Entre as competências da EBC previstas na Lei 11.652/ 2008, art. 8º¹⁰³, está a de garantir a formação de seus trabalhadores, o que revela a preocupação, desde a articulação para elaboração e aprovação da Lei, com a necessidade de mão de obra especializada para fazer um tipo de comunicação sem tradição no Brasil. Lembro que Borges (2018) informa, com relação à educação corporativa na EBC, que apesar de existir uma estrutura institucional para cuidar deste tema, e de ações sobre esta matéria serem realizadas, o acesso aos cursos é considerado bastante restrito àqueles trabalhadores com papéis de representação nas diversas estruturas da empresa. Além disso, a autora conclui que o debate sobre comunicação pública na empresa, e sua afirmação, é bastante restrito entre cursos oferecidos e desaparece diante do perfil técnico que é impresso à maioria dos cursos analisados por ela.

2.5 Percebe interferência política e censura de informação

Diante do contexto de desmonte da EBC e das denúncias que vêm sendo formuladas pelos trabalhadores e seus representantes, perguntei aos jornalistas se já sofreram interferência política e censura de conteúdos na realização de suas atividades. Além de documentar o caso, a questão poderia reforçar (ou refutar) o argumento de que a empresa vem passando por uma fase de desmonte, relacionada com a extinção ou o esvaziamento (que se aplica ao caso da Ouvidoria, como detalharei adiante) de seus órgãos para o controle social. A grande quantidade de relatos sobre interferências ou censuras mostra as dificuldades históricas da EBC para colocar-se de modo editorialmente autônomo frente aos governos, e dá conta também do agravamento do problema a partir de 2016.

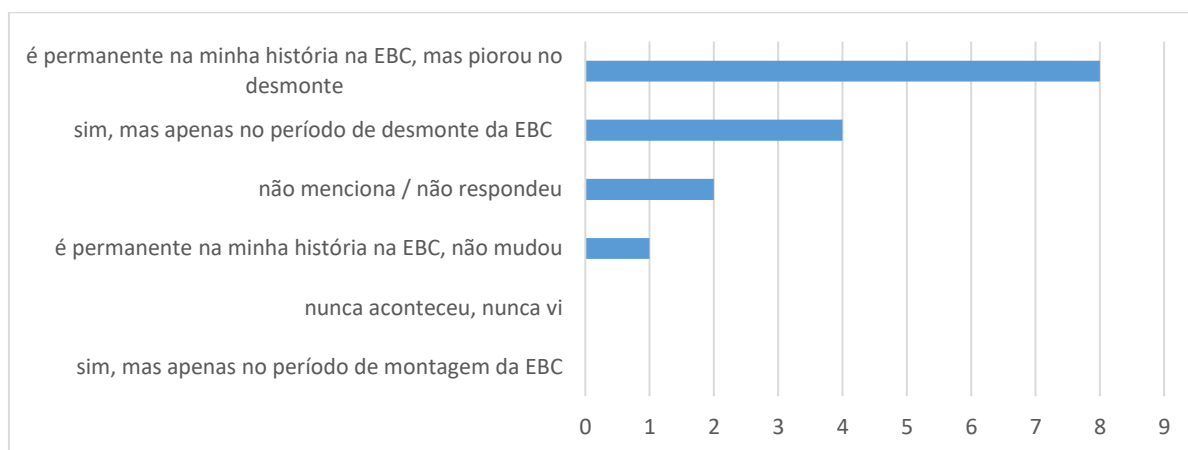
Nenhum dos entrevistados disse que a prática nunca aconteceu (consigo ou com colegas), e um deles afirma não ter sofrido censura ou interferência política pessoalmente, apesar de ter acompanhado o desenrolar de situações com colegas. A frequência e o modo como as interferências aconteceram teriam piorado no período de desmonte da empresa, segundo esse trabalhador.

103 Reforçada pela atualização da Lei a partir da MP 744/2016, quando a qualificação de mão de obra passa a figurar também entre os princípios da radiodifusão pública. "XI - formação e capacitação continuadas de mão de obra, de forma a garantir a excelência na produção da programação veiculada." Cf. Lei 13.417/2017, art. 2º.

Do conjunto da amostra, 13 entrevistados relataram casos¹⁰⁴ de interferência ou censura de pautas que desenvolviam pessoalmente. Deste grupo, nenhum relatou serem situações exclusivas do período de montagem da empresa. A maioria (8) disse que censuras e interferências são permanentes, mas que o caráter delas mudou ao longo dos anos, com recrudescimento no período de desmonte. Outros quatro profissionais dizem que são situações que sofreram apenas no período de desmonte da EBC. Somente um deles mencionou que essas situações sempre aconteceram e nada mudou ao longo de sua história na EBC.

Duas pessoas não responderam ou não mencionaram nada sobre o tema.

Gráfico 7 – Interferência política e censura de conteúdos que produz na EBC?



Fonte: elaboração própria.

Elenco alguns dos trechos exemplares dos pontos de vista expostos:

Eu vejo interferência quase igual (ao longo do tempo), mas (mais recentemente) sob o signo do medo. Então era do medo e do silenciamento (Entrevista 1).

Eu nunca lidei e nem vi colegas lidando com orientações do Palácio do Planalto pra determinadas coberturas antes do governo Temer. Depois, comecei a ter esse tipo de notícia da chefia, que dizia de chamadas da Secom-PR porque “desequilibrou” determinada cobertura que não ouvia governo. (...) Alguns núcleos resistem porque a cobertura sempre foi muito diferenciada, como são os especiais da TV Brasil. Afeta mais o *hardnews* e afeta mais o jornalismo, muito mais do que a programação (Entrevista 2).

Nessa época [do desenrolar do processo de *impeachment*] existia uma tentativa de ser bem, não sei se equânime é o termo, mas as reportagens contra e a favor do *impeachment* tinham que ter o mesmo tamanho, mais ou menos a mesma quantidade de falas, a gente tinha essas preocupações e íamos a todas as manifestações, à direita e à esquerda. (...) Agora, quando teve o golpe o conteúdo passou a ser bem controlado, principalmente porque foram épocas de muita manifestação contra o Temer e estava isso em tudo (Entrevista 3).

104 Quase todas as menções à censura e à interferência política foram suprimidas do apêndice A, onde apresentamos a transcrição das entrevistas, por tratarmos de casos que identificam os trabalhadores frente a seus pares.

Na minha prática eu percebo que é uma questão de direcionamento de governo mesmo. Desde o *impeachment* e de que entrou o governo Temer teve aquela mudança toda dentro da empresa, de chefias e tudo mais, e eu percebo de um direcionamento mais dia a dia mesmo (Entrevista 5).

... como não cobri nacional, temas mais polêmicos, eu senti pouco isso. Mas senti algo direto por um órgão de governo [estadual] ligar diretamente pra tentar bloquear o trabalho que a gente estava tentando desenvolver. Também fiz muito esporte e cultura, coisa que não era sensível, mas houve caso de ligarem do ministério da Cultura [ainda no governo do PT] por causa de matéria simples, nem lembro o que é. Isso é recorrente e depender de que tá por cima, as pautas mais polêmicas acabam não passando (Entrevista 6).

Eu vivi também, mas não tanto, sabe? [antes do desmonte] Antes também eu estava em outra posição, fazia pautas mais produzidas, de cunho mais social [menos *hardnews*], mas não que não tenha acontecido (Entrevista 8).

Já vivi muitas vezes [censura de material ou interferência política]. No auge do *impeachment*, as manifestações, as matérias eram muito editadas, cortadas as falas mais fortes das aspas que a gente coletava, as matérias sobre manifestações eram podadas. (...) [pergunta: Mas isso era nas manifestações contra ou a favor ou os dois lados, um em cada momento?] Vem desde antes do *impeachment* (...) se criou um medo de cobrir, tinha interferência desde o governo Dilma. Por exemplo, medo de usar a palavra "golpe", mesmo quando está entre aspas, havia esse receio. Havia (dessas coisas), como recentemente houve, a orientação pra não cobrir o caso Marielle. Tinha orientações do tipo "não usa a palavra golpe", enfim, evitar certas terminologias (Entrevista 14).

São situações de diversos períodos, há situação daquele momento [PT] que estava defendendo a comunicação pública e a EBC, mas não abria mão de pressionar, mas hoje segue acontecendo, pautas que não entram. Então hoje chega a ter palavras e expressões vetadas. Pautas que também não podem entrar (Entrevista 10).

Os entrevistados demonstraram a percepção de que as relações hierárquicas são muitas vezes conflituosas nas redações da EBC. De modo geral, os editores não têm cargos de chefia ou funções na empresa, no entanto acabam tendo certo poder frente aos colegas na medida em que têm sob sua responsabilidade a finalização dos processos de produção dos conteúdos. O próprio Manual de Jornalismo (2013) da EBC, como também já sublinhamos, lega aos editores grande responsabilidade sobre o conteúdo veiculado.

Além de dizer que o editor é o responsável pelo que se publica em termos de padrões de qualidade (por exemplo, de som e imagem), o manual destaca a edição como a “última etapa para se evitar o automatismo, fazer escolhas a serviço do cidadão, com o objetivo de dar-lhe uma abordagem diferente dos procedimentos rotineiros, visando a prover-lhe de elementos que subsidiem seu discernimento e senso crítico” (p. 46, grifo meu). Os relatos sobre censuras e interferências políticas na construção dos conteúdos indicam, em vários dos casos reportados nas entrevistas, que é na fase da edição que tais modificações acontecem ou se completam. Como detalhe, um dos entrevistados aponta que frequentemente editores são trabalhadores com mais experiência profissional (justificado pela responsabilidade da posição). Isto poderia

implicar ser esta uma ocupação privilegiada para os trabalhadores herdados da Radiobrás, mas seriam necessários outros levantamentos para afirmá-lo.

Resta apenas um comentário com relação ao grifo “abordagem diferente dos procedimentos rotineiros”, no parágrafo anterior. Interessante como a frase denota a expectativa de que as redações teriam uma rotina única em todos os casos – pouco importa se para produzir conteúdo público ou com fins comerciais. Daí cabe legar ao editor, no último passo da linha de produção da notícia, a responsabilidade de quebrar rotinas a partir do material que lhe trazem para publicar. Esta concepção, num documento relevante como o manual, revela que não é proposto ao conjunto da redação – e da grade de programação – outro modo de agir, adequado a um jornalismo público, o que implicaria novas rotinas a todos os profissionais envolvidos, e não apenas aos editores.

Elencamos a seguir a percepção de jornalistas entrevistados frente a modificações no conteúdo na última etapa da produção, efetuadas, portanto, pelos editores, bem como comentários que ecoam as tensões nesta relação.

Também vi interferência de [reportagem] sair da minha mão de um jeito quase pronta, e no ar, eu ouvir que entrou 45 segundos de sonora. Ninguém, produtor, repórter, sabia que isso ia existir (Entrevista 1).

já aconteceu comigo e com outros colegas de editor vir dizer diante da matéria apurada por mim... editor diz que "G1 tá dando outra coisa" ou "UOL tá dando outra coisa", e eu, "ué, eu apurei, o que eles estão dando não é a realidade". Então, assim, nem é sempre a chefia que comanda, a própria visão da produção do trabalho, os editores que às vezes são quem pauta ... (Entrevista 6)

eu tenho uma percepção muito clara de quando essa interferência política ficou maior. É claro que nunca deixou de ter, de uma certa forma, mas eu não sentia isso [no meu trabalho, ouvia os comentários]. No meu primeiro ano de EBC eu me sentia muito livre (...) e era muito respeitada a minha edição. (...) Teoricamente não tem porque editar tanto [excluir partes] de um material que a gente disponibiliza pra população. (...) [Pergunta: uma edição que esvazia o sentido acaba te prejudicando como profissional, não é?] É uma obstrução do meu trabalho (Entrevista 13).

Eu já vi acontecer em trabalhos de colega, muito explícito, quanto a deixar de cobrir ou desestímulo a coberturas que a gente vinha fazendo por razões políticas. (...) eu tive uma intervenção importante [CONTA história sobre edição de reportagem sobre manifestação de rua que tirou o sentido político real do ato]. Isso foi muito criticado [pelos colegas na redação] e foi tratado internamente e eu não tenho problema nenhum em dizer que as chefias imediatas acataram a crítica, embora não tenha sido desfeito em termos de resultado [que chega ao cidadão, como por exemplo, uma errata] (Entrevista 16)

3. Percepção e perspectivas sobre comunicação pública na EBC

Ao longo das entrevistas, depois de uma série de perguntas sobre o lugar de cada trabalhador na rotina da EBC, e com relação ao fazer da comunicação pública, perguntei quais

características os profissionais viam na comunicação pública em termos ideais. Listamos aqui as mais mencionadas.

As características cuja presença ou ausência busquei nas falas são aquelas sintetizadas como ideais internacionalmente reconhecidos e divulgados pela Unesco (2001): pluralidade, autonomia, diferenciação e universalidade. Como visto, tais ideais estão relacionadas aos princípios e objetivos da EBC. Também contabilizei três itens cuja recorrência foi notável e que parecem relevantes para debater o caso brasileiro: fortalecimento da cidadania, garantia do direito à informação e controle social da EBC. É preciso reconhecer a ligação entre obrigatoriedade de controle social e autonomia, especialmente no plano editorial. Contudo, demarco aqui diferença entre os dois ideais por notar haver duplicidade de expectativas com relação à autonomia: editorial, que era fiscalizada, mas não resolvida pela atuação do Conselho Curador; e financeira, que no caso da EBC nada tem a ver com controle da sociedade civil, mas com a criação de novos mecanismos de financiamento e/ou com a possibilidade de acessar os recursos provenientes Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), como consta na previsão legal. Além disso, a obrigatoriedade de controle social não se relaciona estritamente com a autonomia. O Conselho Curador e a Ouvidoria atuam (ou atuavam) no sentido de promover diálogo da EBC com a sociedade ou fragmentos dela.

Com relação aos conceitos da Unesco, observo interpretações bastante específicas por parte dos trabalhadores¹⁰⁵. Assim, pluralidade para eles tem a ver com diversidade de vozes representadas, especialmente, mas não apenas, no sentido de incluir nas reportagens fontes de movimentos sociais e da ciência, com pensamentos distintos das fontes oficiais. Autonomia, para os entrevistados, relaciona-se com questões financeiras e editoriais - em algumas situações, fica clara uma ideia justificadora da interferência editorial pela dependência financeira (do tipo “era de se esperar interferência pois a empresa é dependente dos recursos do Tesouro”). Noutros casos entende-se que, ao se considerar comunicação pública como direito, é obrigação do Estado financiá-la. Diferenciação diz respeito aos conteúdos disponíveis em termos de conjunto da radiodifusão, e ao papel da comunicação pública de oferecer o que não está disponível em

105 Pieranti (2018) faz um interessante alerta sobre a necessidade de interpretar as características elencadas como centrais à comunicação pública (universalidade, diversidade, independência e diferenciação). Por exemplo, pondera que a universalidade pode ser uma intenção ou uma pretensão, mas nenhuma rede brasileira é realmente universal na medida em que alguns grupos, como comunidades isoladas, não serão abrangidos, inclusive por impossibilidades técnicas. Em outros casos, os limites do ideal – e a necessidade de explicitar o que se intenciona ao apontá-lo – também se fazem presentes. Aqui apenas mais um exemplo, para não ser exaustiva: quando a Lei fala em valorização de cultura nacional, a que pode estar se referindo e como mensurar se está sendo cumprida? Ele conclui: “assim como não há um único e consensual método de aferição da cultura nacional, também não é possível isolar sua defesa como algo privativo do sistema público.” Para detalhes e muitos outros exemplos, CF. Pieranti, 2018, p.187.

termos de temas e formatos. Universalidade é um ideal que não foi mencionado. Vale destacar que vários entrevistados citaram a Lei que criou a EBC (BRASIL, 2008) e o Manual de Jornalismo (2013) da empresa para amparar suas conclusões. Seguem alguns trechos como exemplos:

o que eu penso, porque tem um Manual de Jornalismo, tem a Lei que cria a EBC, estabelece missões e tal, relacionadas a construção de cidadania, consciência crítica, pluralidade, vozes das minorias, retratar o que a mídia privada não retrata e tal. E eu entendo também que a defesa dos valores contidos na Constituição, deveria ser nosso principal Norte. (...) independência. E a gente deveria ter, que é o que se perdeu, esses espaços de controle social pra garantir que a sociedade tenha voz e decisão dentro dos nossos processos de linha editorial, programação, planejamento estratégico (...) Que a gente explore linguagens, formatos, temas, que a mídia privada deixa de lado por não ter interesse comercial ou por não ter interesse político em explorar aquilo (Entrevista 3).

Idealmente, seria isso de ter uma independência realmente do governo, não ter interferência editorial principalmente do governo, no trabalho, né? (...) e ter participação social, ter um interesse da sociedade, desse diálogo, né? (Entrevista 5)

Pra mim o mais importante é trazer uma pluralidade, uma diversidade, com autonomia, né? E sempre ampliando o poder crítico do cidadão. É que tá na lei da EBC, a função principal da empresa (Entrevista 6).

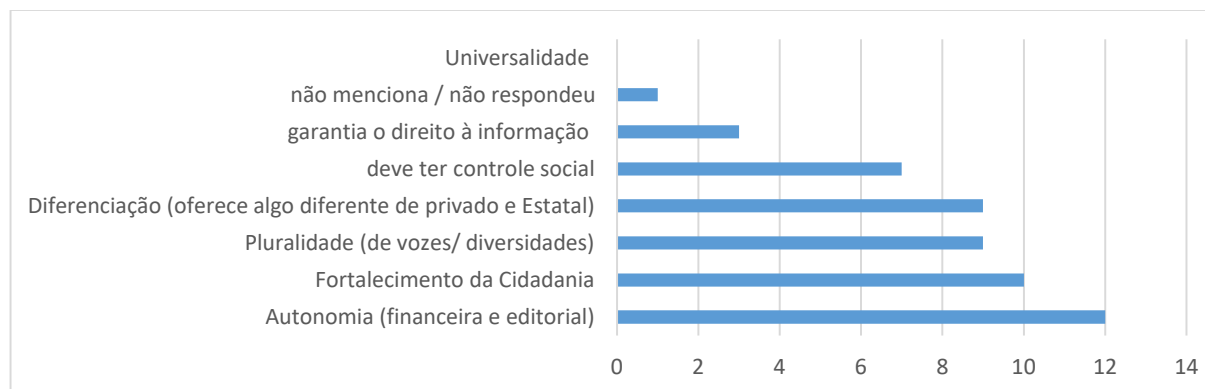
Acho que a nossa missão ela tá muito bem representada, aquela frase de "produzir e difundir conteúdos que contribuam pra formação crítica do cidadão", pô, acho que mata isso, entendeu.? (Entrevista 8)

Eu acho que autonomia, né? Não pode existir intervenção do governo, deveria ter autonomia embora seja financiada com dinheiro público, justamente também pra preservar sua autonomia diante do mercado, foco na cidadania (Entrevista 14).

Acho que a principal característica é valorização e incentivo à cidadania, proximidade com as pessoas, o público, dar voz a pessoas e públicos quem não tem voz nos meios privados, que infelizmente são os tradicionais no Brasil, educação, educação cidadã, prestação de serviços, e eu acho que em termos de jornalismo precisa ser menos descritivo e mais analítico, eu acho que os assuntos tinham que estar mais aprofundados... (Entrevista 15)

A seguir representamos os itens mais lembrados, por número de menções.

Gráfico 8 – Ideais e princípios da comunicação pública mencionados



Fonte: elaboração própria.

Analiso que grande quantidade de menções à autonomia, fortalecimento da cidadania, garantia de pluralidade de vozes e diferenciação com relação aos demais canais têm ligação direta com o cenário mais amplo da mídia no Brasil. São características que permitiriam a uma empresa pública de radiodifusão suprir parte do que é percebido por estes jornalistas como lacuna deixada pelos veículos comerciais – não por incapacidade deles, mas pelo espaço que ocupam no campo do jornalismo e pelas relações de poder que este campo dinamiza fora e através de si, especialmente em sua relação com a política e a economia. Adicionamos que a fala dos trabalhadores é consonante com documentos norteadores para a sua atuação na EBC, como é o caso do Manual de Jornalismo (2013), que explicita que a EBC deve se colocar como “alternativa” para os cidadãos, tratando de temas e enfoques “ausentes” nos demais veículos privados e estatais (EBC, 2013, p. 27).

O direito à informação, previsto entre os objetivos para a radiodifusão pública na Lei da EBC (BRASIL, 2008, art. 3), é mencionado *nominalmente* por poucos entrevistados: três. Pondero, no entanto, que este princípio se relaciona profundamente com o fortalecimento da cidadania, de modo que parece que o conceito pode ser pouco enunciado por seu nome *legal*, mas está presente na lógica da defesa de um marco da comunicação pública como instrumento para fortalecimento da democracia, ao colaborar para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão.

A diferenciação também é lembrada por muitos entrevistados (9). A noção de diferenciação, aqui, remete à obrigação de entregar à população uma programação, e um jornalismo, “alternativo”, ou seja, diferente daquele realizado pelos veículos estatais e privados. Do meu ponto de vista, a valorização da diferenciação dos veículos da EBC frente aos

concorrentes não diz respeito apenas à desconfiança em termos da qualidade dos demais veículos, mas também a uma estratégia (consciente ou não) de legitimação da existência dos veículos públicos, pagos com dinheiro do contribuinte. Trata-se da ideia de que, se for para fazer igual, a sociedade não precisaria da EBC. Além disso, percebo que na fala dos jornalistas a expectativa da diferenciação aparece em muitos momentos como a possibilidade de se fazer um conteúdo mais aprofundado, o que, como já tratado, também significaria pegar a contramão da rota de notícias com tratamento superficiais, apostando em conteúdos especiais – subjaz aí a ideia de que os conteúdos realizados por veículos privados são pouco trabalhados e aprofundados, o que não é necessariamente verdade.

Seguem alguns extratos das falas dos entrevistados a respeito da diferenciação como marca ideal:

Me incomoda quando minhas reportagens tem as mesmas narrativas e manchetes do *mainstream*, vamos dizer assim, e acho que trazer narrativas diferentes é meu papel. Se não trago, eu acho que cumpro mal o meu papel de repórter de radiodifusão pública (Entrevista 1).

a gente buscava em alguns lugares uma coisa com mais contexto. No portal tinha pauta com sentido mais público. Nos lugares mais de *hardnews* eu acho que a empresa, tinha várias carências também com relação a pauta, e aí reproduz muito ao que fazem os veículos privados (Entrevista 6).

O que eu acho que é um problema nosso é que a gente tenta, às vezes, cumprir a mesma rotina com recursos muito mais escassos, entendeu? Então eu acho que fica um trabalho inclusive capenga e eu particularmente acho que nem deveríamos cumprir essa rotina, é a minha opinião. Aí entra no âmbito da linha editorial que a gente não tem a menor gerência (Entrevista 8).

No factual a gente faz muito igual [aos veículos privados]. A gente vai onde está a imprensa toda. [pergunta: e o resultado é parecido?] Eventualmente a gente consegue dar cara diferente para o mesmo tema (Entrevista 14).

Eu sinto que até 2016 pra 2017 a TV Brasil e os veículos em geral tinham preocupação maior com versões e vozes que não aparecem no comercial, outros enfoques que às vezes não são tratados de maneira mais ampla, etc. Tinha profundidade maior também. Tem havido uma redução nos espaços de jornalismo (Entrevista 15).

A universalidade não é mencionada nenhuma vez, e seu esquecimento é interessante no contexto da EBC porque é notável nas entrevistas o orgulho dos profissionais com relação ao serviço prestado pelas rádios da Amazônia na empresa. A Nacional da Amazônia foi lembrada por cinco entrevistados como exemplar pelo formato dado às informações e pelo fato de chegarem a populações menos assistidas no que diz respeito ao acesso à comunicação. Há, inclusive, uma menção ao nome da radialista Mara Régia como profissional que realiza, na opinião do entrevistado, comunicação pública – no sentido do fortalecimento da cidadania na Amazônia – desde a Radiobrás. Por outro lado, é possível especular a não menção desse

princípio como um tipo de reflexo à deslegitimação da empresa por conta da baixa audiência. Esse é um debate que existe internamente, mas também na sociedade, apesar dos dados de audiência serem refutáveis de algumas maneiras: seja pelo modo de medição, seja por referir-se apenas à TV Brasil e não ao conjunto de veículos, etc.

3.2 Relação entre Conselho Curador e cotidiano do entrevistado

Ao longo deste trabalho indico a centralidade da existência – e do bom funcionamento – do Conselho Curador para a realização da EBC como empresa de comunicação pública, por ter, entre as funções, o zelo pela linha editorial e, neste sentido, pela autonomia da empresa. Essa compreensão fica clara com o apontamento da MP 744/2016 como marco para o desmonte da empresa. Entendo, contudo, que a relevância do órgão não deve ser posta apenas em termos de mera existência. Diante disso, quis entender a percepção dos jornalistas sobre o funcionamento do Conselho Curador em relação ao trabalho de cada um nas redações da EBC.

Todos os 15 entrevistados trataram do tema e apenas um diz que nada mudou para a sua atuação na EBC com o fim do Conselho Curador. Na percepção da quase totalidade dos entrevistados (14), o conselho ajudava a fiscalizar pautas e abordagens e, assim, tinha certo efeito cotidiano em seu trabalho. Também tratamos desse ponto ao assinalar os conflitos com chefes (e editores) que eram mediados pelo conselho de forma indireta, a partir do uso pelos jornalistas dos relatórios dos conselheiros como respaldo a certas demandas. Como já observei, apesar da interferência política e mesmo da censura serem percebidos como uma constante na história da EBC, os entrevistados também apontaram que a situação piorou com o evento do desmonte, o que relacionam ao fim do Conselho Curador. Temos aqui posicionamentos neste sentido:

a gente parou de dar temas que dava porque era a nossa missão, né? Quando acabou o Conselho Curador os chefes passaram a decidir por si o que ia e o que não ia. Do meu material, inclusive. Somem materiais que foram publicados antes (...) (Entrevista 13)

Como funcionária a gente sente falta de alguém dando uma vigiada no que eu considero um certo abuso na linha editorial (Entrevista 5).

Muda o cotidiano indiretamente, sim. Porque querendo ou não fazia apontamento dos conteúdos e de questões que o Conselho tinha força pra colocar, né. A gente coloca e questiona uma ou outra decisão e cai no vazio, né, porque não tem onde repercutir (Entrevista 14).

Para os entrevistados, portanto, havia uma relação direta entre autonomia editorial e as atividades do Conselho, já que o órgão primava pelos princípios da empresa e orientava quanto

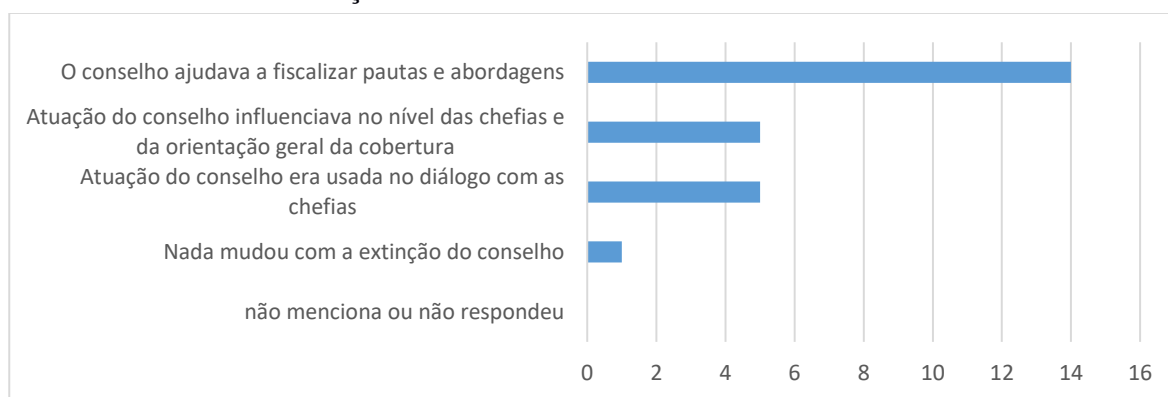
ao seu funcionamento. Além disso, os profissionais indicavam que a possibilidade de reação do Conselho Curador contra decisões e práticas nas redações que não fossem consequentes com a linha editorial da empresa gerava certo temor, entre os gestores, por consequências. Um terço (5) dos entrevistados disse que o conselho influenciava suas rotinas porque induzia mudanças no nível das chefias e gestores e, por meio deles, na orientação geral da cobertura.

Ainda neste sentido, cinco entrevistados disseram que os relatórios do Conselho Curador eram importantes nas redações na medida em que serviam como “arma” e argumento para defesa de ajustes nas coberturas e aprovação de pautas. Como escrevi anteriormente, esta pesquisa é incapaz de produzir generalizações, mas esse é um indício interessante para a reflexão a respeito da atuação do Conselho: a dificuldade de envolver o conjunto dos trabalhadores em seu funcionamento, exemplificada por entrevistados com a falta de presença nas reuniões do Conselho ou mobilização para influenciar as pautas, não impedia que o Conselho (desde os sentidos simbólicos de sua existência até o uso de relatórios nas redações) fosse aliado dos jornalistas que se dizem comprometidos com a comunicação pública, promovendo argumentos para diálogos e embates sobre as condições de produção da notícia.

a gente usava abertamente o Conselho e a Ouvidoria como fundação pras nossas discussões e brigas dentro da redação pra passar notícia e como legitimidade (Entrevista 1).

O que eu acho que mudou [com a extinção do conselho] foi um pouco a cultura do trabalhador, que antes sentia que tinha um órgão, mesmo não tão próximo, que ele poderia recorrer e apontar na defesa das suas pautas ou fatos que aconteciam na redação. (...) havia esse elemento de dizer que o Conselho fez uma recomendação ou estava referendando um trabalho que se vinha fazendo. Daí até dentro das chefias, às vezes um medo, um temor, porque existia um órgão interno, mas independente, que tinha um papel institucional de fiscalizar o que se estava fazendo. Se o negócio fosse muito tendencioso podia acontecer uma reclamação formal, né? Poderia ter consequência. Com o fim do Conselho, os trabalhadores ficaram mais órfãos, passaram a se apoiar apenas no movimento dos próprios trabalhadores e de entidades que organizam os trabalhadores (Entrevista 6).

Com a extinção do Conselho Curador a gente tem feito muito parecido com o mercado privado, jornalismo como produto de consumo rápido, sem muita profundidade, acho que o Conselho faz falta neste sentido. [pergunta: colegas reportaram que os debates do Conselho ajudavam a virar pautas, justificar enfoques, junto às chefias..., você concorda?] Concordo plenamente. A gente podia aproveitar as discussões do Conselho como salvaguarda (...) [sem ele] A gente tá mais sujeito ao que dizem pra gente fazer e não tem muito como discordar porque isso não é discutido, né? (Entrevista 15)

Gráfico 9 – Relação entre Conselho Curador e cotidiano do entrevistado

Fonte: elaboração própria.

3.3 Relação entre Ouvidoria e cotidiano do entrevistado

Na percepção de um terço (5) dos entrevistados, os relatórios da Ouvidoria também serviam aos jornalistas como base para argumentação com os chefes e gestores, de modo a evitar a repetição de erros e ampliar o uso de abordagens recomendadas pela linha editorial da empresa. Neste sentido, há diálogo entre uso prático dos relatórios da Ouvidoria e dos relatórios do Conselho Curador. Três dos quinze entrevistados reportaram que os relatórios da Ouvidoria não eram levados em conta pelas chefias do modo que consideram devido – as respostas eram dadas por exigência regimental e, quando apontados erros, estes eram corrigidos. Contudo, na avaliação desses trabalhadores, os relatórios não geravam movimento para a mudança de paradigmas nas redações. Ouvimos também reclamações com relação à transparência dos encaminhamentos: trabalhadores acham que as considerações sobre seu trabalho podem chegar a ouvidoria e ficar retidas em algum nível de chefia, não sendo finalmente levadas ao conhecimento dos jornalistas cujo trabalho gerou a questão motivadora do contato.

... a gente acompanhava com muito prazer, até, depois que o Temer entrou, né, os relatórios da Ouvidoria, porque com o fim do Conselho não tinha um controle da sociedade, um controle externo, do que a gente estava produzindo. Então não tinha pra quem recorrer (...) Os relatórios da Ouvidoria eram fundamentais porque confirmavam o que a gente estava falando no dia a dia para os nossos chefes. E que eram desprezados, os comentários (Entrevista 3).

Talvez (falte) uma abordagem das chefias imediatas sobre esses relatórios [da Ouvidoria] (Entrevista 4).

[diante de questionamento da Ouvidoria sobre cobertura que eu tinha feito] eu lembro que mandei um e-mail para minhas chefes imediatas, chefe de reportagem e gerente, e falei que queria conversar sobre o boletim. Eu achei, né, que ia levar um bronca, como é que aquilo tinha chegado assim? E, pra minha surpresa tudo que me disseram foi “fica calma, a gente não liga pra Ouvidoria, eles não entendem nosso trabalho” (Entrevista 1).

O que a Ouvidoria fazia e o que o Conselho Curador fazia impactava no crivo do que a gente fazia. Tinha medo, tinha sensação de temor [por parte dos chefes] (Entrevista 7).

Com o fim do Conselho Curador, a Ouvidoria tomou um destaque muito grande, era o único local em que havia críticas aos trabalhos da EBC, as nossas linhas editoriais, aos erros que acontecem em qualquer veículo e a gente precisa ter esses espaços de crítica, não é? (...) O que eu tenho notado é que sumiram essas análises mais aprofundadas da Ouvidoria ultimamente. De uns seis meses pra cá, não vejo mais... (Entrevista 9)

A maioria dos entrevistados (8) disse perceber que as críticas e sugestões que partiam da Ouvidoria melhoravam a qualidade do seu trabalho. Usamos na frase anterior um verbo em tempo passado especialmente porque um número pouco maior (9) de profissionais ouvidos reclamou que os relatórios da Ouvidoria não chegavam mais aos trabalhadores, ou mudaram demasiadamente depois do fim da gestão de Joseti Marques, em março de 2018. Segundo os depoimentos, os relatórios passaram de materiais analíticos a uma espécie de contabilidade, o que teria feito com que perdessem sua utilidade total ou parcialmente.

não tem [mais, depois da saída da Joseti] a Ouvidoria onde a gente ia reclamar, falar ó essa matéria tá com direcionamento muito governamental, enfim, pode até reclamar, mas entra na estatística, tivemos X reclamações, e não se fala no assunto. Não entra na análise, na contextualização do que deveria e do que não deveria ser comunicação pública (Entrevista 5).

nos últimos meses, mudou muito a Ouvidoria. Quem está tentando fazer um trabalho diferenciado na empresa, sente essa falta. Nas discussões diárias com os chefes (Entrevista 6).

Hoje não tem EBC. Não tem uma empresa diferenciada, a gente voltou à estrutura Radiobrás. E não é de agora, é 2016. A Ouvidoria desmoronou [depois da saída da Joseti Marques]. Eu não consigo ter energia, desculpa, mas eu não consigo defender este projeto não (Entrevista 10).

Honestamente, a Ouvidoria tem tido muito pequena presença prática na minha vida e na vida do veículo. Desconheço os últimos boletins da Ouvidoria porque não são publicizados, como deveriam [depois de março]. Não existe um EBC Informa [e-mail da empresa aos funcionários] com os boletins, nem sei se estão sendo feitos, eu lia alguns meses atrás, eles sumiram. Quando chegavam eram ótimos, no tempo da Ouvidoria, antes, com Joseti, eu gostava de ler porque às vezes eram elogiosos, fez isso, fez aquilo bem, e em outros casos não. Eles são interessantes porque captam percepção do público, mas também a percepção dos próprios ouvidores, que analisam criticamente o material e isso é fundamental (Entrevista 14).

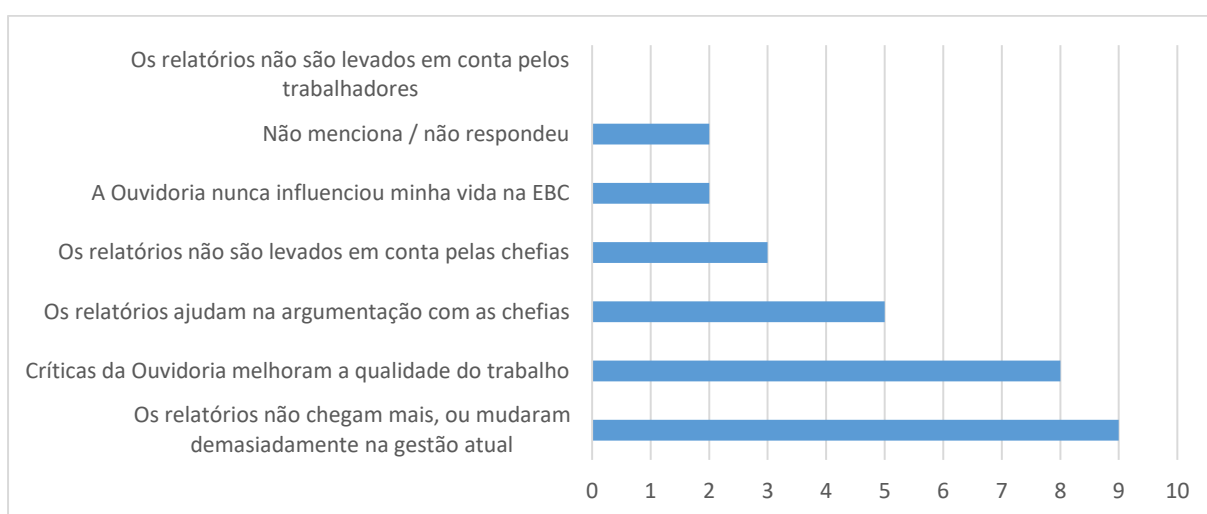
Como se vê, a ouvidora Joseti Marques, que foi responsável pelo setor por dois mandatos de dois anos cada¹⁰⁶, foi espontânea e nominalmente elogiada por seu trabalho à frente da Ouvidoria e pela boa qualidade de seus relatórios. Sete entrevistados a mencionaram.

106 A última coluna de Joseti Marques no site da EBC foi publicada em 1º de março de 2018 e trata de diagnóstico que ele pontua como recorrente ao longo de seus quatro anos à frente da Ouvidoria: "a abordagem oficialista dos fatos e o constrangimento em noticiar assuntos incômodos para o governo federal e suas autoridades" o que, "do ponto de vista da Ouvidoria – que é baseado nos preceitos legais que informam os princípios e diretrizes da Comunicação Pública –, este é o aspecto de maior gravidade entre os problemas observados, porque afeta diretamente o caráter público dos veículos geridos pela EBC." Cf. MARQUES, 2018.

Além disso, o trabalho de Marques é percebido pelos entrevistados como um último bastião/pilar de resistência na empresa depois da extinção do Conselho Curador.

Seu mandato foi encerrado em março de 2018 e a ex-diretora Geral, Christiane Samarco, assumiu o cargo em setembro. Conforme entrevistados, com a saída de Joseti Marques os relatórios não circularam mais como antes. Segundo relatam, eram enviados por e-mail na EBC e também replicados por iniciativa de funcionários em redes sociais e, segundo uma das narrativas, chegavam a ser discutidos nas redações entre colegas.

Gráfico 10 – Percepções sobre a Ouvidoria da EBC



Fonte: elaboração própria

Dois entrevistados disseram que a Ouvidoria nunca influenciou suas vidas na EBC e outros dois não falaram sobre o tema. Ninguém menciona que o conjunto de trabalhadores não leva relatórios da Ouvidoria em consideração (ao contrário do que alguns relatam com relação às chefias).

3.4 Espaço de diálogo e interação com cidadãos

Os entrevistados responderam sobre sua percepção a respeito da existência ou não de espaços de interação com cidadãos. O Manual de Jornalismo da EBC (2013) diz que a empresa deve “se submeter” ao interesse público, tendo foco no cidadão e valorizando o “foco do cidadão”. Segundo o documento, tais vetores “influenciam, impactam e definem o conteúdo do jornalismo da EBC” (p. 27-8). Para tal, imaginamos que, a exemplo do que aprendemos a partir do debate sobre as possibilidades e limites da experiência do *civic journalism* (como tratado por BORGES, 2009; ROTHBERG, 2011; FELTRIN, 2018), seria necessário criar métodos e

orquestrar uma série de instrumentos que não são comuns nas redações jornalísticas, e que permitissem a permeabilidade, na EBC, da influência esperada pela ação de pessoas que estão fora, não só de seu quadro institucional, mas de seu campo. Voltando a Bourdieu (2010), um campo tem uma série de especificidades, e legitima-se, também, por meio delas e da defesa da exclusividade do trabalho especializado dentro dele, no caso, do trabalho dos jornalistas.

Sete entrevistados perceberam a Ouvidoria como órgão que cumpre (ou cumpria até a gestão de Joseti Marques) este papel de mediação com o cidadão, mesmo que de forma incompleta – acreditavam, por exemplo, que a Ouvidoria era pouco conhecida pelos cidadãos, e que há dificuldade no acesso ao órgão. No mais, as opiniões foram bastante pulverizadas, mas a interpretação geral aponta para a falta de espaços institucionais que garantissem a interlocução com os cidadãos. Também não há, segundo os entrevistados, uma direção concreta sobre o que esta interação significaria: um espaço para receber e veicular conteúdos do leitor/ouvinte/telespectador; para receber suas críticas e indicações sobre a programação; para acolher sugestões de pauta ou para realizar pautas de modo coletivo, etc. Todos esses aspectos surgiram na conversa com este grupo de jornalistas como possibilidades, na percepção deles. Nenhuma era realizada, ou plenamente realizada pela EBC, na perspectiva dos entrevistados.

Um terço (5) desses jornalistas ponderou que o nível de interação variava bastante conforme a natureza do veículo. Argumentaram, por experiência própria ou por ouvir relatos neste sentido, que as rádios são veículos mais propensos à participação do público e têm programas que a estimulam. No entanto, uma das entrevistadas (com passagem pelo radiojornalismo), registrou que a grande participação observada nas rádios, especialmente nas emissoras que falam para a Amazônia, refere-se a programas de variedades e não se repetem, nem são estimuladas, no radiojornalismo.

Três dos jornalistas entrevistados disseram entender que, apesar de não considerarem haver espaços institucionais de interlocução com o público, esta eventualmente se dá diretamente entre fontes e redações/jornalistas o que, no meu entender, não é exclusividade da EBC ou da comunicação pública. Um desses jornalistas pondera que, nesses casos, trata-se com muito maior frequência de fontes especializadas (assessorias de imprensa) que prestam serviço para certas causas e movimentos sociais e, segundo esse relato, procuram os profissionais da empresa por verem na EBC um espaço com alguma permeabilidade para as demandas desses segmentos da sociedade – o que seria um diferencial com relação aos veículos estatais e privados.

Quatro entrevistados relataram experiências pontuais de certos setores, notadamente o Portal da EBC (mas não apenas), na interlocução com o público. As experiências do Portal da

EBC se devem às próprias características dos veículos online, que suscitariam maior interação. Porém são lembradas experiências também muito pontuais, como a realização de oficinas com públicos específicos (como estudantes de jornalismo) para produção de material que seria posteriormente publicado nos veículos da EBC.

Dois entrevistados observaram que as mudanças relacionadas ao formato da programação promovida depois de 2016, com redução do jornalismo local, afastariam ainda mais a EBC dos cidadãos. Isso pelo entendimento de que é no jornalismo local que estaria o interesse mais direto dos usuários em participar dos veículos.

Um trabalhador disse que não há diálogo ou interação de qualquer tipo com o público e outro não fez menção ao tema. A seguir, destaco trechos ilustrativos desse ponto:

Muda dependendo do veículo, tem mais proximidade de lugares mais longínquos (Entrevista 1).

É aquela coisa, o cidadão pode pautar os veículos? Pode. Pode usar a Ouvidoria. Mas não há estímulo para isso em tudo, no geral (Entrevista 2).

Poderia muito, mas a gente não tem uma relação com o público. (...) Qualquer veículo local conta muito com as sugestões das pessoas, se você for um veículo com penetração naquela cidade pode ter certeza que vai conseguir sugestão de pauta, as pessoas vão mandar vídeo, coisa que viram na rua, vão te procurar pra fazer uma reclamação (Entrevista 3).

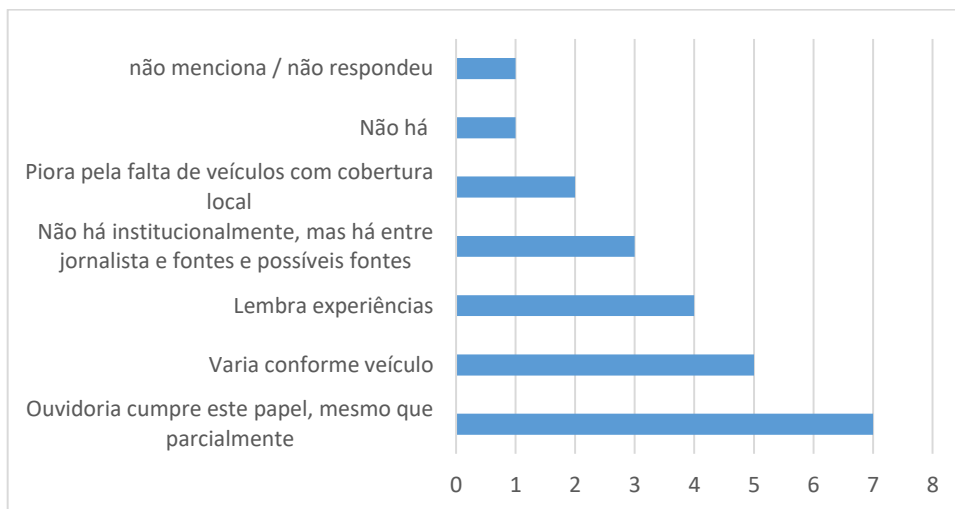
a gente recebe na redação sugestões de pauta. Algumas de comunidades, de pessoas que se interessam e ligam. Mas não é na maioria das vezes o cidadão comum. Na maioria das vezes é assessoria, entidades da sociedade civil, e algumas críticas eventualmente chegam por telefone (Entrevista 4).

Os princípios públicos básicos da empresa meio que desmoronaram, não tem mais participação (Entrevista 5).

É muito distante, a coisa do contato com cidadão acontece com os locais, onde o público se sentia mais aberto, tinha canal de whatsapp, pautas tinham maior urgência de apuração. Sem jornal local não tem isso (Entrevista 9).

Acho que devia ter outros canais [para participação dos cidadãos]. Eu recebi uma ou duas vezes apontamento do público sobre meu trabalho que chegou na Ouvidoria, um pedido de explicação de algo que não ficou claro, (...) Mas acho que isso é muito pouco, geralmente, o que eu percebi esta aproximação era sempre questionando ou pedindo esclarecimento, não tem um *feedback* positivo, de que o leitor gostou da matéria (Entrevista 14).

Gráfico 11 – Como percebe espaço de interlocução com cidadãos?

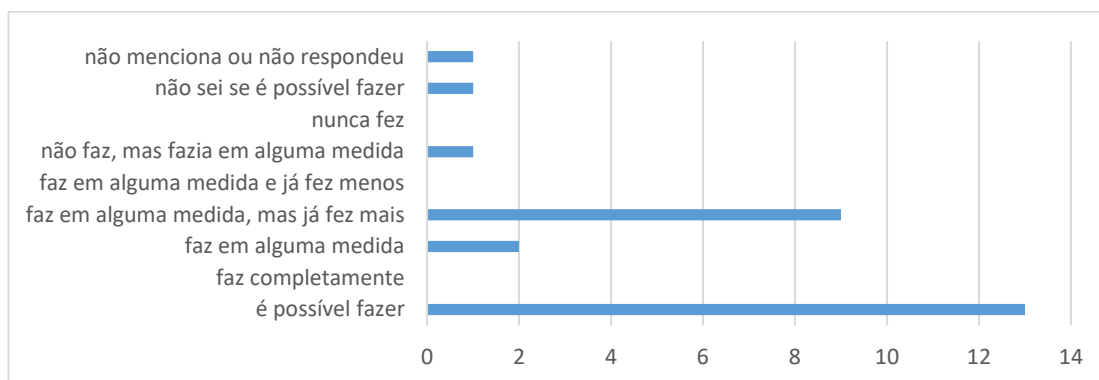


Fonte: elaboração própria

3.5 É possível fazer comunicação pública na EBC?

A última pergunta visava saber se os funcionários percebiam a possibilidade de fazer comunicação pública na EBC. Apesar dos diversos questionamentos às práticas levantados ao longo das entrevistas, a quase totalidade da amostra (13) afirmou ser possível fazer comunicação pública na EBC.

Na prática, contudo, nenhum deles atestou que a empresa a desenvolve completamente. As ponderações sobre os limites do que a EBC é capaz de realizar em termos de comunicação pública têm contorno temporal bastante definido. Produzia-se comunicação mais próxima do ideal público na época da montagem do que no período de desmonte da empresa. Nove dos quinze entrevistados disseram que a empresa ainda faz comunicação pública em alguma medida, porém já fez mais (na montagem). Do conjunto de 13 profissionais que afirmaram ser possível fazer comunicação pública na empresa, um dos entrevistados disse que a EBC, na fase do desmonte, não fazia mais comunicação pública, mas fez, em alguma medida, no passado. Um dos entrevistados não fala sobre o tema e outro afirmou não saber se é possível fazer comunicação pública a partir de uma estrutura que nasceu controlada e submetida pelo Estado.

Gráfico 12 – É possível fazer comunicação pública na EBC?

Fonte: elaboração própria.

Em minha percepção, a partir da leitura destes trechos e também do conjunto das entrevistas, a conclusão da maioria dos entrevistados na direção da factibilidade da comunicação pública na EBC era esperada por diversos motivos. Está relacionada com a lógica das respostas anteriores, e com o contexto em que as entrevistas se deram. A seguir, destaco trechos ilustrativos das entrevistas no que diz respeito à comunicação pública como possibilidade prática na EBC.

Não faz o tempo inteiro [comunicação pública na EBC], não em tudo, mas temos sim coisas boas a se destacar. O trabalho mesmo da fotografia na Agência Brasil é importantíssimo, não só fotos, mas Radioagência, os textos replicados por milhares de sites e jornais no Brasil inteiro e até fora (Entrevista 5).

Tive um namoro com a EBC de 2012-14, depois disso a coisa foi desconstruindo, a EBC foi mudando com os governos, o discurso foi ficando cada vez mais longe da prática. Quer dizer, não é que a gente não faz o que a gente acredita. É que pra ter essa prática a gente tem que lutar pra fazer o que você entende como trabalhador como missão da empresa. Ajudar na formação crítica do cidadão, né? (Entrevista 7)

Eu acho que a gente chegou bem perto de um ideal [de fazer comunicação pública]. Eu não senti tantos problemas no meu primeiro ano aqui. A gente sabe que a EBC tinha problemas, cabide de emprego, etc. E esse tipo de relação quando você tem uma chefia que não sabe muito bem o que tá fazendo ali porque ela tá ali num cargo político e não tem capacidade pra exercer aquela função é muito frustrante, assim, desgastante. Mas eu considerava que fazia comunicação pública, e que fazia pautas muito relevantes e que estava, é, contemplando uma parte da população que normalmente não é representada (Entrevista 13).

Portanto, temos considerações finais dos jornalistas, cinegrafistas e repórteres fotográficos ouvidos na pesquisa congruentes com o conjunto das respostas. No próximo item as conclusões a respeito dos limites e possibilidades de fazer comunicação pública na EBC, como previsto em Lei e outros documentos, serão sistematizadas a partir do que os entrevistados

contaram perceber em sua prática. Destacarei também, as possibilidades percebidas por mim como potencialidades apontadas pelos jornalistas da EBC.

CONCLUSÃO

É possível fazer comunicação pública na EBC. E é necessário que se faça. Essa é a percepção da maior parte dos jornalistas entrevistados na presente pesquisa. A conclusão deles, como apontado, relaciona-se com o conceito de percepção (MERLEAU-PONTY, 1999, CHAUI, 2004) e a compreensão de que se trata de um conhecimento construído a partir de um ponto de vista. Este lugar do qual observam é organizado pela posição que ocupam, eles e a empresa, no campo da comunicação. E marcado pela história – tanto de constituição da EBC no sistema de comunicação brasileiro quanto do momento de desmonte e falta de perspectiva de futuro por que passava a EBC quando realizadas as entrevistas.

Conforme abordei ao longo da pesquisa, o tamanho e as características da amostra não permitem generalizações com relação à opinião do conjunto dos jornalistas da empresa. Mas autorizam a apresentar caminhos e descaminhos a partir do que uma parte de seus profissionais passou a conhecer pela prática. E quem os sujeitos que percebem a EBC na pesquisa revelam ser?

Há uma pesquisadora que fez, durante quase quatro anos, parte do corpo funcional da EBC. Meu descontentamento com os rumos da empresa e a falta de perspectiva para um futuro profissional desejável por mim na EBC se revelam por minha adesão ao Plano de Demissão Voluntária, em dezembro de 2018. Apesar do esforço que realizo em termos de distanciamento do objeto familiar, essa informação pode influenciar, em algum nível, a leitura da empresa. Reside nisso a relevância de tê-lo aqui, por bem da transparência de qualquer conclusão. Em foco, porém, estão os depoimentos de jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, que trabalhavam nas três maiores praças da empresa (SP, RJ e DF) em junho de 2018. Esse grupo revelou interesse pela comunicação pública e pela EBC, por sua finalidade, princípios e objetivos. A disposição desses trabalhadores com relação à empresa se mostra, inclusive, pela disponibilidade (e desprendimento, considerando-se o contexto de assédio) em participar da pesquisa. Apenas 9% dos convidados aceitaram participar.

As entrevistas revelam profissionais que conceituam a comunicação pública com valor positivo, tendo como objetivo central construir, ampliar e reforçar a cidadania no Brasil. Esta noção combina com o fato de que metade dos entrevistados conta ter ou ter tido algum tipo de envolvimento com movimentos sociais ao longo da vida, revelando um perfil à esquerda do espectro político, ambiente no qual a perspectiva do direito a acessar direitos é cultivada. A dedicação à empresa também aparece em termos de sentimentos enunciados ou demonstrados:

vivendo o desmonte da EBC, a maioria conta acumular frustração e desesperança, ao passo em que revela orgulho pelo que já foi feito ou pelos resultados obtidos por colegas, ou pela empresa de modo mais genérico – medido, por exemplo, pelo que acompanham como usuários da política pública.

A opção por entrevistar jornalistas permitiu assumir que fazem parte de um grupo que vê o mundo de uma maneira específica graças a sua formação profissional, que se dá nas universidades e no convívio das redações (TRAQUINA, 2018a). Ao utilizar o conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983, 2010) indico a expectativa que os jornalistas afirmem conjuntamente certos valores como a busca da objetividade, da imparcialidade e, no limite, da verdade, que dão legitimidade à profissão e ao campo jornalístico (BOURDIEU, 1983, 2010). Entendo que, por tratar-se de empresa de comunicação pública, o *habitus* dos profissionais devia, ao longo dos anos, ter se adequado também aos princípios e objetivos da empresa, bem como a critérios de noticiabilidade que fossem norteados por esses princípios e se adequassem à missão cidadã de que a EBC se investe, enunciado, inclusive, por meio de seu Manual de Jornalismo (2013).

O que os entrevistados revelam é a falta de homogeneidade na empresa com relação ao entendimento do que seja comunicação pública e ao que deve se fazer diante da obrigação de cumprir com os princípios e objetivos dessa política pública por meio da prática jornalística. Algumas entrevistas reforçam a hipótese (que pelas condições da amostra não podem ser confirmadas) de que é mais comum que trabalhadores mais antigos no quadro funcional da empresa rechacem a possibilidade de fazer comunicação pública, na comparação com os que foram contratados já para trabalhar na EBC. Segundo entrevistados, é notório que os trabalhadores herdados de empresas de comunicação governamental afirmam com maior frequência que a comunicação a ser feita pela EBC deve ser como era na Radiobrás. Assim, a EBC não significaria mais do que uma mudança de nome. Esse é um *habitus* que permanece circulando nas redações e, traçando um paralelo com as reflexões de Wacquant (2007) sobre o conceito, neste caso, passo a concluir que ele vem contribuindo ao longo da história da EBC para a manutenção do *status quo*.

A heterogeneidade no *habitus* dos jornalistas da EBC quanto à aplicabilidade do conceito de comunicação pública é realçada nos relatos de conflitos relacionados às hierarquias nas redações. A discordância dos entrevistados com a direção apontada pelas chefias é perceptível quando relatam buscar “brechas” para atuar sem submeter-se inteiramente às hierarquias, agindo conforme a própria consciência, no sentido de buscar se aproximar dos

princípios que norteiam a atuação da empresa. Negociações e barganhas com as chefias imediatas para garantir a realização, mesmo que parcial, do material em que acreditam, também são relatadas pelos jornalistas.

Alguns conflitos têm relação com a compreensão de que as pautas e reportagens foram editadas de modo a perder o caráter público que deveriam ter, de que foram censuradas, esvaziadas em seu sentido político, ou de que os agentes que estavam no topo da hierarquia não agiram da maneira esperada pelos subordinados diante de interferências políticas. Subjaz a noção de que não o fazem para não perderem vantagens pessoais. Mas também percebo que as críticas surgem por haver percepção dos entrevistados de que alguns de seus chefes não acreditam, não compreendem ou não buscam compreender as idiosincrasias esperadas da comunicação pública – inclusive porque vários deles fizeram suas carreiras na mídia privada e não vislumbrariam outras possibilidades que não as realizadas naqueles veículos. Os relatos sobre conflitos revelam, inclusive, como alguns subordinados não veem legitimidade em seus chefes por não os considerar capazes de melhorar a dinâmica da redação e o resultado do trabalho.

Entendo serem previsíveis as críticas e reclamações de subordinados sobre chefes, na medida em que estes são a ponta visível da repressão contra a autonomia esperada pelos jornalistas (ainda mais numa empresa pública de comunicação) e essa expectativa não pode ser refutada. Contudo, a leitura cuidadosa do material das entrevistas mostra que o descontentamento vai além desse ponto. O questionamento às chefias tem como fundo, em muitos casos, um protesto contra o que esses jornalistas consideram falta de respeito dos superiores frente a outras hierarquias da empresa: notadamente, as determinações do Conselho Curador (até a extinção), e da Ouvidoria. Ambos os órgãos são valorizados positivamente pelos entrevistados, apesar de serem apontados problemas e limitações em sua gestão ao longo dos anos.

Tudo isso leva a refletir a respeito da formulação e da possibilidade de reformulação do *habitus* dos jornalistas na empresa. Alguns entrevistados afirmam que não há um espaço institucional para debater o que é e como deve ser feita a comunicação pública na EBC – esse tipo de discussão seria mais comum entre os próprios trabalhadores. Não haveria iniciativas sistemáticas, então, junto aos jornalistas, partindo da EBC para refletir e encaminhar o fazer do jornalismo de modo a garantir novas práticas, como as esperadas pelo Manual de Jornalismo (2013). Se é assim (o que coincide com conclusões de Borges, 2018 e minhas impressões, a partir de avaliação dos Relatórios de Gestão da EBC (2009-2017)), não temos na EBC um

projeto de educação corporativa interessado em modificar o *habitus* do conjunto de seus jornalistas. Isto poderia ser traduzido como: falta na EBC a iniciativa de garantir uma formação de cultura institucional nos jornalistas que amplie a uniformidade de compreensões e gere a prática de um jornalismo que se adequa aos princípios e objetivos da comunicação pública.

Podemos apontar também o que seria uma falha entre as competências legalmente previstas para a empresa (Lei 11.652/ 2008, art. 8º), que é a de garantir a formação de seus trabalhadores. Retomando alguns dos principais conceitos de análise utilizados na pesquisa, aponto que, ao deixar de influenciar diretamente os processos de socialização secundária (BERGER E LUCKMANN, 2011) de seus trabalhadores, a EBC perde a oportunidade de dirigir (ao menos em parte) a (re)construção do *habitus* (BOURDIEU, 1997, 2010) deles enquanto jornalistas, em direção diversa daquela que compõe a formação básica dos profissionais. O fato é ainda mais relevante ao tomar-se em consideração as condições do campo jornalístico (BOURDIEU, 1997, 2010) no Brasil, com seu contexto histórico de favorecimento e valorização da mídia comercial em detrimento da pública.

Escutando as ponderações e questionamentos desse grupo de jornalistas da EBC, entendo que, se tomasse a frente da formação de seus funcionários, a empresa poderia promover um processo dialogado de descoberta e construção do fazer da comunicação pública no contexto em que está inserida. A ideia de um processo dialogado relaciona-se com minha percepção como pesquisadora de que há na empresa ao menos um grupo de trabalhadores que se apresenta como interessado em aportar seu conhecimento e capacidade de reflexão sobre o que deveria ser a comunicação pública e o jornalismo na EBC. É possível, ainda, que processos menos impositivos pudessem ampliar o sentimento de pertencimento dos funcionários com relação à empresa. Eventualmente, medidas desse tipo também colaborariam para arrefecer alguns dos conflitos enumerados pelos entrevistados entre trabalhadores e entre trabalhadores e seus superiores hierárquicos.

E que jornalismo se faz na EBC? Os entrevistados afirmam, majoritariamente, que o que cada um consegue fazer hoje na empresa depende da posição que ocupa. Não só praça e veículo, mas também do tipo de tema a que se dedica. Deste modo, uma compreensão global do que e especialmente de como se faz jornalismo da EBC demandaria outros tipos de pesquisa – capazes de aferir processos de produção e resultados obtidos. Registrados os limites da presente pesquisa, destacamos como indício interessante os relatos de que há bastante liberdade para sugestão de pautas e enfoques passíveis de cobertura na empresa. E, ao mesmo tempo, cada vez mais negação das sugestões ou descaracterização delas, seja pelas crescentes

limitações econômicas e de pessoal, bem como de espaço para o jornalismo, especialmente local, seja pelo aumento do controle, da censura e da interferência política sobre o trabalho dos jornalistas. Como resultado, registramos crescente sentimento de frustração e desânimo por parte dos entrevistados, que contam perder a vontade de fazer “mais que o mínimo”.

Analiso como fundamental considerar certo “desânimo” frente a tarefas básicas para entender a qualidade do serviço público que a empresa presta e pode prestar. Esse elemento diz sobre eventuais perdas invisíveis de capital humano: pode ser que pessoas contabilizadas no quadro de funcionários não estejam dispostas a *dar o seu melhor* ou a fazer esforços para além do mínimo exigido. E este comportamento, segundo esses poucos depoimentos, não seria sinal de acomodação, mas resultado de uma política de produção de conteúdo (talvez em relação com a política de gestão de pessoal) que não responderia às expectativas dos trabalhadores, gerando frustração no corpo funcional. Como tratamos ao longo da pesquisa, a falta de estímulo (que surge, por exemplo, também na falta de um plano de carreiras) pode, inclusive, reverberar de modo prático no desmonte da empresa por meio da redução de seu quadro funcional, como atestam dados da adesão aos Planos de Demissão Voluntária realizados em 2018. Vale lembrar que os próprios gestores da EBC sinalizam os riscos gerenciais de PDVs sem previsão de novos concursos (EBC, 2017).

Voltando ao jornalismo a ser perseguido na empresa pública de comunicação, outro indício das entrevistas (que pode gerar interessantes reflexões futuras em outras pesquisas) é de crescente dedicação ao que chamam *hardnews*, ou seja, conteúdos menos aprofundados e de consumo mais rápido, em detrimento de reportagens “investigativas” e “explicativas”, que seriam modelos idealizados por boa parte desses jornalistas tratando-se do caráter público da empresa onde trabalham. Entre os efeitos da opção pelo *hardnews* apontados e criticados por alguns entrevistados está a adesão a um jornalismo dependente das fontes oficiais por efeito da facilidade de acesso às fontes institucionalizadas. No caso da EBC, a aproximação das fontes oficiais gera também risco de maior deslegitimação da empresa, que fica mais evidentemente submetida ao “chapa-branquismo”, ou seja, a uma cobertura governista, que põe ações do governo como foco sem lançar olhar crítico sobre elas.

Ao tratar sobre expectativa e resultado do jornalismo na EBC, ficam patentes entre as respostas os efeitos de uma mentalidade que espera (inclusive documentos e a legislação usam estas palavras) fazer jornalismo “alternativo” ou “complementar” ao da mídia hegemônica/comercial e que visa garantir a pluralidade entendida aqui pelo *slogan* “dar voz a quem não tem voz”. Entendo que sua origem está plenamente cimentada nos documentos

norteadores da atuação da EBC e no entendimento de que a complementariedade apontada no Artigo 223 da Constituição Federal deve ser cumprida tendo como ponto de partida os conteúdos ofertados aos usuários – e não que diga respeito à titularidade de licenças e outorgas, como discute Ramos (2012). Talvez fosse interessante pensar sobre o jornalismo que se espera fazer também tendo em vista implicações do que nos diz Ramos. Com isso, seria possível imaginar para a EBC um conteúdo mais independente do que é feito pelas outras emissoras, mídias e canais. Isto porque só se é alternativo ou complementar a algo. Só se atende a interesses não atendidos na medida em que se monitora os que são atendidos. Não desejaria uma visão da realidade que seja cega com relação à dinâmica de poder do campo jornalístico. Mas creio ser relevante ter em mente que a expectativa de alteridade, não é, de fato, questionadora dos princípios sobre os quais se apoia o campo do jornalismo. Creio que com estas fontes não falamos, então, de outros jornalisismos possíveis, mas de fazer na EBC um jornalismo igual em forma, porém *moralmente melhor* em conteúdo, por querer atender ao desenvolvimento da cidadania e não aos interesses empresariais.

Não é o caso de apontar para o modelo de jornalismo da BBC (ROTHBERG, 2011) como algo a ser copiado, visto que devem estar claras as grandes diferenças entre as sociedades e entre os sistemas de comunicação do Brasil e do Reino Unido – e mesmo a antiguidade da empresa pública britânica. Porém, tal modelo ajuda a pensar “fora da caixa” com relação a elementos básicos e legitimadores de todo o campo do jornalismo que poderiam ser questionados com novas práticas: será que o sistema público deve basear-se em alteridade, usando seu jornalismo para “dar voz a quem não tem voz”? Ou melhor faria apostando em outra “engenharia jornalística”, renovando formatos (para que permitam visão crítica de situações em abordagens amplas), localizando as fontes e os interesses delas (tendo em vista não as demais emissoras, mas seu próprio sistema e programação), e esclarecendo o público sobre a pluralidade de sentidos e interesses que permeiam uma sociedade e uma democracia?

São questões que não podemos responder com os dados desta pesquisa, mas que do meu ponto de vista merecem estar no horizonte de futuras reflexões e investigações. O dizemos considerando, especialmente, o momento que vivemos no Brasil, quando o jornalismo profissional vem sendo atacado e perde a legitimidade frente a avalanches de *fake news*, com efeitos nefastos sobre todo o sistema democrático. Neste sentido, é preciso, apesar do desmonte da EBC, avançar na compreensão do que é este campo da comunicação pública e nos elementos que devem ser agregados para sua constituição – que passam por autonomia econômica da empresa; pela cultura dentro e fora da instituição e por um novo *habitus* entre seus jornalistas.

Canais públicos, como os da EBC, poderiam ser, do meu ponto de vista, espaços privilegiados para a reflexão crítica sobre o jornalismo, se tratassem de forma mais transparente dos mecanismos que constituem o fazer da notícia. Esta transparência de processos poderia, a longo prazo, ajudar o cidadão a se mover num mundo super midiaticizado, com profusão de informações, onde é central saber distinguir o que é e o que não é confiável. Hipoteticamente, poderíamos inclusive supor que a revelação do modo de construção da notícia poderia ser poderoso instrumento para o fortalecimento da cidadania, e colaborar para a dinamização do sistema democrático, tanto quanto o pautar de temas específicos a respeito da obtenção de direitos sociais e políticos.

Iniciativas para repensar e renovar o jornalismo da EBC, contudo, não são possíveis ou não serão suficientes se permanece aberta a possibilidade de interferência política e censura na linha editorial da empresa. As entrevistas revelaram, confirmando dados divulgados por relatórios das organizações representativas dos trabalhadores, aumento da censura e interferência política na EBC nos últimos dois anos. Na percepção dos entrevistados, a extinção do Conselho Curador pela MP 744/2016 fica estabelecida como marco do recrudescimento de um problema existente ao longo da história da empresa. Neste sentido, dois tópicos chamam atenção. O primeiro é a ampla percepção do Conselho Curador como fundamental para “ficar de olho”, “fiscalizar”, “impor limites” a “abusos” da linha editorial. Isso é interessante na medida em que não se destaca a atuação de propositura do Conselho. O órgão passa a assumir quase um papel de polícia na empresa – e não por acaso os chefes “temiam” o Conselho, segundo essas narrativas. Isso revela não só a falta de permeabilidade de um *habitus* adaptado aos princípios e objetivos da comunicação pública e a sua linha editorial em todo o quadro de funcionários, especialmente daqueles vinculados ao jornalismo, como a fragilidade que este fato impõe à EBC: sem seu “sistema de polícia”, a linha editorial é mais facilmente desprezada, princípios e objetivos materializam menos nas práticas cotidianas. Espera-se que, se estiverem internalizados nos trabalhadores, incluindo diversos níveis de chefias, o controle seria mais facilmente dispensável. Em segundo lugar, chama atenção que, tanto no que diz respeito ao Conselho Curador quanto à Ouvidoria, muitos dos jornalistas atestaram que os relatórios eram utilizados por eles nas disputas de encaminhamentos com seus superiores. Eram o argumento legítimo do qual lançavam mão. Esta perspectiva revela que há certa mudança de cultura entre, ao menos, um grupo de trabalhadores – e confirma a leitura de um deles no sentido de que os trabalhadores sem o Conselho ficaram “mais órfãos” na empresa, dependendo de apoiar-se mais entre si. Com relação à Ouvidoria, os depoimentos nos alertam sobre a necessidade de monitorá-la: parece que nesse caso o desmonte veio *por dentro* – ou seja, não se deu por decisão externa

à empresa, como no caso da extinção do Conselho Curador, mas pode estar deixando de funcionar por decisões que a descaracteriza e desmobiliza.

Sobre comunicação pública, fica clara a preocupação desse grupo de trabalhadores em reconhecer os princípios e objetivos que regem a atuação da EBC perante a Lei. Consequentemente, dizem aderir a maioria dos ideais apontados internacionalmente como centrais para a prática da comunicação pública. Analiso que grande quantidade de menções à autonomia, fortalecimento da cidadania, garantia de pluralidade de vozes e diferenciação com relação aos demais canais têm ligação direta com o cenário mais amplo da mídia no Brasil. São características que permitiriam a uma empresa pública de radiodifusão suprir o que é percebido por estes jornalistas como lacuna não preenchida pelos veículos comerciais – não por incapacidade deles, mas pelo espaço que ocupam no campo do jornalismo e pelas relações de poder que este campo dinamiza fora de si, especialmente no que diz respeito à sua relação com a política. Mais uma vez, assim como ao tratar especificamente do jornalismo, encontro aqui um discurso consonante com a legislação norteadora da sua atuação na EBC, como é o caso do Manual de Jornalismo (2013), que explicita que a EBC deve se colocar como “alternativa” para os cidadãos, tratando de temas e enfoques “ausentes” nos demais veículos privados e estatais. Assim, observo a expectativa de fazer uma comunicação que seja efetivamente complementar, no sentido de responder às lacunas deixadas pelos demais veículos.

Retomando a lente teórica bourdieusiana, com os conceitos de campo e *habitus*, é possível inferir que “entender” e “defender” é diferente de “praticar” a comunicação pública, no sentido de internalizar os mecanismos necessários para que ela se desenvolva na prática. Esse grupo de jornalistas demonstra conhecer, dialogar e concordar com os princípios e objetivos da empresa conforme estabelecidos em sua Lei e em outros documentos. Contudo, as conversas mostram que a conformação de uma prática nova requer uma série de decisões e mecanismos institucionais, que passam inclusive pela garantia de autonomia editorial e financeira, fatos que estão fora do alcance da iniciativa individual de qualquer jornalista. Considerado esse cenário, acredito que não houve condições dos jornalistas da EBC, em seu conjunto, modificarem seu *habitus* para a realização dos princípios e objetivos da empresa, e para que se estabelecesse uma cultura institucional própria suficientemente distante dos ecos de suas antecessoras. Poderia dizer, ainda, que a falta de introjeção de um novo *habitus* nas redações da EBC colabora para o desmonte da comunicação pública. Isso porque as pressões exercidas de fora sequer encontram a resistência necessária internamente, pelo menos no que diz respeito a uma nova cultura organizacional. A incompletude de uma nova cultura

institucional pode relacionar-se, ainda, com a falta de esforços na direção correta, como os relativos à educação corporativa. É certo que faltou também tempo para a consolidação da empresa antes da chegada de uma nova onda política conservadora a pressioná-la ainda mais que a regra de seu campo.

Conforme escrevo no início desse capítulo, além de conhecer os princípios, os jornalistas entrevistados disseram perceber que realizavam, em alguma medida, comunicação pública por meio de suas práticas com jornalismo na EBC. Pondero que reafirmar a possibilidade de fazer, mesmo que em parte, significa legitimar e defender a empresa, empregos ameaçados e a experiência própria de esforço nesta direção, bem como a de colegas. Como afirmei no quinto capítulo, não se pode perder de vista que ao captar percepções passo a lidar com respostas relacionadas à posição dos entrevistados, bem como ao contexto das entrevistas. Assim, a resposta positiva ao fazer comunicação pública também pode se conectar à lembrança (idealizada ou não) de tempos melhores na EBC, da EBC em processo de montagem, e aos elementos destacados como pontos que ajudam a legitimar a existência da empresa, por exemplo, a credibilidade que leva outros veículos a reproduzirem os conteúdos da Agência Brasil. Poderia somar aqui o grande número de prêmios recebidos por jornalistas da EBC. A resposta desse grupo de profissionais, no contexto de uma entrevista para pesquisa acadêmica, não deixa de ser também um esforço (mesmo que inconsciente) de construção da história da empresa desde o ponto de vista de quem, se a critica, o faz para defendê-la. Este movimento pela afirmação da EBC como empresa capaz de fazer comunicação pública também poderia ser interpretado como representação de alguma esperança de possibilidades futuras melhores em caso de mudança no cenário político (no caso de interrupção do desmonte da empresa).

Conclusivamente, posso afirmar que na percepção dos entrevistados, de modo geral, o principal limite para a realização da comunicação pública pela EBC é a falta de autonomia, e especialmente autonomia editorial, na empresa. Assim, as limitações relativas ao cotidiano passam por questões de amplo espectro como os critérios para indicação de chefias. Relacionam-se também com a heterogeneidade de posições a respeito dos caminhos que deveriam guiar a atuação na empresa, como reflexo da incompletude da construção de um *habitus* adaptado às finalidades da EBC. Além disso, nos parece importante ressaltar como limites para a execução desta política pública os problemas na área de gestão de pessoal que se apresentam, por exemplo, na aparente falta de valorização dos funcionários concursados, revelada pela ausência de um plano de carreiras que ajude a estabilizar relações hierárquicas e que permita que não falte aos trabalhadores motivos para permanecer na casa.

Os entrevistados também indicam potencialidades da empresa, passando pela repetição da afirmação de que não faltam profissionais capacitados e com vontade de fazer comunicação pública. Garantem que se fez e ainda se faz programação e jornalismo de caráter público na EBC, valorizando a pluralidade de vozes e culturas no país. Revelam que há um caminho de aprendizagem e amadurecimento que vinha sendo percorrido pela empresa, por seus trabalhadores e por seus órgãos de controle social, que foi interrompido com o advento do desmonte. A meu ver, este caminho é considerado no campo das potencialidades, pois pode ser retomado e ampliado em algum momento futuro, se a execução de políticas públicas, entre elas a de comunicação, voltar a ser considerada e exigida na sociedade (e dos governos eleitos) como prioridade. Além disso, a existência de um grupo como esse, testemunha que há quem queira resistir ao desmonte da EBC.

Ressalto, por fim, que a noção de cidadania, ou construção da cidadania, é a amálgama que une as falas dos jornalistas escutados nessa pesquisa, mostrando que ao menos uma fração dos trabalhadores da EBC tem altas expectativas quanto à potência da comunicação pública. Em um certo sentido, são expectativas que parecem dialogar com as dos pioneiros da comunicação educativa no país: tanto ou mais que fazer jornalismo como um ideal de cartilha, esses jornalistas da EBC desejam uma estrutura independente que lhes permita, de fato, contribuir para a construção de um país mais justo e igualitário – dialogando também com os princípios que legitimam sua profissão como colaboradora do bom funcionamento da democracia. A permanência de tal expectativa nos parece ainda mais nobre na medida em que se nota a invasão de frustrações no cotidiano deles e diante do cenário de desmonte da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPEC. **Site institucional**. 2019. Publicado em <http://abepec.com.br>, acesso em 10/03/2019.
- AGÊNCIA BRASIL. **Proibição da publicidade infantil reduz receita de anunciantes**. Revista Exame. 25/08/2017a. <https://exame.abril.com.br/marketing/proibicao-da-publicidade-infantil-reduz-receita-de-anunciantes/>, acesso em 22/06/2019.
- AGÊNCIA BRASIL. **EBC vai retomar transmissão plena da Rádio Nacional da Amazônia**. Agência Brasil. 26/09/2017b. Publicado em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/ebc-vai-retomar-transmissao-plena-da-radio-nacional-da-amazonia>, acesso em 22/06/2019
- AGÊNCIA BRASIL. **Rádio MEC AM do Rio de Janeiro completa 95 anos no ar e lança selo comemorativo**. Agência Brasil. 04/09/2018a. Publicado em <https://bit.ly/2Q6mP4Z>, acesso em 21/07/2019.
- AGÊNCIA BRASIL. **TV Brasil conquista maior audiência desde que foi criada**. Agência Brasil. 09/11/2018b. <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/noticias/2018/11/tv-brasil-conquista-maior-audiencia-desde-que-foi-criada>, acesso em 22/06/2019.
- AGÊNCIA CÂMARA. **Após debates, MP da TV Pública pode ser votada nesta terça**. Agência câmara. 18/02/2008. Publicado em <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/117362.html>, acesso em 10/03/2019.
- AGÊNCIA SENADO. **Entidades anunciam ato pela TV Pública**. Publicado em 10/03/2008a. Disponível em <https://bit.ly/2FomaYe>, acesso em 22/06/2019.
- AGÊNCIA SENADO. **Entidades da área de comunicação registram apoio à criação da TV Pública**. Publicado em 11/03/2008b. Disponível em <https://bit.ly/2WWZ1lu>, acesso em 22/06/2019.
- AGÊNCIA SENADO. **Senado aprova, durante a madrugada, criação da TV Brasil**. Publicado em 12/03/2008c. Disponível em <https://bit.ly/2L3Msma>, acesso em 22/06/2019.
- AGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Expreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Nocas Buscas em Comunicação; v. 47). 157p.
- ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora e STROPPIA, Tatiana. **A inconstitucionalidade da MP 774 e o desmantelamento da EBC**. Carta Capital / Coluna do Intevozes. 15/11/2016. Disponível em <https://bit.ly/2vTIfbU>, acesso em 22/06/2019.
- AMARAL, Márcia Franz. **Lugares de Fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa**. Revista Contracampo. nº 12. (2005). Disponível em <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17388>, acesso em 24/07/2019.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Aplauso: Temer quer reduzir EBC e fechar a milionária TV Brasil, a TV Traço**. Veja/ Blog do Reinaldo Azevedo. 08/02/2017. Disponível em <https://bit.ly/2JzDWL7>, acesso em 22/06/2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (trad.) Editora Martins Fontes: São Paulo, 1977.

BENÍCIO, Jeff. **Alckmin promete fechar “TV do Lula”**: “Não tem audiência”. Portal Terra/ Blog Sala de TV. 30/08/2018. Disponível em <https://bit.ly/2C1JR9H> acesso em 22/06/2019.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 33ª ed. Floriano de Souza Fernandes (trad.). Petrópolis: Vozes, 2011. 248 p.

BARBOSA, Bia. **Qual o projeto do governo Dilma para a EBC e a comunicação pública?** Carta Capital (coluna do Intervozes) 29/02/2016 Disponível em <https://bit.ly/2Hkpzra>, acesso em 22/06/2019.

BIANCO, N. R.; CURADO, C. C. O. **Conceito de Radiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros**. (2014) Disponível em www.observatorioradiodifusao.net.br, acesso em 10/10/2017.

BRANDÃO, Elizabeth P. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf> acesso em 12/11/2017

_____. Conceito de comunicação pública in: DUARTE, Jorge. (org.) **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo (...); autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de abril de 2008.

BRASIL, **Lei 13.417, 2017, de 1º de março de 2017**. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1º de março de 2017.

BORGES, Lizely Roberta. **Projetos de Cooperação Técnica Internacional na Área de Comunicação entre Governo Brasileiro e Unesco**: o lugar dos sujeitos políticos e a formação de quadros institucionais. UNB. Dissertação (mestrado). 2018. (mimeo)

BOURDIEU, Pierre. **A influência do jornalismo IN SOBRE A TELEVISÃO**. Maria Lucia Machado (trad.) Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1997.

_____. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In **Boudieu and the journalistic field**. (p. 29 - 42) Rodney Benson and Erik Neveu (org). Cambrige, UK: Polity Press, 2010.

_____. **Sociologia**. Renato Ortiz (org.) Paula Monteiro e Alícia Auzmendi (trad). São Paulo: Ática, 1983. (cap. 1, p. 38 - 45; cap. 2, p. 46 – 81 e cap. 5, p. 156 – 183).

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula** – Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. Caso Radiobrás: o compromisso com a verdade no jornalismo de uma empresa pública. in DUARTE, Jorge. (org.) **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2012. (p. 192 – 200)

CARMONA, Beth; Marcus Flora, et. al (org). **O desafio da TV Pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade**. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003. 128p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Rio de Janeiro, Publicado por Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Dados – revista de Ciência Sociais. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext#*

CHAUÍ, Marilena de Sousa. Unidade 5: O Conhecimento. (p. 157-224) In **Convite à filosofia**. Editora Ática: São Paulo-SP. 14ª edição. 2014

COMISSÃO DE EMPREGADOS DA EBC. **Em defesa da saúde e de direitos conquistados**. 24/07/2018. Disponível em <https://bit.ly/2VqBedd>, acesso em 22/06/2019.

COMITÊ FICA EBC. **EBC: Em defesa da comunicação pública**. 2018. Disponível em https://emdefesadaebc.files.wordpress.com/2018/11/dossie-ebc_web-web-2.pdf último acesso 26/02/2019.

CONSELHO CURADOR. Comissão de sistematização. Documento final sistematização das propostas e discussões. **Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva**. Brasília: EBC, 2015. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/documentofinal-seminarioebc.pdf, acesso em 20/02/2019.

_____. **Um balanço sobre o Conselho**. Publicado em 29/01/2017. Disponível em <http://conselhocurador.ciranda.net/blog/um-balanco-sobre-o-conselho>, acesso em 20/02/2019

_____. Nota pública. **O desmonte da EBC: um ano depois**. Publicado em 1/09/2017b. Disponível em: Cf. <http://conselhocurador.ciranda.net/blog/nota-publica-o-desmonte-da-ebc-um-ano-depois> , acesso em 20/02/2019

_____. **Fatos & Argumentos - Um pouco de história e algumas ponderações sobre a EBC e seus veículos**. Documento elaborado pelo Conselho Curador com a colaboração de gestores e funcionários. 2017c. Disponível em <http://conselhocurador.ciranda.net/blog/a-disputa-pela-ebc> , acesso em 01/02/2019

CONSTANTINO, Rodrigo. **Uns R\$ 6 Bilhões depois, TV Brasil continua como a "TV Traço"**, sem audiência alguma. 29/02/2016. Gazeta do Povo/ Blog do Rodrigo Constantino. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/uns-r-6-bilhoes-depois-tv-brasil-continua-como-tv-traco-sem-audiencia-alguma/>, acesso em 22/06/2019

CORRÊA, Ana; COSTA, Luana de Freitas; FILIPPO, Sílvia Helena. **Informe de acompanhamento do mercado - TV Aberta**. Resultados de 2015. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual - OCA / Ancine. Junho 2016. Disponível em http://oca.ancine.gov.br/rel_programastv.htm Acesso em 22/06/2019.

COSTA, Liana. **Caso Marielle: jornalistas da EBC são proibidos de cobrir protestos**. Portal Metrôpoles. 20/03/2018. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/caso-marielle-jornalistas-da-ebc-sao-proibidos-de-cobrir-protestos>, acesso em 22/06/2019.

DEMO, Pedro. **Metodologia em ciências sociais**. 3ª ed. Ver e ampl. – São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, Ângela Maria Carrato. **Uma história da TV Pública**. 2013. Tese (Doutorado em comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. in DUARTE, Jorge. (org.) **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2012.

DUPRAH, Deborah. **Representação pela propositura de ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei 13.417, de 2 de março de 2017**. [Procedimento Administrativo nº 1.00.000.012838/2016-66] Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - MPF. 20/09/2017. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/comunicacao-social/atuacao-do-mpf/pedido-de-propositura-de-adi-a-lei-13-417-2017-altera-a-ebc/>, acesso em 22/06/2019.

EBC. **Caminhos da Reportagem**. 22/06/2019a. Disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem>, acesso em 22/06/2019

EBC. **Plano de Trabalho da EBC – 2013**. Publicado em 2013c. Disponível em <https://bit.ly/2Hhyzix>, acesso em 29/06/2019.

EBC. **Plano de Trabalho da EBC – 2014**. Publicado em 2014d. <https://bit.ly/2HhyEml>. Acesso em 29/06/2019.

EBC. **Portarias 2013**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/institucional/portarias/portarias-2013>, acesso em 22/06/2019.

EBC. **Portarias 2014**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/institucional/portarias/portarias-2014>, acesso em 22/06/2019.

EBC. **Portarias 2015**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/institucional/portarias/portarias-2015>, acesso em 22/06/2019.

EBC. **Portarias 2016**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/lei-de-acesso-a-informacao/portarias-2016>, acesso em 22/06/2019.

EBC. **Portarias 2017**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/lei-de-acesso-a-informacao/portarias-2017>, acesso em 22/06/2019.

EBC. **Portarias 2018**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/lei-de-acesso-a-informacao/portarias-2018>, acesso em 22/06/2019.

EBC. **Quadro de remuneração de diretores em janeiro de 2019b**. Disponível em <https://bit.ly/2QiRmwo>, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Quadro de remunerações dos funcionários em janeiro de 2019a**. Disponível em <https://bit.ly/2X1ulAv>, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2008**. Publicado em 2009. Disponível em http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/_ebc/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20EBC%20-%202008.pdf, acesso em 24/06/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2009**. Publicado em 2010. Disponível em http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/_ebc/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20EBC%20-%202009.pdf, acesso em 24/06/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2010**. Publicado em 2011. Disponível em http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/_ebc/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20EBC%202010.pdf, acesso em 24/06/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2011**. Publicado em 2012. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/uploads/2012/03/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_20113.pdf, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2012**. Publicado em 2013a. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/uploads/2012/03/relatorio-de-gestao-ebc-2012.pdf, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2013**. Publicado em 2014. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/uploads/2012/03/Relat%C3%B3rio_Gest%C3%A3o_EBC_2013.pdf, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2014**. Publicado em 2015. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_de_gestao_ebc_-_2014_1.pdf, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação – 2015**. Publicado em 2016. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_gestao_ebc_2015_-_completo.pdf, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação** – 2016. Publicado em 2017. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/idsisdoc_13388347v1-22_-_relatoriogestao_1.pdf, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Relatório de Gestão da Empresa Brasil de Comunicação** – 2017. Publicado em 2018. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/idsisdoc_14751120v1-08_-_relatoriogestao.pdf, acesso em 23/02/2019.

EBC. **Sobre a EBC**. Brasília, jan. 2019. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc>. Acesso em 02/02/2019

EBC. **Somente a verdade: Manual de Jornalismo da EBC**. 2013. Disponível em http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf em 01/11/2017

FELTRIN, Diuan dos Santos. **Jornalismo público no Brasil: reflexões sobre uma prática jornalística engajada**. Ano XIV, n.8 Agosto/2018. NAMID/UFPB. (p. 195 – 205) <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>

FELTRIN, Ricardo. **TV Brasil deve economizar R\$ 42 milhões anuais com PDV; 257 aderiram**. Notícias Bol/ Coluna Ricardo Feltrin. 11/12/2018. Disponível em <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2018/12/11/tv-brasil-deve-economizar-r-42-milhoes-anuais-com-pdv-257-aderiram.htm?cmpid=copiaecola>, acesso em 23/06/2019.

FENAJ. **Desmonte da EBC completa um ano, lembra ex-Conselho Curador**. Fenaj. 06/09/2017. Publicado em <http://fenaj.org.br/desmonte-da-ebc-completa-um-ano-lembra-ex-conselho-curador/>, acesso em 10/03/2019.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Dora Luzzatto: 2007. 3ª ed.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FRADKIN, Alexandre. **A TVE ou não é?** 18/05/2007. Observatório da Imprensa. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-tve-ou-nao-e/>, acesso em 20/02/2019.

FOLHA DE S. PAULO. Comparação do telespectador brasileiro com Homer iniciou polêmica. Caderno +mais!. 11/12/2005. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1112200505.htm>, disponível em 24/06/2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de redação**. São Paulo, Publifolha, 2001.

GUAZINA, Liziane Soares e PAULINO, Fernando Oliveira. (Coord.) **Monitoramento e Análise da programação e das produções jornalísticas das emissoras de rádio da EBC em Brasília: Rádio Nacional AM, Rádio Nacional FM, e MEC AM de Brasília**. Relatório Bimestral e Final. (2013-2015). Brasília: UNB - Faculdade de Comunicação, 2015. (mimeo)

GUERREIRO, Soane Costa. **TV Brasil e a Rede Pública de Televisão: uma trajetória de dependência.** 2016. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília

HOINEFF, Nelson. **Da TV Lula à TV Dilma.** O Globo/Coluna do Nelson Roineff. 06/12/2014 em <https://glo.bo/2gnec4t>, acesso em 22/06/2019

HOLANDA, Sergio Buarque. (1902-1982) **Raízes do Brasil.** 27ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

I FÓRUM DE TVS PÚBLICAS. **Carta de Brasília.** Brasília, 2007. Disponível em www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362, último acesso em 10/02/2019.

ILUSKA, Coutinho. **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório final (2010-2011).** Grupo de pesquisa em Telejornalismo. UFJF: Juiz de Fora, 2011. (mimeo)

INTERVOZES. **EBC pode perder a concessão da Rádio Nacional da Amazônia que segue fora do ar.** Carta Capital. 31/08/2017. Disponível em <https://bit.ly/2gp3U3V> e EBC vai retomar transmissão plena da Rádio Nacional da Amazônia, em <https://bit.ly/2y68hvL>, Acesso em 22/06/2019

INTERVOZES (org.). **Sistemas de Comunicação Pública no Mundo.: experiência de doze países e o caso brasileiro.** São Paulo: Paulus, Intervozes, 2019. (Coleção Comunicação)

LARA, Glauciene. **Liberdade de expressão versus direito à comunicação: a regulação da comunicação audiovisual na Argentina.** Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, v. 4, n. 1, p. 137-172 (2012)

LARCHER, Marcello. **Relator propõe contribuição para financiar TV Pública.** Publicado em 14/02/2008. Agência Câmara. Disponível em <https://bit.ly/31NbVX9>

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **Caso Bonner-Homer Simpson.** Coluna Entre Aspas. Observatório da Imprensa. 06/12/2005. http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/laurindo_lalo_leal_filho/, disponível em 24/06/2019.

LEMOS DA SILVA, Dirceu. **A falsa promessa da multiprogramação na TV digital.** Apresentado no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Manaus, AM – 4 a 7/9/2013. Disponível em <https://bit.ly/2vTS61m>

LIMA, Venício. Normas legais da Comunicação Social: interesse privado vs interesse público. In: **Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015).** Brasília: Editora UNB, 2015a. (p. 156 – p. 184)

_____. O princípio da complementariedade. In: **Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015).** Brasília: Editora UNB, 2015b. (p. 185 – p. 194)

_____. **A responsabilidade social da mídia.** Observatório da Imprensa: 03/04/2009. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/a-responsabilidade-social-da-midia/>, acesso em 29/06/2019.

LIMA, Venício e LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo (1999-2004)**: As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Observatório da Imprensa: 2007. Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf , acesso em 27/11/2017.

LIMA, V. e RABELO DE ARAÚJO, B. S. Monopólio ou Oligopólio? Contribuição ao debate. In: **Cultura do Silêncio e Democracia no Brasil**: ensaios em defesa da liberdade de expressão (1980-2015). Brasília: Editora UNB, 2015. (p. 267 – p. 288)

LONGO, Ivan. **Chefia da EBC censura editores e jornalistas na cobertura sobre Marielle Franco**. Revista Fórum. 20/03/2018. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/chefia-ebc-censura-marielle-franco/>, acesso em 22/06/2019.

MACHADO, Marcia Benetti e MOREIRA, Fabiane. **Jornalismo e informação de interesse público**. In: Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 27 • agosto 2005 • quadrimestral, p. 117-124. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3328/2586>

MARINI, Ana Rita. **Sociedade forma Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital**. 07/04/2006. Publicado em <https://bit.ly/2LzP5OH>, acesso em 10/03/2019.

MARTINS, M (Mariana Martins de Carvalho) ; **Artigo 223 coloca em xeque papel do Estado e do mercado**. Observatório do Direito à Comunicação, São Paulo, 09 out. 2008., disponível em <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21939>, acesso em 02/01/2019.

MARQUES, Joseti. **Uma recomendação ao final de dois mandatos**. Coluna da Ouvidora. Publicado em 01/03/2018. Disponível em <https://bit.ly/2X9xpOn>, acesso em 29/06/2019.

MATAIS, Andreza. **EBC registra farra de atestados médicos de funcionários**. O Estado de São Paulo/ Coluna Estadão. 18/07/2018. Disponível em <https://bit.ly/2Lw7Gqx>, acesso em 22/06/2019.

MAZZA, Mariana. **Senado aprova MP da TV Brasil**. Publicação em 12/03/2008 . Agência Tela Viva News. <https://telaviva.com.br/12/03/2008/senado-aprova-mp-da-tv-brasil/>

MENDELL, Toby. **Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado** / Toby Mendel. Brasília: Unesco, 2011. 104 p.

MENDELL, Toby; SALOMON, Eve. **Liberdade de expressão e regulação da radiodifusão: Comunicação e Informação**. Série Debates CI. Nº 8 – fevereiro de 2011. Issn 2176-3224. UNESCO / FUNDAÇÃO FORD.

MERLEAU-PONTY, Maurice. (1908-1961) **Fenomenologia da Percepção**. (trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 1 – 237.

MEROLA, Ediane. **Jornalistas da EBC são orientados para reduzir cobertura da morte de Marielle**. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/jornalistas-da-ebc-sao-orientados-para-reduzir-cobertura-da-morte-de-marielle-22509680>, acesso em 22/06/2019.

MIELKE, Ana Claudia. **Donos de rádio e TV formação bancada de pelo menos 26 parlamentares no novo Congresso.** Congresso em Foco. 31/01/2019. Publicado em <https://bit.ly/2sXXQFW>, acesso em 21/07/2019.

MILANEZ, Liana. **TVE Brasil – Cenas de uma História.** Rio de Janeiro: Acerp, 2007. 220p. Disponível em <https://issuu.com/arthurwilliam/docs/tve-brasil>, acesso em 10/01/2019.

MONTEIRO, Graça França. **A singularidade da comunicação pública.** in Comunicação Pública, Jorge Duarte (org), 3ªed, SP: Atlas, 2012.

MORAES, Denis. **Por que a Ley de Medios é referência para AL,** publicado em 26/02/2013, disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed735_por_que_a_ley_de_medios_e_referencia_para_a_al/ ;

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”.** O fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MPT-DF. **Liminar da Justiça determina que EBC adote ações contra assédio moral na empresa.** 14/08/2018. Disponível em <http://www.prt10.mpt.mp.br/component/tags/tag/ebc>, acesso em 08/03/2019.

NAPOLITANO, Carlo Jose. **TV pública de âmbito internacional: uma análise comparativa entre Brasil e Portugal.** Revista Eptic.v.19, nº3, set-dez, 2017. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/7265/5867>, acesso em 30/01/2019

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **Confira o documento dinal do Fórum de TVs Públicas,** 11/05/2007. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362>. Último acesso em 21/06/2019.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **Câmara dos Deputados conclui votação da MP que cria a EBC.** Publicado em 27/02/2008. Disponível em <https://bit.ly/2HdNYi8>

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **Congresso aprova MP que cria TV Brasil; Lula deve vetar artigo.** 12/03/2008b. Disponível em <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=20653>

ORTIZ, Renato. **A procura por uma sociologia da prática.** (p. 7-36) in BOURDIEU, Pierre. Sociologia. Renato Ortiz (org.) Paula Monteiro e Alícia Auzmendi (trad). São Paulo: Ática, 1983.

PAULINO, Fernando Oliveira e DA SILVA, Luiz Martins (org). **Comunicação pública em debate: Ouvidoria e rádio.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PEDUZZI, Pedro. **Temer sanciona lei que reestrutura a EBC.** Agência Brasil. 02/03/2017. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/temer-sanciona-lei-que-reestrutura-ebc>, acesso em 22/06/2019.

PENG, Ricardo. **NBR – A TV do governo Federal.** Florianópolis, Combook: 2014.

PEREIRA JR., Alberto. **Criado por Lula, canal TV Brasil luta contra traço em audiência.** Folha de S. Paulo. 02/12/2012. Disponível em <https://bit.ly/2IrNshc> . Acesso em 22/06/2019.

PIOVESAN, Eduardo. **Plenário pode concluir hoje a votação da TV pública.** Publicado em 26/02/2008a. Disponível em <https://bit.ly/2XZhKhP>

PIOVESAN, Eduardo. **Câmara conclui votação da MP da TV Pública.** Publicado em 26/02/2008b. Disponível em <https://bit.ly/2ZHp3eG>

PIOVESAN, Eduardo e MACEDO, Idhelene. **Câmara aprova TV pública e vota destaques nesta quarta.** Publicado em 19/02/2008. Reportagem da Agência Câmara. Disponível em <https://bit.ly/2J5rcd8>

PIERANTI, Octávio Penna. **Políticas públicas de radiodifusão no governo Dilma.** Brasília: UNB, FAC, 2017 disponível em: <https://facivros.wordpress.com/2017/09/29/politicas-publicas-de-radiodifusao-no-governo-dilma/> Acesso em: 15/10/2017

_____. **A radiodifusão pública resiste:** no Brasil e no Leste Europeu. Brasília: FAC Livros, 2018. Disponível em: https://facivros.files.wordpress.com/2018/08/a-radiodifusc3a3o-pc3bablica-resiste_a-busca-por-independe3aancia-no-brasil-e-no-leste-europeu.pdf, acesso em 10/01/2019.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O rádio educativo no Brasil:** uma visão histórica. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Soarmec, 2009.

POUPART, Jean. **A entrevista de tipo qualitativo:** considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. POUPART *et. al* (org). Ana Cristina Arantes Nasser (trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Sociologia).

PORTINARI, Natália. **Como os governos Lula, Dilma e Temer torraram R\$ 6 bilhões no devaneio de criar a BBC brasileira.** Revista Época. 17/08/2018 (versão on line da capa O Mico da TV Pública). Disponível em <https://glo.bo/2JcycYc>, acesso em 22/06/2019.

RADIOBRÁS. Celso Nucci (org) **Manual de Jornalismo da Radiobrás:** Produzindo informação objetiva em uma empresa pública de comunicação. Brasília: Radiobrás, 2006.

RAMOS, Murilo César. **Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil.** In. Políticas de Comunicação: Buscas teóricas e práticas. Ramos, Murilo Cesar e dos Santos, Suzy (orgs.). São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção comunicação).

RIBEIRO, Clara. **À Record, Jair Bolsonaro diz que irá privatizar ou extinguir TV Brasil.** Observatório da Televisão. 29/10/2018. Disponível em <https://bit.ly/2WNfdXw>, acesso em 22/06/2019.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROUSSEFF, Dilma; BERNARDO SILVA, Paulo e MARTINS, Franklin. **Mensagem ao presidente da República sobre a MP nº 398, 10/10/2007.** Exposição de Motivos

Interministerial n° 4 SECOM-PR/CCivil/MP. Disponível em <https://bit.ly/307AHQQ>, acesso em 22/06/2019.

SAMPAIO, Cristiane. **Um ano após o golpe, jornalistas da EBC denunciam desmonte da comunicação pública.** Brasil de Fato. 01/09/2017. Disponível em <https://bit.ly/2gwjwWV>, acesso em 22/06/2019.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado.** São Paulo: Hacker editores, 2001. 216 p.

SANTANA, Greicehelen. **TV Brasil estreia nova programação com mais acessibilidade, cultura e educação.** Observatório da Televisão. 10/04/2019. Publicado em <https://bit.ly/2GtKD47>, acesso em 10/03/2019.

SARDINHA, Edson. **Lula veta artigo da lei que cria a TV pública.** Reportagem do Congresso em Foco. 08/04/2008. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/lula-veta-artigo-da-lei-que-cria-a-tv-publica/>

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar.** (p. 47-64) in *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados.* São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

SCHÜLER, Fernando. **É ético usar uma TV pública como máquina de propaganda do governo?** Revista Época. 08/06/2016. Disponível em <https://glo.bo/2YrQngd>, acesso em 22/06/2019

SCORSIM, Ericson Meister. **Delimitação conceitual das TVs estatal, pública e privada.** Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/delimitacao-conceitual-das-tvs-estatal-publica-e-privada/>, acesso em 20/09/2017

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.** Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2002 N° 20.

SEVERINO, Tiago Nunes. **As disputas de poder pela Empresa Brasil de Comunicação.** Apresentado no XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-1651-1.pdf>, acesso em 15/01/2019

SJPDF, Sindicato dos Radialistas DF, Comissão de Empregados da EBC. **Sindicatos dos jornalistas e radialistas e Comissão de Empregados repudiam postura da direção da EBC sobre revisão do plano de carreira.** 05/11/2012. Publicado na Revista Fórum / Blog da Maria Frô. Disponível em <https://bit.ly/2LNoG00>, acesso em 22/06/2019.

SJPDF. **Greve da EBC em 2015 e Acordo Coletivo.** 18/12/2015. Disponível em <https://bit.ly/2JGQqAt>, acesso em 22/06/2019.

SJPDF. **Entidades cobram medidas concretas para garantir autonomia na EBC.** Documento foi entregue ao ex-chefe da Secom-PR de Dilma, Edinho Silva. 25/02/2016. Disponível em <https://bit.ly/2wL5V4m>, acesso em 22/06/2019.

SJPDF. **Dossiê: Censura e governismo na Empresa Brasil de Comunicação.** Publicado em 30/08/2018. Disponível em <http://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/3722-trabalhadores-denunciam-mais-de-60-casos-de-censura-e-governismo-na-ebc> em 30/08/2018..

SJPRJ. **EBC deve fazer concurso para jornalista sênior.** 23/05/2012. Disponível em <https://bit.ly/2wm56wZ>, acessada em 05/11/2017.

SJPRJ. **Funcionários da EBC protestam por plano de carreiras.** 26/04/2013. Disponível em <https://bit.ly/2WKSfQM>, acesso em 22/06/2019

SMITH, Plinio Junqueira. **A percepção como uma relação: Uma análise do conceito comum de percepção.** Analytica. Revista de Filosofia. V. 18, n. 1, p. 109-132. 2014. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/2326> , acesso 26/03/2019.

SOUZA, Gabriel. **Bolsonaro diz que vai extinguir ou privatizar a TV Brasil, criada por Lula.** Notícias da TV. 29/10/2018. Disponível em <https://bit.ly/2WJshgo>, acesso em 22/06/2019.

TELA VIVA. **Abepec tem novo estatuto.** Agência Tela Viva News. 08/02/2010. Publicado em <https://bit.ly/31MtPJv>, acesso em 10/03/2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são.** (volume I) Florianópolis: Insular, 3ª ed. 2018. 224p.

_____. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, V II, 3.ed. ver. 2018a. 208p.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas.** 3ªed. São Paulo: Summus, 1993. (Novas bucas em Comunicação; v. 43) 116 p.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality.** The Free Press, New York, 1978.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** Karina Jannini (trad.) 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

UNESCO. **Public Broadcasting: Why? How?.** 2001. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058Eo.pdf> , acesso em 20/10/2017

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira.** 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

VELHO, Gilberto. **O desafio da proximidade.** (p. 10- 19) In Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** (p. 121 - 132) in Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-jez? Paris, 1995. Tradução resumida, Elizabeth Brandão. Disponível em <https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf> , acesso, 10/08/2017.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS¹⁰⁷

Entrevista 1

Praça atual: Brasília

ano de admissão: 2014

1. Gostaria de começar tratando da sua atividade profissional como jornalista. A EBC é sua primeira experiência em comunicação pública?

Eu me formei em jornalismo em 2007, comecei a trabalhar em 2008, minha primeira experiência em pouco com comunicação pública foi na universidade, fui estagiária da rádio (...), já tinha uma visão diferenciada do que era atuação em comunicação, apesar de lá não ter disciplina nem discussão sobre Comunicação Pública. A gente tinha um *feeling* de que era diferente porque era a rádio (...), mas na minha universidade naquele tempo não tinha essa discussão. E saindo de lá eu comecei a trabalhar diretamente com política (...) trabalhei em vários veículos diferentes, saí um pouco de política, praticamente com online até 2014 quando saio do mercado privado pra vir assumir a vaga aqui em Brasília. Até então eu tinha trabalhado só com o mercado privado.

2. E a escolha pelo serviço público, era um desejo? Como foi a decisão de prestar concurso pra EBC?

Não, não foi. Eu até hoje tenho dificuldade de me falar como servidora pública. Não assumo essa postura, é uma questão que infrento comigo mesmo. O que tem de tão negativo, de tão ruim, em se assumir uma servidora pública? Mas a comunicação pública sempre foi uma escolha sim. O meu TCC na faculdade foi sobre a implantação da TV Brasil Internacional (...) Então minha primeira experiência com a EBC foi assim, cheguei pra fazer minha pesquisa, meu trabalho de campo, era 2006, a TV já estava institucionalizada, fazendo intercâmbio com outras TVs da América do Sul, da África, (...) daí eu estudei a implantação de uma grade conjunta, da noção de uma cidadania sul-americana a partir da construção do discurso da TV Internacional. Quando estava no final do meu TCC já tinha a notícia de que ela seria incorporada à EBC, que vinha sendo negociada. Isso era 2006 ou 2007. Então já funcionando este processo de que seriam incorporados. E nesta época eu sempre tive vontade de trabalhar na Agência Brasil. Eu gostava muito do conteúdo, aberto, que todo mundo podia distribuir. E eu comecei a trabalhar (...) em março de 2008 no portal do IG e meu trabalho era como redatora, acompanhar o material da Agência Brasil e replicar no nosso site. De acordo com nossos padrões, o que é manchete ou lide pra gente. Durou só um mês esse trabalho, mas depois eu vi que fazia parte do grupo [da EBC]... Falei, poxa, é isso. Porque eu sentia, quando estava na faculdade, achava a Telesur o máximo porque tinha aquela angústia de "não quero trabalhar pra Globo" e também "mas não quero morrer de fome". Então surgiu a comunicação pública como caminho viável de carreira

¹⁰⁷ Foi realizada transcrição da íntegra de todo o material visando a posterior análise, mas para este anexo suprimimos trechos que identifiquem os entrevistados para resguardá-los de qualquer tipo de constrangimento por conta do depoimento prestado.

dentro do jornalismo no Brasil. Então eu acompanhei, fiquei sabendo do concurso de 2011, eu estava empregada, tudo bem, e não fiz. Mas o seguinte eu prestei e entrei.

3. Você sente ter espaço pra fazer sugestões, é pedido de você, parte do seu interesse sugerir pautas, enfoques?

Hoje sou repórter de rádio. Espaço tem pra sugerir. Se a sua sugestão vai ser aceita ou se a sua reportagem vai continuar ela mesma ou virar um *alien* depois que você entregar é outra história. Eu, particularmente, depois de todos esses anos, tento focar em entregar o meu trabalho diário. Tento ficar com minha consciência limpa enquanto isso, tento fazer o máximo que deve ser feito enquanto jornalismo, e os outros processos são outros processos que não dependem de mim. Às vezes você manda uma sugestão de pauta que... Eu costumo falar assim pros meus chefes: chego na redação com um bolo de noiva e quando a matéria vai ao ar, virou um cupcake. Então é mais ou menos isso. Mas o espaço tem, pra sugerir, também depende um pouco do seu grau de negociação e de atender as demandas das chefias às vezes, tipo vou atender aqui porque quero sugerir uma pauta pra ver inteira no ar semana que vem.

4. Então você acha que conforme seu nível de amizade ou cumplicidade com os interesses da chefia as coisas que você acredita que devem ir ao ar, aumenta a chance.

Sim, ganho, tenho, mais credibilidade, que eles tem mais parcimônia pra me ouvir por causa de uma certa postura de ter empatia com eles em várias situações. Às vezes eu brigo e quebro o pau publicamente, até tenho que controlar, mas no dia a dia, precisa disso, “ok, vamos tentar, vamos”. Eu não sei o quanto é ético, o quanto é bom isso, vivo com várias questões, mas acho que consigo emplacar mais coisas porque tenho parcimônia e tento considerar as demandas deles, fazer um esforço lógico, pra considerar as demandas deles legítimas, pra que esse esforço seja refletido nos meus pedidos depois.

5. E com relação não às chefias, mas ao colegas da sua equipe, você sente um ambiente de parceria?

Sinto na Rádio Nacional um ambiente de parceria maior, e de comprometimento maior do que em outras áreas por onde eu já passei. Um senso maior de responsabilidade social e ética enquanto produtor de notícia também, uma noção de parceria muito grande. Então se a gente sabe que uma pauta vai dar problema, todo mundo, mesmo em casa e à toa, faz uma força tarefa pra garantir argumentos e informações pra aquele repórter negociar a pauta com a chefia. Isso é uma coisa que acontece. Às vezes a gente vê que a pessoa tá começando a ter problema, a gente se junta pra ajudar na linha de interpretação de dados que o repórter está tentando passar ali. Isso é uma coisa fundamental que eu tenho sentido hoje nesta equipe.

6. Você comparou com outros lugares que já ocupou na empresa. Você acha que isso tem a ver com a noção do fazer comunicação pública ou isso é ética jornalística, apenas?

Acho que tem mais a ver com fazer comunicação pública porque tem a ver com a estrutura da empresa pública, você pode ser mais repórter, essas coisas tem outra lógica do que no mercado privado. O que eu sinto, da época em que eu trabalhava no mercado privado era que essa ética

do jornalismo ela ficava visível na competição entre repórteres. Todo mundo quer a matéria que é a mais difícil porque é a manchete, é a que vai te dar mais recursos, mais conhecimento no jornal, sabe? Mais espaço e melhores condições de trabalho no futuro. Se você é um repórter mancheteiro, que emplaca furo, dois, três, quatro, isso vai implicar no mercado privado fazer depois de um tempo uma matéria por semana ao invés de quatro ou cinco num dia. Então isso te dá qualidade de vida. Então eu via este mecanismo, de ética enquanto jornalista, relacionada com minha qualidade de vida profissional. Na comunicação pública é outra lógica. A nossa qualidade de vida já está garantida, é claro que fiz também coisa assim, por exemplo, um mecanismo que me referi de relação com chefias, no mercado privado, é claro que eu também fiz da chefia pedir olha, preciso que alguém faça essa matéria aqui que é seminário do patrocinador e tire dali um lide verossímil. E eu disse, topo, vamo lá. Então também fiz isso no mercado privado. Pra depois dizer "eu quero cobrir esse julgamento aqui" e me disseram então pega o carro e vai porque eu era, muito nova, aquela que pedi pra ir pra rua. E em compensação fazia isso. Então me questiono sobre postura ética. então não sei se é ética ou comunicação pública. Porque em outros setores o que eu via muito era, isso aqui vai dar tanta polêmica, então o que eu via era criar um simulacro bem grande pra dar e não vir ninguém me cobrar da polêmica. E foi por isso que mudei de setor. (...)

6. Sobre a interferência política, você já falou de certo filtro da chefia. Eu estou interessada num olhar com perspectiva histórica da empresa. Você percebe que o tom é diferente conforme período, na relação com as chefias?

A primeira coisa que eu posso dizer é que quando eu cheguei, em agosto de 2014, eu não tinha ideia de todo este processo de incorporação e tudo mais que envolveu a composição do corpo de funcionários e patrimônio da EBC. A primeira coisa com que me deparei eram pessoas que politicamente chamavam a EBC de EBN. a Isso era terrível, porque a noção de cidadania, de serviço público enquanto de Estado e voltado pra população e tudo mais não existe nesta visão.

Então, aí eu me deparei também com outra situação que era: comecei a descobrir que apesar de empresa pública, apesar do concurso que eu tinha prestado, o nível mínimo de chefia já era ocupado por pessoas que não eram concursadas e não tinha necessariamente vínculo político com o governo que tava no poder, por exemplo. Minha chefia de produção e reportagem que era a pessoa imediatamente acima de mim era amiga de fulano e fulana e estava lá desde que a EBC foi institucionalizada enquanto EBC e não tinha a mínima identidade com aquilo que estava ali. Eu não sei mais o que posso falar neste processo. É claro que conheci um pessoal com quem me alinhei mais que tinha um pouco de noção de comunicação pública porque um dos argumentos que eu ouvia mais facilmente assim, isso já mudou, até uns dois anos atrás, é que quando a gente argumentava "a gente tem que fazer comunicação pública, sabe?", mas aí alguém vinha alguém tipo: "mas o que é?" (...) Eu carrego na bolsa uns livrinhos. Quando eu vim pra EBC entrei na livraria e comprei uma meia dúzia (de livros) tudo que achei na livraria, eu trouxe. Alguns eu já tinha lido na época da faculdade, essas coisas por causa do meu TCC. Poxa, eu acho que eu não sou uma expert, mas tenho uma noção do que é comunicação pública. Porque essas pessoas ficam negando que exista uma noção clara e mais ou menos definida o que é comunicação pública? Eu via que tinha este embate. E neste corpo de funcionários em que me incluo, umas pessoas que vem com uma bagagem da discussão acadêmica e social,

dentro da sociedade civil, do que é comunicação pública e já chegam na EBC com esta mesma visão que eu cheguei de comunicação pública enquanto carreira. Que é diferente de outra parte dos funcionários que a gente encontra aqui.

7. Porque este debate diminuiu nos últimos dois anos?

Não sei se é porque o Conselho Curador acabou, então comunicação pública morreu, ninguém se sente na necessidade de dar este argumento porque a maior parte do meu trabalho nos últimos dois anos eu me sinto velando um corpo. É a situação real da comunicação pública. E agora neste momento fica ainda mais gritante este sentimento que eu tinha porque agora a gente vai enterrar. Então esta é a minha sensação todos os dias ultimamente quando entro na EBC, nunca achei que ia sentir que esse sentimento de velório ia fazer sentido, infelizmente talvez a gente enterre agora. Mas eu não sei se tem a ver também com minha mudança pra rádio que tem uma dinâmica diferente que é fazer chegar informação na Amazônia e em outros lugares, acho que a rádio tem uma dinâmica diferente de pensar tudo isso. Talvez, embora não estivesse incutido essa noção de estudar academicamente, internacionalmente, o que é comunicação pública, na rádio tem um pouco de funcionários que sabe o que é fazer chegar o direito a informação porque a gente tem uma infraestrutura de rádio com 60 anos que tão chegando em lugares no Brasil que outros meios não chegam, ou que chegam totalmente enviesados porque é o jornal do prefeito, coisas assim. Talvez na rádio tenha uma cultura, que pode dar uma olhada de onde surge, todo mundo já fez um tourzinho nas estruturas da amazônia, (...) ver o que é aquilo... a gente recebeu algumas coisas agora de volta via mídia sociais das pessoas em Alto Solimões com os carros abertos na rua com a caixa de som acompanhando as apurações das eleições pela Rádio Nacional. Então a gente tem outra noção, mais orgânica, do direito à informação, quando a gente está na rádio. E outra coisa que eu queria falar... talvez por causa da interação essa noção orgânica, da rádio com o ouvinte, a gente tem mais noção real, concreta. Porque uma das coisas que me angustiava era parecer que seu trabalho era só uma folha no vento.

8. Com relação à interferência política, você acha que há interferência política no seu trabalho, é diferente dependendo os veículos e o período, como é isso?

Eu vejo interferência quase igual (ao longo do tempo), mas (mais recentemente) sob o signo do medo. Então era do medo e do silenciamento. (...) Por exemplo, uma das coisas que mais me afligem é, quando a discussão de um projeto de lei está polêmica, entra o argumento de que “é só uma discussão é só uma lei, quando for pra sanção, vira notícia”. Eu falo, “gente, debate, poder público, representação, tudo isso não é notícia. (...) Agora, já vi projetos em estado inicial em comissões virando notícia. Mas tinha sido encomendado. (...) Também vi interferência de sair da minha mão de um jeito quase pronta, e no ar, eu ouvir que entrou 45 segundos de sonora. Ninguém, produtor, repórter, sabia que isso ia existir.

9. E isso mudou antes e depois do *impeachment*, sempre foi assim, é um modus operandi e só mudou o sinal?

Agora né, apesar de só meus 4 anos, eu cheguei no governo Dilma, peguei duas presidências da EBC, depois governo Temer mais uma presidência, e agora, por incrível que pareça, eu comecei a me sentir maluca, eu não sei se é um processo kafkiano, não sei de que chamar, uma

matrix... Hoje, duas semanas depois do primeiro turno, depois da eleição, eu já sou questionada abertamente pra apresentar argumentos para sustentar matérias que parecem que são desfavoráveis, ou críticas ao PSL, partido do Bolsonaro. (...) reportagem feita com dados abertos e editor me solicitou reconfirmar com assessoria da Câmara. Fiquei me perguntando: ou partem do princípio de que construo narrativas falsas, ou eles já viraram a chave de quem é “o patrão” agora. Então, como sou eu que estou contando, é claro que eu não acho que faço narrativas falsas.

10. Você falou sobre velar um corpo. Você acha que a Ouvidoria influencia o seu trabalho, que o Conselho Curador influenciava seu trabalho? Você comentou que houve um antes e depois do Conselho...

Nos dois casos, a gente usava abertamente o Conselho e a Ouvidoria como fundação pras nossas discussões e brigas dentro da redação pra passar notícia e como legitimidade. Várias vezes recorria: “olha, na discussão tal do Conselho discutiram isso e eu estou seguindo tal padrão”. Ou conforme a Ouvidoria “há um erro frequente e por isso estou fazendo assim”. Era um ponto de apoio, de legitimidade e defesa do nosso trabalho, não só pra mim mas pra várias pessoas. E, por exemplo, eu me lembro claramente de uma vez que veio um boletim da Ouvidoria apontando problemas sérios intrinsecamente ligados ao meu trabalho (...) eu mandei um e-mail pra minha chefe porque eu e várias pessoas tínhamos o hábito de ler, o dia que saía era conversa entre nós, e eu lembro que mandei um e-mail para minhas chefes imediatas, chefe de reportagem e gerente e falei que queria conversar sobre o boletim. Eu achei, né, que ia levar um bronca, como é que aquilo tinha chegado assim? E, pra minha surpresa tudo que me disseram foi “fica calma, a gente não liga pra Ouvidoria, eles não entendem nosso trabalho”. Enquanto eu dizia que eu concordava com algumas coisas e eu queria conversar sobre como eu posso melhorar. Foi um banho de água fria. E essa experiência da reunião foi marcante porque no mercado privado eu trabalhei em dois veículos que tinham ombudsman, não foi a primeira vez que eu passei por este processo [de grande crítica do ombusman] (...) é claro que também teve um processo da minha chefe ir atrás do ombusman, mas teve um processo difícil de passar por nós e dizer onde a gente errou. Então isso dificilmente eu vi na EBC. A incorporação das críticas na redação, como eu vi na minha experiência do privado.

11. Posso inferir do que você está dizendo que o trabalho do Conselho e Ouvidoria servia mais à reportagem do que efetivamente para uma correção de rumos pelas chefias?

Sim. Tanto que em vários momentos, por exemplo, os boletins da Ouvidoria eu tinha acesso, as discussões do conselho também, mas aquele processo que eu sei que existe da crítica ser repassada pro setor e o setor responde, isso nunca chegou em mim e em várias pessoas. Isso fica retido num nível de chefia e podia ser uma coisa dizendo claramente que era meu trabalho, mas nunca chegava em mim.

12. Sobre a influência dos cidadãos, como você avalia os mecanismos que existem e existiram? Você acha que há caminhos suficientes pros ouvintes entrarem em contato, muda de veículo pra veículo?

Muda dependendo do veículo, tem mais proximidade de lugares mais longínquos (...)

13. Pra ir fechando, vamos tentar umas sínteses. Pra você, o que é radiodifusão pública?

Acho que tem duas vertentes que às vezes conflitam, mas são muito importantes. Um que a gente tem que garantir direito a informação, a ouvir e ser ouvido. Isso implica papéis diferentes pro meu trabalho de repórter. Implica que eu consiga contar versões e trazer vozes diferentes do que está sendo disseminado. Me incomoda quando minhas reportagens tem as mesmas narrativas e manchetes do mainstriming, vamos dizer assim, e acho que trazer narrativas diferentes é meu papel. Se não trago, eu acho que cumpro mal o meu papel de reporter de radiodifusão pública. Ao mesmo tempo que, a gente precisa garantir o direito a informação de lugares e espaços em que só a narrativa convencional já faz diferença de chegar. Então é uma briga de fazer o factual todos os dias ou fazer especiais. Pra mim é a dialética, se é que eu posso usar essa palavra, do que é fazer radiodifusão pública.

14. Que elementos são fundamentais pra chegar a esta conclusão, fazer essa diferença de público e privado. O que pesa? Universidade, mercado, discussões internas...

Essa pergunta é difícil, minha tendência é dizer do conjunto da experiência. Mas acho que tem muito da formação universitária, de pensar jornalista como ator social, tem a ver também com minha experiência pessoal enquanto lugar de fala, de onde eu saí, da periferia, experiência profissionais, eu já tinha vivências dentro de movimentos sociais, essas coisas antes de entrar na EBC. (...) Eu já venho de uma história de romper narrativas tradicionais. Então eu me interessei por elas. E tive experiências difíceis no mercado em que eu tenho que dar matéria que dá clique. Não sei se respondi.

15. Acho que sim, mas eu queria insistir se internamente na EBC tem espaços que colaborem pra pensar sobre essa diferença que você está apontando que existe, por exemplo que tem uma educação corporativa que funciona, enfim, espaços que estimulem a chegar a conclusões sobre estas diferenças entre comunicação pública e privada.

Olha, única e exclusivamente uma certa coersão, coersão não, esta palavra é ruim, mas uma certa influência moral dos colegas que trabalham comigo e que pesquisam ou tem essa noção. Eu não sei se isso é discutido, eu sou repórter, minha convivência é com repórteres, no máximo produtores, não sei se isso existe nas chefias hoje, não sei se tem este nível de discussão na chefia, não sei se acontece na minha esfera de trabalho, eu e os outros repórteres pensando o que a gente tá fazendo. Eu não tenho, não lembro de ter tido em nenhum momento algum estímulo da empresa pra pensar sobre comunicação pública.

16. E o que acontece em outros países em termos de comunicação pública te influencia de algum modo?

Sim, sim! Eu sempre acompanhei muito a BBC, da DW também porque me interessei muito por como mantiveram toda aquela estrutura e não mandaram tudo no lixo depois do nazismo. Então... me pergunto muito sobre isso, se vale a pena jogar a gente no lixo ou não... eu falo: poxa, parece que tá tudo errado, a Alemanha fez e tá lá hoje. Às vezes eu sou a que diz: joga tudo fora! Claro que eu sei que é uma perspectiva diferente o que fazem internacionalmente em comparação com o que fazem internamente e tudo mais. Mas acompanho, uma das coisas que

me levou a estudar inglês e alemão era minha necessidade de dizer: vai acabar comunicação pública no Brasil, eu quero ter requisitos básicos pra continuar fazendo em outros países.

17. É possível fazer radiodifusão pública no Brasil, na EBC? A gente faz?

Não sei. Eu tenho pensado muito em outras estruturas. Outros modelos, não sei se é possível dentro de uma estrutura de estado fazer comunicação pública. Participado de iniciativas de sociedade civil organizada que fazem o que eu chamo de comunicação pública. Freelas, participado de conselhos, de, por exemplo, que é isso, veículos que tem financiamento internacional de fundações, centros de pesquisa de outros países, pra fazer o que na prática, olhando assim, funciona como comunicação pública no Brasil. Então hoje eu sou talvez uma partidária de que a gente vire uma simples agência que vai gerir numa instrutura próxima do que a gente chama Lei Rouanet, contratos de concessão, gerir uma estrutura em que a sociedade civil apresenta um projeto de comunicação pra certa região ... e a gente financia. É uma ideia maluca na minha cabeça, tem outras pessoas discutindo isso, mas eu hoje sou pessimista de conseguir fazer comunicação pública dentro de uma estrutura de Estado. Talvez tenha a ver um pouco com meus estudos (...) uma coisa que nasceu em um terreno com determinado fim ela é indissociável dele. E estou pensando no que foi o processo de formação da EBC com incorporação de Radiobras e tudo mais. Neste sentido penso que tem que jogar o bebê com a água suja, também.

Entrevista 2**Praça atual: Brasília****ano de admissão: 2007****1. Você veio pra Radiobrás porque queria se empregar no serviço público?**

O concurso da Radiobrás foi relâmpago, porque a empresa era muito menor na época e tinha uma regra diferenciada, abriram sem grande alarde, tipo três dias de inscrições no próprio órgão. Eu soube e vim fazer. Eu gostava já da ideia de comunicação pública, mas tudo muito longe do perfil de funcionário público... eu já tinha ideia do que eu queria, queria fazer jornalismo cultural, trabalhar com rádio e TV, e no serviço público eu só poderia exercitar isso na Radiobrás e na TV Câmara, no núcleo de produção dela. Mas na Radiobrás já vinha sendo implantada editorialmente uma transição pro serviço público pelo Eugênio Bucci, essa ideia de que não é porque a empresa é estatal que tem que fazer comunicação estatal se se pode fazer comunicação pública como diz na constituição que deve ser, então a Agência Brasil, que era a menina dos olhos naquele momento, sempre teve isso, da menina dos olhos da empresa... como o Bucci vinha da academia, eram do Intervozes, da Oboé, experimentaram cobertura do estado, da vida nacional, e a outra que esqueci, mas era o manual de jornalismo da Radiobrás. A EBC foi criada depois, mas essa mentalidade de que deveríamos fazer comunicação pública já existia, especialmente na Agência Brasil, a cobertura já era muito mais do que poder.

2. Sobre a rotina de produção, pauta, etc. você acha que tem rotinas específicas pra comunicação pública na EBC, ou se assemelha ao setor privado?

Isso tem a ver com como a empresa se organiza e foi se transformando ao longo dos anos. No início, a ideia era ter grandes centrais, de pauta, produção e reportagem. Isso era bom porque todos os dias os chefes se reuniam e definiam as prioridades da empresa. Naquele momento, sociedade civil era mais prioridade do que o que fazia o governo. Então cobria movimentos sociais e isso era mais prioridade do que poder, inclusão digital, sem terra, sem teto, etc. Isso é pré e começo da EBC. Mas a estruturação da empresa foi feita com pessoas do mercado que começaram a achar que não fazia sentido e precisava ter cobertura própria pra cada veículo. Nas rádios, onde os gestores foram mantidos, a cobertura anterior se manteve. A TV Brasil se aproximou dos veículos privados. E na Agência Brasil, no início da EBC, virou uma prioridade de economia pelo perfil do gestor, que setorizou a cobertura. (...) Depois a coisa ficou esquizofrênica. Hoje, na TV Brasil, à exceção do núcleo de programas especiais que faz mais reflexão, se aproxima do que fazem os veículos privados; Agência Brasil se aproxima do online que todo mundo faz, dá mais é poder, agilidade e *hardnews* de on line, antes não tinha esse compromisso de ser o digitador mais rápido, mas o mais completo e interessante; nas rádios tá com foco que era da Nacional, cobertura política é foco, programação com prestação de serviço. Eu não vejo diferencial na pauta, vejo no olhar dos profissionais, não é orientação da casa. E isso aconteceu principalmente depois do governo Temer, ponderações maiores, casos de censura mais abundantes do que existiam antes, porque sempre houve acusação de censura na empresa e sempre teve profissionais habilidosos para burlar as censuras, que sempre foram mais

autocensura do que censura propriamente dita. Eu nunca lidei e nem vi colegas lidando com orientações do Palácio do Planalto pra determinadas coberturas antes do governo Temer. Depois, comecei a ter esse tipo de notícia da chefia, que dizia de chamadas da Secom-PR porque “desequilibrou” determinada cobertura que não ouvia governo. Hoje a empresa não se preocupa em dar um olhar público, mas tem muitos profissionais preocupados com isso.

3. Você acha que governos Lula e Dilma tinham preocupação com olhar público?

No primeiro governo Lula havia, na transição Radiobras-EBC havia, no segundo governo Lula, quando a TV pública passou a entrar no foco da cobertura dos outros veículos, passou a ser chamada de TV Lula, havia uma dificuldade na EBC de desvincular o trabalho da empresa toda do da TV Brasil, houve uma ruptura no trabalho da TV, mas o resto foi poupado. Apesar de que a gestão fez a Agência Brasil ficar focada em poder. Mas determinante mesmo foi o Governo Temer. Começou a ter chapa-branquismo realmente muito escancarado na Agência Brasil. Quando começou o *impeachment* e houve a transição, e o Temer era interino, ainda havia uma gestão resistente a mudança de cobertura. Mas depois que ele entrou as coberturas mudaram muito. Alguns núcleos resistem porque a cobertura sempre foi muito diferenciada, como são os especiais da TV Brasil. Afeta mais o *hardnews* e afeta mais o jornalismo, muito mais do que a programação. Programa cultural vai ser programa cultural.

4. Já que você está falando de um momento de rompimento, queria abordar a Ouvidoria e o Conselho Curador. Você acha que o fechamento de um e as mudanças na Ouvidoria influenciaram e influenciam seu trabalho?

Isso não fica muito claro enquanto repórter, editor, produtor, não vem uma coisa assim “o Conselho mandou determinada cobertura acontecer”. A Ouvidoria é um caso à parte. O Conselho Curador era um guardião da linha editorial da empresa, estava apurando e reapurando a cobertura. Sempre fez mais diferença na vida do gestor do que dos outros trabalhadores. Se tem que reforçar a cobertura de comunicação pública ou comunicação social como diz o manual, então o gestor orientava mais a pauta neste sentido. Então o dia a dia sente os reflexos, mas não percebe claramente.

5. Mas esses conteúdos da Ouvidoria e do conselho não poderiam ser usados contra uma orientação que vem de cima? Ouvi algo assim de outros colegas.

Embora o dia a dia, quem tá no operacional esteja muito propenso a não parar pra refletir sobre a própria cobertura, o material sempre esteve muito disponível. Um dos representantes do Conselho era representante dos empregados. Teve o Lourival Macedo primeiro, eu vejo que ele fez uma atuação mais da defesa do empregado que não sei se contribuía muito pro debate editorial, na época eu tinha dúvida e hoje eu tenho certeza de que não. Depois veio o Strozi que pegou um tempo maior de Radiobras, veio de São Paulo, então tinha noção de pilares de comunicação pública que tinham se criado aqui. Depois teve a Eliane Golçalves que foi uma

baita vocalizadora das questões editoriais propostas pelos funcionários e fazia um *follow* importante com os funcionários também. Desenvolvia isso de forma muito brilhante com blog, vídeos, contato constante com a gente. E a Akemi dava continuidade a este trabalho. Então neles eu via que tinha um espaço de reflexão.

Com relação à Ouvidoria também variou muito conforme a gestão da Ouvidoria. Quando eu cheguei tinha a coluna do ouvidor na Agência Brasil, os gestores detestavam porque o ouvidor era um *ombudsman* e defendia o ponto de vista de um e-mail mais do que critica da gestão e contaminava os funcionários... eu não compro muito essa ideia... era o Paulo Machado, que passou a fazer a mesma coluna na TV, no então Repórter Nacional e um programete de rádio. Depois teve a fase dos ouvidores adjuntos, o Paulo da Agência, o Paulino das rádios e o Lalo na TV, além de ouvidor geral. Eram baita nomes, o Lalo escreveu sobre a BBC e tinha um referencial. O programa de rádio criado pelo Paulino era maravilhoso, debatendo com os profissionais os programas, o jornalismo, com os funcionários e a sociedade civil e impactava na nossa rotina aqui. Em seguida veio a Regina, que remodelou o programa da TV, do Rádio e o trabalho na agência, de uma forma interessante também, mas mais acadêmica e, por último, até onde eu estava acompanhando, veio a Joseti que criou a Ouvidoria interna, pra tentar resolver na via da conciliação os problemas internos, e passou a produzir relatórios que chegam aos gestores e os funcionários não recebem esses relatórios, fazendo análises críticas severas e contumazes, eu tive acesso porque fui gestor, eram interessantes ao motivar reflexão mais profunda, mas não eram um trabalho de ponta, acessível a todos. E eu vi usos da Ouvidoria pelos funcionários de forma um pouco deturpada, por exemplo, tentativas de resolver conflitos que poderiam ser resolvidos entre funcionário e gestor a partir desta outra instância que gerava dilemas éticos na equipe. Mas esta última troca agora é das coisas mais deprimentes possível, com Cristiane Samarco, que foi diretora-geral e Lourival, que foi diretor de jornalismo, e que se comprometeram com a gestão da empresa. Deveriam, ao ser convidados a serem gestores na Ouvidoria, ter a hombridade de dizer não, deveriam declarar suspeição. Eu não vejo problemas de funcionários dentro da Ouvidoria, especialmente do operacional. Agora, quem teve acesso privilegiado a todo tipo de informação, parece das ações mais esdrúxulas possíveis.

6. Como você vê o espaço para participação do público já que até o manual lança mão da expressão de jornalismo cidadão? Como é onde você está, ou onde esteve antes?

Natureza do rádio é muito diferente. Na Amazônia onde trabalhei por muito tempo tem programas que são especificamente criados para lidar com as necessidades do ouvinte, cidadão em quem a gente tá focando nosso trabalho. “Ponto de Encontro”, por exemplo, cumpre papéis de estabelecer contato, reencontro de familiares aos montes. (...) Mas em geral não tem esse estímulo de participação popular não. Houve êxito de experiências de estímulo a participação do ouvinte, mas é episódico. Tipo denúncias que chegaram e fomos atrás e conseguimos dar resposta. Mas isso não é um estímulo da empresa de modo geral. É aquela coisa, o cidadão pode pautar os veículos? Pode. Pode usar a Ouvidoria. Mas não há estímulo para isso em tudo, no geral. Tem pontualmente, com *whatsapp* agora na Nacional da Amazônia tem um programa que estimula participação dos jovens pra pedir música, dar opinião sobre um tema. Mas como cidadão, me colocando no lugar, eu não vejo caminho.

7. Estamos falando de comunicação pública, de radiodifusão pública, pra você, o que é isso?

Eu ainda tenho comigo que este conceito não é fechado. Principalmente porque a primeira experiência que eu tive aqui foi de conceituar e encaminhar pra comunicação pública a partir dos três pilares – sociedade civil, estado e vida nacional. Acho que essa tríade era interessante pra direcionar, mas acho que seria comparável à saúde e à educação pública, os cidadãos deviam saber que poderiam usar pra pautar, pra se informar, pra se formar, formação humana, cultural, educativa, que soubesse que é espaço de se comunicar e não pra resolver os problemas dele no sentido de tapar um buraco na porta de casa. Não é pra gente ir encher o saco do poderoso pra que ele tape o buraco, mas você dizer, “olha cidadão, você tem que ir em tal e tal lugar, a gente pode aproveitar, mas tem um caminho pra exigir isso”. E também devia ser o espaço mais experimental na linguagem e no formato, justamente por não ter necessidades comerciais, pode ser mais criativo, inventivo e livre. E não é.

8. E como você chega a estar conclusões? Como você tem contato com essas ideias, universidade, formação na empresa, etc... como tem isso?

Militância estudantil que virou militância por direito humano a comunicação, que tem a ver com bandeira pessoal e coletiva, entender que é um direito humano, que é emancipadora, cidadã, necessária mais do que nunca no mundo contemporâneo. E depois, aquele primeiro momento de empresa quando quem estava chegando e alguns dos que já estavam ... olha, estávamos inebriados pela ideia de não ser porta voz do governo, ouvir principalmente e estar junto a sociedade civil, por aí que fui forjando essas ideias sobre comunicação pública. Quando digo que devia ser a mais inventiva, criativa, é porque não tem amarras comerciais. Se não tem, que tempo é esse que a gente tá perdendo imitando modelos que já existem? E existem comercialmente porque funcionam bem comercialmente. A gente não precisa usar esse molde.

9. É possível fazer comunicação pública na EBC, no Brasil?

É possível e é necessário, mas essa noção precisa chegar ao poder público e, no segundo seguinte, à sociedade como um todo. Esta é uma luta difícil porque tudo depende da compreensão do poder público de que aqui não é lugar pra ser aparelhado, pra ser porta-voz. Covas dizia em SP: Porque eu não mando na televisão que eu pago? Daí os dirigentes da época diziam: Mas governador, não é o senhor que paga, é o contribuinte. Então o contribuinte precisa receber a comunicação pública.

10. Mas você disse que não via uma ingerência política direta. Não é uma contradição com o que você diz agora sobre o poder público ter que compreender isso?

Não, não vejo uma contradição. Essa compreensão de que dinheiro público é público, não é pra fazer propagando do governo, precisa ser assimilado pra gente ficar em paz. Porque sem essa

compreensão ali, vai sempre querer aparelhar, pelo menos enquanto a empresa não for sustentável do ponto de vista orçamentário.

11. Então, mas você não dizia que houve aparelhamento apenas no governo Temer em diante? Como que funciona isso?

Dentro dos governos do PT houve vontade de que comunicação pública acontecesse. Houve algum aparelhamento, contrataram pessoas de esquerda como comentaristas, os olhares não eram múltiplos e diversos. Uma questão bem chatinha de lidar, porém vontade política de que a empresa fizesse comunicação pública tinha. A partir do governo Temer, não. Filtro que poderia existir, bloqueio, com o fim do Conselho Curador, perdemos o filtro. Esse pra mim foi o pior prejuízo, tirou esse filtro e passou a ingerir mais claramente desde a pauta. Não fica expresso, o chão de fábrica da empresa é muito consciente e politizado do ponto de vista que sabe que tá aqui pra fazer comunicação pública. Não vão avisar que é “reque” do Planalto. Mas a gente percebe. Quando falo de vontade política, é vontade de que a comunicação pública aconteça. Ingerência acontece, e é triste.

12. Sobre veículos de outros países, eles têm influencia sobre a sua visão de comunicação pública?

Nem a BBC eu acompanho direito porque não sou poliglota. Eu acompanho o serviço brasileiro, acho incrível. É a maior referência que eu tenho fora, mas assim, sem acompanhar muito. Houve um período de intercâmbio da DW com a EBC. Eles bastante encantados com o trabalho da Nacional da Amazônia com radionovelas focadas nos problemas locais, eram formas de assumir narrativa e prestar serviço. Adoro a ideia da nacional da Argentina com emissoras segmentadas, a BBC também tem isso. A Telam eu acompanhei por um tempo, com trabalho parecido com o nosso... conheço pontualmente, sei da importância RTP também em Portugal... Com investimento, trabalho mais consistente na linha editorial e impulsionamento da inventividade a EBC podia ocupar um lugar muito maior do que o que ocupa hoje na sociedade brasileira.

Entrevista 3

Praça atual: Brasília

ano de admissão: 2012

1. Como você foi parar na EBC? Você queria trabalhar no serviço público?

Não no Serviço Público. Na verdade, eu nunca pensei em fazer concurso. Eu tinha carteira assinada, meu sonho era trabalhar em impresso - eu até hoje adoro diagramação, como se dispõe as notícias numa página, eu adoro tudo relacionado a impresso, então meu sonho, que era bem distante (...) era escrever em revista, fazer reportagem mais trabalhada, ousar na linguagem, jornalismo literário, livro reportagem, sempre gostei dessa área. Mas eu era telespectadora da TV Brasil e sempre gostei desta ideia. Nunca tive uma disciplina na universidade sobre

comunicação pública, nunca me falaram da EBC. Eu sei porque eu era telespectadora e pesquisei, por mim mesma. Então quando surgiu o concurso eu pensei que era o que eu queria fazer. Quero sair do controle editorial nocivo, político e comercial, com o qual eu convivi desde estagiária, passando de um jornal pra outro. Eu queria fugir desse controle danoso e de formatação, de linguagem também. E também queria fazer parte desse projeto. O que é comunicação pública? O que estamos construindo pro país? Isso me estimulava muito, é um patrimônio pro povo brasileiro? Vamos fazer uma BBC brasileira como na época se dizia muito, né? Então eu fiz o concurso porque queria trabalhar na EBC.

2. Como funcionam as rotinas pra você, com relação a pauta, escolha das fontes, você acha que são diferentes da experiência do mercado privado, por exemplo?

Acho que é o campo mais nebuloso que tem quando a gente fala de comunicação pública. É mais fácil quando estabelece o que é como estrutura institucional, financiamento, é o quê: não é empresa privada, não faz comunicação de governo, não faz propaganda de governo, não é bem propaganda, comunicação de governo outra coisa, mas teoricamente o formato, o contraditório e tudo... mas o financiamento é diferente, ligado ao poder público, ao tesouro, uma estrutura da sociedade civil pra fazer controle da linha editorial, da missão, dos valores, etc. Neste campo é mais fácil estabelecer, agora: que conteúdo deve fazer?

Na teoria, o que eu penso, porque tem um manual de jornalismo, tem a lei que cria a EBC, estabelece missões e tal, relacionadas a construção de cidadania, consciência crítica, pluralidade, vozes das minorias, retratar o que a mídia privada não retrata e tal. E eu entendo também que a defesa dos valores contidos na Constituição, deveria ser nosso principal norte. Mas na prática, tem muitas nuances. Como que isso se estabelece? No meu trabalho diário eu sempre tentei explorar assuntos que a mídia privada deixa de lado, ou não trata com pluralidade suficiente. Mas na prática, com relação as chefias, as pautas que são trazidas pra gente... olha, é uma mistura de governismo com mídia privada. E isso é uma das coisas que me deixa muito triste (...) [e me fez mudar de setor] porque, por exemplo, numa cobertura da previdência, todo dia nossos repórteres ficavam fazendo sonora com porta voz do governo e fazendo contagem de votos enquanto devia estar fazendo reportagens reflexivas sobre o que significa a reforma da previdência, que desigualdades são estas que atestam, o que as pessoas estão pensando disso, como que as pessoas que passaram por outras mudanças na previdência sofreram, quer dizer, se foram ou não prejudicadas, a gente devia estimular esta reflexão, só que na prática ficava fazendo o mesmo que a mídia privada estava fazendo, mas com aspecto um pouco mais governista.

3. Mas esta é uma imposição ou demanda das chefias, algo que vem de cima. Você consegue sugerir outros enfoques e são negados, como que essa tensão funciona?

É uma mistura, o que as pessoas estão acostumadas a ler e a fazer, assim, é mais fácil, você ouve três pessoas, um da oposição e um do governo, que é um jornalismo declaratório que contamina toda a imprensa hoje. Sem aferições muito precisas, acho que é substancial no jornalismo declaratório. É uma cultura da empresa, uma orientação das chefias, que constroem

a pauta afinal de contas. Mas também, em certa parte, é cultura dos funcionários, é o que a gente está acostumado na mídia e a gente não está estimulado a quebrar esses padrões, experimentar linguagem ou tema. E quando quer tentar e fazer algo mais ligado e diferenciado, a gente tenta, mas primeiro que não tem tempo, pelo menos no radiojornalismo os quadros são reduzidos, o factual engole tudo (e esse factual mais quadrado), ou a gente demora muito tempo e ele já perde o timing porque você tem que ir carregando ela (a pauta), ou você faz com dificuldade, mas não tem muito destaque, ou sentam em cima da matéria quando são coisas críticas ao governo. É essa mistura toda. Eu tô na pauta e desestimulada a pensar especiais com minha própria cabeça. Porque acho que 80% do que produzi de muito trabalho, construir pauta “de verdade” de pesquisas mais aprofundadas, caçar fontes legais, não simplesmente jogar lá um lide de release, não foram feitas. E normalmente falam que é falta de tempo e pessoal, sendo que são assuntos aprovados em reunião, quando chega a pauta pra eles e eles veem o que pode ser, não rola. (...)

4. Quería que você voltasse a falar da questão da interferência política.

Sofri interferência demais. Eu não tenho parâmetro de comparação de como era a reportagem antes do golpe porque eu já cheguei quando o *impeachment* estava esquentando. Então eu tenho só esse pedacinho de quando estava esquentando para comparar. Nessa época existia uma tentativa de ser bem, não sei se equânime é o termo, mas as reportagens contra e a favor do *impeachment* tinham que ter o mesmo tamanho, mais ou menos a mesma quantidade de falas, a gente tinha essas preocupações e íamos a todas as manifestações (à direita e à esquerda). Na época talvez tivesse mais manifestações contra, militantes mais acostumados à rua, não que tivesse mais gente contra, mas eu não me lembro de interferência editorial em relação ao que eu tinha escrito, inclusive a favor do *impeachment*, inclusive a preferência pelo Bolsonaro naquela época. Agora, quando teve o golpe o conteúdo passou a ser bem controlado, principalmente porque foram épocas de muita manifestação contra o Temer e estava isso em tudo. Por exemplo, carnaval. Carnaval é sempre político, não só pela afirmação dos corpos, do lazer, da democracia de classe e tal. Mas de manifestação política direta. Mas o ano pós-*impeachment* foi enorme, essa quantidade de manifestações diretas políticas e tudo foi cortado. (...) [relata experiência do Carnaval, em que todos foram avisados de que “fora Temer” não devia aparecer e de sua experiência pessoal de censura] Eu me senti tão, assim, desrespeitada! Parecia que era uma coisa que eu estava forçando! Um desrespeito a minha visão de jornalista e observadora, que era também assim, as pessoas que não estavam fantasiadas com temas políticos, elas falavam com temas políticos, elas faziam piadas com temas políticos! (...) [os editores] Tiraram tudo [que remetesse ao Fora Temer, que era só o que tinha no carnaval]. (...) Eu achei patético, porque não é nenhuma reportagem investigativa sobre o governo, é uma matéria risonha, besta, a gente não pode nem rir da situação, nem convidar as pessoas a refletir. Que comunicação é essa? Nem a privada faz isso! Estava cheio de matéria sobre isso. E a censura nunca acontece assim: olha, tô te censurando porque não pode. Com poucas exceções que gente nem tão inteligente admite que está censurando. Então, normalmente, dizem que é “falta de tempo”, “é sobre a festa do carnaval não é sobre política”, é sempre um jeito de driblar, não vão dizer “a gente não pode dar Fora Temer, vão dizer ‘a gente quer dar carnaval festivo’,

sei lá. E isso pra mim não é jornalismo. Um jornalismo que não é ousado, que sai com a pauta pré-pronta independente da realidade que acontece na frente dele. Que não desafia e põe as pessoas para pensar. E isso acontece muito. E coisas das mais patéticas. (...) O telegrama da ditadura que demonstrou que o presidente sabia das torturas e execuções e ordenou que continuasse. Saiu a bomba, achei a fonte, entrevistei o cara, fui entrevistando e escrevendo, achei o telegrama, e aí [o chefe veio me dizer que ia ver se podia dar] (...) Eu me fiz de louca, perguntei: “mas porque a gente não pode?” e ele “será que eles vão gostar?” e eu: “eles quem?” “o pessoal lá de cima”. Falei, isso é censura, e ele “é, é censura, né?”, eu disse “isso é um documento histórico, muito importante pro país, essas pessoas estão mortas...”, mas mesmo assim ele foi lá [ver se tinha autorização pra dar]. E permitiu fazer porque a Agência estava fazendo a morte. É a morte, sabe? É humilhante. As pessoas têm medo de tudo que é polêmico ou crítico, ou só vamos dar quando o governo falar sobre isso, então a gente entra na história pela metade, a gente não é estimulado a fazer matérias investigativas, críticas contra o governo, fica muito mais do mesmo, fica muito feijão com arroz e é uma feijão com arroz que a mídia privada já faz e não temos necessidade de fazer.

5. Falando um pouco sobre as ‘quebras’ mais recentes da instituição, falando se elas mudaram de alguma forma o seu cotidiano. Você acha que isso mudou o seu cotidiano como repórter? Eles serviam internamente? Você sente falta da Ouvidoria ou do Conselho.

Diretamente eu não peguei a época da Comunicação Pública porque eu estava na parte de governo, quando efetivamente estava funcionando. Já peguei naquela loucura, na briga, muito pouco tempo de Conselho aberto e Ouvidoria eu ainda peguei uma parte maior, com a Joseti. Mesmo estando do lado do governo eu conseguia ter uma noção do que estava acontecendo do outro lado, os embates que estavam se realizando, as polêmicas e tal, com os espaços de fala do Conselho que eu acompanhava, os relatórios da Ouvidoria. Então meio que já é um jeito de dar publicidade as questões que estão sendo travadas dentro da empresa. Não sei se tanto pras pessoas de fora, se tem o tanto de informação que a gente tem, mas pelo menos pro conjunto dos funcionários, sabia o que estava acontecendo, né, nesses espaços, e o que estava se discutindo em relação a linha editorial, os conteúdos da EBC. Quando eu fui para parte pública é, a gente acompanhava com muito prazer, até, depois que o Temer entrou, né, os relatórios da Ouvidoria, porque com o fim do Conselho não tinha um controle da sociedade, um controle externo, do que a gente estava produzindo. Então não tinha pra quem recorrer, porque os funcionários recorriam ao conselho quando situações vexatórias aconteciam, não tinha mais esse espaço da população falando: gente que programação é esta, governista? Que não está cobrindo, sei lá, os recortes sociais como deveria? Não tinha mais isso. Os relatórios da Ouvidoria eram fundamentais porque confirmavam o que a gente estava falando no dia a dia para os nossos chefes. E que eram desprezados, os comentários. Inclusive nos desqualificando. (...) Não tem ninguém petista [como fui classificada]. As pessoas são alinhadas a esquerda, mas é... acho que inclusive uma pessoa que é de direita, conservadora, não vai trabalhar na EBC porque comunicação pública é uma pauta da esquerda... enfim. Mas assim, os relatórios confirmavam que a gente falava, as questões governistas, como a gente entrava no assunto só quando governo pronunciava, que a gente se limitava ao declaratório, que não buscava

informação crítica ao governo, enfim, era a forma de lavar nossa alma, servia pra isso, porque, os gestores, eles não modificavam sua forma de trabalho pelo relatório da Ouvidoria. Era uma coisa, quase um documento histórico do que aconteceu na EBC porque não tinha efeito prático, esses sujeitos estavam pouco se lixando praquilo. Não tínhamos mudança de comportamento, de orientação, por causa dos relatórios. E quando a Joseti saiu, aí se acabou o último bastião que a gente tinha de controle social lá dentro, né? Porque a Ouvidoria interina que ficou no lugar da Joseti, ela começou a fazer uns relatórios que acho que ela não estava realmente na mesma empresa que eu estava, sabe? Relatórios irrelevantes, inclusive com denúncias das pessoas de dentro da Ouvidoria de que ela chamava pessoas dos veículos pra apresentar antes, combinar antes o que ia sair no relatório! Eu acho que isso é crime! Improbidade administrativa! Não é possível. Porque você não está exercendo sua função como você deveria exercer, você é independente, seu cargo é protegido, o único que permaneceu protegido pra você ter o espaço de crítica e aí você chama o gestor pra combinar o que vai sair do relatório? É isso. Enfim. A gente tinha Ouvidoria e foi muito sentido porque a gente tinha esse lugar oficial de confirmação do que a gente estava passando e a gente passou a não ter mais.

6. Com relação a essa denúncia de ingerência dos gestores nos relatórios da Ouvidoria, isso foi uma denúncia pública? Ou foi apenas internamente?

7. Você estava falando da Ouvidoria como ponte com o público. Talvez uma ponte rompida, conforme você fala. E o próximo manual de jornalismo da EBC mesmo fala do jornalismo cidadão, não no sentido do “mande um vídeo pra nós”, mas de diálogo com o usuário do serviço. Você vê canais além da Ouvidoria? De sugestão, participação...

Poderia muito, mas a gente não tem uma relação com o público. (...) Qualquer veículo local conta muito com as sugestões das pessoas, se você for um veículo com penetração naquela cidade pode ter certeza que vai conseguir sugestão de pauta, as pessoas vão mandar vídeo, coisa que viram na rua, vão te procurar pra fazer uma reclamação. Quando eu era jornalista antes da EBC isso acontecia todos os dias e a gente não vê muito isso, a programação tem uns contatos de pessoas que participam, mas isso nunca chega no jornalismo. Eu sinto muito, pelos programas que acompanho, que é muito das pessoas participarem ao vivo com o locutor. Não tem essa dimensão do que o cidadão tá vendo e quer passar, que reportagem ele gostaria... eu acho que isso devia ser muito mais explorado. Se a gente faz, uma das teorias, o que a comunicação pública tem que fazer é justamente dar muito mais voz ao povo e definir que conteúdo a gente vai colocar no ar com muito mais consulta ao povo, a segmentos da sociedade e isso não acontece muito, né? Eu não me lembro de ter espaço, tem um negócio da TV Brasil, que é aquilo da pergunta, né? As pessoas respondem, mas é muito nos moldes da imprensa privada também, a tal enquete que as pessoas respondem. É isso, a gente não ousa muito nos formatos, e uma das faltas dessa ousadia é no diálogo com o público mesmo. Inclusive as pessoas que procuram a Ouvidoria: já fizeram alguma pesquisa com essas pessoas sobre a percepção que elas têm? Já se aproveitou esse contato pra dentro dessa base a gente conseguir entender o que as pessoas, como as pessoas enxergam o conteúdo que a gente faz? Eu

desconheço. Pelo menos não chegou pra gente resultado nenhum. E o Conselho, que era esse espaço do olho da sociedade que foi fechado. A gente perde qualquer referência, não sabe nem pra quem a gente tá comunicando né? O que essas pessoas estão achando do que a gente tá comunicando, mas mais que isso, elas não fazem a nossa comunicação, que acho que tinha que ter esse papel muito mais ativo. Eu não lembro, só por iniciativa própria, um grupo tal sugeriu fazer uma reportagem tal e a gente apresentou na reunião de pauta. Mas não tem um espaço institucional pra ouvir essas pessoas.

8. Do seu ponto de vista quais as principais características da radiodifusão pública?

As principais características? É como eu falei, da parte organizacional é independência do mercado privado, né? Não estar ligado, (não) precisar gerar lucro, receita pra ninguém e não aceitar propaganda do meio privado porque propaganda, todos nós sabemos, na comunicação, que quando tem determinada empresa que põe uma propaganda caríssima no seu jornal ela vai esperar que você não fale mal dela ou dos interesses dela. Isso acontece. Então, primeiro essa independência. E a gente deveria ter, que é o que se perdeu, esses espaços de controle social pra garantir que a sociedade tenha voz e decisão dentro dos nossos processos de linha editorial, programação, planejamento estratégico, é... da parte de conteúdo que seria comunicação pública com conteúdo... eu acho que, na minha opinião, né? A gente teria que defender todos os preceitos constitucionais, isso é fundamental, é, falar sobre que preceito constitucional são esses, defendê-los e fazer reportagem de reflexão sobre esses direitos, sobre a conquista ou não desses direitos, sobre populações relacionadas com esses direitos, enfim, todas as questões relacionadas. Acho que é um bom norte. Que a gente explore linguagens, formatos, temas, que a mídia privada deixa de lado por não ter interesse comercial ou por não ter interesse político em explorar aquilo. Eu acho que tinha que ter uma participação muito mais ampla da sociedade na construção ativa desses conteúdos, né? A construção direta desses conteúdos e formação crítica e reflexão. É um jornalismo mais voltado, assim, a gente pode dizer educativo, se confunde muito, né? O que é comunicação pública com aquela mídia educativa. Pra sociedade que a gente tem hoje é fundamental(...) é necessário voltar ao básico porque a falta de formação que a gente tem é muito grande, a falta de acesso à cultura, a meios de informação, a literatura, a leis. É muito grande. Então eu acho que é um papel nosso também, voltar pro básico, educar, orientar as pessoas sobre os direitos delas, como elas acessam serviços, sim, mas mais que acessar serviços, porque elas têm direito a esses serviços e o que fazer pra garantir o que elas podem fazer e quais as lutas atuais das pessoas, dos grupos organizados, que lutam pra garantir esses direitos. Acho que seria muito relacionado a isso. Nosso sujeito social, nossa cidadania, os direitos que a gente tem, a construção da sociedade, é muito relacionado a isso, os temas que tem que ser muito voltados a isso, os desafios, a desigualdade social enorme no país. Como que nossa prioridade não é falar sobre isso? Pra mim é o tema principal, a gente tem um desafio no país e a comunicação pública está pra isso também, pra gente superar nossos desafios como povo, né? O objetivo de usar imposto pra pagar nossos salários é pra gente ajudar o povo a ser um povo e um país melhor, não é? E como é que a gente faz isso? Acho que é fazendo as pessoas ficarem mais críticas, com noção dos seus direitos e mostrando os problemas que a gente tem,

que fazem com que esses direitos não sejam efetivados. E acho que pano de fundo maior é desigualdade social, acho que seria por aí.

9. Você já tinha comentado, por exemplo, que na universidade comunicação pública não era um tema. Então que elementos você acha que te ajudaram a construir esse conceito de comunicação pública?

A gente tem lá [no meu estado] uma TV educativa, estatal, sei lá como chama. Uma coisa meio, como as estaduais todas são, tem emissora de rádio e tudo, e a gente também não estudou ela na universidade. Acho incrível, você tem um complexo midiático estatal no seu estado e você não fala sobre ele, é impressionante! Você não visita, não conhece, não sabe como funciona, como se organiza, quem são as pessoas que fazem. A gente sabe quando vai pra prática, quando está em campo e conhece as pessoas. Mas eu sabia que existia comunicação paga pelo estado por meio dos veículos de lá e quando eu passei a ver muito TV Brasil, via quase todos os dias, aí que me interessei de pesquisar o que era, quem mandava na TV Brasil, como era construída... até porque era uma época bem interessante que tinha uma faixa internacional, não sei se você lembra?, que passava filmes de tudo quanto era lugar, programa mesmo de tudo quanto é lugar da América Latina ou dos países que faziam parte do acordo (de língua portuguesa) eu pensava: caraca, tô vendo um filme da Argentina, que nunca passa em canto nenhum na TV aberta! Sabe? Era TV Brasil que tinha de conteúdo de qualidade (sem TV a Cabo) o resto é uma merda. Então comecei a pesquisar o que era isso e surgiu o concurso, mas foi uma coisa muito independente, eu comecei a pesquisar porque nunca tinha tido contato com esse assunto. E também sabia que a BBC era pública e existiam outras mídias públicas, até porque lá em casa a gente, meus pais, gostam de ler muito, a gente gosta de ver esses outros noticiários, então eu já sabia.

10. E tinha contato com mídia pública de outros países?

Isso. Então, como eu comecei a ver a TV Brasil eu não tinha noção da construção da EBC, a construção desde o princípio não foi uma coisa que eu peguei.

11. E, por fim, você acha que é possível fazer radiodifusão pública na EBC?

É um péssimo momento histórico, é um péssimo momento pra refletir sobre isso porque a gente está muito desesperançoso neste contexto eleitoral que a gente está. Mas, é. O formato que a gente tem do financiamento pelo Fistel, pelo imposto, eu acho que é uma solução muito boa porque você é, retira do tesouro direto, da dotação orçamentária direta, você tem uma fonte lá estabelecida de recursos. O problema é que não existiu até agora uma vontade política nenhuma de cumprir o que está na lei. E é incrível porque está na lei, não é uma favor que façam pra gente. Porque quando a TIM abriu mão, que foi a primeira a abrir mão do que ela tinha contingenciado na justiça, o PT, inclusive, que foi quem criou a EBC, pegou esse negócio pra superávit primário. Não repassou pra EBC. Então fica realmente difícil se você tem só o dinheiro da dotação orçamentária do tesouro pra fazer comunicação, as pessoas já não

compreendem o que é comunicação pública no país porque a gente não tem essa tradição, a mídia vive caindo em cima da gente porque não tá interessada em ter concorrente que fale de coisas críticas que eles não falam e que trate o cidadão de outra forma, enfim, que distribua conteúdo de graça enquanto eles estão fechando todos os jornais pra assinante, enfim, tem esses conflitos de interesse. Não querem. Aí fica difícil, né? Porque existe uma pressão social para que não se gaste dinheiro com isso, só que a gente tem o imposto que é relacionado a EBC que não é liberado, a gente fica dependente do orçamento que não vai crescer porque, primeiro, não compreendem a importância da comunicação pública, nenhum dos governos que passou compreende, tem essa pressão da sociedade pra que não se gaste muito com a EBC, com esse modelo atual é muito difícil porque a pressão é enorme do governo dentro da EBC. Mas eu acho que o desafio é renovar os quadros. Renovar os quadros. Renovar a cultura da empresa porque tem muita coisa possível de ser feita com o que a gente tem hoje. Não precisa de muito mais dinheiro. A formulação da linha editorial tem mais a ver com cultura do que com dinheiro. Então se a gente ainda tem meia empresa da Radiobrás e que gostava do formato da Radiobrás, uma galera que era da ditadura militar e entrou sem concurso, inclusive, na época da ditadura, é complicado porque vai ter visões muito diferentes e, essa coisa que eu não disse anteriormente, que essa diversidade de gerações ela inclusive influencia na percepção que as pessoas tem de mundo e influencia no conteúdo que elas fazem. Existe muita raiva da gente pautar minoria dentro da empresa, fazer matéria sobre homossexuais, por exemplo. Existe homofobia real dentro da empresa, das pessoas mais antigas, conservadoras, mas também das novas. Mas existe um entendimento de: porque estamos falando disso? Por que essas pessoas não entraram na EBC pra fazer comunicação pública. Elas eram da mídia estatal, faziam comunicação de governo e numa época bem conservadora e principalmente esse pessoal que entrou antes de concurso... a contratação era feita na amizade, na análise de currículo, enfim, mas era um alinhamento também ideológico, não era pessoal.

12. Bem, antes da entrevista começar de fato a gente conversou sobre minhas percepções do trabalho e você falou agora muito diretamente a uma das minhas hipóteses, que é essa de que o corte geracional modifica a percepção do funcionário do que é fazer comunicação pública, o que implica no resultado final do conteúdo que a gente consegue gerar. Mas eu também tenho pensado que nos governos do PT aumentou muito a quantidade de funcionários públicos, inclusive pelo tempo antes sem concursos, a gente entrou nessa época da onda “concurseira”, um boom dos cursinhos, inclusive com gente que deixava emprego para estudar e conseguir uma posição no Estado. Você acha que isso não faz com que, de alguma maneira, pessoas super conservadoras também, mas da nossa geração, tenha entrado na empresa. Ou você realmente vê um corte relacionado a esta herança Radiobras/EBN?

É um problema do serviço público como um todo, não fazem o concurso porque querem servir ao povo, ao cidadão, porque querem desenvolver um trabalho no campo público. É estabilidade de salário na conta, né? Sem atraso. E isso pra mim é um dos piores problemas do serviço público e isso é muito comum. E eu já me peguei reclamando disso pras pessoas e elas dizem “mas eu fiz mesmo pensando em estabilidade”, mesmo pessoas que tem uma noção do que o Estado precisa fazer, de que precisa do Estado pra garantir os direitos das pessoas muito

negligenciadas, mesmo estas buscam estabilidade e é um dos piores problemas do serviço público. É um bando de gente que não está nem aí, defende estado mínimo – só não pra ela, né? Mas pros outros. Que não tem a menor noção do que está fazendo ali, não tem o menor amor pelo que tá fazendo. Eu sei que não é o sonho das pessoas ficar carimbando coisas, ou sendo atendente de posto de saúde pra sempre, mas é preciso que as pessoas compreendam que o valor delas é muito maior do que simplesmente carimbar o papel, fazem parte de um sistema que no final das contas tem que atender o cidadão que é super negligenciado no país. Acho que a EBC vive isso também, mas é difícil (analisar) porque a gente tem bolhas internas também. E nas minhas bolhas internas as pessoas são muito dedicadas no que elas fazem, as pessoas das gerações mais novas, eu vejo muito claramente este recorte. Agora, eu sei, inclusive pela disputa eleitoral, que tem uma geração que entrou no mesmo concurso que eu entrei que não tá nem aí, ou que quer que vire Radiobras ... não tá nem aí porque o que interessa pra ela é o emprego, o salário, e se ela for redistribuída tá maravilhoso, se conseguir um carguinho... imagino que seja isso que as pessoas queiram, um carguinho no governo se a EBC fechar. Mas existe de fato uma geração que entrou junto comigo e com você que não está nem aí pro caráter público da EBC. Inclusive teve um presidente da empresa, acho que o Breve, que falava muito mal da gente, “concurseiros”, das pessoas que entraram e logo saíam e já iam pra outro lugar depois de 5 meses, fazia escadinha de emprego com o salário melhor. Só que aí também tem que ver: a EBC paga mal, tem péssima cultura, ela tem assedio pra caramba, você se sente acorrentada, eu sinto minha carreira acorrentada porque eu não consigo fazer nada do que eu quero fazer, acho o trabalho da gente medíocre, tudo que quero me desafiar a fazer não consigo, tenho amor pelos meus chefes de antes da EBC que me ensinaram tudo que eu sei de jornalismo. Eu morro de saudade de ter chefes que você pensa: “essa pessoa é foda e eu confio minha reportagem a ela de olhos fechados, ela vai saber o que fazer com isso, ela vai saber melhorar meu conteúdo, vai saber me orientar, ela vai me ensinar”. Eu acho que são chefes pra isso, nossos líderes servem pra isso e eu não tive isso na EBC. Ao contrário. Eu já me peguei ensinando várias vezes pra chefe o que não fazer. Vou me perdendo nas coisas... mas...

13. Você estava falando que apesar de ter um pessoal do nosso concurso interessado só em dinheiro na conta, tem também a questão geracional.

E tem também esses problemas: tem concurseiro, tem, mas tem muita evasão também por causa dos problemas, se a gente não consegue fazer um bom trabalho, tem assedio, recebe mal... as pessoas vão saindo mesmo pra outros lugares e concurseiro pra outros concursos. Mas será que se o ambiente fosse melhor, inventivo, empolgante, se a gente recebesse bem pra fazer o que a gente faz, será que as pessoas não ficariam? Eu conheço também gente que nunca tinha feito jornalismo e que a pessoa se apaixonou e faz muito bem o que tem que fazer. Não é questão de experiência no mercado pra ter um bom trabalho lá dentro. Conheço gente lá que trabalha muito bem e foi o primeiro trabalho, se formou e entrou na EBC. Ou que não trabalhava nisso porque não tinha conseguido emprego no jornalismo e hoje faz um trabalho massa, sabe? Eu acho que nossa geração é diversa e entrou muita gente que defende, já veio com uma cabeça do que seja comunicação pública, já veio de movimento organizado de comunicação, isso pra mim é um ganho, as pessoas que defenderam a criação da EBC depois ocuparam legitimamente este

espaço por meio de concurso impessoal. Já tinham maturidade do que era comunicação pública e estavam com isso na cabeça inclusive porque gente já entrou tendo que valorizar a empresa fazendo greve e mobilização, defender e lutar contra essa cultura de governismo, e eu acho que esse choque também causa competição entre as novas e velhas gerações em relação a cargos de chefia, linha editorial, o que deve fazer. Porque você imagina também que você tá há 30 anos numa empresa e daí chega um bando de moleque, chega um governo primeiro que fala assim nada do que você fazem, é tudo governista não presta pra nada, vamos fazer um negócio público. Já tirou a pessoa da zona de conforto. Inclusive as pessoas que são contra o que se defende enquanto política pública na época do PT, assim, do que é direito, assegurar direito, o que é diversidade, do que a gente precisa falar. Já tirou a pessoa completamente na zona de conforto dela, jogou um monte de moleque lá dentro, pessoal novo com a cabeça totalmente diferente que vai dizer “o que você tá fazendo é errado, eu sei que você tá fazendo há 30 anos, mas vamos fazer de outro jeito completamente diferente”. Daí as pessoas, num brio, se sentem o quê? Inúteis, que são maus profissionais, que pararam no tempo, não sei. Acho que deve ter muito isso também, um sentimento de mágoa. E aí é isso, se junta. O sentimento de mágoa, com a situação geral da empresa, a cultura, a cabeça conservadora. Tudo isso. Mas as novas gerações, o grosso, é de gente que tem alguma ligação com a comunicação pública ou que entrou assim, ah, fazer um concurso, mas que lá dentro entende a necessidade de defender a comunicação pública. Tudo isso apesar de uma parte que defende até extinção, que não tá nem aí, que é qualquer emprego. Aí eu não sei se isso tem um desequilíbrio, se tem mais gente interessada em comunicação pública no jornalismo e na área meio nem tanto... teria que comparar. Como é uma empresa muito grande a gente não convive muito. Mas minha impressão é de que a área meio não tá nem aí. Mas seria muito leviano eu atestar isso. É a impressão que eu tenho que o pessoal da área meio, administrativo e tal, e também o pessoal da área fim mais técnico, não tem tanto essa percepção, sabe? De que conteúdo a gente deveria fazer, a importância da comunicação pública. Acham assim, tendo emprego, tá aí.

Entrevista 4

Praça atual: Rio de Janeiro

ano de admissão: 2012

1. Como as suas pautas chegam em você? Você se sente livre pra sugerir? Como funciona?

Sim, a gente pode sugerir qualquer tema, pauta também. Normalmente as pautas chegam depois de uma reunião de pauta e quando eu chego na redação elas já vem prontas e com encaminhamento.

2. Você não faz parte necessariamente da escolha das pautas que serão feitas, mas pode sugerir.

Exato.

3. E com relação as fontes, as rotinas, você acha que são diferenciadas considerando ser um veículo de comunicação pública ou não? Como você vê isso?

Você fala do processo em si ou da exceção? O repórter sugerir é mais exceção do que regra do jogo.

4. Vamos privilegiar a regra do jogo ... você percebe essa preocupação de que é uma TV Pública e precisa de um olhar diferente?

Percebo.

5. Que tipo de coisa você percebe?

Por exemplo, se é uma matéria de cultura, a gente evita colocar coisas com ingresso caro, coisas que não sejam acessíveis pelo caráter público, pensando numa forma de atingir a todos.

6. E quanto a interferência política? você já sofreu isso diretamente, ou nos veículos em que atuou, pode falar disso?

Sim.

7. E vc pode falar um pouco do processo?

Não.

8. E isso é uma constante? Varia entre períodos?

Na minha visão é uma constante.

9. E você acha que o trabalho da Ouvidoria, por exemplo, influencia o seu cotidiano?

Pouco. Porque o retorno que a gente recebe da Ouvidoria não é uma rotina, não é constante.

10. Os relatórios não são suficientes. A gente poderia colocar assim?

Talvez (falte) uma abordagem das chefias imediatas sobre esses relatórios.

11. Ouvi outros trabalhadores que comentavam que os relatórios faziam mais efeito sobre quem é, vamos dizer, a ponta do trabalho, mais do que sobre a chefia. Você concorda com essa avaliação?

Eu não tenho como avaliar isso. Eu já tive uma questão na Ouvidoria, que não foi muito bem apurada. Um problema com entrevistado que não gostou de uma pergunta e entrou em contato e disse que a equipe foi arrogante. Mas não foi o caso, é que a pergunta não foi feita da forma como ele queria. E o retorno da Ouvidoria veio de uma forma negativa.

12. Não foi no sentido de dialogar?

Isso, foi no sentido de uma cobrança.

13. E com relação ao Conselho Curador, a extinção dele influencia o seu trabalho de alguma maneira?

Sim.

14. Como?

Era um filtro para algumas pautas que poderiam ser politicamente viciadas. Hoje os chefes têm liberdade para direcionar as pautas como eles bem entenderem. O conselho curador servia como uma espécie de constrangimento para que algumas pautas fossem aprovadas, entende?

15. Sobre mecanismos de participação do público, a gente tem a Ouvidoria, que me pareceu pela sua resposta que pode ter até uma papel quase mais de acusadora do que de promover diálogo ...

Eu não queria fazer dessa percepção uma percepção geral. Foi uma experiência que eu tive com a Ouvidoria. Talvez comigo tenha sido viciada até pela chefia imediata, que trabalha comigo. Eu queria fazer uma avaliação neutra sobre a Ouvidoria.

16. Mas sobre a participação do público, você percebe que existem espaços além da Ouvidoria para diálogo, você percebe isso?

Eu acho que dentro de todas as dificuldades existe, tímido, mas existe. Eu acho que o público não sabe da Ouvidoria, pra que que serve, as pessoas não sabem o que é TV pública, que podem opinar, cobrar, exigir qualidade, que são elas que pagam. Mas a gente recebe na redação sugestões de pauta. Algumas de comunidades, de pessoas que se interessam e ligam. Mas não é na maioria das vezes o cidadão comum. Na maioria das vezes é assessoria, entidades da sociedade civil, e algumas críticas eventualmente chegam por telefone.

17. Pela sua resposta eu posso dizer que você acha insuficiente.

Isso, insuficiente.

18. E você tem ideia de como isso poderia melhorar?

A TV Brasil é pouco conhecida. Hoje se fala muito que é pouco assistida, de baixa audiência, mas que na verdade, pela natureza de ser TV Pública e pela recente atuação da empresa como EBC, como TV Brasil, neste caráter público, isso não foi amplamente divulgado. A que ela se propõe e o que elas podem esperar da TV Brasil. Então, tem gente que confunde a TV Brasil com a TV Cultura, com a NBR. E eu atribuo esse desconhecimento a uma negligência do Estado, digo, governos, que a gente passou por alguns, de tornar a TV Brasil conhecida e um instrumento de democracia e cidadania.

19. Pra você, quais as principais características da radiodifusão pública, idealmente?

Eu me apaixonei pela missão da empresa, quando eu vi que a Tv Brasil se propunha a fazer uma comunicação independente, independente de patrocinadores e que retratasse a pluralidade, a diversidade étnica, racial, de discurso, política, eu me encantei com isso, por essa possibilidade de coexistência de todos. A diferença de democracia e estado de exceção é quando as minorias são respeitadas e a TV Brasil, e a EBC de uma forma geral, respeitou as minorias com pautas que pudessem abordar questões pertinentes a isso, tipo LGBT, mulheres no mercado de trabalho e gênero de modo geral, identidade de gênero, racismo a essa marginalização social, criminalização da pobreza, ao genocídio constante da população negra e de periferia que a gente vem sempre denunciando, as matérias que a gente constrói com outras instituições públicas que são atalhas da democracia, eu gosto de destacar a defensoria pública que tem uma ação bem, bem, próxima a realidade do povo, principalmente com denúncias que permitem a gente de sair da versão oficial, das matérias de governo. Por exemplo, intervenção federal. A gente vê denúncias da defensoria criticando a intervenção, a gente vê denúncias da universidade criticando a intervenção, como é o caso da Cândido Mendes que faz análise bem crítica com relação a intervenção, e essa possibilidade de discurso plural e de ter uma comunicação independente, independente de governo, me encantou, mas na prática nunca foi completamente implementada. A gente tem momentos de maior liberdade, mas assim, sempre tem, sempre existe um, um momento censor. Algum assunto que você não pode abordar, ou uma pauta que tem que ser cortada, entende? Que tem que reformular. É desse tipo de coisa que tô falando. É uma visão mais utópica e romantizada do que deveria ser comunicação, bem, de uma forma geral, né, porque a gente pensa em jornalismo e pensa em isenção, mas isso também não foi alcançado pelas empresas privadas, então a gente vê na comunicação pública uma faúlha de esperança de que essa comunicação existisse. A TV Brasil foi criada com propósito talvez de se assemelhar a BBC, mas se afasta no sentido da falta de engajamento das pessoas. No Reino Unido, o cidadão, eles se importam com a BBC, pagam imposto pra que exista, e aqui mal conhecem a TV Brasil. (...) [Isso reflete] negligência com relação a TV Brasil, do instrumento TV Brasil.

19. E você acha que é possível fazer radiodifusão pública na EBC? Estou entendendo que você não considera que a gente faz, ou que faz totalmente... né?

Sim.

10. Então, mas você acha que é possível?

Você diz hoje? Apesar de todos os entraves?

11. É, hoje. Ou em alguns anos ...

Eu não acho que delimitar anos é a questão porque é uma questão crônica. A gente aproveita brechas. Por exemplo: uma pauta que a gente possa... a.. vou dar um exemplo genérico. Transporte: se puder dar voz a população mais pobre, isso é bom, porque são mecanismos que estão nas mãos de quem está construindo o produto, de quem está na ponta, e não na mão de quem está decidindo as pautas. Então quando a gente pode colocar pessoas negras na imagem, pessoas pobres, dar uma visão plural, mais diversificada, ouvir a maior diversidade de opiniões, a gente tem mais chance de essas falas serem selecionadas para a construção da matéria. Então a gente aproveita brechas. Nesse sentido que eu quero te dizer, as pautas muitas vem engessadas, mas a gente aproveita brechas para fazer respirar a comunicação pública da forma que a gente pode.

12. Uma coisa que me motivou a pensar a EBC foi uma percepção muito pessoal de que muitas vezes, sem querer generalizar, eu percebia que as pessoas que vinham dos veículos anteriores, contratados antes da EBC, tinha mais dificuldade em entender que isso tinha virado um serviço público de radiodifusão, que não era mais estatal. Você percebe que isso acontece, ouve discursos que te fazem ver essa diferença geracional, ou você acha que é realmente uma percepção muito pessoal que você não compartilha?

Acho que , passei por alguns setores, talvez tenha a ver com onde você está. Acho que quem não entendeu a vocação pública são os comissionados de fora do quadro. São as pessoas que precisam defender o seu emprego. Que não são de carreira. São as pessoas que não podem aprovar qualquer pauta. Que ganham salário exorbitante na comparação com o resto da empresa. O que a gente vê também são funcionários de carreira que assumiram chefias sendo cooptados pra esse comportamento porque pela diferença salarial você acaba entrando, jogando, tocando de acordo com a banda pra não voltar a ter um salário baixo. Isso compromete a qualidade da comunicação pública . Na minha trajetória eu não tive muito contato com pessoas da época da EBN e Radiobras, as poucas que tive contato se ajustaram à questão pública. Talvez por estar também em contato com gente que tá sempre construindo história, redigindo, não sei se pra essas pessoas é mais fácil essa adaptação, entender a vocação da empresa, ou porque está na ponta, tá fazendo os produtos, entende, é uma atividade fim. Talvez eu tenha tido sorte de ter encontrado essas pessoas.

13. E que elementos te fazem chegar a essas conclusões sobre o que é comunicação pública e o que é esse ideal do que você faz, procura fazer todo dia? Por exemplo, vem da universidade, de conversas de corredor, da convivência com o trabalho, da educação corporativa, discussões na empresa. Como que esse sentido do que é comunicação pública foi construído pra você. Você consegue identificar?

Consgo. A começar pela própria missão e visão da empresa. Que é produzir conteúdo pra formação crítica das pessoas. Quando a gente pensa nisso a gente tá pensando em empoderamento do cidadão, a gente tá pensando em democracia, a gente tá pensando em fazer as pessoas conhecerem todos os recursos que elas têm pra serem ouvidas e terem as suas opiniões valorizadas dentro do estado democrático de direito.

14. E algo que me faltou perguntar no início. Você procurava um espaço no serviço público ou se interessava especialmente pela EBC? Como você chegou?

A minha trajetória esteve sempre vinculada a causas humanitárias, antes da EBC eu trabalhava com questões de empoderamento social, em escolas também, com jovens, comunicação de jovens, adolescentes, pra fazer essas opiniões serem ouvidas, que soubessem emitir opiniões, conhecessem mecanismos para validar suas opiniões, e a EBC foi a continuidade de uma trajetória que eu já vinha seguindo. Coincide que eu tinha trabalhado em órgãos públicos. Acho que é da vocação do Estado dar atenção às minorias, às pessoas mais vulneráveis. Então por isso você acaba mais direcionado à vocação pública, empregos públicos, do que na iniciativa privada.

15. E qual a sua expectativa pro futuro da empresa?

A gente está numa fase que eu acho que não tem expectativa, a gente não pode esperar nada. Se existe uma expectativa, é de acabar. Pelo menos umas quatro vezes o presidente eleito disse em entrevistas públicas sobre o desejo de extinguir a empresa.

Entrevista 5

Praça atual: Rio de Janeiro

ano de admissão: 2004

1. Você teve experiências de trabalho anteriores a Radiobras, como foi essa chegada a empresa? Você queria ser empregada pública?

Trabalhei como assessora de imprensa só, entrei muito nova, não tinha muito experiência. A Radiobras era uma oportunidade de emprego, uma coisa mais garantida, em Brasília tem muito

isso, e eu passei na Radiobras e fui ficando. Até me chamaram pra outro, mas eu não quis ir, fui ficando.

2. Eu queria falar um pouco da sua rotina de trabalho. As pautas, os temas, como essas coisas chegam pra você?

Você quer falar atualmente ou idealmente?

3. Atualmente.

Olha, atualmente a coisa anda mais complexa. Eu não tenho vontade de sugerir coisas. Já sugeri algumas coisas recentemente que não foram muito pra frente, né? A gente tá tendo um controle de pautas mais rígido, digamos assim. Não tá tendo muita liberdade de fazer matérias não. E eu tenho também que assumir que não tenho tido muita vontade de fazer muita coisa fora do que tá ali no estritamente básico, né? Pela situação do momento, vamos incluir a conjuntura política do país nesse bojo. Mas já sugeri sim muita coisa legal, já fiz muita coisa bacana, mais de fôlego, de especiais. Porque agora a gente tá muito no dia a dia. E aqui no Rio de Janeiro então tá um inferno, é ficar plantado na porta do Bolsonaro esperando acontecer alguma coisa. Não dá nem pra fazer muita coisa fora disso neste momento específico.

4. E essa coisa de um controle mais rígido que você identifica? Isso tem a ver com o momento pré-posse, é algo que se relaciona ao governo Temer, ou é anterior? Como você vê isso numa perspectiva mais histórica?

Na minha prática eu percebo que é uma questão de direcionamento de governo mesmo. Desde o *impeachment* e de que entrou o governo Temer teve aquela mudança toda dentro da empresa, de chefias e tudo mais, e eu percebo de um direcionamento mais dia a dia mesmo. No trabalho, sem muito enfoque e contextualizações, o que a gente fazia com um pouco mais de frequência. Até sai de vez em quando alguma coisa, mas aqui no Rio, por exemplo, que a gente teve a intervenção federal e antes da intervenção federal na segurança já estava tendo algumas operações de GLO, e a gente ouviu vários especialistas falando contra, falando que isso não dá certo, que em vários países que teve uso do exército em segurança pública não são experiências boas e a gente não conseguiu publicar muitas questões nesse sentido. Ficava muito ali no oficial mesmo, o que o governo fala, no dia a dia do oficial o que é um pouco frustrante pra gente que vem, assim, num trajetória de tentar fazer um pouco além do nosso trabalho de comunicação, de jornalismo, levando os preceitos da comunicação pública, tentando dar um olhar mais crítico, um enfoque diferente. Então acaba dando uma frustrada no trabalho e, enfim, a gente vai falar 'então tá, né?'. Tenta uma vez, tenta duas vezes... recentemente, na greve dos caminhoneiros, a gente tentou fazer matérias explicando o contexto todo da política de preços da Petrobras, coisas assim, e acaba não entrando, então dá uma certa frustração de tentar buscar uma coisa mais elaborada.

5. Também pensando numa perspectiva mais histórica, não falando do que se considera ideal,

Ideal, ideal nunca foi...

6. Mas você acha que as rotinas do trabalho jornalísticos conseguem se distinguir dos veículos comerciais?

Acho que tínhamos um pouco, mas me parece cada vez mais parecido com as práticas diárias, com a correria do fechamento, de estar ali no quente da notícia com pressa. Já tivemos momentos que possibilitaram uma contextualização um pouco maior. Isso se perdeu um pouco nos últimos dois anos.

7. O principal é o contexto, se tiver que elencar uma ou duas coisas, é a segunda vez que você menciona o contexto. Tem a ver com fonte, como é...

Uma das funções da comunicação pública é não ficar dando o fato pelo fato, é tentar buscar especialistas, tentar explicar, dar outras visões. Isso vai depender muito das fontes que a gente busca realmente. Então tem algumas fontes, que nem são militantes de esquerda, sabe? Universidades, FGV, que são reconhecidas em áreas econômicas, políticas e tudo mais. E tem matérias com essas fontes que foram frustradas. Tem mais a ver com o assunto do que com a fonte propriamente dita.

7. E quanto a interferência política no seu trabalho. Você falou um pouco, mas você percebe isso no seu trabalho, ou em veículos da EBC que você acompanha?

Acho que eu não posso responder a esta pergunta. Tem um sincericídio nisso. (...)

8. Você acha que o trabalho mudou com a extinção do Conselho Curador?

Como funcionária a gente sente falta de alguém dando uma vigiada no que eu considero um certo abuso na linha editorial. E pior do que a extinção do Conselho, não sei se pior, mas enfim, a Ouvidoria meio que parou de funcionar, né? Não tem mais crítica, não tem mais análise, esse ano eu fiz uma leitura rápida de todos os relatórios do ano e é impressionante a diferença de quando a gente tinha a Joseti, que não foi indicada pelo Conselho Curador, mas teve um perfil traçado, e foi obedecido na hora de nomear a ouvidora, esse perfil de pesquisador, de pessoa que entende do assunto, e tudo mais, que tem uma isenção, pra colocar uma pessoa ali de dentro, amiga, presidente, enfim, agora a gente tá com uma pessoa que era diretora-geral na Ouvidoria, é uma lástima você perder essa parte que eu considero que seja o que torna a empresa pública, que é o público, uma pessoa de fora, da sociedade civil, vigiando o que tá acontecendo ali dentro. Não é vigiando, assim, mas enfim, é cuidando, né, pra ter um direcionamento mais correto e mais voltado para o público. A gente perdeu isso tanto no Conselho Curador quanto

na Ouvidoria. Então meio que não tem pra quem reclamar, digamos assim. Não tem um Conselho vigiando o que tá acontecendo, zelando pelos princípios da comunicação pública e não tem a Ouvidoria onde a gente ia reclamar, falar ó essa matéria tá com direcionamento muito governamental, enfim, pode até reclamar, mas entra na estatística, tivemos X reclamações, e não se fala no assunto. Não entra na análise, na contextualização do que deveria e do que não deveria ser comunicação pública.

9. Alguns colegas comentaram que os relatórios da Ouvidoria e os posicionamentos do Conselho Curador eram eventualmente, de certo, modo um instrumento para argumentar junto às chefias. Você concorda com isso?

Concordo, concordo. Eram órgãos independentes, eram pessoas que não tinham relação direta com a empresa vigiando e falando... o Conselho Curador era isso. Era a representação da sociedade, pra cuidar dos interesses da sociedade dentro da empresa. Então, realmente, o que o Conselho Curador falava era o que em teoria a sociedade espera da empresa de comunicação pública do Brasil. E como você não tem mais esse Conselho zelando, você não tem mais o que a sociedade quer, fica na mão dos chefes e do governo. A gente usava esses argumentos, até pra barrar alguma coisa, argumentar que não cabe como comunicação pública e isso realmente faz falta.

10. E sobre participação do público. Como isso fica com essa diminuição do alcance da Ouvidoria. Você vê mecanismos que permitam diálogo com a empresa?

Não tem. Na minha opinião isso acabou. Não sei se você sabe que existe um site dentro do EBC Institucional chamado "Participativo". Para as pessoas mandarem conteúdo. Tinha um quadro chamado "Outro olhar" no jornal da TV Brasil. Mas então, a última postagem nesse site é de março de 2016, ele tá morto desde lá. Existe, mas está parado. Mas realmente, mesmo que o público participe via Ouvidoria, e ainda se manifesta lá, o que chega no relatório pra gente ler, que é um documento público, são só os elogios, as reclamações não tem aparecido no relatório. Aparece só nas estatísticas, são X reclamações, X elogios, X sugestões e a maioria é pedido de informação. E uma coisa que eu acompanho há um tempo, aparece muito constantemente, é problema de sinal, tanto das rádios quanto da TV. O caso da Nacional da Amazônia que ficou fora do ar um tempão foi sério, e a meu ver é o principal veículo em termos de comunicação pública por abranger uma área que comunicação nenhuma chega, nenhum outro veículo e a gente chega pela Nacional da Amazônia, é assim de doer o coração, ver que as pessoas estão reclamando de não conseguir ouvir a rádio. Chegaram a sugerir fazer uma vaquinha pra comprar o trem que queimou lá pra poder voltar ao ar a rádio. E isso foi na época da Joseti, então ela fez uma análise sobre isso. Depois a gente não tem mais. Os princípios públicos básicos da empresa meio que desmoronaram, não tem mais participação.

11. Pra você quais as principais características da radiodifusão pública? Daí idealmente mesmo...

Idealmente, seria isso de ter uma independência realmente do governo, não ter interferência editorial principalmente do governo, no trabalho, né? Principalmente jornalístico que a gente sente no dia a dia, mas também nos outros programas de variedades, isso a gente até tem pouco, mas o jornalismo está bastante influenciado. E ter participação social, ter um interesse da sociedade, desse diálogo, né? De saber enquanto empresa o que a sociedade espera da gente, e tentar dar um retorno à altura. Fazer um trabalho que interesse à sociedade, mesmo que de nicho. A gente não pode entrar nisso de concorrer com audiência puramente. De fato, o que sempre se critica da EBC não ter audiência, embora a gente tenha crescido muito segundo as últimas pesquisas, a gente precisa enquanto comunicação pública, basicamente isso, ocupar a sociedade pra responder expectativas e colocar isso no ar e ter independência pra fazer isso, não ser usado pra divulgar apenas o que é de interesse do governo. Independência e participação social, pra mim são os pilares principais.

12. E o que te leva a essas conclusões? Universidade, educação corporativa, colegas de trabalho, enfim, o que influencia essas conclusões?

É, mais minhas pesquisas mesmo. Eu pesquiso o tema, leio muito sobre como funcionam os sistemas em outros países. Enfim, ideal, ideal, nem a BBC é. Tem que ter uma carta ali, acho que de dez em dez anos, da rainha autorizando a BBC a funcionar. Mas eles têm independência financeira, que é muito importante também e a gente ainda não conseguiu.

13. E é possível fazer radiodifusão pública na EBC? Você acredita que fazemos em alguma medida?

Em alguma medida eu acho que sim. Como eu comentei, acho que a Nacional da Amazônia, que eu considero. A TV Brasil é muito criticada, tem questões pontuais, mas me parece que tem questões muito relevantes como a grade infantil que foi tirada da TV Comercial, o cinema nacional que é estimulado, produção independente alguma coisa ainda tem apesar de que diminuiu, programas diferenciados como Estação Plural, produções nacionais que a gente estimula, no próprio jornalismo, tanto nas rádios como na TV e na Agência, eventualmente ainda conseguimos fazer trabalhos mais elaborados. Recentemente publicamos uma reportagem sobre os três anos de Mariana. Alguma coisa ainda se consegue. Não dá pra dizer assim, encerra tudo que tá ruim, não. Tem coisas boas, temos funcionários muito dedicados, muito aplicados, interessados em fazer uma comunicação pública, então tem como dizer que sim, a gente faz em certa medida. Não faz o tempo inteiro, não em tudo, mas temos sim coisas boas a se destacar. O trabalho mesmo da fotografia na Agência Brasil é importantíssimo, não só fotos, mas Radioagência, os textos replicados por milhares de sites e jornais no Brasil inteiro e até fora. Isso dá um ânimo pra gente. Então cumprimos uma função pública sim.

14. E qual a sua expectativa quanto ao futuro da empresa? Já tivemos declaração do presidente eleito pelo fechamento...

Ao meu ver, claramente, o presidente (eleito) não sabe do que ele está falando. Fala de uma forma, assim, exagerando nos dados, um orçamento que não é o nosso, como sempre confundindo a TV Brasil com a EBC inteira, e ainda fala o nome errado, fala EBN, que foi extinta em 88 pelo Sarney, enfim, não sei se se é má intenção ou desconhecimento. Minha vontade é perguntar se ele vai fechar a Rádio Nacional, que foi estimulada até pelos militares, a Nacional da Amazônia, que foi criada pelos militares, a primeira rádio do Brasil, a rádio MEC, vai fechar isso tudo? A impressão que eu tenho é que ele diria assim, que nunca disse que ia fechar a Rádio Nacional, por puro desconhecimento. Mas posso estar errada. Não sei o que será, estamos muito na ansiedade, enfim, os funcionários e apoiadores estão fazendo uma campanha, o Conselho Curador que foi destituído, todo mundo mobilizado, pra tentar explicar pro governo eleito, pra transição, o que a gente faz e tentar desmistificar essa ideia de que é uma TV que não tem audiência e que custa caro. E nem é tão caro assim. Se pegar o orçamento da EBC dá tipo R\$ 3 por ano por brasileiro. É uma coisa nesse sentido. Eu já pensei que seria um argumento até pra instituir a taxa pra financiar a empresa. Sei que é difícil, mas não é caro. Pra manter uma estrutura que abastece tudo isso de lacunas, de desenho animado, jornalismo gratuito pra quem quiser utilizar em rádios comunitárias e até comerciais também, jornais, outros lugares. Eu particularmente não acho que seja caro pelo serviço que a gente presta. E que a gente vê que é utilizado. Não é só a audiência da TV, é todo um outro contexto, mas enfim. Vamos ver, sei lá, a gente não sabe o que esperar.

Entrevista 6

Praça atual: Brasília

ano de admissão: 2013

1. E você chegou na EBC como? Tinha uma escolha deliberada pelo serviço público, fez vários concursos como era?

Eu fiz vários concursos, inclusive me inscrevi no da Radiobrás e não vim fazer a prova. Mas o concurso da EBC, eu acompanhava o trabalho da empresa e a pauta da comunicação pública desde a faculdade na verdade, primeiro período eu fiz trabalho sobre Tv pública, trabalhei em TV pública estadual como estágio, então sempre desejei trabalhar aqui. Pela missão, um lugar fundamental para jornalistas. Quando abriu o concurso da EBC eu fiz até cursinho. Eu sempre tinha no horizonte querer trabalhar pelo horizonte do que representava a EBC. Depois da EBC acho que não fiz nenhum outro concurso.

2. Sobre as rotinas de trabalho, as pautas, as fontes, como é que essas rotinas funcionam? São diferentes por ser um veículo público ou se aproximam do comercial?

Acho que, pela minha experiência na EBC, a gente buscava em alguns lugares uma coisa com mais contexto. No portal tinha pauta com sentido mais público. Nos lugares mais de *hardnews* eu acho que a empresa, tinha várias carências também com relação a pauta, e aí reproduz muito

ao que fazem os veículos privados. A minha experiência tem muito a ver com isso. O que curava isso era o que eu vinha propor. Então, tinha um problema na pauta concreto, mas as sugestões eram pra tornar o veículo mais plural possível. Mas nos veículos em que eu trabalhei isso era possível a partir das intenções das chefias. Das chefias bancarem certos tipos de pauta, né, que conseguiria fazer uma voz dissonante da que a mídia privada, comercial, tem. Houve várias possibilidades de conseguir extrapolar isso. Publicar matérias com abordagens diferenciadas. (...)

3. Mas o espaço estava ligado a abertura da chefia ...

A chefia tinha que bancar.

4. E ao caráter do veículo, pelo que você estava me dizendo, que *hardnews* é mais difícil em termos de comunicação pública, engessado.

Eu tive experiências difíceis (...), no sentido de que as chefias não bancavam muito. Eu só cobria local, ninguém nunca me disse isso claramente, mas enfim... no local também tem pautas importantes, óbvio. (...) [relata que a assessoria de comunicação de órgão público local lhe pressionou questionando uma investigação jornalística feita com dados levantados por meio da lei de acesso à informação e posteriormente este questionamento feito ao repórter foi dirigido à chefia, que questionou o trabalhador] Aí, dois dias depois, me chamam na sala da chefia, (...) percebi certa desconfiança, inclusive quanto ao meu trabalho. Só que eu tinha a gravação. Daí quando eu coloquei o áudio pras chefias houve um constrangimento e eles pediram o áudio, possivelmente porque chegou de cima. (...) eu percebi isso, que não havia, a forma de abordagem das chefias em relação a mim não foi uma forma tipo "olha...", mas a partir da desconfiança do meu trabalho. E eu fiquei muito sentido, né? Naquele momento, porque, assim, quem foi agredido acabou que fui eu. Aí eu acho que é isso. Inclusive várias vezes eu tinha problemas de propor pautas mais reflexivas e aí vinham pautas frívolas, talvez atrairia audiência, mas não tinha um papel cidadão. E na rádio era às vezes fechar três matérias no dia, uma, duas, enfim, dependia da pauta do dia, e como tem um prazo pro jornal, não tem muito jeito. Você não consegue nem se preparar pra pauta, e já aconteceu comigo e com outros colegas de editor vir dizer diante da matéria apurada por mim editor diz que "G1 tá dando outra coisa" ou "UOL tá dando outra coisa", e eu, "ué, eu apurei, o que eles estão dando não é a realidade". Então, assim, nem é sempre a chefia que comanda, a própria visão da produção do trabalho, os editores que às vezes são quem pauta porque a pauta é muito nacional e o chefe de reportagem (acho que mudou) era também responsável pela pauta, e não muito atento a pauta local, editores tinham dificuldade por falta de prioridade. A gente via que pra fazer a proposta dependia, às vezes a autocensura vem até dos próprios colegas, certa autocensura. E isso me gera certa indignação, né? Da forma como eram conduzidos alguns momentos porque, é isso. Não dá pro repórter pautar sempre, depende muito: da chefia imediata, ou de quem tem responsabilidade diferente. Na EBC tem pouco essa diferença, os editores não são chefes formalmente, são colegas com outra função. Então às vezes não é o chefe, mas o editor tá num lugar superior na rotina de produção, tem uma responsabilidade de finalizar os textos, às vezes propor, e às vezes

tem um despreparo, uma falta de entendimento da função, do papel da EBC. Apesar de que muitas vezes são também pessoas mais antigas de casa e que vem de um outro universo, de outra concepção de comunicação, outra cultura que tem que se adaptar a uma nova concepção da empresa.

5. Você já falou um pouco, mas eu queria saber sobre interferência política no trabalho. Você acha que isso mudou ao longo do tempo, enfim, talvez você queira falar mais desse tema.

Eu tenho cinco anos de casa. Acho que por onde eu passei, o momento mais chave de disputa política da EBC que foi o processo do *impeachment* e das manifestações, e eu vi que havia uma preocupação do portal de fazer algo mais equilibrado entre vozes. Mesmo no pico do *impeachment*, havia conteúdo que apresentava os diversos pontos de vista em discussão naquele processo. Cortaram muitas coberturas ao vivo. E aí, nessa disputa política interna da empresa, passaram a entender que o Portal concorria com a Agência Brasil e isso trouxe um sentimento muito ruim pra redação do Portal porque esvaziou ele. Tinha um monte de jornalista lá fazendo coisa, enfim, subaproveitado. (...) Conteúdo mais crítico começou a ser vetado em vários momentos. Então tem também essa questão da disputa interna dentro da empresa, né (refere-se ao papel ou relevância de cada veículo em comparação aos demais). E na rádio é distinto, veículo que se produzia, né? Não havia essa crise de que repórter da Agência feche pra Rádio e vice-versa. Já teve essa crise também, mas eu não peguei. Essa obrigação não existiu. Eu via que na rádio havia temas difíceis. E mesmo assim colegas que conseguiam dar. Tinha também colegas que se sentiam tolidos. Então acho que como não cobri nacional, temas mais polêmicos, eu senti pouco isso. Mas senti algo direto por um órgão de governo ligar diretamente pra tentar bloquear o trabalho que a gente estava tentando desenvolver. Também fiz muito esporte e cultura, coisa que não era sensível, mas houve caso de ligarem do ministério da Cultura por causa de matéria simples, nem lembro o que é. Isso é recorrente e depender de que tá por cima, as pautas mais polêmicas acabam não passando.

6. Dependendo das chefias as pressões das assessorias de imprensa oficiais acabam fazendo efeito...

Sim, acho que as chefias tinham muito mais, temor, de dar algumas coisas, frente a política que acontecia no governo.

7. Mas esse temor se relaciona a esse momento do *impeachment* e posterior ou antes também?

Antes também. Esse caso mesmo da cultura foi anterior.

8. E você acha que os casos de censura de fato aumentaram depois do *impeachment*?

Eu acho que, assim, antes, tinha sempre alguém temeroso, mas sempre aceitava desde que você desse os lados mais amplos, ouvisse o governo. Depois você percebe que passou a não ser dado

a licença pra fazer. Muito ligado a manifestação, movimentos sociais, que a gente conseguia dar, passaram a não virarem pauta porque achavam que os atores não eram importantes. Você repercutir uma notícia com entidade da sociedade civil, alguma ação do governo, passou a ser menos praxe. Dizem que não precisa, que é pra focar no fato, focar no fato e não nas dimensões que o fato pode ter, as consequências e causas. E isso se acentuou bastante. "Pra quê entrar nesse assunto?" Vamos aí fazer nosso arroz-com-feijão sem entrar em polêmica...

9. Com relação a extinção do Conselho Curador. Você acha que mudou o cotidiano na empresa? O seu trabalho mais diretamente?

Em termos de cotidiano não.

10. Mas em termos de rotinas, pautas, relação com a própria chefia.

Eu já ouvi reclamação de chefias em relação ao Conselho Curador, que ele não sabia o que estava falando, o que a empresa fazia. E eu falava, ué, mas vocês sabem do que estão falando? Havia uma resistência à Ouvidoria, que ainda há, mas antes tinha uma Ouvidoria que tentava fazer o seu trabalho, uma análise crítica, e aí assim, existia esses instrumentos mais fortemente consolidados. Os trabalhadores não recorriam ao Conselho Curador. Pouquíssimos movimentos a gente conseguiu levar pro Conselho via representantes dos empregados, da sociedade civil. O que eu acho que mudou foi um pouco a cultura do trabalhador, que antes sentia que tinha um órgão, mesmo não tão próximo, que ele poderia recorrer e apontar na defesa das suas pautas ou fatos que aconteciam na redação. Então, assim, ele tinha uma retaguarda de um trabalho que cumprisse a finalidade pela qual a empresa foi criada. Então podia dizer que o Conselho tirou uma diretriz, a Ouvidoria disse algo, então nessas negociações diárias das redações, das pautas, havia esse elemento de dizer que o Conselho fez uma recomendação ou estava referendando um trabalho que se vinha fazendo. Daí até dentro das chefias, às vezes um medo, um temor, porque existia um órgão interno, mas independente, que tinha um papel institucional de fiscalizar o que se estava fazendo. Se o negócio fosse muito tendencioso podia acontecer uma reclamação formal, né? Poderia ter consequência. Com o fim do Conselho, os trabalhadores ficaram mais órfãos, passaram a se apoiar apenas no movimento dos próprios trabalhadores e de entidades que organizam os trabalhadores.

11. E o mesmo vale pra mudanças na Ouvidoria?

É, mas como depois do golpe não mudou a ouvidora, ela continuou e era um instrumento importante das discussões, por exemplo, se dizia, olha, a Ouvidoria tá dizendo isso. Vamos refletir sobre isso. Mas depois da mudança, nos últimos meses, mudou muito a Ouvidoria. Quem está tentando fazer um trabalho diferenciado na empresa, sente essa falta. Nas discussões diárias com os chefes.

12. Quero voltar a algo que você comentou. Você acha que tem uma diferença real de percepção de geração quanto à comunicação que se deve fazer...?

Acho. Mas há exceções, claro. Acho que tem pessoas que estão na empresa há mais de 30 anos, antes da própria Constituição, a empresa dos militares, do regime. Parte desses colegas tem uma visão ainda muito chapa-branca do processo na empresa, assim. Uma pauta governamental. Tem até um caso, não vou citar nomes de colegas, mas que a gente queria dar umas notícias que a Agência às vezes demorava pra dar e a gente conseguia dar mais rápido. Então a gente ligava na Agência e via se eles vão fazer. Aí ligamos e atendeu um editor, o cara falou: "eu vou fazer quando sair no Diário Oficial". Aí, respondemos, "então tá bom". Ao mesmo tempo tem uma galera que entrou na Radiobras, que teve três ou quatro concursos menores, que vivenciou um momento da Radiobras e que dizem "aquilo ali que a gente fazia, até a criação da EBC, era..."

13. Esse momento final, mandato do Bucci...

É, esse primeiro governo Lula, sentia que ali tinha uma efervescência, apesar de haver também muitas críticas a forma como tratava os trabalhadores, trouxe muita gente para ocupar posições importantes, além disso a Radiobras tinha uma função técnica que se trazia muita gente de fora, houve choques, o próprio livro do Bucci (demonstra) que era um cara autoritário nas relações de trabalho, né? Muitas demissões inexplicáveis, pessoas que inclusive conseguiram retornar judicialmente. Mas uma turma de jornalistas que apontava que ali, na carreira na EBC, foi o momento que mais se fez um jornalismo público. Nem gosto muito desse conceito de jornalismo público, mas estava ali fazendo comunicação pública, um jornalismo independente, que depois com a criação da EBC, houve momentos que não davam aquela liberdade que a Radiobras em algum momento deu. Com o Bucci. Tem uma galera que entrou com mais de 10, 12 anos de empresa, enquanto outros tem 30, que é um pessoal da Radiobras que tem um compromisso com comunicação pública e um entendimento da empresa porque viveu um momento diferente da Radiobras, marcado pela gestão do Eugênio Bucci. E ao mesmo tempo você tem nessa mudança uma galera que entrou depois, que é possivelmente a maioria da empresa. Então a gente vê que tem três gerações e dentro dessas gerações tem mentalidades estabelecidas e muitas exceções. Na galera que entrou já na EBC tem muita gente que não tem uma concepção sobre o que é o papel da empresa, não está se importando. Enquanto tem as pessoas mais antigas que construíram um pouco dessa história (da comunicação pública), dos veículos públicos federais, como a Mara (Régia, da Rádio Nacional da Amazônia), há décadas fazendo algo fundamental para a sociedade. Assim, vários comunicadores importantes. Assim como vários outros que não conseguiram romper com essa cultura, acho que faltou entendimento, faltou formação, inclusive para as pessoas novas. Eu fiz um trabalho lá em 2002, na faculdade, era um tema novo, mas eu acompanhava a TV estatal (do estado), e gostava, mas isso não era debatido na universidade. Fiz um trabalho sobre isso. Tinha uma cadeira de comunicação educativa que em cinco anos foi dado duas vezes e sem grande interesse. Ao mesmo tempo eu fui monitor de uma disciplina obrigatória de comunicação pública na UNB, mas isso é uma exceção nas universidades. Tô falando dos jornalistas ainda, nem estou falando

do conjunto, tem os radialistas, por exemplo, não tem necessariamente essa reflexão porque não tem essa formação. Se pros jornalistas essa formação já é muito precária, imagina pra quem não é. Tinha até um movimento pra comunicação pública ser uma matéria obrigatória nas universidades... A empresa, quando as pessoas entraram no concurso de 2011, tinha um papel de formação dessas pessoas, foi muito falho, muito falho. Mas além disso, uma empresa que começou em 2008, a partir de novos princípios (diferentes dos que regiam) a Radiobras, porque a gestão do Bucci não era a Radiobras, era ele que impregnava a empresa. Se outro tivesse ganhado a eleição em 2006 era muito mais fácil de reverter. Acho que a empresa falhou nisso. Uma discussão que a gente faz na empresa é isso, que a formação dos funcionários é muito falha, muito falha. Tanto que se pegar os dados de formação, vai ver que o maior investimento, os funcionários mais financiados pela empresa pra se formar, são da área administrativa. Então entre os jornalistas, algo que seria talvez mais simples de fazer, um espaço de discussão sobre Comunicação Pública, não tem, a empresa falhou. Você saber que tem uma herança, mudar a cultura das pessoas, né? Porque isso também ensejaria um aumento da crítica desses próprios funcionários que poderia contrariar tentativas de intervenção dos governos, o que certamente houve. Então seria mais resistência e aí você vê a falta de compromisso dos próprios gestores que dirigiram a empresa desde a sua criação.

14. E dito tudo isso, o que você elenca como principais características da radiodifusão pública? Idealmente?

Pra mim esses conceitos precisam ser elencados numa realidade. A gente tem que pensar a comunicação pública, tem vários conceitos e autores pelo mundo, a gente tem que ver um conceito e um papel pro Brasil. Então, eu sempre tento pensar no papel da comunicação pública frente a realidade do sistema midiático brasileiro, totalmente dominado pelas empresas privadas, que têm como prática o silenciamento de várias vozes da sociedade, então acho que o papel central da comunicação pública no Brasil, é principalmente dar voz para quem não tem voz. Garantir pluralismo de vozes na sociedade que não é encontrado pela grande parcela dos veículos. Acho que isso é o central, agir com autonomia de pautas, de fazer debates importantes para a sociedade, falar de modos inovadores de fazer jornalismo, fazer comunicação, porque não é só jornalismo, jornalismo é parte, tem entretenimento, cultura, educação. Pra mim o mais importante é trazer uma pluralidade, uma diversidade, com autonomia, né? E sempre ampliando o poder crítico do cidadão. É que tá na lei da EBC, a função principal da empresa. Não adianta ter uma empresa pública, ou que se propõe a ser de comunicação pública dando voz a quem já tem voz, né? Que hoje, em grande parte, aconteceu. Alguns programas hoje da casa, de jornalismo, são programas totalmente de mercado. Cenário Econômico é a maior vergonha que existe na TV pública. Apresentador fica defendendo políticas econômicas neoliberais e não tem um contraponto. O próprio apresentador compra um discurso hegemônico e este eu acho que não é o papel da empresa de maneira alguma. Isso marca ainda mais essa fase. Um programa que diz ser de política, mas é um programa de governo, na TV Brasil e que passa na rádio também, da Rosean Kennedy, Corredores do Poder, que é quase um "Bajuladores do Poder". É quase um contrassenso, dar voz pra quem já tem voz. Você não coloca a crítica, não pode ter

crítica e os vários espectros políticos. Há essa carência no que deveria ser o objetivo de independência de governo, de mercado.

15. E é possível fazer radiodifusão pública no Brasil?

Acho que é possível. Eu acredito que seja possível. A comunicação pública como política pública vai enfrentar como principal gargalo, a autonomia, a autonomia passa por gestão, financeira e seu próprio... a EBC tem um papel, o Conselho Curador tem esse papel de controle social. Claro que não estavam todos os segmentos da sociedade representados. Mas tinha segmentos importantes que não tem voz no discurso hegemônico: trabalhadores não tem voz, tinha gente das centrais sindicais; população indígena não tinha voz, no conselho tinha representantes indígenas; movimento negro não tem voz, mas estava lá no conselho. Como tinha alguns empresários. E especialistas, acadêmicos, que traziam uma visão mais segmentada e importante, que as vezes os movimentos sociais não têm, do papel da empresa. Acho possível, acho difícil porque não tem nenhuma experiência no Brasil que conseguiu se consolidar autonomamente do ponto de vista financeiro. Você vê que a TV Cultura é hoje praticamente dependente da publicidade, tem várias discussões sobre isso, que como passou a ser dependente da publicidade as vezes a programação fica dependente, eu lembro de que não tinha, era apoio cultural. Mas esses dias eu vi um negócio que era comercial das Casas Bahia no meio da TV Cultura.

Eu acho que é possível, a gente caminhava numa estruturação a longo prazo, então houve essas mudanças do Temer e as que virão, e vão colocar a gente em cheque, assim, em termos da estrutura, é uma pena. Mas vamos ver se é possível reverter isso a longo prazo, ou garantir o mínimo.

Entrevista 7

Praça atual: Brasília

ano de admissão: 2012

1. Como foi o seu processo com concurso público, a EBC era o objetivo ou você queria um espaço qualquer no serviço público?

Foi uma opção que estava muito sintonizada com meu mestrado (...), com a ótica da comunicação pública e priorizar o cidadão. Pode ser uma utopia, mas eu vim por isso. Entregar um processo pra além de um produto, foi por isso que eu vim. (...) Hoje não tenho mais essa visão de que vou ficar aqui pra sempre e de que é um lugar de comunicação pública nos moldes do que eu esperava. Tive um namoro com a EBC de 2012-14, depois disso a coisa foi desconstruindo, a EBC foi mudando com os governos, o discurso foi ficando cada vez mais longe da prática. Quer dizer, não é que a gente não faz o que a gente acredita. É que pra ter essa prática a gente tem que lutar pra fazer o que você entende como trabalhador como missão da empresa. Ajudar na formação crítica do cidadão, né? Esse discurso é bonito, mas aí você faz matéria de megasena, que a EBC ficava soltando pra ganhar clique. Então fazer esse debate

sincero, ético, do seu papel de jornalista, isso te machuca, né? Te leva pra um desgaste emocional muito grande. A EBC como estrutura foi uma grande inimiga da EBC como missão.

2. Sobre a sua rotina de trabalho aqui e também em outros espaços de trabalho, apesar de você ter passado um tempo nos Serviços, que estão como área excluídos da amostra de entrevistados pelo caráter estatal do setor como te falei, apesar de talvez até haver um diálogo possível...

Sim, isso é interessante. Na NBR, em algum momento, eu me senti fazendo mais comunicação pública do que na WEB da comunicação pública. E falo isso porque subia conteúdo e tinha proximidade direta com cidadão.

3. É que lá tinha uma pegada de serviço grande...

É, quando eu cheguei não era uma assessoria de um governo, era serviço ao cidadão, né? Por exemplo, o Ministério da Agronomia (sic) tá lançando uma campanha, tinha que explicar como que isso vai atuar na vida das pessoas. Programa 1 milhão de cisternas, não é do governo, porém tem impacto, uma relação, a gente fazia matéria sobre água, fazia comparação. E tinha muitos serviços e personagens. Fazia uma cobertura de 7 de setembro e os caras conversavam com você como se fosse você o cara da esquadrilha da fumaça, você tinha essa proximidade das redes, né? Aqui muitas vezes, e como era uma ação de governo, política pública, ela se associava a comunicação pública, e cumpria um pouco o seu papel de serviço. Apesar de que não tinha contraponto. Nem tudo fazia sentido em termos de "será que é efetivo mesmo?". Tudo parecia lindo maravilhoso. Esse era o mal...

4. E você tinha liberdade para sugerir temas e enfoques e tal?

Essa área como é embrionária, e sempre foi, sempre teve muito espaço pra falar, liberdade, reunião de pauta. Porém, as coisas sempre aconteceram conforme outros interesses. Então, vamos fazer isso, vamos fazer só aquilo, não, porque tinha que fazer as pautas mais aprofundadas e também muito serviço pra dar clique, pra dar número, pra entregar, fazer assim, toda quarta-feira tinha a história da megasena. Tinha muito esse discurso, que isso trazia as pessoas pro portal, as pessoas entravam, gerava relatório e pronto, vendeu. No meu ver, crítico, é isso. (...) resultado de megasena e isso foi tema pro Conselho Curador e pra Ouvidoria criticando e a gente criticando aqui dentro também. É só um exemplo caricato de coisas que aconteciam. Mas também foi interessante num período, muitos materiais bem feitos, (...) Mas há grande retrocesso hoje. A estrutura sempre foi assim, você faz porque você quer. A gente tinha aqui na época da Copa o "tempo extra", que era uma cobertura de esporte pra web, diferenciada, mas fazia isso a noite, na virada do dia, mantendo todas as outras funções que era subir jogo de futebol.

5. Quer dizer, não tem uma rotina que considerasse que era pra produzir conteúdos que se filiem à comunicação pública.

Na web tudo podia ser porque não tinha um planejamento editorial de fato e um framework, uma estrutura, esqueleto, pra dizer de onde a gente começa e pra onde a gente vai.

6. Tinha autonomia, mas isso não dialogava com a expectativa de conteúdos que geravam clique...

A autonomia era uma barganha. Você tinha desde que fizesse o que não queria. A gente fazia tudo ao mesmo tempo, sobrecarga muito grande (pra fazer o que a gente queria). Também tinha alguma autocensura em certos casos (...) chegamos a redação de 20 jornalistas, fazia muitas coisas legais.

7. Você já sentiu interferência direta no seu trabalho?

A gente teve uma gestão, longe de mim torcer pelo retrocesso que está vindo aqui, mas a gente teve uma gestão enfatizada pelo PT, tanto pro lado positivo quanto pro negativo. Então, as coordenações eram muito aproximadas a quem tinha linhas nesse sentido, dialogava com os interesses do governo. Se você faz algo que vai bater cabeça com a Secom-PR, recebia telefonema enchendo o saco. E era difícil ter autonomia porque quem estava na coordenação recebia outros telefonemas que a gente não sabia e que transportava pra gente. Então... eleição por exemplo: cobertura de 2014 era evidente a comemoração em torno de determinado candidato, a Dilma, em detrimento do Aécio. A gente não ouvia a voz do derrotado, não conseguia falar com a metade da população que foi derrotada, explicar porque fui derrotado, etc. Porque a ênfase do ganhar é tão grande, de quem estava no poder... e também a presidente, o superintendente da área, todos tinham simbiose próxima com a galera, era explícito. E essa interferência batia no Conselho Curador que era o grande referencial, lá também tinha gente ligada ao PT, mas como as coisas chegavam lá em termos de pauta de cidadania... a ingerência era paradoxal, contraditória, mas tinha espaço também. A gente também era trabalhador e usava esse poder. A gente já tirou muito força de chefia usando nosso poder de trabalhador.

8. E você acha que isso é uma coisa que se perdeu?

Eu saí (de licença) bem nessa fase *impeachment*, *impeachment*-golpe, chame como quiser. Tenho meu jeito de chamar, mas, com a chegada do Temer rolou... até um discurso que era a saída dos petistas. Uma caça às bruxas. Qualquer pessoa que fosse próxima sofreu uma espécie de retaliação ou teve que se readequar ao novo cenário, que foi assim, meio "Escola sem Partido", né? Tipo "somos jornalistas e não temos nenhuma convicção". E como eu nunca tive uma associação clara a partido, eu transitei com essa galera e continuo transitando, mas (...) dava pra sentir esse ar de revanchismo e hoje isso se reflete, por exemplo, matéria crítica ao governo na home? Nem pensar. Por mais que a gente coloque, eu como jornalista faça um crivo cético e de querer provocar, eu sei que na hora que recebo uma ligação, "olha, mas porque essa matéria da Marielle tá no destaque?", aí eu explico que teve desdobramento. "Por que não

coloca outra?". É difícil argumentar, é difícil ter que bater pé pra manter a matéria, porque o momento é outro, né? E gera um desgaste muito maior em manter uma matéria, sendo que o discurso é, mantém a do Bolsonaro, agora, antes, mantém do Temer. Essa é a tendência, colocar panos quentes pras coisas continuarem acontecendo minimamente. Acaba que a estratégia vira botar panos quentes pra outras coisas continuarem acontecendo minimamente. Hoje é isso, panos quentes, muita autocensura, a sensação de que nada pode ser feito.

9. Maior do que nos governos do PT?

Maior que antes. Antes eram incongruências do governo. [interrupção da entrevista por alguns minutos] Agora é um momento cru pra mim onde eu tô. (...) Queria ajudar mais na área de inovação e implementação, eu ajudaria mais a EBC, não tem espaço. Então a gente assume onde tem. Antes tinha uma disputa grande, havia uma rixa complicada que foi criada, uma tentativa de boicote, ou de achar que aqui era de especiais, porque o Breve era superintendente daqui e virou presidente e quem ficou aqui, o Ricardo Negrão, era filho dele. Trabalhava na mesma linha. E aqui era de fato, ao invés de fazer uma coisa congregada, aqui era fora do jornalismo e usava isso como espaço de autonomia, criação, fazer coisas boas, como também ficar brincando de fazer jornalismo. E às vezes fazia pauta que lá fazia (na Agência), tinha que fazer primeiro pra ganhar deles, e ficava uma coisa estranha, ficava competindo entre a gente. E muitas vezes a gente achava que era mágoa, mas a gente boicotava muito eles, a estrutura, o invisível na máquina, era boicote de sistema, as configurações eram feitas para que lá desse menos, lá não bombava, mas a Agência se estruturou e se manteve porque é jornalismo factual, diário, mais *hardnews* e fazia sentido. E aqui meio sem projeto editorial é um *frankstein* que vai perdendo as peças, né? Até hoje tem umas peças soltas aí, tem coisa aqui, tem coisa na produção, tudo perdido, a importância da área de web é muito grande, mas o que tem hoje aqui é uma poeirinha do que foi um dia, do que estava sendo um dia, inclusive de forma protagonista, a gente era vanguarda muitas vezes em atividades e eventos por causa de uma vontade de fazer bem feito. Dos funcionários e muitas vezes das chefias também. Às vezes somos muito taxativos e parece que as chefias estavam aqui só pra sacanear, e não, muitas vezes tinha disposição de tocar como gestor e as coisas aconteciam, mas a estrutura é muito cruel, essa engenharia de como a EBC funciona, quem manda, os chefes, etc, faz com que a empresa não se leve a sério.

10. Mas você já mencionou o Conselho Curador. Você acha que a extinção do conselho mudou a sua rotina de trabalho?

A minha não. Mas a minha área mudou junto com o fim do Conselho Curador.

11. Mas se relaciona?

Olha, como eu saí de licença justamente na época da MP, saí num momento tão crítico (...) e lembro que na área a gente ainda produzia conteúdo. Nesses dois anos, o que mudou com a

saída do Conselho Curador é que a gente não produz mais conteúdo e quando produz é relacionado a interesses governamentais. Porque a pauta das águas que os meninos fizeram e ficou muito boa, estava ligada à ANA, e gerou uma polêmica, e foi uma coisa que eu acompanhei de fora (na licença) e era tão forte que chegou, muito evidente. Eu não sei o que aconteceu nesses dois anos, mas olhando hoje parece que morreu tudo que tinha. Tem uma poeira de rotina, uma rotina mecânica e que não se justifica.

12. E o que a Ouvidoria faz ou fez muda a rotina aqui, você percebe isso?

Eu li um informe recente da Ouvidoria que foi mandado pra chefia e ela compartilhou. É um misto de tudo. Não é um relatório de Ouvidoria como eram os da Joseti e das outras pessoas. Que era uma Ouvidoria crítica, que aponta nos calos. Agora são números, diz que a gente tá bem e tal... mas porque a Cristiane Samarco era da Diger e tal. Achei legal o discurso de transparência, mas não é a cara de uma Ouvidoria. Não sei se o trabalho por dentro tá mudando alguma coisa, mas, eu acho que isso é uma coisa importante: o que a Ouvidoria fazia e o que o Conselho Curador fazia impactava no crivo do que a gente fazia. Tinha medo, tinha sensação de temor (por parte dos chefes). "Olha, isso aqui a Ouvidoria vai encher o saco". Isso ajudava no crivo do conteúdo que ia pro cidadão. A gente estava sempre dizendo, já aconteceu e a gente não fez a casa toda, "temos que fazer mais pautas disso e disso", o Conselho falava. Chegava na hora da reunião, beleza, mas ia fazer outra coisa. Mas quando era o negativo, quando batia naquilo ali... por exemplo, (Aqui faz comentários de sua atuação pessoal contrária a publicação de um tipo de conteúdo. Posteriormente o Conselho Curador ou a ouvidoria – ele não se lembra qual órgão – criticou a publicação destes conteúdos por assemelharem-se a marketing embutido em jornalismo e deixaram de ser publicados.) O Conselho Curador tinha força e tal.

13. Algumas pessoas que eu ouvi diziam que os relatórios Conselho e a Ouvidoria, pelo menos até a Joseti, ajudavam no diálogo com as chefias.

Quando a gente tinha acesso a esses relatórios.

14. Sim, os públicos.

Os do Conselho eu concordo. Quem tinha disposição de ler os relatórios tinha um instrumento válido. Como era de uma linha de Academia, eram válidos a análise e aprofundamento sempre. Enviesado ou não, muitas vezes, eventualmente com falta de conhecimento do todo, que a web também tem um dinâmica diferente e num momento de muita experimentação. E nisso ajudava também o Conselho Curador. Agora, da Ouvidoria, eu posso estar muito enganado, mas acho que não chegava tanto a ponta, eu me considero um trabalhador da ponta já que eu não atuo num cargo de gestão, nunca assumi função, e o máximo que fiz foi substituir... sempre fiquei na ponta e a Ouvidoria não chegava, não era decisivo, pelo menos aqui. Tô até tentando lembrar de algum fato, mas não me vem nada. Impactava quando a chefia tinha uma questão com erro que chegava na Ouvidoria, era nesse sentido, mas não de corrigir o rumo do veículo, era

mertiolate, resolver uma matéria com dado errado, ou link quebrado, isso acontecia. Nada pra mudar paradigmas do que a gente estava fazendo. Mas 2016 pra cá que tinha ouvidoria forte pra cá não sei se mudou, mas definhou, isso sim.

15. Queria também falar sobre o espaço de relacionamento com o cidadão. Aqui na web, pelo caráter mesmo, suponho como espaço primordial de interação. Você acha que tem mecanismos pra interação, que são eficientes?

Então, tem duas coisas pra falar com cuidado. Uma é a história do conteúdo colaborativo aqui se vendeu essa ideia e até se lançou um selo de "conteúdo colaborativo". Então o discurso era muito bom, que é a história de produzir conteúdo de fora, era um pouco como o "Outro Olhar" da TV Brasil. Só que não tinha crivo, não tinha protocolo, era aproveitar cidadão pra alimentar conteúdo, não era uma coisa consistente, uma parceria efetiva. Isso faltou. Ah, mas vai ter um editor de conteúdo colaborativo. Criaram um e-mail e ninguém lia porque não tinha o responsável e um protocolo pra usar. Então, de que adiantava ter o canal, ter o conteúdo, mas era difícil virar prática e efetividade. Mas teve experiências interessantes de participação e interação. Primeiro porque as redes sociais te obrigam a ter interação. O que comenta você tem que responder. Tinha uma consciência maior que em outros espaços da casa. Quando publica uma coisa no Facebook ou no Twitter, as pessoas estão comentando e você não pode ignorar. Isso aconteceu muito. Hoje a rede está numa área mais específica e eu não sei o que acontece, a gente fazia redes também no plantão, mas depois de uma série de problemas se estabeleceu uma rotina mais direcionada que eu não acho ruim e redes se tornou mais a sério. Mas agora, programa ".com.br" a gente teve experiência de construir pauta coletivamente com o cidadão, um cidadão com perfil bem específico, estudante de jornalismo, estudante da comunidade, e a gente fazia materiazinha chamando pra reunião de pautas, a gente fazia um hang out pra discutir os temas, participando, falando, e esses momentos eram legais porque construía pauta de acordo com equipe. No rádio mandar música, etc. Esses exemplos pontuais, que poderiam ser maiores, foram legais nesse sentido. (...) Podia ser maior, mas dizer que não teve, teve experiências. A gente sempre olha o cidadão como, vamos dizer, o sentido de que a gente é detentor de formação e entrega, a gente não constrói junto. E pra construir junto a gente tinha pouca maturidade pra lidar. E quando conseguiu fazer não teve espaço pra fortalecer (...)

15. O que são características principais da comunicação pública?

Pra ser sintética, esta é uma pergunta difícil. Acho que tem, primeiro, viés não-comercial. Você começa negando pra se entender onde se está. Aquilo que não está preocupado em dar dinheiro, é aquilo que está falando com a diversidade, que representa diferentes populações do Brasil, o Brasil é vários países dentro de um só, cinco regiões com mil coisinhas diferentes, quando eu trabalhei com secretarias de educação, tinha secretário que escrevia secretaria com "ç" na primeira letra. E isso é o Brasil. Com essa realidade, tanto quando estou escrevendo sobre deepweb quanto quando tô na rádio falando na Nacional pra jovem na amazônia fazer senha segura de web, o cidadão é diverso, eu consigo ver isso, mas dá trabalho, não é simples enxergar isso a partir de Brasília. A gente tá falando de muitos cidadãos, de diversidade, de não-

comercial, a gente tá falando de pluralidade de voz, que é a parte mais difícil também, que a pessoa pode interagir, falar de verdade o que sente, o que pensa, e falar. Aí vem as histórias absurdas. A gente tem cinco estúdios usados somente por nós. Em algum momento eu sinto que faltou um pouquinho de comunicação comunitária nesse sentido, esse espaço é também das comunidades, da população. Ah, mas como é que vai selecionar quem vem e quem não vem? Olha, quando tem interesse faz. Tinha um menino do conselho curador, o Wenderson, que ele veio e fez parceria, ação periferia no rádio, participa. Porque nunca fez um produto diferente lá embaixo, mais experimental mesmo? A gente tem formação técnica e equipamento público pra isso em todo sentido. Mas o que é comunicação pública? Começa que não é mais que a EBC, não pode achar que é a detentora desta entidade, né? É um peso muito grande sobre ela, inclusive no sentido que a comunicação de governo passa a ser um pouco pública no seu papel de serviço. Mas vamos lá, diversidade, pluralidade, não-comercial, diversa, experimental - que acredito pra qualquer coisa, fora do comercial, criar e inovar -, passa por folkcomunicação, usar culturas marginalizadas pra se alimentar e se fortalecer. A gente pode usar esse espaço de web pra outros povos falarem, outras pessoas, outros públicos. Pautas que a comunicação da própria casa não tá falando. Deep web, venda de dados, hoje dados é uma coisa absurda, *whatsapp* só existe porque alguém tá vendendo dado, dado massivo, a gente fez pauta sobre isso, especiais sobre isso, é difícil inserção, mas esse também é nosso papel, explorar o desconhecido, também. E tinha uma coisa que eu acho importante, que o cidadão, né? Pressupõe um conceito básico de cidadania e isso a gente nunca tem muito claro. Que é a história de um detentor de direitos e deveres, mas principalmente de direitos, se a gente entende comunicação pública como a que quer dialogar diretamente com o cidadão, então se você sabe que é diversa, não-comercial, tá falando com um público que tem direitos sociais, civis, políticos e direitos humanos, da pessoa humana, quando se reforça, não com pauta muito politizada e militante de dizer que tudo são direitos humanos, mas pensar nesse sentido na hora de fazer essa matéria, pensar que você tá falando com uma mulher, um homem, uma negra, um indígena, ou quando você não está falando você ter essa consciência. É muito fácil ter isso numa comercial, tem que entregar um monte de coisa. A gente tem que entender essa pluralidade, e assumir quando não atinge. A gente muitas vezes fala com as pessoas e não enxerga as pessoas com seus direitos e deveres, cada um tem um público maior, não sei onde tá mais fragilizado o direito? Não sei até onde é muita utopia minha, mas por exemplo, as domésticas né? Quando a gente vai abordar a questão das domésticas a gente não vai abordar a patroa. Claro que é importante discutir, mas na perspectiva de fortalecer direitos, as patroas já têm. Vamos dizer assim. A PEC das domésticas é um ótimo exemplo. A gente tenta nivelar dizendo que diversidade é dar voz pra todo mundo do mesmo jeito. E aí que entra a história da cidadania, se você tem uma perspectiva de direitos, sabe que não tem como dar voz pra todo mundo do mesmo jeito, tem que dar voz a quem está mais fragilizado nos seus direitos. Essa é o mais ideal, que no dia a dia é possível aplicar, mas é difícil.

16. Também queria te perguntar sobre os elementos que te levam a essas conclusões, apesar de você já ter falado um pouco sobre a sua trajetória, inserção na universidade.

Você acha que tem outras coisas que ajudam nisso, a própria EBC, debates internos...

Um é meu lado metódico, eu preciso acreditar em guias, modelos. Então quando eu falo da EBC eu falo da lei, quando eu falo de um manual de jornalismo eu acredito no manual, daí minhas críticas são muito assim, eu preciso responder alguma coisa e não está lá porque o manual hoje é muito bom em discurso, mas é muito pouco prático no dia a dia. Já o da Radiobras é muito bom na prática e ruim no discurso. Se os dois fossem somados, talvez seria ótimo. Então na hora de usar “pessoa com deficiência” e não “portador”. Então um pouco é o meu lado metódico. Como a lei que não é a melhor, mas foi construída e não se restringe a dizer o que é comunicação pública, mas é um parâmetro, maior que a lei é a CF, maior que isso os movimentos políticos sociais que fizeram isso, e o outro lado que é enxergar as pessoas como pessoas e não como produto, no meu trabalho. (Outra coisa) é o fato da extensão da universidade, foi onde me ensinou a ouvir as pessoas e a ouvir as contradições. (...) Mas tem uma questão de base, não sou marxista, não sou comunista, mas tem uma questão de consciência de classe, tenho medo de usar só isso, mas eu venho de um crescimento de periferia, de uma família pobre, que não teve estudo, eu sou a geração que teve estudo (...) mas meu pai e pedreiro e minha mãe é costureira. A consciência de onde eu vim, de onde eu sou, o que eu sou, também me permite enxergar um pouco o nivelamento, de consumo. Então são essas três coisas, agora, isso não quer dizer que qualquer pessoa não possa ter essa consciência, eu sou herdeiro e tal, mas é mais fácil renegar esse processo, eu não, eu pegava ônibus lotado em pé. É claro que eu sei o que é ônibus quebrado. Eu sei que é horrível. Mas eu sei que é pior ainda hoje (do que na minha época) porque vai mais lotado porque dobrou o número de pessoas e o ônibus é o mesmo. E eu tenho condição de andar de carro ou viajar pro exterior. Então são três coisas, é a vivência da extensão, isso que eu chamo de parâmetros, dos documentos, a BBC é um modelo pra mim, não se aplica ao Brasil, mas é um modelo, e a consciência do meu papel dentro da comunicação pública, o que não quer dizer que eu tô amarrado e escravizado de lutar por isso sem receber, sem ter uma condição boa de vida.

17. Você acha que a gente faz comunicação pública, faz em parte, que é possível fazer?

A longo prazo todo mundo tá fazendo comunicação pública de alguma forma porque a sociedade se constrói nessas contradições, a curto prazo a EBC não faz hoje a comunicação pública que deveria fazer, ela faz uma comunicação pública que está aquém da sua missão. E é assim porque ela se vendeu muito no discurso de querer fazer muita coisa e foi incapaz de seguir modelos, pra ser coerente com o que eu tô falando, assim...

18. Modelos como a lei que funda a empresa?

É, é muito fácil dizer que vai salvar o mundo e brincar de fazer trabalho sério. A primeira ingerência, o primeiro modelo você se pauta, se molda. Se você tem um projeto você continua e tem níveis de avaliação. Eu não sinto isso aqui. Na NBR, como você presta serviço, tem alguém cobrando lá em cima, mas eu não sinto como EBC ... O que a gente tá fazendo, não tem um modelo, não sabe o que a gente faz em termo de errata. Esses dias mesmo eu peguei matéria que foi tirada do ar e republicada 12 horas depois com conteúdo e título mudado e a gente sabe que foi censura, foi erro da pauta. Tirou do ar, publica uma errata, né? Isso é uma

falta de respeito com o cidadão. Hoje a EBC desrespeita o cidadão. No momento que voltar a respeitar o cidadão a gente volta a fazer comunicação pública.

19. Ou seja a gente já fez, ou em alguns momentos a gente já fez...

A gente já fez e não só como EBC, a Radiobrás já fez e a EBN já fez. A Rádio Nacional é um exemplo disso vivo, o que é a Nacional da Amazônia, Alto Solimões, a OC, se você passa aqui nesse corredor e ouve as pessoas passando recado pela rádio porque até hoje em pleno século XXI a rádio é o melhor meio de fazer isso, é melhor que *whatsapp* que não funciona na floresta, a gente faz comunicação pública. E começou a fazer hoje? Não, faz muito tempo. Quando a gente falava de futebol de forma a mobilizar a comunidade a gente faz comunicação pública. Mas agora virou barganha, a rádio nacional, a rádio do futebol, a rádio que criou o flamengo, o brasil flamengo, a gente não faz comunicação pública quando não fala das outras equipes, de outros perfis. A gente faz, a gente fez, mas hoje faz pouco e a gente desrespeita o cidadão. A Agência Brasil tá falando com quem? Com jornalista que recebe o conteúdo e vai repassar ao cidadão ou diretamente com o cidadão? A resposta é sempre pros dois. Isso gera um nó na minha cabeça. Na agência Lusa é claro que o objetivo é gerar(conteúdos) pra outras (agências e veículos). A gente quer falar com os dois. Se quer falar com os dois... a gente sabe que com os sites a gente tá falando. Quando a gente publica uma matéria de dez linhas que a gente que tem um robozinho que copia pro site do Estadão, a gente tá entregando comunicação pública. Na hora que a gente edita essa matéria, que já foi publicada no Estadão, republica na Agência, aí o cidadão que leu no Estadão e leu na EBC vê que tem contraste e não sabe qual é a verdade, as vezes acredita que está lá, mas foi a gente que mudou, a gente tá mentindo pra ele. A gente tá, sei lá, eu acho uma piada, uma grande piada de mal gosto.

20. Quando tem uma falta de errata...

Foi medo, é uma pauta bem específica, sei lá, é o exemplo do Moro. "Especialistas divergem sobre indicação de Moro", era equilibrada a matéria. Moro é muito seletivo. Aí a matéria foi despublicada, ficou divulgada aqui (no Portal), na Agência, aí mudou o título, mas o link ficou o mesmo, virou "avaliam ida de Moro", até aí tudo bem, vamos dizer, erraram e colocaram no outro dia "olha, essa matéria foi publicada indevidamente" ou avisa essa matéria será publicada amanhã. Com o mesmo link. Mas não, tira do ar pra alguém avaliar. Aí tinha uma frase da seletividade que foi deletada. Daí qual o respeito com o cidadão que leu a matéria ontem, e ele nem leu, mas se leu, sei lá, ficou comprometido. Aí os casos da Ouvidoria. Antigamente esses casos chegavam na Ouvidoria e a gente se reportava depois, erramos. Porque a gente não dava errata antes. Hoje eu não posso dizer que acontece ou não. De dizer que a Ouvidoria não faz o trabalho. Mas, o que é a EBC hoje? A TV Brasil vai fechar amanhã, a gente não sabe o que é o Portal, a Agência Brasil fez uma matéria sobre a a Havan, não sei se você viu, "inaugura Havan", a gente é não-comercial e faz uma matéria divulgando a Havan? Há, mas a pauta é "debate a Havan no cenário político-eleitoral". Beleza, mas tá debatendo outros cenários? Tá falando da Natura que paga ribeirinhos não sei quê? A gente tá dando pé na cara do cidadão e dizendo "fecha a gente porque a gente merece ser fechado". Mas isso é por medo pra manter.

21. E a sua perspectiva é de fechamento então?

Eu não sou tão ingênuo, mas a TV Brasil vai fechar no primeiro dia, ele já voltou atrás em muitas coisas, ministério do Trabalho, etc. Você acha que vai desmentir isso? É a mais fácil de fechar. Junta com a NBR, fortalece a estatal, governamental, sucateia a EBC e mantém a estrutura de cargos que você pode dar qualquer nome. Assim como foi usado pelo PT, ou foi usado por outros partidos em outros lugares, a TV Cultura, vai ser usado pelo mesmo sistema de governo, pra manter cargo, manter função, pagar a gente e significa nada, fica sucateada, vai acabando, cada dia menos interesse, óbvio que o que a gente fez e avançou será totalmente descartado e com chances, aí é o drama, de perder o histórico. Na web tudo se mantém, porém, no site da EBC.com.br, tem já um peso o domínio, que foi construído, ele tem limites. Por exemplo, um conteúdo especial como o sobre os Trans, que foi cobertura do seminário que o Bolsonaro falou que tinha seminário LGBT Infantil, isso nunca teve, mas isso (a matéria do Portal da EBC) é uma prova histórica de que nunca teve, mas se o site for tirado do ar, não tem mais dinheiro pra pagar o servidor, não tem mais ninguém aqui, "ah não, esse site fala de transsexualismo, tira do ar", esse conteúdo se perdeu no site da EBC. Eu vou ter um back up, um programa de computador vai ter backupeado um dia essa página, mas nunca vai ser a mesma coisa que estar neste domínio contando a história desta população que foi ali defender seus direitos num seminário.

Entrevista 8

Local de trabalho atual: Rio de Janeiro

Ano de admissão: 2014

1. E porque você resolveu trabalhar no serviço público? Foi deliberado, foi pelo mercado é ruim, você queria estabilidade, você queria trabalhar em empresa pública, como você chegou na EBC?

Sim, é uma conjunção de fazer o que eu gosto, né? o que eu acho que eu tenho um certo talento pra isso com a estabilidade do serviço público e com a expectativa de fazer um trabalho que na prática não se, não se, a expectativa e a minha realidade não foi a minha expectativa mas eu esperava poder inclusive, colocar mais em prática meus próprios, não só minhas próprias aptidões, minha capacitação mas minha visão do jornalismo que na prática não foi bem assim. Já antecipei uma resposta pra você.

2. Deixa eu entender um pouco qual a sua rotina de trabalho, as pautas, a seleção de quem você vai entrevistar... isso por algum momento passa pela reportagem cinematográfica? Porque afinal de contas vocês também são repórteres, né... ou já vem tudo meio pronto e determinado como que isso funciona?

A pauta vem totalmente determinada, nossa participação é infelizmente é ínfima, próxima a zero mas pra você ter uma idéia vou fazer cinco anos de EBC e eu nunca participei de uma reunião de pauta. nós temos aquele convite de que vocês podem vir se vocês quiserem, entendeu?

3. Sim, mas não tem nenhum incentivo real nem a sugerir mesmo fora da reunião ou isso existe?

É, zero zero zero

4. Mas tem algum espaço pra sugestão mesmo que você não participe da reunião de pauta ou nem isso você vê?

Tem, mas muito pouco. O meu trabalho específico que agora eu pego o primeiro horário, as seis da manhã e basicamente e a minha prioridade é pactuar os diretores se tiver alguma pauta produzida, é muito pouco espaço... eu sou um cumpridor de tarefas. Não tem muito espaço de discussão nesse sentido não.

5. Você acha que as rotinas são diferentes do que é o cotidiano de um veículo comercial assim é, especialmente pro seu trabalho ou elas são muito semelhantes ao que os colegas dos veículos privados fazem?

Eu acho que assim, a gente tem uma rotina que não deveria ser às vezes semelhante e igual ao dos veículos comerciais, como por exemplo, [fazer portaria em casa de político].(...) O que eu acho que é um problema nosso é que a gente tenta, às vezes, cumprir a mesma rotina com recursos muito mais escassos, entendeu? Então eu acho que fica um trabalho inclusive capenga e eu particularmente acho que nem deveríamos cumprir essa rotina, é a minha opinião. Aí entra no âmbito da linha editorial que a gente não tem a menor gerência.

6. Como você acha que você deveria ser assim em linha gerais, que diferença você acha que deveria ter por exemplo? Para materializar um pouco melhor...

(...) eu acredito que nós deveríamos ser uma TV (...) no jornalismo que deveria ser um jornalismo muito mais interpretativo e reflexivo, de repercussão do que ficar tentando fazer um jornalismo factual de correr atrás da notícia tentar dar em primeira mão a melhor ou fazer o mesmo VT que as outras emissoras fazem, entendeu? Eu sempre sugeri isso, a gente não tem que ir pra porta de ninguém, entendeu? Eu te dando esse exemplo agora. A gente tem que refletir e fazer cada vez mais uma coisa analítica, mais profunda do que está acontecendo, mas isso daí é algo que se não tem a menor vontade de acontecer.

7. E você já sentiu ou viveu interferência política no seu trabalho que você pudesse perceber?

Interferência política, isso é... Já, eu lembro de alguns casos que me parece, não exatamente... deixa eu me recordar, já me senti acuado assim, nada oficial. Ninguém nunca me pediu pra não fazer algo, por exemplo, né? Mas já me sugeriram assim, entendeu... mas aí no caso o que foi meio consenso entre nós (trabalhadores) é que. Por exemplo, vou te dar uma coisa pra ficar mais compreensível: em manifestação já foi sugerido a nós no carnaval que evitássemos de fazer faces e frases de protesto contra o presidente Temer, né? E aí foi um consenso entre nós, porque nunca se sabe quem pediu isso, né? Aí o consenso foi escreve isso aí, escreve isso daí pra gente que a gente não pode fazer porque se tiver na minha frente, eu vou fazer, problema de você de editar. Porque a minha função enquanto repórter cinematográfico é mostrar o que está na minha frente, né? E aí essa foi talvez uma das mais explícitas. O que eu estou dizendo, nenhum chefe meu chegou e falou, nunca aconteceu e deixa eu pensar...

8. Mas você acha que isso vem depois, né? Por exemplo, na escolha das imagens que iam ser editadas que também tem essa característica que é muito explícita no caso da fotografia e cinegrafia.

Sem dúvida. Muito bem observado. Estou lembrando de outros casos aqui principalmente na escolha das imagens isso fica mais claro. Tem vezes que eu faço muitas imagens de crianças e de trabalhadores saindo e passando por entre soldados, por entre os blindados e essas imagens não vão lá. Não dão; Já observei várias vezes e elas não dão. Escolhe as imagens mais, menos, entendeu o que eu tô dizendo?

9. Que aparece menos civis, né?

(...) é impossível não observar isso... é um tanto de blindado na saída de uma comunidade, todo mundo indo trabalhar, perto da escola é impossível você vai passar centenas de crianças na sua frente e você não vai mostrar? ... Ah vou te dizer, mas você não publica o que vou dizer agora. (...) O que eu percebo é que as pessoas, os chefes, são comissionados, então não querem perder e não mexem com o que pode dar problema pra eles, entendeu?

10. Você está comentando explicitamente situações do período do Temer. Você acha que coisas que aconteceram antes, no governo do PT, era tão claro quanto hoje? Tanto de veto, pedidos indiretos, quanto na edição, de cortarem as imagens que você acha que seriam as mais interessantes...

Eu vivi também, mas não tanto, sabe? Antes também eu estava em outra posição, fazia pautas mais produzidas, de cunho mais social (menos *hardnews*), mas não que não tenha acontecido. Eu lembro de um caso na época do *impeachment*, não lembro a situação exatamente, mas algo que tinha a ver com o Lula, e mandaram a repórter pra rua já tendo escrito a matéria dela (...) no fim quando a coisa tá difícil acho que fazem todos o mesmo jogo, né? O problema da nossa falta de autonomia, enquanto a empresa não tiver autonomia a gente vai sempre estar sujeito a manipulação por parte dos governantes.

11. Conselho curador mudou seu cotidiano nesse sentido da interferência, tipo de pauta, etc?

Eu nunca parei pra pensar nisso exatamente, mas talvez tenha uma relação sim, porque a gente aqui, por exemplo, nem jornal local temos mais. Estranho terminar jornal local. Eu basicamente, o que a gente faz são essas coisas chatas de coletiva, sem graça, até o estímulo do trabalho é menos estimulante, talvez o conselho tivesse uma visão de exigir menos essa rotina e mais uma rotina de pautas trabalhadas, mais reflexivas, mais espaço pro jornalismo, que acho que na verdade o espaço é outro, estamos sendo diluídos na grade. Mas não sei, sinceramente.

12. A Ouvidoria interfere no seu trabalho?

Pra ser sincero tenho muito pouco feedback do meu trabalho. Teve uma época que a gente tinha, eu não lembro mais o nome, há uns 3 anos, tinha um indivíduo que mandava todo dia um relatório sobre o jornal, elogiava, via VT por VT, reclamava e tal. Era o *feedback* mais próximo que a gente tinha. Eu tenho muito pouco *feedback* da empresa. De Ouvidoria então, só sei que existe, só ouço falar.

13. Mas esse relatório não era da Ouvidoria?

Acho que não, era uma pessoa mesmo, editor chefe acho, era comissionado e saiu, todo dia ele mandava um e-mail com uma análise do jornal. Falava do conteúdo, das imagens, era interessante pra quem se interessava em ver... no máximo reclamam se vem uma imagem sem foco, sem condição de usar. A gente não tem nem uma padronização de linguagem pra imagem, eu achava que tinha que ter isso, não uma coisa engessada, mas a gente saber mais ou menos a linguagem esperada. Hoje cada um faz o que pensa, o que dá e toca o barco.

Ontem mesmo, tinha uma cara com um plano estático, mas com a camera no ombro num vivo. Tinha que existir um protocolo pra isso, tinha que estar no tripé já que ele nem ia andar nem mostrar nada...

14. E as pessoas que assistem seu trabalho? Você sabe de alguma iniciativa pra elas sugerirem, influenciarem o que vocês fazem? Tem diálogo com telespectadores?

Não vejo pauta influenciada por cidadão não.

15. Pra você, o que são as principais características de radiodifusão pública?

O que é radiodifusão pública?

16. É, comunicação pública.

Acho que a nossa missão ela tá muito bem representada, aquela frase de "produzir e difundir conteúdos que contribuam pra formação crítica do cidadão", pô, acho que mata isso, entendeu.? Se formos capazes de produzir e difundir conteúdos de outros também que sejam diversos que representam da melhor da forma mais diversa a nossa sociedade tá valendo, que contribuam pra consciência crítica tá valendo. Acho que se conseguíssemos cumprir nossa missão estaríamos todos mais felizes.

17. E como que você chegou a essa conclusão? Tem como dizer assim o que te influenciou, se um curso da empresa, faculdade, os colegas aqui...

Eu passei a pensar nisso só trabalhando, pra ser sincero. Até então o modelo de radiodifusão, se era pública, se não era, não me preocupava até porque chamava pouca atenção. Com a criação e trabalhando na EBC é que eu passei a pensar nisso né. Eu, né, porque acho que a maioria da população não faz a menor ideia do que a gente faz, entendeu? A EBC tinha que explicar pra população o que ela é, a sociedade precisa entender o papel da EBC, isso ajudaria muito a própria empresa, muito mesmo, muito das opiniões contrárias em relação a nós vem da ignorância, do não conhecimento do papel da empresa.

18. E você acha que é possível fazer radiodifusão pública na EBC?

Fazemos sem dúvida, já fiz muito mais, mas fazemos ainda. Dá orgulho quando você vai num lugar que as pessoas que não têm a voz ouvida, já fiz muito LGBTs, quilombola, indígena, pessoas mais carentes mesmo e depois a gente volta e as pessoas reconhecem que ficou legal e tal. Ou professor em manifestação que diz que assiste, que bacana, e isso dá orgulho.

19. E o cenário de futuro, qual a expectativa?

Pior possível, a gente tá receoso do destino da empresa, nossos empregos, né?!

Entrevista 9

Praça atual: Rio de Janeiro

Admissão: 2012

1. Como foi sua chegada na EBC, foi uma escolha deliberada pela EBC ou você queria trabalhar pro setor público ?

Era EBC mesmo. Eu tive contato com o nascimento da EBC (por meio de um ex-chefe que veio pra TV Brasil Internacional), ele falava da coisa da diversidade cultural, eu fiquei encantada com o projeto. Eu ainda estava na faculdade, eu trabalhei, eu fui pra fora, nada de concurso, mas aí abriram o concurso. Eu queria muito, estudei pra caramba. Já tinha feito outros porque minha família tem muitos funcionários públicos e defendem a coisa do tem que fazer concurso

pela estabilidade, mas os únicos que eu realmente queria era os da EBC e da Ancine, foi os que eu mais me dediquei.

2. E como é que funciona seu trabalho, você se sente livre pra elaborar conteúdos, fala um pouco dessa rotina.

Eu já me senti bem mais livre pra isso, logo que eu entrei, a gente sugeria muita coisa, a maioria era aprovada, a gente fazia coisas bem diferenciadas, dava pra fazer coisas mais trabalhadas porque o telejornal combinava com matérias de mais tempo, mais longas, o telejornal local nos permitia também matérias não necessariamente focadas em render rede. A gente tinha reuniões de pauta diárias, o que foi perdido com o tempo. A ingerência de Brasília sobre os telejornais foi ficando cada vez maior, o que dá frustração grande... o que não era vetado nas reuniões das praças acabava ficando uma coisa muito distorcida, virava outra pauta, não o que a gente sugeriu. Eu hoje em dia quase não sugiro pauta, não tem mais reunião diária de pauta, na última mudança estrutural perdemos totalmente a autonomia, estamos totalmente subordinados à Brasília e isso tira totalmente a nossa liberdade, a gente não tem mais reunião local de pauta, o que acontece é que nossos chefes pegando as pautas e levando pra Brasília e fazendo uma coisa totalmente diferente. E de uns tempos pra cá, todas as pautas mais críticas que de alguma maneira tocam ou podem tocar o governo federal já são imediatamente descartadas, é aquela resposta, "ih não, mas Brasília não vai querer isso". E aumentou muito assim, antes tinham, mas não como agora, "ah tem que fazer uma pauta sobre o assunto X porque Brasília quer". Isso agora é diário. E coisas do tipo: recorte do IBGE. Antes a gente recebia o material, avaliava o que chamava atenção e tinha que fazer. Agora vem o recorte (de Brasília), a gente critica, vê que tá distorcido, que tinha outros dados mais relevantes ou que afetam a leitura daquilo e isso é totalmente ignorado. Eu agora estou mais na cultura, então faço uma sugestão se vejo uma peça que é bacana, coisa assim, tenho essa energia porque vejo que a cultura tá um pouco mais fora do radar, eu sou menos cortada. Mas outras eu não sugiro mais por total desânimo mesmo, com o momento da empresa.

3. Quando você fala de mudança estrutural, tá falando do quê exatamente?

Por este período de tempo da MP, mudou a estrutura da empresa. A mudança foi que antes a gente tinha uma gerência de telejornalismo que respondia à direção e agora nossa gerência está subordinada a coordenadora de telejornalismo de Brasília, antes ambas respondiam à direção, o poder das gerentes era igual mediante à direção da empresa. Eu digo última porque essa a gente sente muito forte, eu não sei se tem outra que eu não esteja sentindo do mesmo modo. A não-existência do conselho tem reflexos no nosso dia-a-dia por ser uma instância a menos que, vamos dizer assim, esteja de olho e pra onde a gente possa denunciar eventuais usos da linha editorial do telejornal, mas tô falando de organograma mesmo.

4. Você acha que tem rotinas, pautas, fontes que são diferentes dos comerciais? Como você vê isso?

Rotinas eu não vejo. A escolha de pautas e fontes já houve diferenças grandes. A gente procurava muito as universidades, valorizar a diversidade, os temas eram muito de questões de cidadania, consciência crítica mesmo. Já foi muito diferenciado. Hoje em dia é diferente, mas não no sentido de ser comunicação pública, mas por aproximar-se de um chapa-branquismo mesmo. É diferente de comercial, mas está muito afastado da comunicação pública, está mais próximo de estatal, apesar de não ser, oficialmente, né?

5. Você faz comparações temporais. Você consegue definir um pouco melhor isso..

2016, depois do golpe. as mudanças todas, organograma, estrutura, Conselho Curador, as pessoas colocadas nos cargos chaves de coordenação, a visão delas, acabaram refletindo no esvaziamento e sucateamento dos veículos e nessa visão mais chapa-branca, mais próxima da comunicação estatal, com menor autonomia, principalmente dentro das praças, isso começou em 2016 e o auge foi neste ano (2018) com o fim dos telejornais locais, isso é uma coisa nunca vista na história de nenhuma veículo, o local é determinante pra relação do veículo com o público porque por mais importante que seja o telejornal de rede, a identificação do público como seu veículo cresce muito na questão do telejornalismo local. É onde vê o seu buraco na rua, a sua peça de teatro, então não ver isso esfria a relação com os veículos, sabe? Eu colocaria como marco temporal pós-golpe de 2016 com a portaria que tirou o mandato do presidente da EBC, e extinguiu o Conselho Curador e um ápice disso esta mudança do fim dos jornais locais.

6. Você já disse que acha que o cotidiano mudou com o fim do conselho. Mas parece que a Ouvidoria também mudou nos últimos tempos, não é?

Eu não tenho acompanhado ultimamente a Ouvidoria e talvez o não chegar os relatórios seja uma mudança desta gestão. Com o fim do conselho curador, a Ouvidoria tomou um destaque muito grande, era o único local em que havia críticas aos trabalhos da EBC, as nossas linhas editoriais, aos erros que acontecem em qualquer veículo e a gente precisa ter esses espaços de crítica, não é? E a Ouvidoria acabou sendo o único espaço em que nosso trabalho estava sendo debatido e passível de crítica, de análise, de direcionamento pra melhoria, então por um tempo acho que houve destaque e até acúmulo talvez nas funções da Ouvidoria. Ultimamente eu vejo ela silenciosa. Não sei se não estão chegando a mim, admito o meu erro de não buscar, nem sei onde fica, eles circulavam pelos colegas. O que eu tenho notado é que sumiram essas análises mais aprofundadas da Ouvidoria ultimamente. De uns seis meses pra cá, não vejo mais..

7. Ia te perguntar sobre a participação do público, contato com o cidadão. A Ouvidoria acaba sendo um canal privilegiado de contato, mas pode haver outros caminhos. Eles existem?

É muito distante, a coisa do contato com cidadão acontece com os locais, onde o público se sentia mais aberto, tinha canal de *whatsapp*, pautas tinham maior urgência de apuração. Sem jornal local não tem isso. Contato com telejornal de rede não funciona pra problemas locais. Eu

acho que a aproximação com o cidadão perde muito com o fim dos telejornais locais. Eu acho que a Ouvidoria tinha efetividade sim, mas pra um público mais esclarecido, que sabe usar a Ouvidoria. Não era popularizada. Mas tenho amigos que vieram falar comigo de problemas e eles fizeram contatos pra Ouvidoria, mas houve atenção às demandas. Mas agora eu não sei como funciona hoje. Eu achava que o acesso era complicado, acesso longo, as pessoas tinham que buscar telefone na internet, essas coisas.

8. Pra você, que características são principais na comunicação pública?

Acho super complexo, nunca teve uma rede de comunicação pública no Brasil, e por ser muito incipiente e é difícil falar do que nunca teve, do que não é da nossa realidade. Acredito que tem que atender ao interesse do público, os veículos privados atendem aos interesses privados, de audiência, de anunciantes, entendeu? A comunicação pública tem que ter independência financeira, estrutural, autonomia, em todos estes sentidos pra realmente poder ser voltada realmente pro interesse público e isso quer dizer não só divulgar a ação que o governo está fazendo, mas criticá-las, e por isso a importância da presença da sociedade civil, de conselho como era o conselho curador, de análise, de espaços abertos ao público, porque acho que isso é o principal pra poder orientar nossa atuação.

9. E o que te influencia a pensar em comunicação pública nestes termos? Educação Corporativa, faculdade, os colegas aqui...

Eu tinha interesse porque (a educativa do meu estado) era muito forte. No meu sonho, quando comecei, eu queria fazer estágio na TVE, eu acompanhava muito, eu estudei comunicação educativa na faculdade, mas demonstra meu interesse em pensar comunicação pública pelo meu interesse com veículo do meu estado. Mas o conceito foi mudando muito, interesse pessoal, sem cadeira na universidade, interesse pelo cinema e pelas TVs educativas, mas ficou mais claro o conceito quando fui pra EBC e conversa com colegas. Dentro da EBC, tem muito pouco espaço formal pra discutir e pensar isso coletivamente, e como a gente tá num país que na prática comunicação pública em âmbito nacional, principalmente, porque tem as experiências estaduais, locais, a gente nunca teve, né. Mas essa falta de estudo deve ser unânime e a EBC devia ter esse espaço pra debater e entender o que é fazer comunicação pública, né? Alguma coisa a gente discutiu quando entrou na empresa, os objetivos, mas veio principalmente da conversa com os colegas.

10. E é possível fazer radiodifusão, comunicação pública na EBC?

Olha, se eu não achasse que é possível eu já tinha juntado minhas malas e tava vendendo sanduíche na praia, né? Se não achar que é possível, não tem sentido. Eu acho que não só é possível, como necessário e urgente no Brasil. É difícil, existem muitos interesses contrários, a estrutura dada não tá perfeita ainda, a gente tá vendo retrocessos nisso daí, mas com certeza é

possível, a existência da EBC é uma prova disso, um caminhar pra isso, e a gente tem que acreditar ou a gente fecha a bodega e vai cada um pro seu lado.

Entrevista 10

Praça atual: São Paulo

ano de admissão: 2004

1. Quando você chegou na Radiobrás, você esperava algo como fazer comunicação pública? Como que era a sua expectativa de chegada.

Comunicação pública não era um caminho claro. Eu passei por muitas frustrações nas experiências em veículos privados, (...) em início da carreira e eu não conseguia escrever e aprovar as matérias, as pautas, enorme incompatibilidade. Eu tinha pouco traquejo, era muito crua pra este tipo de jornalismo, mas havia uma incompatibilidade de ser, de afinidade total, não conseguir me alinhar àquele pensamento. Seja por conta da minha origem, em sou, nasci na periferia, nunca tive a preparação pra frequentar espaços como colegas de outra origem, (...) de outra classe (social). (...) Foi um divisor de águas na minha vida. Naquele momento eu tive vontade abandonar o jornalismo. Fui assessora de imprensa no Ministério da Saúde com uma guinada completa, dentro do programa de Aids, numa fase que mostrou pra mim o que era o serviço público, que não era um serviço pro governo. Então era uma época em que o coordenador do programa fritava o ministro, deixava claro que não ia deixar de fazer a campanha por causa do governo. Era uma potência, tinha muita participação da sociedade civil, foi neste mesmo período que eu fiz o concurso pra Radiobrás. Eu não tinha muito noção do que era a Radiobrás, a gente estava o início do governo Lula, e de repente eu passei e estava em pauta a discussão sobre este fazer da comunicação pública, de um jornalismo que eu já tinha aprendido muito dentro do programa de Aids, essa divisão entre o governo e o estado, uma política pública como política de estado e não enquanto política de governo. Com independência, autonomia, informar o cidadão. É inoculado em mim essa dívida com esta experiência e então eu me encontro, num lugar de voltar pro jornalismo, pra redação, sem precisar me submeter a lógica lá da classe. Essa é a minha trajetória pro serviço público. Antes de fazer jornalismo público passar por assessoria, mas não num lugar ou projeto qualquer.

2. E como funciona a questão das pautas, como elas nascem, você se sente livre pra sugerir ou as coisas chegam muito prontas e determinadas?

Na TV vinha muito pronta, mas é uma coisa que tem a ver com o veículo, é muito uma fábrica de fazer biscoito, a televisão. A participação nos processos é muito limitada.

Na rádio (...) muito factual (tbn por causa da estrutura da equipe), não dá pra fazer coisas muito aprofundadas. Mas tem outra questão, da (falta) estrutura de produção. As pessoas pautam de longe, a gente acaba tendo uma possibilidade para propor pauta, uma certa flexibilidade. Mas fica muito mais vinculado ao meu próprio ânimo em relação à empresa.

A Noção de que o público é de todos a gente não conquistou ainda.

3. E neste sentido os privados eventualmente conseguem fazer mais o que você considera que seja comunicação pública?

Não é que sempre façam, não é questão de empresa e de linha editorial. Mas os colegas individualmente logram isso. A gente no Brasil, por não ter essa consciência do que é o público, a gente não consegue trabalhar para o público, a gente trabalha pro governo. E como o governo está dominado pelo poder econômico a gente sempre se subordina a ele, A gente está longe de trabalhar pro povo, pro zé ninguém. A gente trabalha pro governo. A gente baixa cabeça. Tem medo de falar.. de dar nome aos bois. Do meu ponto de vista, o problema do projeto todo, durante todo este tempo de EBC, é que a maior fragilidade foi que nos subordinamos às políticas de governo e isso nos enfraqueceu e acho que não é uma questão só da EBC, mas deste país não saber, a gente não sabe o que é público. Não consolidou isso em lugar, em esfera nenhuma. Acho que o que mais se aproxima talvez seja o SUS, pela questão de que não é coisa de governo, pela defesa de que é uma política pública para todos. Então acho que a gente não tem esta cultura em todos os cantos.

Acho que alguns colegas tem a noção mais clara no comercial porque eles precisam disso, curiosamente tem uma relação de venda, com o público, pra quem tá no privado precisa ser relevante, precisa agradar (o público), que é pra nós uma crise eterna se somos canal de elite ou não, pra quem tá no privado isso não existe, ele precisa ter informação relevante e informar a população, não é ele empresa, é ele funcionário. Ele acaba fazendo informação relevante. Aí não pode ser subordinado neste caso ao poder econômico ... você pega colega denunciando a relação escusa de um secretário do município na CBN. Olho a matéria dele e acho que é uma puta função pública e acho que a gente tem que fazer essas coisas também, precisa ser menos subordinado. E agora estamos num momento sem o conselho que é de retroceder nessa subordinação ainda mais.

4. As pressões comuns aos colegas do privado, como a questão dos prazos, você comentou que são mais tranquilas na EBC. E com relação à outras pressões? Por exemplo, interferências políticas, você já sofreu com esse tipo de questão diretamente, ou acompanhou colegas em casos do tipo?

Isso é comum ao privado e ao público, muito também por pressão econômica. [narra episódios de textos editados em que o tema, certa política pública, era representada como em bom funcionamento quando a apuração dizia o contrário. Negou-se a gravar o que seria propaganda e não jornalismo, mas foi ao ar de todo jeito]. São situações de diversos períodos, há situação daquele momento (PT) que estava defendendo a comunicação pública e a EBC, mas não abria mão de pressionar, mas hoje segue acontecendo, pautas que não entram. Então hoje chega a ter palavras e expressões vetadas. Pautas que também não podem entrar. [...] (narra uma pauta de cultura na qual a entrevistada falava sobre os últimos dias da Dilma antes do impeachment e esta matéria não entrou – durante o governo Temer – mesmo sendo uma entrevista exclusiva. Diziam faltar ‘o outro lado’).

5. E como você vê a extinção do conselho? Acha que tem impacto no seu cotidiano?

A Extinção do Conselho tem um impacto total em termos do aumento de restrições a partir de 2016. O Conselho e a empresa toda tinha que aprender seu papel, aprender a se posicionar melhor, teve momentos em que se omitiu, que deixou de cumprir seu papel, se perdeu em discussões que eram mais acessórias, a discussão sobre igreja e religiões é um exemplo, você tem o mundo inteiro pra criar caso vai criar caso com a religiosidade do povo? Entendeu?! Sem saber diferir entre a religiosidade do povo e as instituições, igreja, enfim. Mas eu acho que era muito mais fácil melhorar o que tá feito do que destruir e começar do zero. E acho também que ele vinha aprendendo a ser conselho, a ser mais sociedade civil, a ser mais combativo e exercer mais o lugar dele de guardião, de espaço onde as pessoas pudessem contar o que está acontecendo, onde os funcionários podíamos contar com ele como salvaguarda, uma força pra contrapor as interferências do governo, do poder econômico também. Eu acho que estava aprendendo. Tanto estava aprendendo que foi dissolvido, pra mim era tão simbólico isso, no momento em que pela primeira vez a sociedade civil ganhou a presidência do conselho. Antes o presidente era indicado pela Secom-PR, depois um representante do Senado, e quando temos a primeira presidente do conselho da sociedade civil o conselho é dissolvido. Estava aprendendo a ser mais sociedade. Acho que tinha muito a aprender, mas era fundamental. Era um aprendizado difícil e pra mim é lamentável o que aconteceu. Era instância de crítica e participação, de voz.

6. E acontece parecido com a Ouvidoria, apesar de não ter sofrido diretamente com uma decisão de fora? A Ouvidoria, me parece que tem muitos ciclos, e neste último também há quem questione, enfim, temos uma ex-diretora que é a ouvidora no momento.

A Ouvidoria era a última instância que a gente tinha de participação e proximidade com a sociedade. Acho que podemos fazer muitas críticas à Ouvidoria lá atrás, inclusive por esta questão da religiosidade. A ouvidoria não ouviu direito. E isso enfraqueceu muito a gente. Mas pra mim era um pilar, o mandato, o conselho curador, autonomia financeira nunca garantida e a Ouvidoria. Uma perna que nasce aleijada, o mandato e o conselho decepados e a Ouvidoria agora acabou também. Hoje não tem EBC. Não tem uma empresa diferenciada, a gente voltou à estrutura Radiobrás. E não é de agora, é 2016. A Ouvidoria desmoronou. Eu não consigo ter energia, desculpa, mas eu não consigo defender este projeto não.

7. A Ouvidoria era um canal privilegiado, mas eu desconheço outros. Há chance de diálogo com o público por outros caminhos.

Hoje não mesmo. Só o que o público tem são as manchetes negativas dos outros jornais... a EBC é surda, ela é um projeto Radiobrás, ela só escuta o governo. Não tô falando de estado, mas de governo, como coisas bem distintas.

8. Você acha que o projeto Radiobrás hoje diverge do que você conheceu dos tempos do Bucci na Radiobrás? Porque apesar das polêmicas, muitos dizem que ali sim havia um embrião de um debate sério sobre comunicação pública.

Muito. Pra mim era algo totalmente diferente. Eu entro na Radiobrás quando ela estava começando a aprender a ser pública. Se alguém (no governo) se sentia incomodado por ter ouvido uma pergunta minha e fossem à Radiobrás me questionar iam dizer a ela "mas qual o problema de fazer qualquer pergunta?", era um momento de sair da caixa do governo e abrir pra comunicação pública e o que eu sinto hoje é justamente o contrário, é enfiar a gente numa caixinha, são movimentos e forças contrárias. Ali tinha toda uma potência, e uma felicidade. De fato, era uma época muito feliz, mais do que ver a EBC criada, era motivo de felicidade participar daquele processo que estava ali gestando, o Fórum de Comunicação Pública (sic), o debate sobre o que era comunicação, o que era o fazer voltado para o serviço, para informar o cidadão. Ali foi mais interessante até do que na EBC, eu acho. Apesar dos problemas, apesar da discussão, apesar de todas as maluquices do Bucci.

9. E pra você que características pode ser as definidoras disso, da comunicação pública?

Que difícil de sintetizar isso, acho que está relacionada com assistência, com demandas do público e da sociedade brasileira, acho que é o pilar central. Tem que atender, informar, trazer informação pro cidadão e pra cidadania. Não é pro mercado, não é pra empresário, é pro povo, pro cidadão. Tem que ter autonomia financeira e política pra poder estar próxima do cidadão, autonomia editorial. Voltada ao cidadão. E tem que ser aberta ao popular. É um aprendizado que falta na gente, a comunicação pública tem que ser pop, não é pra ser o Ratinho, ou a Ana Maria Braga, mas tem que dialogar com formatos pra que as pessoas assistam a gente, reconheçam a gente.

10. E de onde vem essas definições?

A primeira formação é de onde eu vim, pra mim é muito claro. (...) Escrever pra minha avó, pra pessoa que é analfabeta, pau-de-arara, muito religiosa, vou escrever pra ela. Então acho que pra mim, um pouco da minha origem determina o que deveria ser comunicação pública. Depois tem toda a experiência de estabelecer o poder da voz num espaço de comunicação pública no qual quem tem o poder afinal não sou eu, é a sociedade civil, o poder era deles. [CAIU A LIGAÇÃO. RETOMEI E SEGUIMOS] Se eu falasse algo que não era o acordado [na experiência do SUS], que não era compartilhado, que não era construído coletivamente tinha uma sociedade civil fortíssima pra me traulitar e não tinha problema, traulitava mesmo, na rua, na frente do chefe, era uma tortura, então essa vigilância da sociedade, de uma Ouvidoria que esteja pronta pra ouvir e criticar e descer traulitada na gente é bom, porque com isso a gente melhora. Eu sempre falava isso, escrevam na Ouvidoria, é minha experiência no SUS. E aí em última instância é não apenas ter a técnica de que onde, e como falar, na EBC você tem toda o instrumento, os canais, e então isso dá uma força pra gente e a gente não tem essa dimensão, de

ter o canal na mão, do poder disso em termos de construir a voz da sociedade civil que deve estar de olho, vigiar. A EBC pra mim era isso, era potência máxima de juntar a existência de canais, com uma mensagem e com o emissor que tinha que ser essa sociedade que vai ouvir, falar, usar essa estrutura.

11. E a gente faz radiodifusão pública na EBC? É possível fazer?

A gente fez, a gente tenta fazer, acho que cada vez com mais dificuldade, mas tem uma equipe muito aguerrida, muito qualificada, que briga por isso. Agora vai ser muito sofrido, o projeto da comunicação pública foi reprovado nas urnas, né? Eu acho que tem que avaliar o que fazer com isso. Não só falar mal de quem venceu, do projeto que venceu, mas pensar o que se faz com a decisão de acabar com a EBC, isso foi aprovado nas urnas. A EBC enquanto comunicação pública. E pode até permanecer enquanto governo, mas ela foi à pique enquanto comunicação pública. O que a gente faz com isso? É uma perguntona pra colocar no final porque eu não sei, precisa de resposta coletiva também.

Entrevista 11

Praça atual: Brasília

ano de admissão: 2013

1. E como funciona sua rotina na EBC, a questão das pautas, dos enfoques. Vem tudo pronto e detalhado pra você, ou você que sugere?

Tenho liberdade, plena liberdade. Nós temos, no jornalismo é muito específico, é mais chegou fez imagens do local, gravou sonora, gravou passagem... coisas assim, o básico do dia a dia. No núcleo de programas especiais você tem liberdade pra explorar o local, e exige muito disso: o detalhe, imagens detalhadas, timelapse, caminhar com personagem, tem liberdade pra “ó vamos caminhar na pracinha, queria que você sáisse da sua casa”, assim produção, detalhes, é o que se exige mais do núcleo.

2. E com relação as rotinas de trabalho, as coisas que você faz, em comparação com os colegas de outros veículos comerciais. Você vê aqui um pouco diferente por ser público? Que valoriza outros tipos de imagem?

Sim, sempre quando tem um tema específico. Por exemplo, a gente foi gravar (...) fez documentário. Então foi mais amplo, né? Esse ano retornou novamente e foi pro jornal, já foi diferente, pro jornal fez mais o básico, o dia a dia, arroz com feijão. (...) [quando é pra documentário] Então a gente pode fazer detalhes que diferencia muito do cotidiano do jornal que é mais pauleira.

3. Já sofreu interferência política com relação ao seu trabalho, por exemplo, pra não filmar certa coisa ou alguma situação?

Quando a gente vai gravar eu peço permissão pra pessoa, por exemplo, a gente não grava dentro de local privado. Tem que pedir sempre autorização. Na rua tudo bem, grava à vontade, mas tem essa questão de não gravar em determinado local, criança, não mostrar o rosto, mesmo que seja na rua, a gente não mostra o rosto, só se pais autorizarem, essas coisinhas que não pode tá mostrando.

3. Mas interferência mais política assim, por exemplo, não pode filmar determinado ministro ou senador, ou tem que filmar tal político, ou não pode algum detalhe de uma manifestação...

Pessoal fala que eu sou muito, que eu gravo muito, entendeu? Eu não faço somente a imagem que tem que ser feita, eu gravo muito. Até pessoal fala não grava muito, porque não entra no jornal, só entra 2, 3 minutinhos, você grava duas horas, então não há necessidade de fazer esse tanto de imagem. Não tem como, eu gravo tudo. É instinto, o que vejo, eu tô gravando. Mesmo que utilize poucas coisas, muita gente fica chateado, no jornal, porque grava um monte de coisa e entra só um framezinho, pouca coisa. Mas eu costumo dizer que não ganho por imagem, ganho pelo meu trabalho, meu pagamento é mensal, não por cada matéria jornalística. Então, geralmente, quem faz isso são os colegas, ah não é pra gravar isso, porque não vai entrar.... Mas de chefia não, pelo contrário, minha chefia do núcleo, são bem abertos, não tem questão disso não...

4. O Conselho Curador foi extinto, você acha que o fato de não ter mais mudou seu trabalho? Ou a Ouvidoria influencia o seu trabalho?

Acho que não mudou nada pra mim não. Ouvidoria tem retorno sim. Quando a gente faz trabalho, que repercute positivamente, a maioria foi positivamente, as pessoas mandam relatórios para Ouvidoria, elogiando, “ó gostou muito do programa”, e a Ouvidoria repassa pra chefia, que teve e-mail de fulano que elogiou programa. Então Ouvidoria é ponte entre público externo que assiste programação e gosta, manda e-mail pra Ouvidoria e Ouvidoria repassa pra gente, é bem positivo.

5. Você percebe que existe diferença no trabalho de repórter cinematográfico o que o pessoal do privado faz e pra comunicação pública aqui na EBC?

Tem diferença, a questão, por exemplo, de manifestação. A gente quando vai cobrir manifestação, a gente é bem como fala que a EBC o pessoal gosta. A EBC pode ficar, é público. Quando é Globo, ou outro órgão, privado, as pessoas meio que não gostam. Quando é Globo, ah é Globo, já tratam mal. Já quer partir pra cima. Quando a gente fala, ah somos da EBC, órgão público, ah beleza, beleza, pode ficar, é da casa, nossa, órgão público, pode ficar.

Questão de trabalho. Tem a vantagem, nós temos a vantagem de ser órgão público e que tem certa segurança, qualquer pessoa que passa num órgão público quer passar pra ter segurança de trabalho, lógico que pessoa não vai pisar na bola, se trabalhar direitinho, vai ficar aí a vida toda.

Já no privado você trabalha, mas tem que trabalhar bem e ainda pode ser mandado embora, a qualquer hora. Lá se mandar você cumprir determinada carga horaria você tem que cumprir. Se eles mandarem você viajar você tem que ir. A pessoa é meio que obrigada a ir. E se não for pode ser mandado embora. Aqui a gente tem escolha, você fala “ah não posso ir e tal”. Não é que você vai deixar de fazer o trabalho, mas você tem opção de não ir pra alguma pauta, troca com algum colega, pode trocar. Já no privado você não pode. Tem pouco mais de liberdade.

6. E no que você filma não faz diferença?

É igual. A mesma correria, a mesma pauleira. No jornal é a mesma coisa. Tipo de imagem é igual. Isso no jornal. E no especial também é basicamente a mesma coisa que a gente faz aqui.

7. Mas o tipo de assunto você acha que é igual? Por exemplo, você lembrou de um documentário sobre Zumbi.

Acho que documentário que vê em qualquer veículo. Ah tem diferença que nós não fazemos por exemplo sensacionalismo, violência, né? Eu acho isso fundamental, super importante. Enquanto tem emissoras que divulga muito sensacionalismo. Já EBC não tem nada disso. Você chega num lugar, aí pessoal pergunta. Ah, é Record, não não... aqui é outra pegada. Diferente da Record, por exemplo. A Record é muito sensacionalista, já EBC conversa, a gente já tem uma produção que vai lá conversar, vai lá antes, uma pré-produção que vai averiguar se o local é perigoso. A gente sempre conversando com as pessoas pra autorizar gravar. Teve uma vez, um fato que aconteceu, que foi ... daquele jovem que entrou no colégio, e atirou numa mocinha, no estado de Goiás. Aí a gente estava lá, foi até na residência onde a garota morava com familiares, eu fiquei mais afastado, a repórter foi lá pra conversar com as pessoas, que a gente é da TV Brasil, apaziguar um pouco lá. Aí quando cheguei com a câmera, chegou o pessoal da Record, e o pessoal da Record já chegou gravando. E quando eu cheguei, a repórter falou, “oh ele não vai gravar, a gente só vai conversar aqui”. Fiquei com a câmera no ombro, não gravei. Quando chegou o cara da Record já começou a gravar, com áudio gravando, e apontando pras pessoas. E as pessoas perceberam e ficaram irritadas. Porque eles não tinham autorizado a gravar nada. Que é diferente da nossa pegada. A gente chega conversando, se a pessoa aceitar gravar beleza, se quiser gravar e não mostrar o rosto beleza, eles já chegam gravando e não tão nem aí. Falta de sensibilidade. Tem essa diferença da gente. Acho super importante.

8. Acho que é isso. Tem mais alguma coisa do seu trabalho aqui na EBC que você gostaria de falar?

Do meu setor, qual a diferença que vi pros outros setores da EBC. Questão de valorização do profissional. Nós somos bem valorizados, tanto pela chefia que elogia, super importante, se você faz trabalho bem feito pessoal te elogia. Tem a liberdade de estar participando da edição dos documentários. Os repórteres cinematográficos, participam da edição, dá dica de imagens, tem imagem tal que ficou boa, outra que ficou repetida, tem outra que pode usar... a gente

trabalha junto, pode dar opinião na edição, pode dar opinião no geral. E o retorno é super positivo porque somos valorizados lá.

9. Tem valorização lá dentro e fora, né? Porque tem premiações também.

Acho isso super legal, enquanto nos outros setores, pelo que percebi, pessoal não é muito valorizado. Fazem o seu trabalho, mas não veem valorização da empresa, valorização da chefia. Isso é super importante pra você fazer bom trabalho, sempre estar correndo atrás de fazer um bom trabalho. Então, muita gente de outros setores... Eu, por exemplo, quando entrei, eu comprava algumas coisinhas pra poder melhorar meu trabalho, por exemplo a GoPro, é minha. Aí os colegas falam “ah tá comprando equipamento pra empresa”. Eu falei, não é pra empresa, é pra mim trabalhar. Se fosse comprar pra empresa, ia deixar todo mundo usar. Mas não, é pro meu trabalho, vou usar no meu trabalho, aqui e fora. Então, dá um diferencial gigantesco. A imagem fica outra, comprei um Osmo, R\$ 2 mil, dá uma diferença, assim, que você não tem noção. Globo Repórter, todo mundo usa. E aqui na EBC não tem. A GoPro que o núcleo tem, acho que é a 2, bem antiga, nem usa mais. Então, esses equipamentos, é fundamental pra que o trabalho possa fluir, ficar de qualidade, ver ângulos diferentes. E colegas acham ruim, porque tá comprando. Mas quando passaram a ver que negócio estava ficando bom, legal, outras pessoas estavam querendo comprar também, adquirir. Lógico que isso é responsabilidade da empresa, que tem que estar se atualizando, comprando, anualmente, adquirindo melhores equipamentos pra gente estar trabalhando e oferecer melhor qualidade pro público, nosso público-alvo, que é a população, quem nos paga. Acho que a gente tem que sempre estar realizando bom trabalho pra que pessoas possam ver lá fora, pro pessoal ver que faz trabalho bacana, legal. Muita gente reclama de funcionários públicos, que não fazem bom trabalho, na saúde, acontece muito disso. Acho que nossa função como do serviço público é fazer um bom trabalho e expor bom trabalho pra que pessoas possam ver e valorizar também.

10. E você veio trabalhar na EBC porque tinha vontade de seguir no serviço público ou foi por causa da EBC mesmo?

Olha vou te contar uma coisa: era meu sonho trabalhar aqui. Porque muito tempo, meu pai foi repórter cinematográfico, trabalhou na casa, na Radiobras (...) Aí fiz a faculdade já com essa intenção de trabalhar aqui, sou formado em publicidade e propaganda, mas não queria publicidade. Queria trabalhar na TV, aqui. Por causa do horário, um salário que paga bem, meio período, aí tem outro período pra estudar, outras atividades. Isso chamou muita atenção. E trabalhar com câmera, passava na rua e via alguma equipe gravando e ficava olhando assim, doidinho. Sempre gostei também, devido meu pai, que foi repórter cinematográfico. Foi o único filho que herdou isso dele, fotografia também. Único que herdou isso dele, outros seguiram outros caminhos. Eu já fui aquele que olha pro pai e se inspira nele, foi isso também.

11. E agora, com empresa podendo fechar, esse papo, como você tá vendo essa história aí?

Isso me desanima muito, primeiro porque eu entrei agora, então você entrou agora, deu uma estabilizada, mesmo a EBC sendo órgão que paga menos na esfera federal, menores salários, eu acho que vai acontecer alguma, vai ter mudanças drásticas. Eu acredito que não vá fechar, muitas pessoas vão sair, mas acredito que não fecha. Vai reduzir o quadro, mas não fecha. Mas já é preocupante, eu posso tá no meio também, podem demitir os mais novos em vez dos mais antigos, não sabe como vai ser. Acabar com núcleo, com TV Brasil, e vai todo mundo pra NBR. Não sei, não sei o que vai acontecer, até já falei lá em casa. Minha vida sempre foi trabalhar com isso, com imagem. A gente fica muito desapontado, todo mundo, a empresa toda. Tem algumas pessoas que não tá nem aí, mas tem gente que já tá aposentado e continua trabalhando, já tá com vida ganha... mas a gente que começou agora, né.

12. Você vê diferença do pessoal da Radiobrás pro pessoal que entrou agora, de visão, de gás pra trabalhar, de vontade de fazer comunicação pro povo, como você disse?

Galera mais antiga não tão muito ligando, né. Agora assim, pessoal fala uma coisa, mas no fundo no fundo, pensam outra. No início ficavam metendo o pau, falando, falando... mas agora, prestes a acabar, fica preocupado. Eu sempre fui de vestir a camisa. Sempre corri atrás de fazer o meu melhor. Gosto de trabalhar aqui, gosto da empresa, do que eu faço, as pessoas onde eu trabalho são excelentes, não tem do que reclamar.

13. “Na época da Radiobrás que era bom”. Você ouviu isso?

Sim, dizem que antigamente era bem melhor, questão de salário, nas viagens também, pessoal ganhava muita grana nas viagens, viajava direto, diz que era outro nível, bem melhor antigamente.

14. Mas será mesmo? Porque eu até já ouvi piada de como que as diárias eram ruins antes...

Não sei, não sei. Porque hoje quando tem viagem pro exterior, precisa ver a briga ali, os caras com olho. Os caras acostumados a viajar o mundo todo, conhece tudo que é lugar, aí quando pinta viagem internacional os caras ficam puto, “ah tem que mandar a gente que é mais experiente”. Pô, o cara já fez tudo, já deu o que tinha pra dar, tem que dar oportunidade pras outras pessoas. Ainda mais que tá tendo pouquíssimas viagens. No ano passado (2017) não teve praticamente nada. Esse ano que deu uma melhorada. Mesmo com apoio de outros órgãos, que banca passagem, estadia. Aí a gente vai. Mas os caras falam demais. Desdenha, falava muito mal do núcleo. Nego doido pra ir, mas metia o pau. Que estavam em outros setores. No jornal eu não estava gostando do clima, eles falam mal de outras pessoas, deles mesmos. No núcleo é totalmente diferente, outro nível, outro ar. (...) O bom da empresa é que você tá num setor, mas pode ir pra diversos setores. Se não tiver legal vou pra NBR, pra outro lugar. Mas tô bem, é bacana, tô lá até hoje, ficar lá até onde der, até o navio afundar, até capitão abandonar o navio... sou companheiro, vou até finalzinho, negócio tá afundando, tamo junto lá. Pretendo ficar aí até onde Deus quiser.

Entrevista 12**Praça atual: São Paulo****Admissão: 2013**

(Houve um problema com o áudio desta entrevista. Restaram apenas algumas anotações realizadas durante a conversa telefônica.)

TV pública é pra mostrar o que as outras não mostram e também pra fazer o dia-a-dia, coisa que afete a vida do cidadão, mas menos *hardnews*. Não pode ter sensacionalismo, nisso é diferente das comerciais, a gente não grava né, assassinato, essas coisas de polícia, acidente... acidente só quando é coisa do tipo um incêndio grande, por exemplo.

A gente faz pautas na TV aberta que comercial não faz, por exemplo, saúde indígena.

Tem que preocupar com qualidade do sinal, precisa ter qualidade. E também transparência.

A gente devia estar tentando largar de correr atrás do que a Globo já faz.

Sempre falo aqui que sinal é problema. Porque não chega onde tem que chegar e chega com qualidade muito ruim.

Entrevista 13

Praça atual: São Paulo**Admissão: 2015**

1. E porque você resolveu fazer o concurso da EBC? Foi pela estabilidade, você já estava fazendo outros concursos, foi porque você queria trabalhar na EBC especificamente?

Eu nunca tinha feito outro concurso público, eu me interessei pela proposta da empresa e achei que ia fazer o que eu gostaria de fazer. (...) uma vaga bem na minha área e numa empresa que eu acreditava na missão.

2. E com relação a sua rotina de trabalho eu tenho uma série de questões. A primeira é sobre os temas, as pautas, o enfoque, você se sente livre pra fazer sugestões de pauta?

Sim, eu me sinto livre pra sugerir. Mas as minhas sugestões, que geralmente são de manifestações porque eu tenho uma rede de contatos, fico sabendo muito pelo Facebook dos eventos e manifestações e repasso pra chefia. Eventos culturais, manifestações, muito ligado à pauta dos direitos humanos.

3. E você percebe que as sugestões têm boa acolhida, como funciona?

No primeiro ano sim, depois do *impeachment* não mais. As pautas que eu normalmente sugeria eu até consegui continuar fazendo em alguns casos, mas nem sempre eram publicadas mais. E hoje em dia raramente me mandam pra esse tipo de pauta.

4. Você acha que a sua rotina é diferente da rotina que cumprem os colegas dos veículos privados por esse ser um veículo público?

Tem uma grande diferença. É como se fosse um viés mais humanizado das pautas. A gente não tem pernas pras coisas muito pontuais, notícias na linha do sensacionalismo, assassinatos, acidentes nas estradas, essas coisas raramente a gente acompanha essa rotina. A não ser que vire uma grande coisa, um grande incêndio, uma catástrofe. Mas a rotina da cidade a gente não cobre tanto. A gente se preocupa mais com assuntos de relevância pro cidadão comum, como pautas sobre acesso a saúde, relacionadas aos direitos humanos, direitos sociais, etc. Mais neste viés.

5. E você já tinha trabalhado com comunicação pública antes, enfim, o que você fazia antes da EBC?

Eu quase não tive experiência em veículos privados. Eu trabalhei numa agência de fotografia (...) com atendimento e indexação de imagens por pouco tempo. Depois fui pra Fiocruz, também uma instituição federal, né, (...) e num projeto de fotografia com comunicação e juventude e depois (...) trabalhei bastante na parte mais administrativa, de projetos, exposições, produção de livro e tal. Depois passei no concurso e fui convocada.

6. E você percebe interferência política no seu trabalho?

Sim, percebo. As pautas, é... eu tenho uma percepção muito clara de quando essa interferência política ficou maior. É claro que nunca deixou de ter, de uma certa forma, mas eu não sentia isso. No meu primeiro ano de EBC eu me sentia muito livre (...) e era muito respeitada a minha edição. (...) Teoricamente não tem porque editar tanto (no sentido de excluir partes) de um material que a gente disponibiliza pra população. Quanto mais abrangente a documentação melhor, mais informação a gente dá pras pessoas. E como eu procuro ser muito cúmplice no que eu registro eu digo pras pessoas procurarem no site o trabalho. E antes eu ficava tranquila em relação a isso porque eu sabia que as fotos mais relevantes iam entrar. Mas, o material começou a ser cada vez mais editado. E aí eu também passei a editar cada vez mais pra deixar pelo menos o essencial, pra garantir que uma edição mal-intencionada não tinha como deixar totalmente vazio o trabalho. (...)

7. E pra você isso tem relação clara com o *impeachment* então?

Sim. Eu fiz uma espécie de memória das coisas que eu achava relevantes [e foram muito descaracterizadas na edição]. (...) Houve ocasiões em que as pessoas vinham me pedir (material que me viram fazendo na rua) porque não tinham encontrado (no material publicado) e aí isso acabou fazendo uma memória. (...)

8. E você já falou algumas vezes que a interferência está conectada com essa fase pós *impeachment*. Você vê conexão aí também com a extinção do conselho curador?

Sim, porque a gente parou de dar temas que dava porque era a nossa missão, né? Quando acabou o Conselho Curador os chefes passaram a decidir por si o que ia e o que não ia. Do meu material, inclusive, somem materiais que foram publicados antes (...) Algo totalmente impressionante porque seguem aparecendo na busca do Google, mas quando você clica vai para num Bad Gateway, um erro, sei lá. Uma página que não existe mais. E é isso.

9. E com relação a Ouvidoria? Ela influencia no seu cotidiano?

Olha, não [a ouvidoria influencia no meu cotidiano]. Eu diante de problemas na empresa recentemente ouvi que a Ouvidoria estava vendida e nem perdi meu tempo.

10. E a relação entre o público - que neste caso vai desde quem reproduz até quem visualiza, talvez, né? Mas o público, ele pode influenciar seu trabalho de algum modo?

Não sei se tenho essa percepção tão direta. Eu tenho sugestões de pessoas que eu encontrei enquanto trabalhava na rua e por algum motivo troquei contatos. Se considerar essa pessoa como um público também, sim. Eu faço contatos. Mas é uma relação pessoal, não institucional.

11. E pra você que características são as principais pra comunicação pública?

A principal é que a Comunicação Pública deveria ser e acho que volte a ser um lugar de escuta dos acontecimentos. O Conselho Curador era esse momento de conexão com a sociedade civil. Quais as demandas das pessoas que estão mais perto do povo, envolvidos com os diversos movimentos, diversos segmentos, e vendo a real necessidade de vários segmentos da população? Da maioria da população. E o que dá relevância pra gente é o que é útil pra vida da população e não qualquer outro motivo. E é isso. Levantar as questões que podem melhorar a vida da sociedade como um todo, que podem colaborar pra gente evoluir enquanto sociedade, como nação, ser consciente das coisas. E se tem uma interferência política muito grande, isso perde o caráter porque aí entram na frente outros interesses. Não deveriam entrar na frente das pautas relevantes interesses nem econômicos e nem políticos. A gente deveria ser uma empresa autônoma e não é isso que acontece.

12. E o que te leva a pensar dessa forma? Educação corporativa, colegas de trabalho, suas vivências anteriores, Academia, enfim, de onde você acha que isso vem?

Eu acho que isso começa na universidade em contato com DCE e pessoas que queriam debater as coisas de modo mais amplo, discussão sobre democratização da comunicação, enfim. Eu não era tão próxima, mas por ali conheci o debate sobre a necessidade de existir comunicação pública e a democratização dos meios de comunicação. Mas depois de entrar na EBC e ter contato com as pessoas que trabalham com isso há muito tempo eu entendi a real relevância porque você passa a entender melhor os mecanismos. Antes de trabalhar na EBC e trabalhar com jornalismo, eu trabalhava em áreas afins, mas eu não acompanhava tanto política como hoje, eu ficava mais num outro nicho. Quando passei a ter noção do todo e de como as coisas aconteciam eu entendi ainda mais a importância de uma comunicação livre de interesses econômicos e políticos, o objetivo da comunicação pública.

13. Você acha que é possível fazer comunicação pública na EBC, você acha que a gente faz ou fez?

Eu acho que a gente chegou bem perto de um ideal [de fazer comunicação pública]. Eu não senti tantos problemas no meu primeiro ano aqui. A gente sabe que a EBC tinha problemas, cabide de emprego, etc. E esse tipo de relação quando você tem uma chefia que não sabe muito bem o que tá fazendo ali porque ela tá ali num cargo político e não tem capacidade pra exercer aquela função é muito frustrante, assim, desgastante. Mas eu considerava que fazia comunicação pública, e que fazia pautas muito relevantes e que estava, é, contemplando uma parte da população que normalmente não é representada. E fazendo isso com muito amor, assim, estava envolvida e ciente do meu papel, do que eu queria transmitir com as minhas imagens. Mas depois não mais porque as edições passam a ser muito bizarras e eu fui me autocensurando também num certo sentido, no sentido de quase um pensamento de 'ah, não vou perder meu tempo com eles'. (...) mandava o que tinha mais chance de entrar e não necessariamente o melhor, e o pensamento era mais ou menos isso.

14. E é algo que acaba de prejudicando como profissional também, não é?

[uma edição que esvazia o sentido acaba te prejudicando como profissional, não é?] É uma obstrução do meu trabalho, na verdade.

Entrevista 14

Praça atual: Rio de Janeiro

Admissão: 2012

1. Como foi a sua chegada à EBC? Você estava procurando uma oportunidade no serviço público em geral ou queria trabalhar na EBC especificamente?

São as duas coisas. A EBC foi fundada lá em 2008, eu estava no meio do meu curso, era do movimento estudantil, muito envolvido, acompanhei os debates, quando abriu o concurso eu fiquei interessada. Embora nunca fosse um foco o serviço público, eu estava de olho, já tinha tentado trabalhar como servidor na universidade da UFMG, não passei.

2. Com relação à rotina, ao que você faz agora na EBC, mas você pode fazer comparações se desejar, enfim. Você tem liberdade pra propor e encaminhar as pautas que está tocando, como é?

Eu acho que isso desde 2012 pra cá mudou muito. Quando assumi eu sentia muita abertura no portal EBC e lá trabalhava muito com coisa não-factual, a gente fazia gestão do site da EBC, as matérias dos outros veículos, e complementava o conteúdo com matérias mais especiais e tal. Quando fui pra TV, eu estava na produção, onde se discute a pauta, só que pelo sistema de TV, coisas de 2 e 3 minutos, e muito voltado pro factual muitas vezes não se consegue aprofundar. Era eventual. A gente ganhou prêmio, por exemplo, quando conseguiu sentar e discutir e fazer matérias de mais de 5 minutos. Mas é mais raro. (...) ... mas aí a EBC virou de cabeça pra baixo com *impeachment* e as mudanças de chefia e tudo, né? E aí a gente começou a sofrer uma intervenção maior. Sugerir pauta e falar, não, não interessa. Sugere matéria, eles editam matéria corta um tanto de coisa (...) [hoje] a nossa equipe está cada vez menor então a gente fica muito preso no factual, se tivesse equipe maior dava conta de fazer coisas pra além do que tá na pauta diária, com equipe menor sobra menos tempo e além disso, as pautas que envolvam alguma questão política elas dão uma travada, há uma preocupação maior de como vai ser publicada, da repercussão da matéria, então eventualmente quando se tem tempo a gente consegue propor matérias que permitem fugir um pouco da questão política. (...)

3. Esta variação tem a ver tanto com a condição do veículo, se é mais *hardnews*, se falta trabalhador, quanto com a mudança política?

Sim, eu acho que sim.

4. Essas rotinas se aproximam muito do que os veículos comerciais fazem ou tem uma diferença já que são veículos de comunicação pública?

No factual a gente faz muito igual. A gente vai onde está a imprensa toda.

5. E aí o resultado é parecido? Ou tem uma cara diferente, apesar de estar no mesmo lugar?

Eventualmente a gente consegue dar cara diferente para o mesmo tema. Eu acho que depende muito do debate que os próprios funcionários conseguem fazer entre si, sobre comunicação pública. Por mais que se edite, tem o que fez o jornalista que foi quem escreveu e consegue que passe alguma coisa. Então, a discussão que a gente tem interna entre os jornalistas sobre a importância da comunicação pública, toda a discussão que foi feita em torno do nosso manual quando foi criado, a importância de ouvir mais sociedade civil, de dar um enfoque maior em cidadania, eu acho que isso influencia de alguma forma a finalização das matérias.

6. E com relação à interferência política? Você percebe interferência no seu trabalho?

Já vivi muitas vezes. No auge do *impeachment*, as manifestações, as matérias eram muito editadas, cortadas as falas mais fortes das aspás que a gente coletava, as matérias sobre manifestações eram podadas.

7. Mas isso era nas manifestações contra ou a favor ou os dois lados em cada momento...

Vem desde antes do impeachment, então virou um medo de abordar o assunto da comunicação pública, diante das chefias, sem saber o que vai acontecer dali pra frente, e se criou um medo de cobrir, tinha interferência desde o governo Dilma. Por exemplo, medo de usar a palavra "golpe" mesmo quando está entre aspás, havia esse receio. Havia como recentemente houve a orientação pra não cobrir o caso Marielle. Tinha orientações do tipo "não usa a palavra golpe", enfim, evitar certas terminologias.

8. E do seu ponto de vista a extinção do Conselho Curador mudou algo no seu trabalho? Repercutiu no cotidiano da produção?

Muda o cotidiano indiretamente, sim. Porque querendo ou não fazia apontamento dos conteúdos e de questões que o Conselho tinha força pra colocar, né. A gente coloca e questiona uma ou outra decisão e cai no vazio, né, porque não tem onde repercutir.

9. Tem colegas que dizem que usavam os debates do Conselho Curador como respaldo para debates com a chefia. Você percebe isso?

Eu acho que neste sentido a Ouvidoria ajudava talvez até mais, relatórios sobre tipo de cobertura, forma de abordagem, sobretudo na gestão da Joseti. De uns tempos pra cá a gente nem ouve mais falar na Ouvidoria.

10. E com essas mudanças na Ouvidoria, que é um canal importante de acesso e diálogo com o público, você acha que tem outros canais institucionais pra participação do público?

Não sei, não sei responder. Acho que devia ter outros canais. Eu recebi uma ou duas vezes apontamento do público sobre meu trabalho que chegou na Ouvidoria, um pedido de explicação de algo que não ficou claro, (...) teve uma vez que um leitor me questionou por conta de um dado, e daí eu fui checar e o dado não estava errado, mas desatualizado, havia uma pesquisa mais recente e a gente atualizou a matéria. Mas acho que isso é muito pouco, geralmente, o que eu percebi era sempre questionando ou pedindo esclarecimento, não tem um *feedback* positivo, de que o leitor gostou da matéria.

11. E a gente está aqui falando de comunicação pública, pra você, o que é isso, quais as principais características?

Eu acho que autonomia, né? Não pode existir intervenção do governo, deveria ter autonomia embora seja financiada com dinheiro público, justamente também pra preservar sua autonomia diante do mercado, foco na cidadania. Grande questão que a gente lida no dia a dia. Pra dar um exemplo, uma cobertura que eu fiz aqui de um lançamento de programa do Ministério da Cultura, tinha gente protestando de comunidades que não seriam contempladas, e eu coloquei o protesto na matéria, no pé, depois de um intertítulo. (...) recebi um questionamento de Brasília dizendo que eu dei muito espaço pro protesto. Quer dizer, isso vai na contramão da cidadania, do que diz o cidadão comum, as demandas que não aparecem na empresa comercial, e acho que este é diferencial.

12. Que elementos te ajudam a construir esta percepção?

Conversas internas com os colegas, com todos os atores, o Conselho Curador quando existia, agora com este debate sobre o futuro da EBC, o possível fim da empresa, o presidente eleito já disse isso, então tem artigos e posicionamentos nas redes sociais, isso também levanta debate e ajuda a pensar sobre o que deve ser. É um acúmulo. Eu acho que dificilmente se explica isso numa conversa de dez minutos, tem que tomar conhecimento aos poucos, isso leva tempo. Quem já tem essa discussão desde a universidade, acho que já é mais fácil assim de entender.

13. E é possível fazer comunicação pública na EBC, a gente faz?

Olha, cada vez menos, mas ainda há espaço. A gente usa estratégias. Política dá muita polêmica, então a gente propõe algo (que não parece política, mas dá enfoque que nenhum outro veículo dá. Cita como exemplo série sobre os 3 anos da tragédia de Mariana publicada pela Agência Brasil que incluiu pauta sobre os problemas de saúde mental pelos atingidos). Mas eu penso que as últimas gestões, os últimos chefes na diretoria de jornalismo, vêm com uma cabeça muito de comunicação privada, é gente que vem do Globo, da CBN, e que chega sem preocupação muitas vezes de compreender. Eu vim parar aqui, o que é isso aqui? O que é comunicação pública? E isso traz uma dificuldade pra empresa quando quem está em cargos estratégicos, em chefia, não se preocupa em entender o que é. Só reproduz o que fez antes.

14. Mas isso de novas chefias é de depois de 2016?

É também, mas antes também tinha. Nomeações de chefes que vinham da comunicação privada e sem preocupação de estudar um pouquinho. Vem alguém com uma trajetória grande como jornalista, que confere até certa autoridade pra ocupar o posto, mas não percebe que é um negócio novo na trajetória dela e que não deve reproduzir o que fazia nos outros veículos, são diferentes, não é comunicação pública.

Entrevista 15

Praça atual: Brasília

Data de admissão: 2013

1. Como foi a sua chegada à EBC? Você estava procurando uma oportunidade no serviço público em geral ou queria trabalhar na EBC especificamente?

Nunca tinha atuado no serviço público, mas trabalhei em muitas emissoras de rádio e uma de TV, trabalhei em jornal impresso. Privados. Cheguei porque me interessava pela EBC, fiz muitas provas em busca de estabilidade, mas minha intenção sempre foi fazer um jornalismo mais próximo do ideal que a gente aprende na Academia, que é algo praticamente impossível no setor privado. Claro que no setor público também há interesses que interferem no trabalho, mas eu acho que é mais fácil de lutar por um jornalismo mais próximo do ideal no serviço público, especialmente se estiver dentro de uma empresa de comunicação pública como a EBC, ou dentro de uma universidade, seja na comunicação ou virando professor, algo neste sentido.

2. Sobre as rotinas, como que é a construção do seu trabalho? Você se sente parte desde o princípio, chega muito pronto pra você realizar? Que influência é possível ter?

Aqui em Brasília neste momento eu tenho trabalhado muito sobre política então raramente é fora dos Três Poderes, então tenho basicamente ficado só com factual. Só sei minha pauta no dia. É claro que existem algumas possibilidades. Tem uma reunião nas segundas, eu às vezes sugiro algo pra tentar fazer.

3. E você sente que tem espaço pra essas sugestões, que são bem-vindas. E como que é o aceite das sugestões?

Tem espaço pras sugestões. Pautas mais fáceis de por em prática, ou seja, as que exigem pouco tempo e que não dependem de deslocamento, portanto custo. E é um momento de cortes da empresa e tal. Talvez em outros momentos, até com melhores condições financeiras seria mais fácil fazer uma pauta dessas passar.

4. E com relação as suas rotinas de produção. Acha que são diferentes das de veículos comerciais por este ser um veículo público, como fica isso?

Eu sinto que até 2016 pra 2017 a TV Brasil e os veículos em geral tinham preocupação maior com versões e vozes que não aparecem no comercial, outros enfoques que às vezes não são

tratados de maneira mais ampla, etc. Tinha profundidade maior também. Tem havido uma redução nos espaços de jornalismo. A TV Brasil tinha um telejornal de 1 hora de duração, agora são 30min. Os locais não existem mais. Isso dificulta muito. Os materiais têm que ser muito curtos, sem condições de escutar a sociedade de 2016, 2017 pra cá, é o que eu tenho visto.

3. E pra você isso tem uma relação direta com extinção do Conselho Curador?

Com certeza, eu sentia uma presença muito forte do Conselho Curador nisso da apreensão dos conteúdos, um papel muito crítico e isso de certa forma ajudava, especialmente a gestão dos veículos a darem enfoques mais direcionados. Com a extinção do Conselho Curador a gente tem feito muito parecido com o mercado privado, jornalismo como produto de consumo rápido, sem muita profundidade, acho que o Conselho faz falta neste sentido.

4. Alguns colegas reportaram que os debates do Conselho ajudavam a virar pautas, justificar enfoques, junto às chefias..., você concorda?

Concordo plenamente. A gente podia aproveitar as discussões do Conselho como salvaguarda, se o Conselho dizia que tinha que ouvir mais a sociedade, ampliar as vozes, a gente dizia isso pras chefias como argumento. E o Conselho tinha este poder. A gente tá mais sujeito ao que dizem pra gente fazer e não tem muito como discordar porque isso não é discutido, né?

5. E você acha que o mesmo acontece com relação à Ouvidoria, em suas distintas gestões?

Vou confessar que depois que a Joseti saiu eu tenho sabido muito pouco da Ouvidoria. Inclusive os relatórios dela mostravam as cobranças da sociedade e com a saída dela eu tenho praticamente ignorado, no sentido de não saber, não sei se mudou alguma prática lá dentro, os relatórios não chegam mais, eu não sei mais. Então desde a saída dela não tenho sentido mais nenhuma interferência, nem positiva, nem negativa, do trabalho da Ouvidoria nas pautas e na produção jornalística.

6. Como você recebia esses relatórios? Você recebia por e-mail?

Eram publicados na internet e eu recebia por e-mail. Outros funcionários também publicavam no Sou + EBC (grupo fechado de funcionários da empresa no Facebook), era muito mais transparente. Ela escrevia um relatório era bastante amplo e crítico, com embasamento teórico. Era muito bom o relatório. Mesmo quando eu discordava eu entendia o posicionamento dela.

7. E além da Ouvidoria, que é pensada como espaço de diálogo com o público, você vê chance de interação do público em outros espaços?

Numa percepção de quem tá de fora, acho que nas rádios isso é mais comum pelas características do veículo. A TV Brasil eu vejo engessada, se tivesse TV no século XIX ela seria uma TV do século XIX. A Agência Brasil virou um canal do governo institucional, praticamente, não sei ouve mais sociedade como antes. Na TV Brasil você ainda vê alguma

coisa. Na Agência Brasil só tem voz do governo, voz oficial. Nas rádios, por ter característica mais popular, tem mais o ouvir as pessoas que ligam, amigos (que trabalham) das rádios também comentam que chegam sugestões muito mais.

8. E voltando pro seu dia a dia como repórter, você sente interferência política mais direta no seu trabalho? Ou já viu acontecer....

É complicado, a interferência na redação, muitas vezes a produção já chega mastigadinha e pronta, eu só tenho que pegar aqui ali e transformar numa matéria. Então dificilmente eu vejo coisas muito escrachadas, mas talvez seja mais comum na produção de pautas. O que eu vejo claramente em termos de interferência política é mudança de linha editorial no modo como a gente aborda as questões políticas, uns podem dizer que é natural porque afinal a empresa depende do governo então quando muda presidência tem mudanças editoriais, mas vejo isso muito nocivo a uma empresa que se diz de comunicação pública.

9. E a interferência é diferente ao longo dos anos, conforme veículo, posição do profissional da redação... né, você passou por vários setores ao longo dos anos.

Sim, antes os jornais eram bastante equilibrados, inclusive na época do Mensalão eram críticos ao PT, não deixava de dar divergência. Já os programas de entrevistas eram extremamente direcionados, tinha um programa deste tipo à noite que era ideológico, até. Mas hoje também tem, o programa da Rosean Kennedy extremamente direcionado para atender o governo atual e já dá pra perceber que tá tomando novo rumo procurando já entrar no rastro do novo governo que está entrando. Entendo que no jornalismo puro, falo telejornal, mas também agência e rádio, pelo que eu acompanhava, não vou dizer que não tinha interferência, mas ela nunca chegou a ser nociva ao ponto de impedir que o discurso circulasse. Agora, com a presidência do Temer, depois do impeachment da Dilma, há o silenciamento de alguns discursos como já acontece na mídia privada. Não se fala, por exemplo, em “golpe”. Existe um discurso de uma parte da sociedade de que houve um golpe parlamentar. Por que não posso discutir isso na comunicação pública? Existe uma parte da população que diz que não houve um golpe, este discurso a gente tá dando. E o outro? A manipulação da informação não é só quando mente ou omite um fato, um acontecimento, mas quando silencia discursos também. E acho que isso que está acontecendo.

10. E sobre a ideia de comunicação pública? Como você definiria? Que características são principais?

Acho que a principal característica é valorização e incentivo à cidadania, proximidade com as pessoas, o público, dar voz a pessoas e públicos quem não tem voz nos meios privados, que infelizmente são os tradicionais no Brasil, educação, educação cidadã, prestação de serviços, e eu acho que em termos de jornalismo precisa ser menos descritivo e mais analítico, eu acho que os assuntos tinham que estar mais aprofundados, até porque a gente não tem uma preocupação com o tempo, pra mídia privada tempo é dinheiro, pra gente não é, não é problema, então imagino que seriam esses fatores.

11. Que elementos te ajudam a construir esta percepção? Tem a ver com a sua trajetória, com debates propostos pela empresa e convivência com colegas, enfim, como você vê isso.

A base dessa percepção vem da universidade, eu trouxe isso de lá, do que deveria ser comunicação pública e do jornalismo como uma prestação de serviço para a sociedade. O jornalismo não é um produto, é uma prestação de serviço e na minha visão deve se aproximar disso que a gente propõe pra comunicação pública, na minha visão, claro. Sem sombra de dúvidas, não (construí esta percepção) nos espaços institucionais, nunca ninguém me chamou dentro da EBC pra um cursinho de uma semana sobre comunicação pública, uma reciclagem, uma conversa, debates, discussões. E isso pra mim é surreal. No entanto, dentro dos espaços de deliberação dos empregados, dos funcionários da EBC, nos momentos de luta sindical e de defesa da própria empresa como empresa de comunicação pública, acho que esse debate e esses valores estão nos discursos dos colegas e muitos deles estão na Academia, estudam, são pesquisadores, e fazem questão de trazer esse discurso lá pra dentro o que eu acho muito bom.

12. E você acha que a gente faz comunicação pública na EBC, ou faz em alguma medida?

Eu não sei se é possível fazer comunicação pública ideal na sociedade que a gente vive, na sociedade capitalista. Dentro desse sistema não sei se é possível fazer essa coisa pura de comunicação pública. No entanto, é possível fazer alguma e o fato é que essa alguma que se tinha vem sendo cada vez mais tolida em favor de um outro tipo de comunicação que tá longe de ser pública, porque não escuta vozes diversas, tá longe da sociedade, inclusive passou a tratar as pessoas menos como cidadãs e mais como consumidoras nos últimos tempos, eu percebo nas pautas, antigamente pautas conversando sobre problemas sociais, movimentos sociais, refletindo sobre questões que são importantes e circulam na sociedade. Hoje faço matérias sobre dicas para ser microempreendedor individual. Que é basicamente não ter carteira assinada, ser um terceirizado precarizado sem direito a férias, 13º, inss, nada disso. Uma mudança de linha ideológica muito grande, tratando a pessoa mais como consumidora, como, enfim, como a gente vê mais comumente na mídia privada.

Entrevista 16

Praça Atual: Brasília

Data de admissão: 2014

1. Como foi a sua chegada à EBC? Você estava buscando um emprego estável no setor público ou tinha a ideia de trabalhar mesmo nesta empresa?

Enfim, como sou militante pela democratização da mídia a EBC aparece como pauta histórica e se tornou uma pauta concreta no final da década passada, resultado da luta dos movimentos. Ela já surgiu com muita expectativa em torno da edificação da comunicação pública. Trabalhar na EBC, pra quem já defende isso, e como jornalista também, é um objetivo legal, pra muita gente é um sonho, pra mim eu poderia caracterizar como uma meta, um horizonte, uma

realização profissional, um concurso público que tinha pra mim essa dimensão de construir a comunicação pública também. Eu me preparei nessa expectativa.

2. Queria ouvir de você um pouco sobre as rotinas, temas, a possibilidade de sugestões de pauta, como funciona isso?

Eu tenho me sentido bem livre pra propor, até porque no trabalho jornalístico o repórter tem certa relevância pra propor pautas por acompanhar o desenvolvimento de determinados assuntos, principalmente, tanto mais quando tem pessoas que cobrem certos setores e com isso acumulam informação sobre os temas e tem capacidade de propor pautas interessantes, abordagem diferente. Claro que tem uma rotina de pauta estruturada que aponta pra prioridades de cobertura e com isso é fácil você cair na tubulação de rotinas de pautas que são muito pensadas para cobertura de serviço público, no caso de Brasília. No atual momento, apesar da EBC ter se tornado menos pública, nos últimos anos, eu vejo um bom espaço pra propor determinadas pautas. Mas no meu caso também, eu faço muito *hardnews*, muito agenda de autoridades, que é (um jornalismo) muito do dia a dia, do declaratório. Acho que é também nosso papel, mas vejo espaço pra matérias um pouco mais complexas.

3. Você acha muito restrito ao *hardnews*? Quer dizer, minha pergunta de um modo amplo é se as rotinas se assemelham demais a esta obrigação de fazer o que os privados fazem mais, que é *hardnews*.

Acho que se assemelha demais, apesar de eu ter sérias dúvidas. Porque depende do veículo. A agência eu acho que tem que ter mesmo essa dimensão de *hardnews*, essa notícia do que o ministro falou. É óbvio que num contexto de informação contextualizada, ouvindo diferentes fontes, pra produzir informação... porque a agência é uma das maiores redações de Brasília em termos de número de repórteres, então tem uma capacidade de cobertura grande, acompanha muitos assuntos simultaneamente, a gente tem mais capacidade pra fazer isso até que outros veículos. Então neste caso eu concordo com este perfil, essa identidade que ela tem. O que não quer dizer que não tenha que cobrir assuntos com profundidade, outros temas e tal. Fazer uma combinação de várias coisas. Diferente da TV, que tem programas jornalísticos de maior profundidade e acho fundamental, acho que o noticiário da TV com outro olhar, mas na Agência eu vejo um lugar de abrangência quanto aos temas em geral.

4. Também queria te perguntar sobre perceber interferência política diretamente sobre o seu trabalho, ou na redação de modo mais amplo.

Eu já vi acontecer em trabalhos de colega, muito explícito, quanto a deixar de cobrir ou desestímulo a coberturas que a gente vinha fazendo em razões políticas. Eu não me recordo de interferência direta, já sofri, eu chamaria, não sei se censura, mas restrições de edição que me pareciam informações importantes que deveriam estar contextualizadas e elas foram restringidas, houve coisa retiradas sob argumento de que estava muito extenso, (...) que eu vejo como argumentos muitas vezes utilitaristas que você pode usar pra qualquer coisa, entendeu? Pra justificar situações que poderiam ser caracterizadas como censura. Eu já sofri coisa deste

tipo, mas já vi coisa mais grave com colegas. Há temas mais sensíveis, quando trata de cobertura direto da presidência, temas da conjuntura mais delicados que são olhados com maior cuidado. Poderia ser natural, no sentido da prioridade, um grau de cuidado maior e tal, mas aqui a percepção é de uma dimensão de como será reproduzido. Lembrei de que sim, eu tive uma intervenção importante [CONTA história sobre edição final de manifestação de rua que tirou o sentido político real da manifestação]. Isso foi muito criticado e foi tratado internamente e eu não tenho problema nenhum em dizer que as chefias imediatas acataram a crítica, embora não tenha sido desfeito em termos de resultado. Isso foi bom, apesar de não ter sido possível em outros momentos recentes [tratar internamente do problema]. Vejo com bons olhos a possibilidade de ao menos tratar internamente do tema.

5. E você acha que a extinção do Conselho Curador tem efeito sobre o seu trabalho no dia a dia?

Muda muito, evidente que como repórter eu tenho pouco tempo e não conseguia perceber o conselho no meu trabalho na EBC Serviços. Mas eu sinto que, no mínimo, o Conselho Curador, nesse dia a dia, tornava mais fácil essa interferência, esse monitoramento cotidiano e um grau maior, e tirou também, pra mim era inibidor de certos movimentos na direção de maior censura. Episódios de interferência nos conteúdos produzidos por colegas que eu testemunhei, edição que esvazia o sentido das informações por questões políticas, talvez não teriam acontecido, ou teriam tido reação mais contundente de um organismo como o Conselho Curador, que também poderia proteger e evitar que situações assim acontecessem recorrentemente.

6. E isso acontece de modo semelhante com a Ouvidoria?

Sem entrar no mérito de um debate assim na linha da importância da ouvidoria e tal. Honestamente, a Ouvidoria tem tido muito pequena presença prática na minha vida e na vida do veículo. Desconheço os últimos boletins da Ouvidoria porque não são publicizados, como deveriam. Não existe um EBC Informa [e-mail da empresa aos funcionários] com os boletins, nem sei se estão sendo feitos, eu lia alguns meses atrás, eles sumiram. Quando chegavam eram ótimos, no tempo da Ouvidoria, antes, com Joseti, eu gostava de ler porque às vezes eram elogiosos, fez isso, fez aquilo bem, e em outros casos não. Eles são interessantes porque captam percepção do público, mas também a percepção dos próprios ouvidores, que analisam criticamente o material e isso é fundamental. A gente tem pouco hábito de avaliar criticamente o conteúdo, é difícil fazer uma análise nós por nós mesmos do próprio conteúdo. Então eu vejo com essa dimensão, não é só receptor de *feedback do publico*, é análise, nos ajudam. Nos últimos meses eu garanto para você que a ouvidoria é inexistente pra mim eu não tenho recebido os boletins, eu não os vejo em lugar nenhum, eles não são publicizados e eu acho uma grande pena. Eu acho que a gente perde qualitativamente e perde muito como essa coisa da, é, da gente se entender como coisa pública, a gente perder o canal que nos conecta com o público, mas também de alguma coisa faz a coisa do *accountability* que a gente perde nos esvaziamento que me parece que ela sofreu, de interferência, a impressão que eu tenho é que se tornou meramente num cargo, não tem trabalho técnico mais. Eu lamento bastante. Eu li bastante quando entrei, me ajudaram, as críticas, as observações e depois sumiu e isso é muito ruim.

7. Como você disse a Ouvidoria é um lugar para diálogo com o público, retorno de quem lê. Na agência onde você trabalha o público é ainda mais diverso no sentido de que são dois públicos: o que reproduz e o que entra e lê. Há outros espaços, sugestões chegam por outros canais?

Sinceramente, eu nunca lidei com fluxo de retorno desses dois públicos, principalmente esse público, a agência acumula uma credibilidade grande, é uma fonte, por isso que eu vejo essa importância que eu falei no começo da cobertura. Por isso acho que tem que ser agência de notícia com caráter objetivo, mesmo ir dando notícia do que está acontecendo. E não vejo problema dela ser forte em temas como direitos humanos em geral, com temas que grande mídia cobre pouco, que tem que ter esse compromisso com a sociedade civil e que normalmente não tem, fica com uma cobertura grande de setor empresarial e governo, a grande mídia faz muito isso, mas a gente tem que fazer isso, especialmente porque a EBC fica em Brasília e eu não quero parecer, acho que é uma pena perder os correspondentes regionais, perdeu algo da sua missão, e como está concentrada em Brasília acaba tendo essa dificuldade de capilarizar. Eu vejo a coisa sequencial de cobrir diferentes assuntos, de ser mesmo uma agência e por isso oferecer conteúdos para os diversos veículos. Eu tenho retorno de fontes, comentários diretos, assessores de imprensa que viram uma matéria emplacada na Agência, fontes que buscam a Agência pra repercutir os assuntos de seu interesse por veem a capilaridade da Agência e a capacidade de chegar longe. De quem reproduz eu desconheço feed back. Teve um episódio de uma matéria da Agência que não estava devidamente apurada e foi repercutida no UOL. Houve um desmentido e o UOL fez o desmentido dizendo que o erro estava na notícia da agência "do governo". Isso ilustra um pouco. Era informação sobre decisão da ONU de sanção ao Brasil, algo assim, que o Brasil teria sido inocentado, mas não era verdade, o processo estava em aberto. Então, essa confusão foi um feed back diferente. A EBC foi descreditada por um erro de apuração e aí é ruim pra credibilidade. Também tem um claro uso político da agência que resultou num descrédito momentâneo e isso foi bem ruim pq desacumula esse prestígio que tem.

8. Interessante também que vira “agência de governo”. Enfim, UOL reproduz muito a agência e não chama atenção ao crédito de agência pública. E no momento do erro...

Daí ela é descaracterizada como pública. É do governo. Mas é curioso isso no geral pq não sei até que ponto os veículos compreendem essa dimensão pública e a relevância da EBC. Eu vejo questão do banco de imagens da Agência como fundamental. Todo mundo usa. Uma coisa é você fazer uma apuração por telefone ou mandar um repórter. Agora, uma imagem. Eu vejo esse trabalho como fundamental, é gratuito, é público, todo mundo usa. Às vezes usa a foto com apuração própria. Então, enfim. Esse fluxo de retorno não tenho.

9. Queria pedir pra você definir um pouco o que é comunicação pública, que características seriam principais.

Sobretudo eu acho que tem temas da cidadania no geral e de direitos humanos. Se eu pudesse resumir no sentido amplo. Essas são as chaves norteadoras. E isso deriva uma infinidade de

assuntos e temáticas que deveriam ser abordados, direitos de minorias em geral, pautas que vem da sociedade civil, cultura no sentido de diversidade cultural de modo amplo. Eu não vejo que seria uma pauta sobre turismo, coisa assim. Mas eu vejo nessa dimensão cidadania e DH e, evidente, temas do Estado em termos de políticas públicas, vejo como relevantes.

9. E como que você chega a ideia do que é comunicação pública? Tem a ver com a própria EBC, com educação corporativa, ou com outros espaços...

A formação de militância, um pouco de formação acadêmica, embora não conheça em profundidade, conhecer minimamente o acúmulo histórico do desenvolvimento de experiências em outras partes do mundo, muito mais longevas e que encontraram um lugar na sociedade, não é que não disputa com a comercial, mas disputa de outro lugar, noutra raia. Na verdade quando penso em imprensa no geral e jornalismo, eu tento distinguir a questão da comunicação pública, mas eu acho que tem uma responsabilidade em geral, independentemente de ser pública ou comercial ou estatal. Acho que jornalismo tem que ter comprometimento com o interesse público, com direitos humanos e cidadania. Isso deveria ser um pressuposto. E na comunicação pública sobretudo, porque estaria livre de certas amarras de mercado e de outras relações que veículos de outro tipo acabam tendo que estabelecer, até por sua lógica de funcionamento.

10. E a gente faz Comunicação Pública na EBC? Consegue ou conseguiu?

Faz parcialmente. Na EBC em geral. Parcialmente porque faz. Se pegar a programação da TV Brasil eu assisto, me dá um certo orgulho. E me dá um certo orgulho de certas matérias que são veiculadas na Agência Brasil, na qualidade do conteúdo da apuração, acho que podia ter mais investigação, mais especiais, acho que poderia combinar mais formas, podia ter um núcleo de especiais como a TV tem. Nem sei se isso é possível hoje em termos de recursos humanos mesmo, mas é uma coisa com a qual eu sonharia, aí sairia do parcialmente pra ir pra outro patamar. Mas eu diria que sim. Eu não sou fatalista, apesar dos graves retrocessos que a gente viveu nos últimos anos, perda de autonomia, isolamento nosso da sociedade, acho que se afastou da sociedade e ficou mais perto do governo de plantão e isso é nocivo pra essa capacidade de fluir em temas de interesse público. Mas acho que ela se justifica, tem que manter o que tá aí e aprimorar, acho que ela tá justificando a nossa existência apesar de tantas contradições.

11. E o item que mais aponta as contradições seria a autonomia?

Falta autonomia, mas não só do ponto de vista mais administrativo, mas autonomia em conexão com a sociedade e daí a falta do Conselho Curador porque a autonomia poderia ser maior, mesmo com o Conselho, a autonomia era meio restrita, mas enfim, não é o caso deste debate. Pra mim o que tinha já era fundamental e não adianta autonomia sem interlocução mais orgânica com a sociedade. Eu via isso no Conselho apesar de eu ver alguns problemas ali, que podia ser mais abrangente, enfim, é outro debate. Vejo perda de autonomia e de respaldo da sociedade, afastamento da sociedade civil organizado e isso é uma coisa que piorou na imprensa no cumprimento da nossa visão.